UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

GILMAR DE PAIVA DOS SANTOS POZO

IMIGRANTES IRLANDESES NO RIO DE JANEIRO:

Cotidiano e revolta no primeiro reinado

São Paulo

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

IMIGRANTES IRLANDESES NO RIO DE JANEIRO:
Cotidiano e revolta no primeiro reinado

GILMAR DE PAIVA DOS SANTOS POZO

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dra Monica Duarte Dantas

São Paulo

2010

RESUMO

A necessidade de contornar o problema da falta de contingente no interior do exército brasileiro no momento posterior à emancipação política levou à incorporação de estrangeiros durante o primeiro reinado. Para tanto, o governo imperial arregimentou alemães e irlandeses para servirem como soldados a fim de fortalecer as tropas no conflito que se agravava na região da Cisplatina. Em 1827, quando desembarcaram os primeiros irlandeses no Rio de Janeiro, estes estrangeiros recusaram-se a servir como mercenários, afirmando terem sido contratados como colonos. A demorada resolução desta questão e a tensa relação vivida no cotidiano destes imigrantes, agravando a já grave situação das tropas alemãs aquarteladas na cidade, levaram a diversos conflitos que tiveram seu cume na revolta das tropas em junho de 1828.

Esse evento particular permite compreender como o Estado Nacional brasileiro no momento de sua conturbada instauração, passava em seu processo de consolidação administrativa por um momento delicado, pois, ao mesmo tempo em que era necessário garantir a manutenção territorial, era imprescindível definir os requisitos mínimos para a formação da futura nação, e de quem poderia ou não ter o direito de pertencer a ela.

Palavras-chave: exército, Rio de Janeiro, irlandeses, século XIX, revoltas.

ABSTRACT

The need to solve the problem of lack of men in the Brazilian army after the political emancipation led to the incorporation of foreigners during the first reign. Thus, the imperial government regimented Germans and Irish to serve as soldiers in order to strengthen the troops in the conflict that worsened in the region of Cisplatina. In 1827, when the first Irish landed in Rio de Janeiro, these foreigners refused to serve as mercenaries, claiming they had been hired as settlers. The delayed resolution of this issue and the tense relationship of these immigrants in the daily life, exacerbating the already serious situation of German troops stationed in the city, led to several conflicts that eventually lead to the uprising of troops in June 1828.

This particular event provides insight into how the Brazilian National State during the disturbing period of formation passed in its process of administrative consolidation by a delicate moment, at same time that was necessary ensure the maintenance of its territory, was essential to define the minimum requirements for the formation of the future nation, and who might or might not have the right to belong to it.

Keywords: army, Rio de Janeiro, irish, nineteenth century, rebellions.

AGRADECIMENTOS

Não conseguiria finalizar esse trabalho sem todo auxílio e apoio que com grande felicidade recebi, os quais sucintamente elenco nessa pequena parte da dissertação.

Antes de mais nada, é necessário destacar o financiamento fornecido pela FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo), que foi fundamental para que a pesquisa tivesse condições de ser realizada.

Entre meus amigos, alguns me ajudaram em momentos pessoais, inclusive quando não podiam, entre eles estão Edília, Angerson, Renata, Meire, Gisleine, Michel, Luís. Um obrigado especial aos casais, Luciana e Teco, e a Cleuvam e Armando, por suas presenças e ajudas imprescindíveis enquanto morei no Rio de Janeiro.

Não podia deixar de realizar um agradecimento especial ao meu amigo, agora primo, Júlio, e toda sua família, que me receberam no Rio de Janeiro como se eu fosse um parente próximo. Sua mãe, Bete, sua avó, Dna. Irene, e a todos os outros que me ajudaram muito a desfrutar dos momentos “bucólicos” no bairro de Senador Camará que fizeram de minha permanência de quase sete meses na cidade uma experiência única. Ainda no Rio de Janeiro não posso me esquecer de agradecer pela companhia e permanência na Tijuca à Regina, e em Ipanema ao Renato e Bruno.

Ao Projeto Temático Fundação do Estado e da nação: Brasil c.1780-1850, financiado pela FAPESP, que me auxiliou pelas discussões valiosas, principalmente no começo de minha jornada.

Agradeço as professoras Miriam Dolhnikoff e Maria Luiza Ferreira de Oliveira, pela leitura e observações pertinentes que fizeram durante o exame de qualificação dessa dissertação.

Um agradecimento muito especial a professora Monica Duarte Dantas, pelos tantos anos de ajuda, sem ela tenho plena convicção que essa dissertação não teria alcançado o atual nível de análise e escrita.

Por fim, não posso me esquecer das duas mulheres mais importantes para mim nesse momento, minha mãe, Angela Maria, que tanto me ajudou para que pudesse chegar até aqui, e ainda me ajuda, mesmo hoje. E a minha companheira nesses últimos anos de minha vida, Rosângela, que esteve ao meu lado nas situações mais adversas e divertidas, meu ancoradouro emocional e amor incondicional.

LISTA DE SIGLAS

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

AHEX – Arquivo Histórico do Ministério de Exército.

FBN – Fundação Biblioteca Nacional.

SUMÁRIO

Introdução	p. 8
Capítulo 1. Antecedentes: Brasil e Irlanda	p. 13
1.1 - Irlanda: sociedade e resistência nas décadas iniciais do século XIX	p. 13
1.2 - Brasil, de colônia a Império independente	p. 24
1.3 - O cotidiano sob o olhar estrangeiro	p. 34
Capítulo 2. O desenrolar da trama: política e ação imperiais	p. 39
2.1 - Estrangeiros e imigrantes: os debates da Assembléia Geral Constituinte	p. 39
2.2 - O imperativo de contornar a crise na Cisplatina	p. 46
2.3 - A discussão sobre a naturalização de estrangeiros no Parlamento	p. 53
Capítulo 3. Ação e drama: da Irlanda ao Brasil	p. 66
3.1 - William Cotter e o engajamento na Irlanda	p. 66
3.2 - Resistência na cidade Imperial	p. 83
Capítulo 4. Conflito e testemunho nas tropas alemãs	p. 107
4.1 - Carl Schlichthorst	p. 109
4.2 - Carl Seidler	p. 120
4.3 - Eduard T. Bosche	p. 124
Capítulo 5. Tensão e evento: a revolta dos mercenários	p. 132
5.1 - A explosão da insatisfação	p. 132
5.2 - Estrangeiros contra brasileiros: o motim dos irlandeses na capital do Império	p. 145
5.3 – As consequências do conflito	p. 156
Fontes	p. 174
Bibliografia	p. 179
Anexos	p. 188

Introdução

O século XIX foi marcado por profundas transformações nas sociedades européias e nos territórios americanos, uma de suas consequências foram as grandes levadas populacionais que migraram em busca de terra para assentamento como colonos, ou em busca de emprego. Esse processo modificou o cenário europeu e americano, fazendo com que surgissem novos modos de sociabilidade entre grupos tradicionalmente estabelecidos e novos moradores.

O contato entre diferentes grupos sociais, que por diversas vezes foi pautado no conflito e em relações assimétricas de poder, transformou as sociedades em que estes indivíduos foram inseridos. Na Inglaterra, por exemplo, a intensa entrada de imigrantes irlandeses, que vinham em busca de emprego na crescente indústria inglesa, conduziu a criação de guetos e a concepção de estereótipos que formaram parte da opinião pública através de sua circulação em periódicos¹. Fenômeno semelhante ocorreu na sociedade russa em relação aos judeus durante a segunda metade do século, ou após 1846 nos Estados Unidos, quando a anexação do Texas² trouxe consigo um novo contingente populacional para a sociedade tradicionalmente formada por indivíduos de origem anglo-saxã³.

No decorrer do século, as relações de vivência cotidiana, pautadas em múltiplas estratégias de sobrevivência, transformaram as imagens que os indivíduos tinham de si e do outro. Na Inglaterra, os irlandeses inicialmente caracterizados como alcoólatras infantis, depois do surgimento da Irmandade Feniana, organização secreta criada na segunda metade do século a partir de ideais republicanos⁴, passaram a ser caricaturados de forma diferente, “trocando o humor ativo pela difamação”, transformaram-se de bêbados inofensivos em monstros agressivos⁵.

Como defende Mary Louise Pratt, essas relações em “zona de contato” evidenciam o processo de “como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações

¹ Gay, Peter. *A Experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: O Cultivo do Ódio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, vol. 3, pp.86-90.

² A Guerra Mexicano-Americana ocorreu entre os Estados Unidos da América e o México, durante os anos de 1846 e 1848. O conflito iniciou-se em meio da animosidade existente entre os dois países causada pela anexação do Texas pelos EUA. O México não reconheceu a anexação e reivindicou a região, alegando que o Texas era um Estado mexicano rebelde. McPherson, James. *Battle Cry of Freedom*. Penguin Books, 1990.

³ Gay, Peter, *op. cit.*, p.89

⁴ M. J. Kelly. *The Fenian Ideal and Irish Nationalism, 1882-1916*. Boydell, 2006.

⁵ Gay, Peter, *op. cit.*, p.89

uns com os outros”⁶. Essas relações podem ser tanto entre colonizadores e colonizados, como entre viajantes e “visitados”, “não em termos de separação ou segregação, mas em termo de presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder”⁷.

Um dos países mais visitados por estrangeiros durante o século XIX foi o Brasil, alvo de viajantes que vieram pelos mais diversos motivos – comerciantes, naturalistas, militares, colonos, entre outros. Logo, para compreendermos uma parte da formação da sociedade brasileira, sobretudo do Rio de Janeiro, é imprescindível recuperar as relações entre “brasileiros” e estrangeiros nos momentos de posteriores a independência, e mesmo durante o longo processo de construção da nacionalidade que se deu durante o século XIX.

Entre esses viajantes, durante o ano de 1828, irlandeses (homens, mulheres e crianças) que haviam chegado ao Brasil com o intuito de organizarem colônias de povoamento encontraram-se diante de uma situação inesperada, pois o governo imperial não reconheceu seu status como colonos, exigindo que eles servissem como soldados no nascente exército nacional. Em junho daquele ano a cidade do Rio de Janeiro passaria por dias incertos, em que alemães⁸ também iludidos por falsas promessas, ao lado de parte desses irlandeses, se sublevaram em uma revolta que duraria dias, e colocaria a população da cidade em estado de desespero, a ponto de armar seus escravos para combatê-los.

O caminho escolhido nessa dissertação é o de procurar compreender como, no cotidiano da capital do nascente Império do Brasil, as relações de poder e estranhamento frente ao diferente se manifestaram no contato entre colonos irlandeses e essa sociedade em profunda efervescência política. Como não poderia deixar de ser, a escolha da dimensão do cotidiano como foco de análise das experiências históricas dos agentes envolvidos é base para o acesso à nossa compreensão. Entretanto, o recorte objetivo do evento histórico aqui abarcado (o dia-a-dia dos irlandeses e a revolta dos soldados

⁶ Pratt, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru, EDUSC, 1999, p.31.

⁷ *Ibid.*

⁸ O uso do conceito alemão, usado para identificar a todos os estrangeiros oriundos dos territórios germânicos foi escolhido devido ao seu predomínio na documentação oficial brasileira. Contudo, somente após a Unificação Alemã, em 1871, esse conceito passou a ser usado para os habitantes dos territórios do novo país, até então, essa designação era genérica a todos os falantes de línguas de origem alemã, incluindo até então nesse grupo, austríacos e suíços. Para mais detalhes sobre o uso desse conceito antes da Unificação Alemã ver: Siriani, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo Alemã: Vida Quotidiana dos Imigrantes Germânicos na Região da Capital (1821-1889)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p.18.

estrangeiros no Rio de Janeiro) não significa de modo algum que a conjuntura se resume a ele, ao contrário, a constituição social do sujeito (nesse caso dos sujeitos) tem de ser sempre vista como parte de um processo histórico⁹.

Partindo desse pressuposto, o primeiro capítulo desse trabalho (Antecedentes: Brasil e Irlanda), dividido em três partes, foi escrito com o objetivo de introduzir o leitor nos antecedentes gerais das respectivas conjunturas históricas abarcadas. A Irlanda, em sua trajetória particular no interior do Reino Unido e na formação da sociedade irlandesa, procurando sempre demonstrar como a identidade na ilha esteve ligada a participação religiosa e, posteriormente, a contraposição ao britânico. No caso brasileiro, o trabalho procura apresentar as transformações do Rio de Janeiro, desde fins do século XVIII até o momento de emancipação política, em que se torna capital do Império e serve como palco para as tradicionais elites tomarem as rédeas desse processo através de um pacto negociado, mesmo que de forma extremamente conflituosa no primeiro momento. Procuramos também demonstrar como a concepção do exército no Brasil esteve ligada a sua trajetória como colônia de Portugal, servindo como instrumento de coerção social, característica que trouxe para o momento da independência problemas na arregimentação de contingente para a superação dos conflitos territoriais. Por fim, o olhar estrangeiro sobre o cotidiano na cidade procura trazer para o capítulo um contraponto para o leitor sobre a formação da sociedade fluminense, observando como o antilusitanismo inicialmente usado como instrumento de mobilização social, também agiu como elemento de construção identitária frente ao estrangeiro.

O segundo capítulo (O desenrolar da trama: política e ação imperiais) tem como ponto de partida a leitura parlamentar das discussões sobre a formação dos corpos militares estrangeiros durante o primeiro reinado e a política de inserção de imigrantes no interior do território. Como tanto os irlandeses, quanto alemães arregimentados vieram como uma necessidade de suprir contingente militar para superar os conflitos pós-independência, entender o porquê dessa política, e de como o legislativo encarou a ação do Imperador em enviar agentes recrutadores a Europa, são essenciais para compreender às consequências dos acontecimentos posteriores.

⁹ Para uma problematização do conceito de cotidiano e seu uso na produção do conhecimento histórico ver: Medick, Hans. Missionários num barco a remos? Modos etnológicos de conhecimento como desafio à História Social. In: *Ler História*, nº6, 1985, pp.57-107. Heller, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Paz e Terra, 2000.

É a partir do terceiro capítulo (Ação e drama: da Irlanda ao Brasil) que partimos para a análise detalhada da missão do irlandês a serviço do Brasil, coronel William Cotter, na Irlanda em busca de homens para suprir os batalhões formados por estrangeiros. Nessa parte da dissertação procuramos trabalhar de forma mais focada nos acontecimentos, acompanhando os eventos que levaram a construção da imagem desse agente histórico como o grande responsável pelo posterior fracasso da utilização de irlandeses como soldados. Na segunda parte desse capítulo seguimos os passos dos colonos irlandeses, a partida do porto de Cork, na Irlanda, e sua viagem de travessia do Atlântico até a chegada e permanência no Rio de Janeiro. É nesse momento específico da obra que esquadrimos as formas de resistência em que atuaram esses indivíduos contra as imposições e relações de poder exercidas sobre eles. Partimos de um conceito ampliado de resistência¹⁰, e da experiência particular desses agentes históricos na Irlanda, para compreender a até que ponto, enquanto grupo subordinado a um poder institucionalmente opressor (governo imperial brasileiro), eles conseguiram se manifestar e exigir seus direitos, mesmo que reconhecidos inicialmente.

As péssimas condições a que eram submetidas os alemães inseridos nas tropas estrangeiras aquarteladas no Rio de Janeiro, e o duro cotidiano desses homens, elementos que, evidenciados pela presença e manifestação dos irlandeses levaram a explosão da revolta em junho de 1828, são trabalhados no quarto capítulo (Conflito e testemunho nas tropas alemãs). Como esse tema já foi abordado em outros trabalhos¹¹, procuramos focar nas experiências particulares recuperadas dos relatos escritos por esses soldados, construindo uma narrativa mais voltada para recuperar a vivência e percurso particular de cada agente.

Por fim, o último capítulo (Tensão e evento: a revolta dos mercenários) visa apresentar detalhadamente os acontecimentos da revolta dos estrangeiros no Rio de Janeiro nos dias 9, 10 e 11 de junho de 1828. O foco do movimento, sua intensificação e descontrole, e as ações do governo na tentativa de dominar os rebelados. Na segunda

¹⁰ Para uma discussão sobre a ampliação do conceito de resistência ver: Scott, James C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. Edwards Brothers Inc., Ann Arbor, Michigan, 1990.

¹¹ Mesquita, Regina Márcia Bordallo de. *A Revolta dos Batalhões de Estrangeiros*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003; Lemos, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador. A primeira corrente migratória alemã no Brasil (1824-1930)*. Porto Alegre, Palmarica, 1993; Ribeiro, Evanice Maria. *A Política de Imigração no Primeiro Reinado: Os núcleos de Itapeperica e Santo Amaro*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Dissertação de mestrado, 1997; Kato, Ruth Maria. *Revoltas de Rua: o Rio de Janeiro em 3 momentos (1821-1828-1831)*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, 1998.

parte do capítulo, na medida em que concluindo a dissertação, discutimos as consequências para o governo imperial e para o Imperador, a difusão das representações construídas sobre o evento e a tensa relação vivida nos dias posteriores. Terminando com uma exposição sobre o fim dos irlandeses que sobreviveram, aqueles que permaneceram no Brasil e outros que foram enviados para fora do Império.

Capítulo 1. Antecedentes: Brasil e Irlanda

1.1 - Irlanda: sociedade e resistência nas décadas iniciais do século XIX

Alexis de Tocqueville¹², durante viagem pela Irlanda, em 19 de julho de 1835, observou a situação da ilha, destacando ser um “belo país. Terra muito fértil. [...] de quando em quando, belíssimos parques e igrejas católicas muito bonitas. A maioria das habitações do país de aparência muito pobre: um número muito grande, miseráveis ao extremo. Paredes de barro, teto de palha, um único cômodo. Sem chaminé, a fumaça sai pela porta. O porco deitado no meio da sala. É domingo, mas a população tem uma aparência muito miserável. Muitos usam roupas rasgadas ou com muitos remendos. A maioria tem a cabeça descoberta e os pés descalços”¹³.

Esse cenário recorrente no cotidiano da maior parte da população foi resultado, dentre outros fatores, das intensas transformações ocorridas entre os séculos XVIII e XIX e que influenciaram decisivamente a reorganização da Europa. Particularmente no que se referiu a Grã-Bretanha, e as contingências internas na relação entre Irlanda e Inglaterra, a segunda metade do século XVIII foi marcada por conflitos intensos e ininterruptos; a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a Guerra Revolucionária Americana (1775-1783), e as Guerras Revolucionárias Francesas (1792-1802). Fato marcante dessa conjuntura no que dizia respeito à Irlanda, foi o fim do parlamento irlandês depois Ato de União ao Reino Unido em 1801¹⁴, o clímax do controle e autoridade inglesa sobre a ilha.

Essa influência remonta à constante entrada de imigrantes protestantes, provenientes de todas as regiões do Reino Unido, desde o século XVI na Irlanda¹⁵. Ainda que seu número chegasse a no máximo 33% da população antes de 1700, os protestantes no decorrer de toda a era moderna acabaram gradativamente expropriando as terras que pertenciam tradicionalmente à maioria católica, de tal forma que em 1774,

¹² Alexis Henri Charles Clérel, visconde de Tocqueville, dito Alexis de Tocqueville (29 de Julho de 1805 - 16 de Abril de 1859) foi um pensador político, historiador e escritor francês que se tornou conhecido por suas análises da Revolução Francesa. Para mais detalhes ver: Jasmin, Marcelo. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG - Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005; Coenen-Huther, J. *Tocqueville*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997.

¹³ Tocqueville, Aléxis. *Viagens à Inglaterra e à Irlanda*. São Paulo, Imaginário: Primeira Linha, 2000, p.132.

¹⁴ William Pitt's Union.

¹⁵ Howe, Stephen. *Historiography*. In: Kenny, Kevin (Org.). *Ireland and The British Empire*. New York-Oxford, Oxford University Press, 2004, p.223.

momento em que os protestantes eram cerca de 40% da população, somente 5% da terra produtiva na ilha pertencia a católicos¹⁶.

Contudo, não foi só o movimento de entrada de estrangeiros protestantes que levou a essa intensa desigualdade, o evento político que marcou o sucessivo afastamento dos católicos do poder foi a invasão da Inglaterra pelas forças de Guilherme de Orange em novembro de 1688, e o posicionamento da elite católica irlandesa ao lado do exilado Jaime II¹⁷. Situação que se manteve até sua tentativa de retorno ao poder pela Irlanda e o triunfo de Guilherme na batalha de Boyne em julho de 1690. A derrota de Jaime II significou o triunfo do protestantismo sobre o cristianismo, mesmo que as forças Jacobitas¹⁸ irlandesas tenham continuado o conflito até outubro de 1691, quando assinaram sua rendição no Tratado de Limerick. Em 1697 quando o parlamento irlandês ratificou o tratado, o saldo foi uma significativa eliminação dos direitos civis, políticos e de liberdade religiosa da maior parte da população, características que influenciariam decisivamente a história irlandesa no decorrer do próximo século em favor da manutenção pelos protestantes dos meios de coerção sobre os católicos¹⁹.

Entre as transformações advindas da Revolução Gloriosa, o fortalecimento do poder protestante e a dependência do consentimento do parlamento de Londres, formalizaram o primeiro passo para relação de dependência política da ilha. Após esse alargamento do domínio do parlamento inglês, os deputados na Inglaterra tenderam a enxergar a Irlanda mais como uma colônia do que como um reino independente e,

¹⁶ Kenny, Kevin. Ireland and The British Empire: An Introduction. In: _____ (Org.). *Ireland and The British Empire*. New York-Oxford, Oxford University Press, 2004, p.12.

¹⁷ Com a morte de Carlos II, em 1685, ascendeu ao trono seu irmão Jaime II, procurando novamente conduzir o país para o catolicismo. Guilherme de Orange, príncipe da Holanda e genro de Jaime II, se articulou ao lado de grupos políticos e religiosos descontentes para tomar a coroa. As forças militares na Inglaterra abandonaram Jaime II que se exilou na França, e em junho de 1688 Guilherme de Orange foi feito rei com o nome de Guilherme III, evento conhecido como "Revolução Gloriosa". Foster, R.F. *Modern Ireland (1600-1972)*. England, Penguin Books, 1988.

¹⁸ O Jacobitismo foi um movimento político de apelo católico e anti-protestante dos séculos XVII e XVIII na Grã-Bretanha e Irlanda que teve por objetivo a restauração do reinado da casa dos Stuarts na Inglaterra e Escócia (e depois de 1707, ano em que a Escócia e a Inglaterra se uniram o reino da Grã-Bretanha). O nome advém de Jaime II da Inglaterra (e Jaime VII da Escócia), cujo nome em Latim era Iacobus Rex. *Ibid*.

¹⁹ McNally, Paddy. Ireland: The Making of the "Protestant Ascendancy", 1690-1760. In: H. T. Dickinson (edited by). *A Companion to Eighteenth-Century Britain*. Blackwell Companions to British History, Blackwell Publishers Ltd, Cornwall, 2002, pp.401-413.

certamente, não reconheciam que o parlamento em Dublin tivesse um status semelhante ao inglês²⁰.

Consequentemente, as bases da desigualdade religiosa e étnica foram solidificadas a ponto de serem oficialmente reconhecidas em leis penais a partir dos primeiros anos do século XVIII. Oficialmente, os católicos não podiam portar armas, votar ou assumir um cargo no parlamento, ou sequer organizar escolas. Não é de se estranhar que os movimentos “nacionalistas” encaminhados pela elite, no decorrer do século XVIII, tenham sido conduzidos em grande parte por protestantes, afinal, no transcorrer de sua permanência na ilha, estes imigrantes e seus descendentes desenvolveram sua própria identidade como irlandeses. Mesmo assim, a diversidade interna entre as diferentes congregações, e a luta por seus interesses particulares, influenciou a política e a formação identitária; desse modo, grupos como os *Dissenting Protestants*²¹, ao lutarem por um relaxamento nas leis penais se aproximaram dos católicos²². Logo, as ações da elite irlandesa para a conquista e manutenção de benefícios econômicos e sociais, frente a interesses ingleses, ocorreram diversas vezes sob a bandeira de um patriotismo irlandês que permitiu a aglutinação de diferentes grupos religiosos²³.

Essa trajetória favoreceu o desenvolvimento de uma identidade irlandesa ligada a uma imagem da nação (identidade nacional) a partir da segunda metade do século XVIII e, sobretudo, no XIX²⁴. De qualquer forma, a identidade religiosa foi a principal chave para todas as possíveis adesões e aglutinações durante toda a história da Irlanda.

²⁰ *Ibid.*, p.406.

²¹ As origens dos *Dissenting Protestants* do século dezoito pode ser traçada na teologia puritana do século dezessete. Os "Dissenting Interest" se destacaram por sua influência crescente na matéria puramente secular, com sua atividade política e empresarial logo se uniram a outros interesses na sociedade, produzindo "a sort of cross-section of public opinion influencing party politics obliquely and indirectly". Lincoln, Anthony. *Some Political and Social Ideas of English Dissent, 1763-1800*. Cambridge, 1938, p.12.

²² McNally, Paddy, *op. cit.*, p.408.

²³ *Ibid.*

²⁴ Sobre esse assunto ver: Leerssen, Joep T. *Mere Irish and Fíor-Gael: Studies in the Idea of Irish Nationality, its Development and Literary Expression Prior to the Nineteenth Century*. Amsterdam, 1988; Leerssen, Joep T. *Remembrance and Imagination: Patterns in the Historical and Literary Representation of Ireland in the Nineteenth Century*. Cork, 1996; Griffin, Patrick. *The People with No Name: Ireland's Ulster Scots, America's Scots Irish, and the Creation of a British Atlantic World, 1689-1764*. Princeton, 2001.

O uso de rótulos como “irlandês” e “inglês” é, pelo menos antes do século XIX, anacrônico²⁵.

A formação política da elite irlandesa passou a tomar feições mais tensas a partir de 1760, quando seu parlamento começou a se posicionar de forma mais inflexível às vontades inglesas²⁶. A explosão da Revolução Americana serviu, então, como laço de união para grupos descontentes que passaram a exigir mais direitos, entre eles o de livre comércio com as colônias britânicas, desaguando, em 1780, no pedido de independência legislativa do parlamento. A situação também ajudou a que o Comitê Católico, fundado em 1760, obtivesse conquistas importantes entre 1778 e 1782, aprovando atos que aliviaram a repressão social e abriram mais espaço no jogo político oficial²⁷.

No interior dessa conjuntura, tendo como espelho o movimento revolucionário na França²⁸ e como pauta os ideais políticos de John Locke e Thomas Paine, organizou-se, em outubro de 1791, sob a liderança do protestante Theobald Wolfe Tone, a *Belfast Society of United Irishmen*. Misturando entre seus membros católicos e protestantes da camada média rural e urbana, ela alcançou grande sucesso, tanto que no mês seguinte uma sede também foi inaugurada em Dublin tomando aos poucos dimensão nacional²⁹.

Essa aliança entre uma elite de presbiterianos e católicos descontentes com o estatuto legislativo da ilha buscou contornar a discriminação religiosa presente nas leis, demandando, entre outros pontos, o fim de todas as leis penais que impediam os católicos de possuir armas e se candidatarem a postos civis e militares. No entanto, a tradicional elite protestante não permitiu que o programa de reformas postuladas pelos *United Irishmen* fosse aprovado, fazendo com que a organização se tornasse ainda mais militante. Sob a liderança de Lord Edward Fitzgerald e de Arthur O'Connor, a

²⁵ Quanto mais se realizam pesquisas em busca de uma identidade irlandesa e do limite temporal possível para se aplicar o rótulo de nacional aos movimentos políticos, mais se têm chegado a conclusões sobre o caráter híbrido ou mutável da identidade dos diferentes grupos. A mesma pessoa poderia ver-se com inglês, irlandês, os dois, ou mesmo nenhum, a depender da perspectiva, durante momentos diferentes. Howe, Stephen, *op. cit.*, p.223.

²⁶ Powell, Martyn J. Ireland: Radicalism, Rebellion and Union. In: H. T. Dickinson (edited by). *A Companion to Eighteenth-Century Britain*. Blackwell Companions to British History, Blackwell Publishers Ltd, Cornwall, 2002, pp.414-28.

²⁷ *Ibid.*, pp.418-9.

²⁸ Contudo no primeiro momento nunca se referindo ao ideal de independência. Bartlett, Thomas. The Irish Soldier in India. In: Michael and Denis Holmes (edited by). *Ireland and India: Connections, Comparisons, Contrasts*. Dublin, 1997, pp.12-28.

²⁹ Ó Tuathaigh, Gearóid. *Ireland before the famine (1798-1848)*. Dublin, Gill & Macmillan Ltd, 1990, p.10-35; Foster, R.F. *Op. cit.*, pp. 284-285; McDowell, R.B. The Protestant Nation (1775-1800). In: Moody, T.W. and Martin, F.X. (orgs.). *The Course Of Irish History*, 1994. Ireland, Mercier Press, 1967, pp. 232-247; Kenny, Kevin, *op. cit.*, p.09.

sociedade orientou sua ação para formas mais radicais, forjando alianças com grupos ilegais mais próximos à população pobre que pautavam sua atuação política na resistência popular por meio de roubos e da violência, com destaque para os *Catholic Defenders*³⁰.

Esse deslocamento das ações no interior da organização também ocorreu no âmbito dos projetos, imbuídos não somente dos ideais do movimento revolucionário francês, mas a partir daquele momento também de uma forma embrionária de nacionalismo irlandês republicano. Isso acabou gerando uma ação mais repressiva por parte do governo britânico, ao ponto de declarar a *United Irishmen* ilegal. Como reação à postura inglesa, houve uma maior aproximação dos objetivos dos *United Irishmen* com aqueles dos *Defenders*, o que possibilitou uma aliança em setembro de 1795 em torno do projeto de um movimento revolucionário³¹.

A atmosfera tensa que tomou conta da Irlanda nas últimas décadas do século XVIII se devia também à ação de grupos radicais protestantes, como o *Peep O'Day Boys*, que, em resposta às conquistas dos católicos desde a década de setenta, agiam intimidando famílias, até mesmo expulsando-os de suas casas. Manifestações sectárias como estas foram incentivadas pela elite protestante no governo que, ao lado dos corpos repressores oficiais, como os *yeomanry*, sustentaram indiretamente grupos como a *Orange Order*³² que praticavam ações extremamente violentas, principalmente contra membros do *United Irishmen*³³. Certos círculos governamentais interessados na manutenção do seu status, e da ligação com a Inglaterra, percebiam a atuação desses

³⁰ Os *Defenders* surgiram em 1784 no condado de Armagh, em Ulster, para defender os católicos contra ataques dos grupos sectários protestantes denominados "*Peep O'Day Boys*". Esse conflito teve sua origem na entrada dos católicos para a produção de linho, quando então foram responsabilizados pela crise nas vendas – resultado da crescente industrialização que foi progressivamente corroendo parte da atividade artesanal. Os *Defenders* não possuíam uma liderança central, porém organizaram-se através de células sociais locais limitadas pelo acesso a armas que obtinham no ataques a casas de grandes proprietários. Em janeiro de 1793 o 'Annual Register' reportou que quarenta fazendas próximas a Dundalk, County Louth, foram invadidas em busca de armas. Apesar da onda de repressão que se seguiu, os *Defenders* de Leitrim se levantaram em rebelião aberta em 1795, centenas de soldados tiveram de ser usados no conflito para derrotá-los. Para mais informações ver: Miller, David W (edited by). *Peep o'day boys and defenders: selected documents on the disturbances in County Armagh, 1784-1796*. Public Record Office of Northern Ireland, Belfast: 1990.

³¹ Powell, Martyn J, *op. cit.*, p.421-2.

³² A *Orange Order* foi fundada logo após o incidente conhecido como a "Batalha do Diamante" que ocorreu em 21 de setembro de 1795 perto de Loughgall entre *Defenders* e *Peep O'Day Boys*, em que cerca de 30 *Defenders* foram mortos. Coquelin, Olivier. "*Native*" *Nationalism and Unionism: Towards the Emergence of Two Antithetical Nationalisms in Late 19th Century Ireland*. Revue LISA/LISA e-journal, Media, culture, history, Culture and society, Vol. 1, nº01, 2008. Disponível online em <<http://lisa.revues.org/index880.html>>, acessado em janeiro de 2010.

³³ Uma dessas ações foram as constantes perseguições a católicos de Armagh, onde invadiram e queimaram suas casas na busca de supostas armas. Powell, Martyn J, *op. cit.*, p.423.

grupos como uma estratégia indispensável para a manutenção de uma ação de contra-ataque aos grupos católicos, ou de cunho “nacionalista”, visto que a força militar britânica nesse período estava voltada para os conflitos continentais advindos da revolução francesa.

Quando o governo descobriu que a *United Irishmen* estava se preparando para uma insurreição, sobretudo depois de descobertas as conexões de Wolfe Tone com a França revolucionária, uma série de ações policiais incisivas foram realizadas, inclusive com a suspensão parcial do direito ao habeas corpus. Apesar disso, em dezembro de 1796, uma força francesa de 15.000 homens, distribuídos por quarenta e três embarcações, foi enviada para a Irlanda para auxiliar na insurreição, mas devido ao mal tempo na baía de Bantry 6.000 homens naufragaram no momento do desembarque³⁴.

Esse evento serviu como ponto final para as discussões governamentais sobre a necessidade de se usar diretamente a força da *Orange Order*. Embora em sua fundação estivessem envolvidos pequenos proprietários e trabalhadores urbanos qualificados, a *Orange Order* conquistou membros na aristocracia anglo-irlandesa que tinham medo de perder seu status diante dos movimentos revolucionários que se desenhavam, o resultado foi que dezoito meses depois de sua criação estava sob controle aristocrático, ganhando inúmeros seguidores pelo país; em 1798, já contava com 80.000 pessoas³⁵.

Mesmo sem o auxílio maciço das tropas francesas, a rebelião da *United Irishmen* ocorreu em maio de 1798 e acabou em um imenso desastre. Em Dublin não houve qualquer movimentação devido à prisão, dias antes, dos líderes locais por espiões infiltrados no comitê. Os integrantes de Belfast já haviam sido violentamente desarmados em 1797, enquanto que em outras partes do país os pequenos focos da insurreição foram aos poucos pacificados por meio de torturas e incêndios. A ação de maior e mais eficiente proporção aconteceu no condado de Wexford, envolvendo 30.000 indivíduos que, incentivados e liderados por padres, rebelaram-se de maneira praticamente espontânea sem uma organização prévia, usando táticas de guerrilha³⁶. Nesse ambiente sedicioso, os embates entre os membros e simpatizantes da *United*

³⁴ Powell, Martyn J, *op. cit.*, p.424.

³⁵ Coquelin, Olivier, *op. cit.*, p.06.

³⁶ Powell, Martyn J, *op. cit.*, p.425.

Irishmen e da *Orange Order* tomaram forma, em diversas localidades, de uma guerra religiosa³⁷.

O movimento esperava o auxílio francês, porém a ajuda veio somente na forma de uma pequena força expedicionária liderada pelo general Humbert, que aportou em Killala, Connaught, onde houve diminuta atividade rebelde. Quando chegaram a Dublin foram facilmente derrotados pelas forças britânicas que os aguardavam na cidade.

O evento de 1798 convenceu o governo britânico que a minoria protestante que mantinha o poder na ilha não justificava mais a manutenção de um parlamento autônomo. Com a continuação da guerra com a França, manter a segurança no território britânico era prioridade, logo era necessário trazer a responsabilidade para as mãos do parlamento em Londres, abolindo de uma vez por todas a representatividade irlandesa. Entretanto, essa resolução não ocorreria pela imposição pura e simples, os interesses políticos envolvidos forçaram uma negociação que só terminou em 6 de fevereiro de 1800, quando então o Ato de União finalmente foi aprovado no parlamento de Dublin por 158 votos contra 115³⁸.

O Ato de União assimilou oficialmente a Irlanda à estrutura constitucional Britânica, e encobriu uma administração híbrida. Assim, mesmo que oficialmente não fosse reconhecida como colônia, do ponto de vista administrativo sua organização política possuía elementos claramente coloniais, incluindo uma administração executiva separada no *Dublin Castle* com um *Chief Secretary* e um *Lord-Lieutenant*³⁹. Isso permitiu o desenvolvimento, no decorrer do século XIX, de múltiplas interpretações acerca de seu caráter dependente⁴⁰; uma pluralidade de interpretações que repercutiu na opinião dos diferentes grupos sociais envolvidos. Enquanto para alguns a União representou a equiparação da Irlanda ao resto do Reino Unido, para outros, que defendiam uma administração própria, era necessário lutar pela autonomia legislativa de Dublin como forma de revitalizar o país; já os separatistas, sempre em minoria, viam a Irlanda como uma colônia que deveria ser libertada do jugo britânico, tornando-se uma

³⁷ Coquelin, Olivier, *op. cit.*, p.07.

³⁸ Powell, Martyn J, *op. cit.*, p.427.

³⁹ Kenny, Kevin, *op. cit.*, p.11.

⁴⁰ Fitzpatrick, David. Ireland and the Empire. In: Porter, Andrew (ed.). OHBE. Vol. III. *The Nineteenth Century*. Oxford, 1999, p.494.

república independente⁴¹. Variedade de posições, inúmeras vezes irreconciliáveis, que demonstram a complexidade do posicionamento político na ilha no século XIX.

Tocqueville escutou uma parte dessas opiniões na conversa que teve com o Sr. Kelly, advogado irlandês encarregado da direção geral das *national schools*, e com o Sr. Wilson, ministro da Igreja anglicana. Ambos concordavam que a “volta da União” não era o melhor caminho a ser seguido, já que “quando tínhamos um parlamento irlandês, a Inglaterra nos via, de alguma forma, como uma potência estrangeira e rival [...] as duas raças que dividiam. essa ilha estavam sempre à vista, o espírito de partido era mais ativo, e a tirania do partido mais forte (os orangistas) insuportável⁴².

A crescente influência britânica na Irlanda teve também impacto sobre a economia e a qualidade de vida. O crescimento da agricultura e da indústria, durante a segunda metade do século XVIII, devido principalmente à vinculação do mercado irlandês à Inglaterra⁴³, trouxe consigo, entre outros fatores, um aumento populacional. De dois e meio milhões, em 1764, a Irlanda alcançou, em 1794, a marca de cinco milhões de habitantes. Contudo, esse ambiente de relativo desenvolvimento da indústria e agricultura mudaria com a transposição das decisões para o parlamento de Londres em 1800.

Depois da União houve um enfraquecimento da infra-estrutura comercial e financeira devido à abolição das tarifas protecionistas sobre as empresas irlandesas, o que significou a destruição de grande parte do investimento industrial na ilha pela sua incapacidade de concorrer com a os negócios britânicos⁴⁴. A competitiva indústria britânica beneficiou-se da base econômica irlandesa – a agricultura – para importar gêneros alimentícios enquanto escoava para a ilha bens manufaturados, mantendo seu controle e prioridade comercial sobre o território⁴⁵.

A maior parte da população, que vinha crescendo desde o século anterior, foi quem mais sofreu com as consequências dessa abrupta inversão comercial. O resultado da destruição das indústrias irlandesas foi uma alta inflacionária seguida de desemprego em massa, o que levou a um progressivo aumento dos aluguéis nas já inchadas regiões

⁴¹ Kenny, Kevin, *op. cit.*, p.10.

⁴² Tocqueville, Alexis, *op. cit.*, p.128.

⁴³ Em 1800, 85% da produção agrícola da Irlanda era remetida para a Inglaterra. Ó Tuathaigh, Gearóid, *op. cit.*, p.02.

⁴⁴ *Ibid.* p. 41.

⁴⁵ Kenny, Kevin, *op. cit.*, p.13.

industriais. Os centros urbanos se tornaram epicentros da miséria que se espalhou pelo país, imagem reiterada principalmente nas casas de mendicância; uma delas, visitada por Tocqueville, recebia todos os dias “de mil e oitocentos a dois mil pobres”. Em sua descrição da condição da população que recorria a essas instituições, observou “o aspecto mais hediondo, mais revoltante da miséria [...] uma sala muito comprida cheia de mulheres e crianças cujas enfermidades ou idade impediam de trabalhar. Sobre o assoalho os pobres deitados de cambulhada, como porcos na lama de sua pocilga. É difícil evitar pisar em um corpo seminu [...] mais longe estão aqueles que podem trabalhar. Estão sentados na terra úmida. Seguram um martelo na mão e quebram pedras. Ao fim da jornada, recebem um penny. São os felizardos [...] Ao sair de lá, encontramos um carrinho de mão fechado conduzido por dois pobres. Esse carrinho vai à porta das casas ricas, jogam dentro deles os restos das refeições e esses resíduos são levados à casa de mendicância para fazer sopa”⁴⁶.

Tal situação fez com que grande parte dessa população urbana procurasse terras produtivas como uma possível alternativa para sua sobrevivência, utilizando principalmente o sistema de arrendamento. No entanto, a maioria dessas regiões rurais estava sendo direcionada para o abastecimento do mercado inglês, assim a procura acirrada elevou os preços⁴⁷. O bispo Nolan apresentou, em conversa com Tocqueville, as consequências da situação no condado de Carlow. Os grandes proprietários “expulsaram quase todos os seus pequenos arrendatários. Só uma delas expulsou cento e cinquenta famílias. Aumentaram a extensão de terras arrendadas e introduziram arrendatários protestantes [...] isso aconteceu na maioria dos condados. Essa ampliação é uma tremenda desgraça. Diminui o número de braços necessários à terra e, como a grande massa da população na Irlanda não tem outras ocupações senão a terra causa uma terrível miséria”⁴⁸.

Uma das implicações sociais dessa conjuntura foi aumento da violência urbana e rural com o surgimento de grupos identificados como *banditts* e *Whiteboys*⁴⁹, em reação

⁴⁶ Tocqueville, Aléxis, *op. cit.*, p.126.

⁴⁷ Foster, R.F., *op. cit.*, pp. 320-322; Ó Tuathaigh, G., *op. cit.*, pp. 108-110, 140-141; Whyte, J.H. The Age of Daniel O’Connell (1800-1847). In: Moody, T.W. and Martin, F.X. (orgs.). *The Course Of Irish History*, 1994. Ireland, Mercier Press, 1967, pp.248-262.

⁴⁸ Tocqueville, Aléxis, *op. cit.*, p.133.

⁴⁹ Os Whiteboys (em irlandês: Buachaillí Bána) foram uma organização secreta agrária irlandesa que surgiu na segunda metade do século dezoito que se utilizou de táticas violentas para defender os direitos a propriedade de pequenos núcleos de subsistência, e a excessiva cobrança de impostos. Seu nome veio das batas brancas dos que seus membros usavam em suas incursões noturnas, contudo, os

ao monopólio de terras e ao abusivo aumento dos gêneros alimentícios⁵⁰. A expansão da resistência popular como tática de sobrevivência ficou clara na declaração do chefe de um desses grupos, os *whitefeet* em Carlow. Ao receber reprimendas do padre da região pelas atitudes violentas, respondeu que “a lei nada faz por nós, devemos socorrer-nos a nós próprios. Possuímos uma pequena extensão de terra que é necessária à nossa vida e à de nossa família; expulsam-nos dela, a quem quereis que nos dirijamos?”⁵¹.

Esses atos comumente chamados de *Whiteboyism* eram recorrentes em inúmeros condados da Irlanda. Tocqueville, ao observar, em julho de 1835, vários processos judiciais, apresentou as mais variadas manifestações dessa resistência; desde grupos organizados popularmente, como no caso de “um homem acusado de ter feito parte de um bando que atacava as casas para roubar armas com as quais eles podiam em seguida exercer esses atos de justiça popular”; até ações individuais pautadas em aspectos religiosos, verificável no caso de um arrendatário que despediu seu criado e “este se apresenta na casa do rendeiro na noite seguinte, com a Bíblia numa mão e uma pistola na outra, e força-o a jurar [sobre a bíblia] que o readmitirá [...] se o indivíduo que prestou semelhante juramento faltar com a palavra, aquele que a fez jurar julga-se autorizado a matá-lo”⁵².

O agravamento desse quadro, na primeira metade do século XIX, foi resultado também das sucessivas quedas nas safras e colheitas de produtos básicos de subsistência da população de baixa renda. Essas “fomes” da batata, base alimentar da sociedade, ainda que parciais às vezes, foram recorrentes; entre 1816 e 1824 houve cerca de quatorze crises que estimularam o processo emigratório⁵³. Em torno de um milhão de

Whiteboys foram habitualmente referidos na época como “Levellers” pelas autoridades, e por si mesmos como “Queen Sive Oultagh's children”, “fairies”, ou como seguidores de “Johanna Meskill” ou “Sheila Meskill”, todas supostamente figuras simbólicas que lideraram o movimento. Seus principais alvos eram os grandes proprietários rurais e coletores de impostos. Durante o século XIX, o termo tornou-se genérico para a violência rural ligada às sociedades secretas. Devido a essa generalização, o recorde histórico para o Whiteboys como uma organização específica não é clara, de qualquer forma, houve três grandes surtos de Whiteboyism: 1761-64, 1770-76 e 1784-86. Connolly, S.J (Edited). *The Oxford Companion To Irish History*. New York-Oxford, Oxford University Press, 1998; Para mais detalhes ver: Richardson, W. Augustus. “*Levellers in their White Uniforms*” *Whiteboyism in southern Ireland, 1760-1790*. University of Essex, MA, Thesis Social History, 1979.

⁵⁰ Foster, R.F., *op. cit.*, pp. 292-293; Ó Tuathaigh, G., *op. cit.*, p.108

⁵¹ Tocqueville, Alexis, *op. cit.*, p.134.

⁵² *Ibid.*, p.148-9.

⁵³ Foster, R.F., *op. cit.*, p. 320; Ó Tuathaigh, G., *op. cit.*, pp.140-141.

habitantes abandonaram a Irlanda entre 1780 e 1845⁵⁴, sendo que no decorrer desse período, principalmente após 1820, a imigração foi predominantemente católica, os mais afetados por esse processo. Para essa população que abandonou sua terra natal, construiu-se a representação do grande vilão inglês. Entre os emigrados para os Estados Unidos não foram poucos os que defenderam a ideia de que haviam sido deliberadamente banidos pelo governo britânico, que indiferentemente assassinava os camponeses irlandeses⁵⁵.

É possível perceber essa construção identitária frente à “invasão inglesa” na conversa entre Tocqueville e o bispo de Kilkenny. Sr. Kinsley explicou que o estado atual da população devia-se à presença do julgo inglês, pois, “se a população católica era semibárbara”, a culpa era “daqueles que a reduziram a esse estado pelo mau governo”, o que acarretou um “instinto vago de ódio contra os conquistadores”. Mesmo que o governo fosse “mais tirânico no tempo do Parlamento irlandês do que depois da União”, o ódio dos camponeses pelos senhores de terra era muito mais forte naquele momento, “a luta [estava] estabelecida, e de parte a parte procura-se prejudicar”⁵⁶.

A expressão desse sentimento de pertencimento a um grupo contrário à elite aristocrática britânica se manifestou no jantar na casa do bispo, quando, depois de assistir a um discurso “apaixonado” em defesa da população pobre da Irlanda, Tocqueville escreveu que o que se “via na França [...] nada se assemelhava a Inglaterra [...] os convivas tinham uma cordialidade que se desconhecia neste país”, sendo que, mesmo quando comparados aos protestantes irlandeses, os católicos “eram menos distintos, menos refinados em suas maneiras”⁵⁷. Embora essa percepção fosse mais clara e definida religiosamente nos centros urbanos, colocando de um lado grupos católicos e de outro os protestantes, em suas passagens pelas áreas rurais Tocqueville também se deparou com opiniões semelhantes. Como a do Cura de Tuam, em Connaught, que defendeu que a “aristocracia é a causa de todas as [...] misérias e que ela não mitiga nenhum dos males que ela própria gera”, sendo que os únicos “quem impedem o pobre de morrer de fome [...] é o pobre”. Mesmo sendo católico, o sacerdote lhe disse que

⁵⁴ Kenny, Kevin, *op. cit.*, p.16; Ó Tuathaigh, G., *op. cit.*, pp.140-141; Green, E.R.R. “The Great Famine (1845-1850)”. In: Moody, T.W. and Martin, F.X. (orgs.). *The Course Of Irish History*, 1994. Ireland, Mercier Press, 1967, pp.263-274.

⁵⁵ Miller’s, Kerby. *Emigrants and Exiles: Ireland and the Irish Exodus to North America*. New York, 1985.

⁵⁶ Tocqueville, Aléxis, *op. cit.*, p.141-2.

⁵⁷ *Ibid.*, p.150-1.

“católicos e protestantes oprimem o povo mais ou menos da mesma maneira. A partir do momento que um católico se torna um grande proprietário, concebe pelos interesses do povo esse desprezo egoísta que parece natural à aristocracia, e agarra avidamente, como os outros, todos os meios de enriquecer às custas dos pobres”⁵⁸.

A intensa influência britânica, somada a políticas públicas repressivas, foram responsáveis pela transformação do ambiente cultural e pela forma como irlandeses católicos e protestantes passaram a se enxergar. Isso se manifestou durante todo o século XIX no declínio da língua irlandesa (gaélico), na marginalização e perseguição da religião majoritária (com uma série de leis penais anticatólicas) e uma crescente supervalorização do status social da elite vinculado ao termo britânico e inglês, ou mesmo ao protestantismo anglicano⁵⁹. Fatores que levaram a uma crescente anglofobia que marcou todo o século e gerou um intenso processo de construção de identidade nacional que se afirmava diante da “invasão inglesa”⁶⁰.

1.2 - Brasil: de colônia a Império independente

Na América portuguesa as vicissitudes da política europeia durante as décadas finais do século XVIII e iniciais do XIX alteraram radicalmente a sociedade. Para Portugal, uma das consequências diretas das guerras napoleônicas, resultado de sua adesão à Inglaterra, reforçando o tradicional alinhamento com a política britânica, foi a “fuga” da casa real dos Bragança para a colônia americana em novembro de 1807, estratégia que visava garantir a manutenção da dinastia frente à invasão das tropas francesas. A fuga – ainda que não para uma colônia – era então uma tática recorrente entre as diversas monarquias europeias. Luís XVIII, sucessor ao trono na França, depois de ter fugido por toda a Europa, alugou a Hartwell House em Oxford; Guilherme V da Holanda aguardava o desfecho da guerra em Kew; Fernando e Carolina, os Bourbon de Nápoles, haviam fugido para Palermo enquanto a dinastia de Savóia tinha se refugiado na Sardenha. Até mesmo na Inglaterra uma fortaleza havia sido erigida para caso o rei tivesse que se abrigar de uma possível invasão⁶¹.

⁵⁸ *Ibid.*, p.160-1.

⁵⁹ Howe, Stephen, *op. cit.*, p.226.

⁶⁰ Foster, R.F., *op. cit.*, p. 318; McDowell, R.B., *op. cit.*, p.234.

⁶¹ Wilcken, Patrick. *Império à Deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p.85.

Após a chegada ao Brasil, em 1808, mesmo ano em que D. João declarou guerra à França, foram expedidas ordens “em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa”, para “que sejam admissíveis nas alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas, e mercadorias transportadas, ou em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa [...] que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os portos que bem lhes parecer a benefício do comércio, e agricultura, que tanto desejo promover todos, e quaisquer gêneros, e produções coloniais”⁶². A abertura dos portos às nações amigas, juntamente com as demais consequências da presença da corte no Brasil, trouxeram consigo um impulso demográfico e social que transformou com o passar dos anos o estatuto da antiga colônia e redefiniu os laços de união à metrópole⁶³.

A transformação demográfica foi visível aos olhos de inúmeros estrangeiros que começaram a desembarcar no porto da cidade. Em 1799, segundo o levantamento demográfico realizado pelo vice-rei Conde de Resende, a cidade contava com 43.376 habitantes, entre livres e escravos⁶⁴. Nove anos depois, o comerciante inglês Luccock, que veio para o Brasil incentivado pela possibilidade de um novo e promissor mercado para suas mercadorias, como outros inúmeros ingleses, estimou que a população na cidade fosse algo em torno de 60.000 habitantes⁶⁵. Georg Anton von Schäfer⁶⁶, oficial germânico a serviço do Brasil, também anotou que em 1814 “a cidade contava na época com 60.000 habitantes, [mas] devido à presença da Corte Real, residiam nela muitos imigrantes de Portugal, ricos e ilustres, fazendo com que a população tivesse um acréscimo de 20.000 almas”. Em 1818, quando retornou de sua viagem a Austrália e China, Schäfer encontrou “a capital significativamente ampliada, [...] em lugar das muitas casas de um pavimento, viam-se agora construções suntuosas de quatro a cinco andares. O número de habitantes subira em 12.000. Os ingleses, valendo-se do

⁶² Abertura dos Portos Brasileiros ao Comércio Exterior. ANRJ, Registro de portarias do provedor da Alfândega da Bahia. Provisões, cartas régias, etc. Códice 212, Alfândega da Bahia, Fls. 99-99v.

⁶³ Para mais detalhes sobre esse processo ver: Slemian, Andréa. *Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo, Hucitec, 2006; Souza, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999; Costa, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, A guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec-Unicamp, 1996, p.37. Dias, Maria Odila Leite da Silva. “A Interiorização da Metrópole”. In: Mota, Carlos Guilherme. (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1986.

⁶⁴ Lobo, Eulália Maria. *História Administrativa do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

⁶⁵ Luccock, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

⁶⁶ Mais detalhes sobre Schäfer ver o capítulo 2.2 - O imperativo de contornar a crise na Cisplatina.

monopólio, elevavam o luxo e bem-estar. Aumentaram também as exigências, e muitos artigos haviam encarecido. [...] Durante esse ano haviam chegado de 8.000 a 9.000 franceses [...] um bom número deles instalara grandes restaurantes e cafeterias e os demais restaurantes fixaram os preços tomando-os como referência”⁶⁷. O censo de 1821, que apresenta falhas sensíveis, apresentou em suas estatísticas uma população de 79.321 pessoas, sendo 54,4% homens livres e 45,6% de escravos⁶⁸.

A cidade do Rio de Janeiro, que já seguia um processo de crescimento urbano e econômico desde o final do século anterior devido ao seu papel de escoadouro das Minas Gerais e entreposto comercial⁶⁹, colocava-se então no epicentro deste impacto, transformando-se em capital da nova metrópole⁷⁰. Sua reestruturação foi tanto física quanto social, transformando os modos de vida em seu interior bem como as práticas econômicas e políticas. Assim, para a plena execução das funções político-administrativas a cidade passou por um aparelhamento estatal, levando à duplicação, na América Portuguesa, de órgãos governamentais antes existentes somente em Portugal⁷¹.

Essa conjuntura fica mais clara se observadas as transformações ocorridas no final do século anterior. Mesmo em suposto regime de “monopólio”, a economia colonial já delineava, desde fins do século XVIII, um desenho dinâmico, tanto no aspecto da diversidade das relações de trabalho, quanto nos preços da produção interna, ambos decorrentes da forte atuação do contrabando nos portos brasileiros e da ação intensa das elites em busca de espaço na malha econômica da colônia⁷². O mercado consumidor interno era responsável, nesse período, por 78,4% das importações da nascente indústria portuguesa, enquanto as outras colônias ficavam somente com 21,4%⁷³, processo que fomentou uma crescente dependência econômica da metrópole

⁶⁷ Schäfer, Georg Anton von. *O Brasil como Império Independente, analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político*. Editora UFSM, Santa Maria, 2007, pp.34-39.

⁶⁸ Lobo, Eulália Maria, *op. cit.*, Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

⁶⁹ Falcón, Francisco C. e Mattos, Ilmar Rohloff de. O Processo de Independência no Rio de Janeiro. In: Mota, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972, p.299.

⁷⁰ Questão abordada na obra clássica: Dias, Maria Odila Leite da Silva, *op. cit.*, pp.169-170. Para uma discussão do conceito de “Interiorização da Metrópole” ver: Slemian, Andréa, *op. cit.*, pp.31-50.

⁷¹ Gouvêa, Maria de Fátima Silva. “As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro”. In Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec / FAPESP, 2005, pp. 707-752; Souza, Iara Lis Carvalho, *op. cit.*, 1999, p.52.

⁷² Arruda, José J. de. A prática Econômica Setecentista no seu Dimensionamento Regional. In: *Revista Brasileira de História*, nº10, 1985.

⁷³ Arruda, José J. de. *O Brasil no Comércio Colonial*. Ed. Ática, 1980, p.149.

em relação à sua colônia americana⁷⁴. Essa “dependência” comercial foi um dos fatores que levou ao retardamento no desenvolvimento industrial português, construindo sua posição marginal em relação às economias ao norte da Europa⁷⁵. O resultado da perda da exclusividade econômica, com a abertura dos portos, e principalmente com o tratado de 19 de fevereiro de 1810⁷⁶, representou nessa conjuntura a destruição da indústria portuguesa⁷⁷.

O clímax da inversão da relação entre a metrópole e sua antiga colônia se deu com a Revolução de 1820 em Portugal⁷⁸. Para alcançarem a resolução dos problemas econômicos e sociais pelos quais passava o país, foram instauradas, em 1821, as “Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa” com base em ideais liberais constitucionais contra pressupostos da monarquia de Antigo Regime⁷⁹.

No interior das Cortes, os deputados brasileiros se articularam por meio de diversos projetos ligados aos interesses localistas, contudo, mesmo com posições divergentes, convergiam para a defesa da autonomia provincial⁸⁰. Assim, as primeiras bancadas de representantes brasileiros apoiaram o decreto de outubro de 1821, caráter centralizador, defendendo a separação do governo das armas das outras funções da junta eleita no interior da província, além de sua nomeação e subordinação ao governo em Lisboa. Embora esse projeto garantisse a formação de governos provinciais escolhidos localmente, previa o fim do Reino do Brasil, pondo um fim às funções centralizadoras do Rio de Janeiro⁸¹.

A mudança na orientação das bancadas pernambucana, fluminense, e baiana que,

⁷⁴ Falcon, Francisco C; Novais, Fernando A. A Extinção da Escravatura Africana em Portugal no Quadro da Política Econômica Pombalina. In: *VI ANAIS da ANPUH*, Goiânia, 1971.

⁷⁵ Wilcken, Patrick, *op. cit.*, p.97.

⁷⁶ A partir desse, “ficavam isentas de direitos alfandegários as mercadorias estrangeiras que já tivessem pago taxas aduaneiras em Portugal; as importações britânicas eram taxadas a 15%; as mercadorias nacionais vindas do Reino a 16% e só eram agravadas em 24% as importações estrangeiras transportadas em navios estrangeiros. Autorizava-se os navios ingleses a estacionar livremente nos portos brasileiros, sem limitação de número. O porto de Santa Catarina era declarado franco, o que, pela sua situação, tinha em vista facilitar o comércio britânico com Buenos Aires”. Gouvêa, Maria de Fátima Silva, *op. cit.*, p.254.

⁷⁷ A indústria portuguesa vinha sofrendo com os reflexos da crise napoleônica na península Ibérica. A deflagração da Guerra Peninsular e o conseqüente aumento da influência britânica no Brasil, somados à incapacidade de concorrer com a forte indústria inglesa, levaram a essa conjuntura. Pantaleão, Olga. A Presença Inglesa. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1976, tomo II, vol. I.

⁷⁸ Berbel. *A nação como artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas 1821-1822*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 1999, pp. 40-43; Dias, M.O.S., *op. cit.*, pp. 166-168; Souza, I.L.C., *op. cit.*, p. 58.

⁷⁹ Berbel, *op. cit.*, p. 44.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 198.

⁸¹ Berbel, Márcia Regina. A Retórica da recolonização. In: In Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec / FAPESP, 2005, pp.791-808.

no primeiro momento, se colocaram a favor do projeto, só veio a acorrer com a presença do grupo paulista e a defesa de seu projeto para manutenção do Reino do Brasil⁸². A defesa da unidade brasileira e a manutenção do estatuto de Reino Unido era pauta de um projeto elaborado por seu líder, José Bonifácio de Andrada e Silva, naquele momento ministro do governo no Rio de Janeiro. Com o desenrolar das discussões no interior das Cortes, o envio de tropas portuguesas para o Brasil, contrariando as opiniões dos deputados brasileiros, e os debates em torno do projeto paulista e sua defesa na forma de um Ato Adicional à Constituição Portuguesa, os representantes das províncias americanas acabaram vinculando o significado da extinção do Reino do Brasil à restauração do sistema colonial⁸³. Desta forma, a independência surgiu como uma guerra civil necessária para a manutenção das conquistas obtidas pelas elites frente ao sentido antibrasileiro que se desenhava naquele momento⁸⁴.

A aliança em torno da figura de D. Pedro, embora admitisse diferentes projetos políticos, conseguia trazer para o lado do movimento parte do aparelho militar da metrópole, facilitando assim a manutenção do estatuto conquistado pelos interesses locais entre diferentes províncias e em seu interior. Era imprescindível garantir a manutenção da hierarquia social sob a nova ordem que se constituía⁸⁵, assim, as elites perceberam que o Príncipe “emergia como a melhor opção para ocupar o espaço público e encerrar em si a capacidade de representar a soberania, entrelaçando-se a ela”⁸⁶

O cenário esboçado no Rio de Janeiro evidenciou bem como se deu o vaivém de interesses, medido na capacidade de influência na administração e na disposição em conquistar terras, riqueza e prestígio, formando uma teia de ações e reações no interior desse processo. A reorganização da Corte, desde a chegada da família real, levou a que donos de engenhos, proprietários de fazendas e negociantes atacadistas tivessem que lidar cada vez mais com novas forças, entre elas a intensificação das pressões britânicas, a presença de nobres, burocratas e empreendedores emigrados⁸⁷.

⁸² *Ibid.*, pp.801-4.

⁸³ *Ibid.*, p.804.

⁸⁴ Holanda, Sérgio Buarque. “A herança colonial – sua desagregação”. In: _____ (org). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: o Brasil monárquico. Vol. 1: O processo de emancipação*. São Paulo: DIFEL, 1962, p.13. Costa, W.P., *op. cit.*, p.128; Falcón, F.C. e Mattos, I.R., *op. cit.*, p.322.

⁸⁵ Costa, W.P., *op. cit.*, p.39, 99; Dias, M.O.S., *op. cit.*, p.177.

⁸⁶ Souza, Iara Lis Carvalho, *op. cit.*, 1999, p.106.

⁸⁷ Oliveira, Cecília Helena de Salles. Sociedade e Projetos políticos na Província do Rio de Janeiro. In: Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec/ FAPESP, 2005, pp. 475-514.

Embora a estratégia de união em torno do príncipe regente tenha tido um resultado eficaz, em seu aspecto simbólico e político, na manutenção da ordem sob a imagem de vinculação à dinastia, a necessidade de completar as tropas para o conflito da independência tornou indispensável a inserção, em larga escala, de homens nas forças armadas⁸⁸.

Como no caso do processo de independência no Maranhão (1822-1825), província que já sofria com a escassa falta de tropas para conter as ações de indígenas insubmissos mesmo do processo de emancipação política, característica que formou elites mais autoritárias que utilizavam inúmeros meios de coerção sobre a população livre-pobre⁸⁹. Nessa província o conflito foi sangrento, sobretudo entre 1823-24, quando diferentes grupos lutaram pela manutenção do poder após a emancipação. A dificuldade de intervenção do Rio de Janeiro na região foi determinante para a participação popular, certas vezes manobrada, mas também participando ativamente de forma autônoma em ações de resistência a imposições arbitrárias e de reivindicação de direitos⁹⁰, assim, recrutas e voluntário, muitos vindos de outras províncias do norte, entraram em conflito direto com homens livres e escravos⁹¹.

Em algumas regiões, como no Ceará, as reações aos acontecimentos teriam forte reflexo no interior, onde as elites locais e a população tomariam a dianteira em manifestações já na formação das juntas governativas em 1821⁹². Nesse caso particular, em Crato e Jardim, a câmara e parte da população levantaram-se contra o movimento, defendendo a ideia de que a constituição portuguesa era uma “lei do diabo”⁹³.

Na Bahia, os doze meses de conflito foram marcados por uma grande tensão entre as elites locais, que viam na arregimentação de populares, e principalmente negros, um perigo iminente à manutenção da ordem estabelecida. A opção do general francês a serviço do Brasil, Pierre Labatut, de utilizar-se de escravos libertos nas tropas

⁸⁸ Kraay, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces In Independence-Era Brazil: Bahia, 1790's-1840's*. California: Stanford University Press. 2001.

⁸⁹ Assunção, Matthias Röhrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão. In: Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec / FAPESP, 2005, pp.791-808.

⁹⁰ *Ibid.*, pp.360-7.

⁹¹ *Ibid.*, p.366.

⁹² Bernardes, Denis Antônio de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência. In: Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec / FAPESP, 2005, pp.379-409.

⁹³ *Ibid.*, p.394-5. Vale destacar que durante as primeiras décadas do século XIX o Ceará passou pelo movimento da República do Crato em 1813, liderado pela família dos Alencar, e posteriormente, foi fortemente influenciado pela Revolução Pernambucana de 1817. Aragão, Raimundo Batista. *História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.

causou um intenso assombro, não sem motivo, pois durante o conflito até mesmo as tropas por ele lideradas foram atacadas por grupos de escravos, supostamente influenciados por portugueses⁹⁴. As tropas formadas por livres pobres causaram o mesmo alarme, levando a declarações de serem tão “insubordinadas que parecia chegar a cada instante a hora em que elas devorariam a [...] pátria”⁹⁵.

No entanto, desde o período colonial a arregimentação de tropas era constantemente tolhida pela dificuldade de se implementar de forma efetiva políticas e práticas, consequência em parte da responsabilidade local diante da seleção dos corpos de ordenança, bem como da distribuição de ordens de privilégio. Reflexos do enraizamento de interesses locais na colônia que levaram a variáveis graus de obstrução da administração metropolitana⁹⁶. Somava-se a isto o recrutamento forçado e o grande número de desertores diante das difíceis condições de manutenção das tropas, “a precariedade dos mecanismos de identificação e alistamento, assim como o mosaico de isenções, fazia do recrutamento uma tarefa arbitrária, imprevisível”⁹⁷.

Embora a fragmentação administrativa e a regionalização de interesses ligados às elites coloniais tenha sido uma das heranças da estrutura militar no oitocentos, a partir do período pombalino, durante a segunda metade do século XVIII, houve um encaminhamento para a centralização político-administrativa, inclusive no âmbito militar⁹⁸. Buscava-se, assim, reduzir o controle das comunidades sobre as forças

⁹⁴ Morton, F. W. O. *The conservative revolution of independence: economy, society and politics in Bahia, 1790-1840*. Tese (Doutorado), Oxford, Universidade de Oxford, 1974, p.280.

⁹⁵ Antônio Muniz de Souza. *Viagens e observações de um brasileiro*. (org. e notas de Ubiratan Castro de Araújo). 3ª Ed. Salvador: IHGBa, 2000, p.198. *apud* Wisiak, Thomas. Itinerário da Bahia na Independência do Brasil. In: Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec / FAPESP, 2005, pp.447-474.

⁹⁶ As tropas serviam como reflexo do poder e prestígio das elites locais, segundo Fábio Faria Mendes, “A combinação de administração honorária e ordens de privilégio irá definir os limites do que o Estado será capaz de fazer ou exigir...”. Mendes, Fábio Faria. *O tributo de Sangue: recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987. Sobre o mesmo tema ver também: Mello, Cristiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do império português no centro-sul da América*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

⁹⁷ Mendes, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: Castro, Izecksohn, Krayy (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.128.

⁹⁸ Além disso, nesse período houve “um alargamento da concepção da disciplina militar, não mais se reduzindo à esfera militar propriamente dita, mas atuando como paradigma que penetrava o âmbito do civil; ampliam-se, também, as concepções da guerra e do soldado, não mais se reduzindo aquela à conquista, mas sim estendendo-se à conservação dos territórios já conquistados, nem tampouco este ao exercício da força e da violência, mas sim abrangendo o do aprendizado da ciência em que se convertera a guerra”. Mello, Cristiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de ordenanças e as auxiliares*

armadas, principalmente com a contratação de estrangeiros para o reordenamento dos corpos⁹⁹.

No Brasil, a criação dos corpos Auxiliares foi resultado direto desse movimento, tornando-se a principal força militar da colônia. Mesmo assim, as nomeações do comando dos Auxiliares e das altas patentes ainda eram realizadas dentre membros da elite local através de negociação direta com o Vice-Rei, o que levou a um efetivo jogo pelo poder político local distribuído entre oficiais militares¹⁰⁰. Já a criação das milícias, que diferentemente das tropas regulares não estavam restritas ao recrutamento de homens brancos, foi idealizada pelo marquês de Lavradio para abrir espaço para a população em geral. Rapidamente foram utilizadas pelos interesses locais como mecanismo de ascensão e repressão social, visto que a seleção era feita no interior das capitanias pelas elites lá inseridas politicamente. As milícias tinham como fim a inclusão da população livre-pobre e de libertos aos corpos militares, visando à repressão de qualquer evento que pudesse levar a maiores desordens. “Em outros termos, o sistema manteria o controle sobre a população nas armas e pelas armas”, reiterando a hierarquia social e a subordinação aos superiores¹⁰¹. Como o passar do tempo elas se transformaram em “redes de clientelismo” que serviam como instrumento de coerção local¹⁰².

Em paralelo a essa prática, se desenvolveram redes de resistência entre a população pobre contra as ações das elites dominantes, como fugas e deserções, além das proteções por meio de redes familiares. Na disputa por poder entre as diferentes elites essas ações se traduziam diversas vezes em suborno e na utilização de privilégios de isenções. Práticas que levaram a que a sociedade se constituísse de acordo com uma lógica local que buscava resistir às pressões centrais¹⁰³.

sobre as relações militares e políticas na América portuguesa. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 45, 2006, pp. 29-56.

⁹⁹ Particularmente, a atuação do Conde Schaumburg Lippe se sobressalta pela implementação dos 29 artigos que estabeleceram regras e condutas para os militares. Hermsdorff, Carlos Eduardo. *As tropas do Império: Um estudo sobre a organização e as políticas de arregimentação de soldados no Primeiro Reinado (1822-1831)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004, p.128.

¹⁰⁰ Mello, Cristiane Figueiredo Pagano de, *op. cit.*, 2006. p.43.

¹⁰¹ *Ibid.*, p.40.

¹⁰² Hermsdorff, Carlos Eduardo, *op. cit.*, p.38.

¹⁰³ Mello, Cristiane Figueiredo Pagano de, *op. cit.*, p.192.

Em decorrência dessa concepção localista, a legislação estabelecida entre 1808 e 1821, que reorganizou as tropas de linha dos regimentos milicianos e de polícia, procurava manter tais forças sob o comando de proprietários e negociantes, o que levou ao fortalecimento da vigilância e à punição de foreiros, posseiros, jornaleiros, rendeiros, artesão, libertos e escravos. Isso significava a instituição da repressão por meio de práticas que, por exemplo, ao obrigar ao serviço militar “indivíduos de má conduta, ociosos e vagabundos”, também permitia sustentar as tropas que se encontravam nos conflitos no sul, ou que deveriam lutar contra indígenas ou quilombolas¹⁰⁴.

Essa tradição se impôs durante o peculiar processo emancipatório brasileiro, em que predominou a conservação do projeto escravista e o *status quo* da elite¹⁰⁵, já que dificultava o aumento do contingente recrutável, notadamente porque se excluía os escravos desse processo. Mesmo assim, em virtude das necessidades impostas pela conjuntura de emancipação frente a Portugal, como no caso baiano, essa opção foi explorada¹⁰⁶. Dessa forma, o recrutamento de escravos e livre-pobres, onde ocorreu, suscitou a interpretações das ideias veiculadas pela elite e, a luta por palavras como “constituição”, “liberdade” e “independência”, gerou problemas no momento posterior à separação. A necessidade de desarmar a massa de livres-pobres para garantir que a ordem social não se alterasse foi um grande problema¹⁰⁷. Além disso, no interior das tensões políticas provinciais, a experiência formadora de lideranças populares no momento da Independência, e de seus seguidores (muitas vezes negros cativos e libertos) foi instrumento “para a construção de novas identidades para indivíduos engajados pelos seus senhores, patrões, chefes políticos, oficiais de milícia e de primeira linha”¹⁰⁸.

Com a participação de novos grupos sociais em suas fileiras, característica predominante no momento de rompimento com a antiga metrópole e durante todo o Primeiro Reinado, o exército não se apresentou como uma instituição de estrutura

¹⁰⁴ Oliveira, Cecília Helena de Salles, *op. cit.*, p.502.

¹⁰⁵ Costa, W.P., *op. cit.*, p.39, 99; Dias, Maria Odila Leite da Silva, *op. cit.*, p. 177; Morton, F. W. O., *op. cit.*,

¹⁰⁶ Sobre esse tema específico ver: Kraay, Hendrick. Em outra coisa não se falavam os pardos, cabras e crioulos: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência da Bahia. *Revista Brasileira de História*. Vol. 22, nº. 43, São Paulo, 2002. Também desse mesmo autor ver: Kraay, Hendrik, *op. cit.*,

¹⁰⁷ Reis, João José. “A elite baiana face aos movimentos sociais, Bahia: 1824-1840”. *Revista de História*, São Paulo, vol. LIV, 1976, p.343. Santos, Luis Cláudio Villafane G. “O Império Brasileiro: Guerras e Nacionalismo”. *Prohistoria*, ano VII, número 7, 2003, p.94.

¹⁰⁸ Carvalho, Marcus J. M. de. Negros armados por Brancos e suas Independências. In: Jancsó, István. (org.), *op. cit.*, pp. 881-914.

organizacional fechada¹⁰⁹. Ao contrário, não só representava anseios da elite na manutenção do seu status, como também funcionava como “válvula de escape” para as expectativas da população mais desfavorecida. O momento de independência, e a formação das forças armadas, ensinaram e formaram indivíduos que, no decorrer das décadas seguintes, lideraram levantes ou tomaram a dianteira em manifestações políticas, sobretudo figuras saídas das redes militares¹¹⁰.

Durante o Primeiro Reinado, a necessidade de controle sobre a população e a disputa pela direção que deveria seguir o Estado nascente levaram a que o arranjo institucional das forças armadas fosse influenciado por ações emanadas diretamente do Imperador – na imposição de projetos e por meio da nomeação pessoal para os cargos – e, em contrapartida, pelas reações que essa política gerou no interior do Parlamento, visíveis nas intensas discussões travadas entre os deputados. O exército estava aquém de “uma instituição com um sentido de corporação pronta e acabada, pois não possuía ainda políticas próprias”, estava então inserido nas contendas políticas presentes dentro do próprio Estado¹¹¹.

No Brasil, com a chegada da família real, os sentimentos de antilusitanismo tiveram um terreno fértil para se desenvolverem. Ainda que a sociedade permanecesse profundamente escravocrata, houve um aumento na demanda pela mão de obra dos homens livres pobres como força de trabalho barata, especialmente nas áreas urbanas, para a edificação da infra-estrutura necessária para o intenso e crescente mercado interno no sudeste¹¹². A entrada maciça de imigrantes portugueses, vindos da Europa e da ilhas do Atlântico após a transmigração da Corte, foi aos poucos limitando o ingresso de brasileiros ao mercado de trabalho por meio do investimento em pequenas lavouras, estabelecimentos comerciais, prestação de serviços urbanos, artesanato local, ou na atividade de caixeiros. A integração desses grupos na sociedade e o estabelecimento de relações de parentesco para o favorecimento comercial e o acesso a melhores condições econômicas, inclusive benesses fiscais como isenção para caixeiros portugueses, foram

¹⁰⁹ Souza, Adriana Barreto de. *O Exército na construção do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1997.

¹¹⁰ Carvalho, Marcus J. M. de, *op. cit.*, p.910-14.

¹¹¹ Sobre a formação do exército no Primeiro Reinado, e sua organização diante da articulação entre “novas ideias” e “velhas práticas” ver: Hermsdorff, Carlos Eduardo, *op. cit.*, p.128.

¹¹² Oliveira, Cecília Helena de Salles, *op. cit.*, p.499.

aos poucos arraigando na população livre pobre e liberta um sentimento de exclusão social frente ao “estrangeiro”¹¹³.

O antilusitanismo, transformado em rejeição ao estrangeiro, tornou-se mais frequente durante toda a década de 1820. A prisão de um homem que bradou às vésperas do aniversário de D. Pedro, em 1823, “vivam os Brasileiros que hão de beber o sangue dos Europeus”¹¹⁴, exemplifica esse nível de tensão. A coexistência entre estrangeiros e “brasileiros” no Rio de Janeiro, durante as primeiras décadas do século XIX, levou inúmeras vezes a conflitos de maiores ou menores proporções.

1.3 - O cotidiano sob o olhar estrangeiro

Com a abertura dos portos e a sempre crescente chegada de estrangeiros ao Brasil, a região e a população se tornaram tema e personagem em uma série de livros de viagem que retratavam as impressões de diferentes homens e mulheres. Nessas obras, publicadas por ingleses, germânicos e franceses, ressaltava-se o estranhamento ante a práticas sociais presentes no dia-a-dia do Rio de Janeiro e a relação tensa que, por diversas vezes, se manifestava no convívio cotidiano, antes mesmo da emancipação política. Esse olhar, presente em diversos relatos, apontava para uma rejeição aos modos de vida e sociabilidade brasileiros, como também deixava entrever a maneira como a sociedade reagiu à presença desses mesmos estrangeiros.

Em 1808, o comerciante inglês Luccock apresentou sua visão sobre a sociedade carioca como portadora de inúmeros “defeitos morais”, visíveis em suas tradições. Dessa forma, entendia que o enterro no Brasil era comparável à prática do canibalismo¹¹⁵ e que a missa católica se constituía em “uma prática patética”¹¹⁶. Resumiu suas duras críticas à singularidade do “caráter nacional do brasileiro”¹¹⁷, quando garantiu que não se deveria duvidar que houvesse homens de “bons princípios”, mas nos traços caracteristicamente “mistos” da população do Brasil, “havia uma

¹¹³ Ribeiro, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

¹¹⁴ Correspondência publicada no Correio do Rio de Janeiro, 12/11/1823. *apud* Slemiam, Andréa. *Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo, Hucitec, 2006, p.174.

¹¹⁵ “Pareceu-me esta última prática mais desumana e chocante do que quantas presenciei num enterro, levando-me até a pensar que não ficava muito aquém do próprio canibalismo”. Luccock, John, *op. cit.*, p. 39.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 43.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 91.

preponderância desusada de mal, e uma proporção muito superior à comum parecia por completo depravada¹¹⁸”. Quando retornou à cidade em 1813, enfatizou que desde a transmigração da corte “notaram-se consideráveis progressos para situação mais favorável¹¹⁹”. Esse avanço devia-se à chegada de um grande contingente de europeus ao território, que conseqüentemente acabaram enriquecendo o caráter e as práticas sociais. Entendia, como sinais desse avanço, o aumento da guarda policial (doravante com poderes mais amplos), paralelamente à melhora das tropas de linhas nas diversas províncias, melhoria esta que se devia ao número de oficiais portugueses. Ressaltou também que as relações exteriores haviam se tornado mais “firmes” com a incorporação de embaixadores, e principalmente, com o melhoramento do comércio em diversos âmbitos devido à presença de ingleses e franceses¹²⁰.

As reações dos estrangeiros diante das práticas brasileiras levaram a momentos de tensão, como o evento em que “dois ou três ingleses foram presos” porque “ridicularizavam as cerimônias da Igreja”¹²¹. Segundo Luccock, “injustamente, por que se deu num tempo em que se infundira um espírito de rancor entre militares que preenchiam os postos subalternos da polícia e que estavam sempre dispostos a abusar de sua autoridade e a molestar nossos patrícios”.

Em 1818, Luccock voltou a atacar o “caráter” das autoridades brasileiras devido ao tratamento “ilegal” dado aos estrangeiros, defendendo inclusive a necessidade de suspender a corporação. Justificava sua opinião alegando que a corrupção era de tal modo entranhada nos costumes que “a extensão desse mal poderia ser bem revelada pelo relato de incidentes e casos em que eu próprio me vi envolvido”¹²².

Em decorrência da grande presença de estrangeiros, foi criado o “Gabinete de Estrangeiros”, estabelecendo-se que todo o estrangeiro residente na cidade teria que se registrar para obter uma “licença de residência, que o colocava sob imediata vigilância¹²³”. Sua criação significou para o comerciante uma imediata vigilância sobre os atos dos estrangeiros, igualando-os a criminosos.

¹¹⁸ *Ibid.*

¹¹⁹ *Ibid.* p. 162.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 162-174.

¹²¹ *Ibid.* p. 165.

¹²² Não descreveu os acontecimentos pelo qual teria passado por “não serem estes muito interessantes”.

Ibid. p. 365.

¹²³ *Ibid.*

Conforme a obra de Ernst Ebel¹²⁴, escrita depois de sua viagem pelo Rio de Janeiro em 1824, a presença dos estrangeiros na cidade era intensa principalmente no comércio, “os ingleses e franceses, especialmente, inundam o mercado com mil produtos de suas manufaturas”¹²⁵, mantendo, “salvos pouquíssimos casos”, pouco contato entre si¹²⁶. Em suas observações, destacou que os ingleses, respeitados devido ao seu número, tempo de permanência no país e privilégios conquistados, procuravam sempre manter suas tradições não se misturando com os “nacionais”. Tal costume levou ao surgimento da expressão “senhor inglês” para designar todo estrangeiro que estava bem vestido¹²⁷. Para Ebel, os estrangeiros de origem germânica eram os que pareciam “mesclar-se mais com a gente da terra”¹²⁸, enquanto que os franceses se concentravam no comércio, sendo especialmente reconhecidos como “*boutiquiers*”¹²⁹.

Além da questão religiosa, comercial, e do favorecimento através da rede de relações formada entre nativos de um mesmo país ou comunidade identitária (como aqueles de origem germânica), o choque cultural frente às “práticas brasileiras” levou a um estranhamento do estrangeiro em relação ao que encontrava. Em uma caminhada pelas ruas da cidade, Ernst Ebel assegurou que um europeu “mal pode fazer ideia¹³⁰” do que se sente, já que “ao invés de brancos, só [se via] negros, seminus, a fazerem um barulho infernal e a exalarem um cheiro altamente ofensivo ao olfato”. Entre as inúmeras observações feitas sobre a “realidade brasileira”, anotou que “o carnaval, [...] uma folia que, fora de Portugal, em nenhuma parte encontra paralelo. Consiste esta em divertirem-se senhores e gentilha, do meio-dia às Ave-Marias, molhando-se com água uns aos outros. Para isso, enchem os pretos uns limões de cera que põem à venda pelas ruas e com os quais a clientela trava combate até ficarem encharcados como pintos [...] em suma, é uma brincadeira absurda a que se entregam não só conhecidos, mas toda a

¹²⁴ A obra do alemão Ernst Ebel foi escrita durante sua estadia no Rio de Janeiro entre fevereiro a junho de 1824. No prefácio da obra ressaltou que “as páginas que se seguem escrevi-as para meu entretenimento ao voltar do Rio de Janeiro em 1824”, tendo sido posteriormente publicada em razão dos pedidos de amigos. O livro é composto de relatos esparsos organizados cronologicamente em treze datas distintas, contadas a partir de saída de Cowes, na Dinamarca, em 6 de janeiro de 1824, até sua partida do Rio de Janeiro em 9 de Junho do mesmo ano. Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1974.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 61

¹²⁶ *Ibid.*, p. 192.

¹²⁷ “Os ingleses compõem, sem discussão, a classe mais respeitada pela sua afluência, seus privilégios e mais longa permanência [...]”. *Ibid.*

¹²⁸ *Ibid.*

¹²⁹ “Os franceses são de longe a colônia mais numerosa, mas, constituída na maior parte de *boutiquiers*, não gozam de maior consideração, raras sendo as exceções”. *Ibid.*

¹³⁰ Ebel, Ernst, *op. cit.*, p.13.

sorte de gente. [...] Dois oficiais estrangeiros quiseram entrar a força numa casa, de onde haviam recebido um banho involuntário, foram repelidos com tal furor aquático que, de golpe se lhes arrefeceu o ânimo e, [diante da] gargalhada geral, tiveram que bater em retirada; noutra ocasião, chegou-se mesmo a facadas¹³¹”. A constatação dessa tensa relação de alteridade revela a forma como Ebel passou a compreender essa “distante” realidade, apresentando eventos que, embora fossem corriqueiros em uma festividade, levaram a reações violentas de estrangeiros não habituados àquelas práticas. Esse choque diante da realidade cotidiana da cidade favoreceu o estranhamento inclusive dos sentidos (visão, olfato e audição).

As incertezas durante o processo de independência trouxeram à tona manifestações da população que indicavam como as reações frente a contínua entrada de estrangeiros na cidade poderiam desembocar em conflitos de maiores proporções. Os estrangeiros, muitas vezes independentemente de sua origem, representavam um alvo frente à bandeira do antilusitanismo.

Maria Graham, mulher do capitão da fragata Doris, Thomas Graham, em seu diário de viagem pelo Brasil tomou nota, ao passar pelo Rio de Janeiro em 1823, que a expectativa frente à resposta de D. Pedro à mensagem das Cortes de Lisboa, que o intimara a retornar imediatamente a Europa, gerou entre os estrangeiros a perspectiva de uma guerra civil¹³². Os comerciantes ingleses se reuniram e requereram a permanência da Doris até a chegada de outra embarcação militar inglesa, com medo de que “suas pessoas e propriedades não ficassem em segurança¹³³”. O medo da perseguição aos comerciantes ingleses se fortaleceu dias depois, quando, por meio de uma requisição formal ao capitão Graham, solicitaram para que ficasse no porto¹³⁴. A autora não compreendia porque os comerciantes ingleses, e mesmo o cônsul-deputado, não se posicionavam logo, avisando o governo brasileiro de seu medo, se afinal antecipavam um possível confronto entre oficiais portugueses e brasileiros¹³⁵.

No momento em que o general Avilez pediu demissão e foi substituído por Curado no comando das tropas nacionais, ela registrou em seu diário a rixa existente

¹³¹ *Ibid.*, pp.37-38.

¹³² “Qualquer que seja sua resolução, teme-se que aja muito tumulto, senão uma guerra civil”. Graham, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822, 1823*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 217.

¹³³ *Ibid.*, p. 217.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 220.

¹³⁵ *Ibid.*

entre soldados nacionais e portugueses. No mesmo dia em que a guarda de honra da ópera foi substituída por brasileiros, e o general Avilez compareceu aos quartéis para se despedir dos oficiais, os quartéis portugueses não cumpriram as ordens do príncipe regente de dar a guarda na noite seguinte. O príncipe recebeu em resposta que “era melhor que continuasse a ser guardado por eles”, soldados brasileiros. Naquela mesma noite soldados portugueses percorreram as ruas, quebrando janelas e insultando pedestres, incitando brigas com negros¹³⁶. Mesmo depois de controlada a situação, o clima de insegurança apontava para problemas que repercutiam no interior do contingente militar na cidade. Depois daquele incidente, “os habitantes em geral, mas especialmente os comerciantes estrangeiros, [estavam] bem satisfeitos por ver as tropas de Lisboa despedidas, porque por muito tempo foram tiranicamente brutais com os estrangeiros, com os negros e, não raramente, com os próprios brasileiros¹³⁷”.

Mesmo que o eixo da preocupação dos comerciantes tenha sido o embate entre portugueses e brasileiros, esse intenso clima de insegurança permite compreender o surgimento e acirramento de sentimentos contrários, tanto no caso dos ingleses frente aos portugueses e brasileiros, como dos brasileiros frente aos portugueses e seus tradicionais aliados ingleses.

Situações semelhantes foram comuns durante todo o primeiro reinado, somando-se a outros inúmeros acontecimentos em que se evidenciaram os posicionamentos antagônicos e conflituosos entre estrangeiros e “nacionais”. Eventos que foram reflexo de ações e reações frutos da efervescência de manifestações políticas e culturais de indivíduos que lutaram movidos por interesses pessoais, mas que não estavam alheios à conjuntura geral em que estavam inseridos.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 222.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 226.

Capítulo 2. O desenrolar da trama: política e ação imperial

2.1 - Estrangeiros e imigrantes: os debates na Assembléia Geral Constituinte

Durante o processo de emancipação política de Portugal o recém nascido Império do Brasil se encontrou diante de uma questão central: a rápida formação de um poderio militar que pudesse dar conta da guerra da independência e da conservação do território nacional. Mesmo que a estratégia de se apoiar na figura do príncipe regente para tornar o esforço militar o menor possível, e que trouxe consigo parte do aparelho militar da antiga metrópole¹, foi necessário completar a força militar com o engajamento de estrangeiros. Em razão da presença de tropas leais às Cortes de Lisboa em Salvador e a dificuldade apresentadas pelas Juntas Governativas das Províncias do Norte em aceitar a autoridade do Rio de Janeiro, o envio de agentes para o recrutamento de estrangeiros se iniciou já em 1822².

Assim, em 8 de janeiro de 1823, foi enviado para João Vieira de Carvalho, futuro Conde Lages, então “Conselheiro de Estado e Ministro Secretário de Estado dos Negócios de Guerra”, um decreto imperial que estabelecia um novo corpo militar. Naquele momento a resposta para o problema do aumento de força no exército estava na constatação de que “havendo Estrangeiros que voluntariamente se oferecem ao serviço deste Império, Hei [O Imperador] por bem mandar formar um regimento, composto de um Estado Maior e três Batalhões, o qual se denomina Regimento de Estrangeiros”³. Em setembro do mesmo ano, o Corpo contava com cinco oficiais de estado maior, um capitão, quatro tenentes, um alferes, e cento e seis praças entre aspirantes e soldados⁴.

Em 21 de julho do mesmo ano, a criação arbitrária de novos corpos militares por ordem do Imperador foi recebida pelos deputados com assombro, pois, sem discussão alguma, foi deliberada sua dissolução.

¹ Costa, Wilma Peres, *op. cit.*, p.39.

² A arregimentação de homens no porto de Londres e Liverpool para formação e fortalecimento da nascente marinha nacional é um exemplo disso, sobre essa ação ver: Vale, Brian. *English and Irish Naval Officers in the War for Brazilian Independence*. Irish Migration Studies in Latin America, Vol.4, Nº3, July 2006, disponível online em <www.irlandeses.org> consultado em 2008. Ver também: Galsky, Nélío. *Mercenários ou libertários as motivações para o engajamento do almirante Cochrane e seu grupo nas lutas na independência do Brasil*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Dissertação de mestrado, 1997.

³ Ofício a João Vieira de Carvalho. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.02, Cópia de Ofícios 1823.

⁴ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Assembléa Constituinte. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & Cia, 1876, tomo V, p. 125.

A proposta apresentada pelo deputado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, representante pela província da Paraíba, previa o fim do corpo de estrangeiros, sendo que todos os soldados e oficiais inferiores que quisessem continuar a servir deveriam alistar-se nos corpos nacionais, recebendo o mesmo soldo dos oficiais brasileiros. Os oficiais superiores ficariam recebendo meio soldo até que surgisse uma vaga no interior do exercito nacional, até o momento em que pudessem ser incorporados ao serviço ativo novamente⁵.

Logo depois do parecer, em sessão de 17 de setembro, sua proposta foi aprovada e transformada em projeto de lei⁶. Manteve-se na íntegra o caráter que já se desenhava no projeto inicial de Carneiro da Cunha. Era claro o intuito de se dissolver a força mercenária, apontando como motivo a dificuldade de sua concretização e, embora não tenha sido discutida, é evidente que em nenhum momento foi colocada uma posição contrária à proposta.

No interior desse projeto foram dois os pontos centrais que deliberaram a forma pela qual se efetivaria o fim dos corpos: a regulamentação do soldo destes oficiais e sua permanência na força militar nacional. Estava previsto que:

“[...] os oficiais continuem a receber o soldo simples de suas patentes pelo espaço de seis meses, cessando então por diante este meio vencimento, o qual se lhes concede em atenção às despesas que fizeram [...] que os oficiais inferiores sejam demitidos continuando a receber por mais três meses seus respectivos soldos tão somente [...] que se alguns ditos inferiores quiserem continuar a servir, o possam fazer nos batalhões nacionais com a praça de soldados, e vencimentos dos soldados da nação [...] que os tambores, e soldados possam igualmente servir, querendo, nos corpos nacionais, precedendo a devida inspeção sobre o seu estado físico, obrigando-se aos maiores de 18 anos a servirem por seis anos, e aos menores por oito anos com o mesmo soldo dos soldados dos batalhões a que se reunirem, podendo uns e outros entrar em maior continuação de serviços se assim lhes convier, findos os ditos prazos com as vantagens marcadas por lei [...] que aqueles que na inspeção forem julgados incapazes de serviço ativo, ou que não quiserem continuar no serviço nacional, sejam despedidos, concedendo-lhes levar o fardamento que houverem recebido”⁷.

Esses pontos demonstravam a intenção deliberada da Câmara de acabar com as forças estrangeiras, pois se preocupavam em inserir as tropas mercenárias na armada nacional sempre abrindo espaço para a desistência, quando não diretamente exonerando-as.

⁵ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Assembléa Constituinte. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & Cia, 1876, tomo III, p. 93.

⁶ *Annaes do Parlamento Brasileiro*, *op. cit.*, tomo V, p. 125.

⁷ *Ibid.*

A atuação da Câmara nessa discussão remetia a uma questão mais pontual ainda que recorrente ao longo da sessão de 1823, a inserção de estrangeiros no interior do território recém independente. Isso fica mais claro quando se observa que um dos argumentos usados para por fim às tropas era a inviabilidade de condições para a entrada dos mercenários no Império⁸.

A inserção de estrangeiros para fins militares no Império percorreu todo o Primeiro Reinado, sendo pauta nas discussões da Assembléia Constituinte em 1823, e posteriormente na Câmara dos Deputados e no Senado. Logo, um dos pontos centrais para se compreender a relação das elites politicamente representadas passa pela análise dessa questão, bem como do entendimento do jogo político das elites no que se referia à inserção de imigrantes, até porque tais questões se imbricavam a todo o momento. Além disso, a importância da posição desses órgãos representativos remete, dentro de certo âmbito, ao possível locus de consenso no interior da construção do Estado Nacional⁹.

Essa discussão teve como ponto de partida a sessão da Assembléia de 12 de maio de 1823, quando José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro e Secretário dos Negócios do Império, levantou a importância da manutenção da colônia alemã na Vila de São Jorge dos Ilhéus¹⁰. Os imigrantes se encontravam em condição “miserável e morrendo a míngua”, o que deveria ser evitado, pois “longe de perecerem de miséria, se formem úteis a população livre”¹¹. Para discutir a questão foi organizada uma comissão de colonização que, além de resolver o imperativo problema da colônia alemã, atuou para “formar um plano que satisfizesse ao fim do aumento da população de homens brancos e civilização e catequização dos índios selvagens”¹². Contudo a comissão acabou detida somente na sua segunda função, deixando a problemática da inserção de estrangeiros de lado.

Importante teórico e idealizador de um projeto de imigração no Primeiro Reinado, José Bonifácio defendeu em suas propostas para a modernização do Brasil, a necessidade de manter, intensificar e ampliar a vinda de colonos estrangeiros¹³. Dentre suas propostas sobressaíam importantes discussões acerca da política imigratória. O

⁸ *Annaes do Parlamento Brasileiro*, op. cit., tomo III, p. 141.

⁹ Para mais detalhes sobre a importância da Câmara neste momento ver: Slemian, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2006.

¹⁰ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Assembléia Constituinte. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & Cia, 1876, tomo I, pp.46-47.

¹¹ *Ibid.*, p.46.

¹² *Ibid.*

¹³ Ribeiro, Evanice Maria, op. cit., p.40.

papel do imigrante seria o de substituir a mão-de-obra escrava pela livre, povoar o interior do país, por meio de colônias agrárias e agro-militares, que serviriam também para a defesa das fronteiras¹⁴. Apesar disso, seus apontamentos para um plano de colonização do Brasil ficaram fora das pautas na Assembléia, tendo sua efetivação ligada diretamente ao Imperador, excluindo assim a participação direta do poder legislativo¹⁵. Contudo, embora a ação de engajamento tenha se iniciado na época em que ainda era ministro de D. Pedro, a intensificação do projeto, centrado então no aspecto militar se deu quando já se encontrava exilado na Europa¹⁶.

A discussão sobre o tema na Assembléia foi retomada em sessão de 2 de agosto de 1823, com a proposta de se legislar a questão, apresentada pelo deputado Venâncio Henriques de Resende, representante pela província de Pernambuco¹⁷. Porém, sua proposta foi logo atacada pelos deputados Carneiro da Cunha, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro¹⁸ e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva¹⁹, sendo os dois últimos representantes pela província de São Paulo. Na fala de Andrada Machado, “Todo português é estrangeiro, até estrangeiros inimigos, se o poder executivo cair no absurdo de os empregar, é de nossa obrigação denunciá-lo a esta assembléia”. Completando a fala do colega, Vergueiro afirmou que “convenha na necessidade que há de procurarmos por todos os meios aumentar a nossa população, mas devemos partir do princípio: estrangeiros bons não vêm cá enquanto não tivermos constituição”²⁰. Discurso que defendeu uma posição adversa a recepção de imigrantes, principalmente a iniciativa de estrangeiros em residir no território naquele momento. Novamente a

¹⁴ Siriani, Silvia Cristina Lambert. , *op. cit.*, p.45. Ribeiro, E.M., *op. cit.*, p.33.

¹⁵ Ribeiro, E.M., *op. cit.*, p.161.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ Venâncio Henriques de Resende, sacerdote pernambucano que participou da Revolta Pernambucana de 1817 foi preso e enviado a Bahia. Anos depois, anistiado voltou a exercer sua função de padre na província natal, onde permaneceu até ser acusado de conspiração para o assassinato do governador Luiz do Rego. Preso em Lisboa por essa acusação permaneceu lá até 1822, ano em que retornou ao Brasil, quando foi eleito deputado na assembléia constituinte. Envolvido na Confederação do Equador em 1824 fugiu para os Estados Unidos, onde permaneceu até 1829. Quando retornou ao Brasil participou outras sete legislaturas na Assembléia Geral.

¹⁸ O português Nicolau Pereira de Campos Vergueiro formou-se na Universidade de Coimbra em Leis. No Brasil residiu em São Paulo, onde exerceu a advocacia e onde ocupou vários cargos públicos, além de manter sua atuação como comerciante. Foi deputado em 1821 e em 1826 por São Paulo, em 1828 foi escolhido Senador pela província de Minas Gerais.

¹⁹ Natural de Santos (São Paulo) Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva obteve o título de Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, no Brasil ocupou diversos cargos públicos. Preso por participar da Revolução em Pernambuco em 1817 depois de solto foi eleito pela província de São Paulo para as Cortes de Lisboa em 1821. Em 1823 foi eleito pela mesma província para a Constituinte, cargo que só ocuparia novamente na 4ª legislatura (1838-1841).

²⁰ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & Cia, 1876, tomo IV, pp.13-14.

questão foi deixada de lado, pois nas palavras de Carneiro da Cunha, “a constituinte não deve legislar sobre algo que deve estabelecer definitivamente”²¹.

Somente a proposta do padre Henriques de Resende, dentre os 38 projetos de lei apresentados nas discussões do ano de 1823, propunha a redação de legislação sobre a naturalização de estrangeiros, sendo prontamente tratado de forma categórica pela maioria dos deputados, pois os poucos que discursaram sobre o tema não apoiaram sua posição.

Assim, o tema voltou somente com as discussões do Projeto de Constituição, especificamente dentro do artigo 6º, que definia quem poderia obter a carta de naturalização. Segundo as definições estabelecidas, poderia solicitá-la “todo estrangeiro de maior idade, que tiver domicílio no império possuindo nele capitais, bens de raiz, estabelecimento de agricultura, comércio e indústria, ou exercitado algum comércio, ou indústria útil, ou feito serviços importantes a nação, (e) os filhos de pais brasileiros que pedirão a qualidade de cidadãos brasileiros, uma vez que tenham a maioridade e domicílio no império”²².

Sua discussão começou em 02 de outubro e prolongou-se pelos dias 03, 04, 07 e 10 do mesmo mês. Na primeira fala o representante da Bahia Luiz José de Carvalho e Mello, apresentou uma posição que foi seguida pelos outros deputados quando trataram do tema. Consoante o deputado “nenhuma nação precisa tanto de gente como a nossa: temos terrenos extensos, costas despovoadas e só nos falta gente. Não podemos recluir a subsistência dela: a natureza é nestes ricos países tão imperiosa e produtiva, que devemos esperar que braços fortes e livres arranquem dela riquezas prodigiosas”²³.

Carvalho e Mello foi o primeiro, de oito deputados, a tratar do artigo, já ressaltando as questões de ocupação do vasto território e do problema da escravidão no contingente populacional. Eram necessários homens livres, de “qualquer que fossem suas religiões”, mesmo que não possuindo o exigido “cabedal e indústria”. Afirmava que o Brasil tivera “a desdita da importação de escravos para povoar este rico e ameno país com os bárbaros da costa da África em troco dos mesmos bárbaros indígenas que expulsamos, exterminamos e quase extinguímos”²⁴. Sua posição foi reiterada em outros discursos, como o do paulista Francisco de Paula Souza e Mello que se apoiou

²¹ *Ibid.*

²² *Annaes do Parlamento Brasileiro, op. cit.*, tomo V, pp.06-07.

²³ *Annaes do Parlamento Brasileiro. Assembléa Constituinte*, Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & Cia, 1876, tomo VI, p.09.

²⁴ *Ibid.*, p.10.

inteiramente na necessidade de aumento populacional sugerindo que dessem cartas de naturalização a todos “aos que como colonos viessem estabelecer-se no império, independente dos outros requisitos”²⁵.

Embora essas defesas já esboçassem pontos que se tornaram recorrentes nos discursos, certas indicações e propostas tentaram ampliar os entraves para a incorporação de estrangeiros. Nesse sentido, destacava-se a fala do baiano José da Silva Lisboa, que defendeu o merecimento de naturalização a todo aquele que viesse estabelecer o ensino de belas letras e ciências²⁶. Perspectiva repetida pelo deputado José Joaquim Carneiro de Campos, que defendeu que no Brasil “não bastam somente braços, para colhermos com maior proveito [...] são também indispensáveis cabedais que os ponham em atividade e os auxiliem, e luzes que os dirijam o mais vantajosamente [...] e indispensável reformar os costumes do povo, derramar sobre eles boas máximas e luzes [...] criem e radiquem no coração de todos o necessário amor a nova forma de governo”²⁷. Discursos que davam ênfase a um modelo de imigração que se pautasse em iniciativas do exterior e majoritariamente individuais, em detrimento de um financiamento ou empreendimento por parte do governo imperial.

Quando foram votadas as emendas dos deputados ao projeto de constituição, as propostas que prescreviam atributos individuais e qualificações morais foram aprovadas. Enquanto que emendas, como a do deputado Paula Souza, que abriam espaço para um projeto de colonização independente dos requisitos, foram rejeitadas. Privilegiaram-se requisitos como os defendidos pelo deputado do Rio de Janeiro, Manoel José de Souza França, ou seja, “propriedade privada (distinguida na posse, no interior do território, de capital ou bens de raiz ou estabelecimento agrícola), o exercício de algum ramo de atividade comercial ou industrial, ou o préstimo de serviço em benefício a nação”²⁸.

Porém, mais do que isso, chegou-se à conclusão que o projeto constitucional não necessariamente precisava estabelecer um programa de colonização. Tal posição ficou evidente na fala de Vergueiro, que recomendava o detalhamento da naturalização por meio de lei regulamentar²⁹, o que abria espaço para vicissitudes futuras na construção do estado nacional. O deputado considerava fundamental a incorporação de um

²⁵ *Ibid.*, p.18.

²⁶ *Ibid.*, pp.15-16.

²⁷ *Ibid.*, p.16.

²⁸ *Ibid.*, p. 15.

²⁹ *Ibid.*, p.16.

contingente populacional europeu, tanto para a conservação do território quanto para a difusão da “civilização”, contudo, ponderava que não se deveria legislar de forma fixa, ou seja, como matéria constitucional, uma vez que a cada momento histórico as necessidades poderiam ser diferentes. Nada garantia que posteriormente a demanda não pudesse ser atendida por iniciativas privadas.

Contudo, a discussão não se referia somente ao estabelecimento, ou não, de políticas de imigração, mais do que isso o que estava em jogo era a definição dos parâmetros de quem poderia ou não fazer parte da nação em construção. Além do mais, esse debate foi posterior à questão da criação dos batalhões estrangeiros, logo, é provável que a imbricação das discussões tenha tido influência em ambos os temas. Na medida em que os deputados definissem quais eram os requisitos necessários para a recepção de imigrantes, para fins militares, assentamento, ou ambos os propósitos, isso significaria um distanciamento das posições arbitrárias do Imperador. Em suma, o que estava em discussão era a definição de uma política de recepção de estrangeiros que fosse além das necessidades iniciais do processo emancipatório.

Se a não implementação das tropas, segundo ordenado pelo imperador em julho, deveu-se à decisão dos deputados, ou se o posicionamento da Assembléia – em razão de sua dissolução - acabou por não ter qualquer efeito sobre o assunto, é difícil de precisar. Porém, no ano seguinte, foram redigidos dois novos decretos sobre a efetivação dos corpos estrangeiros, mudando o que fora previsto antes. Em 1824, foram formados dois batalhões de granadeiros, números 2º e o 3º, e dois de caçadores³⁰, números 27º e 28º, sendo os três primeiros regulamentados por decreto de 13 de outubro e o último pelo de

³⁰ Cada regimento era uma unidade administrativa que correspondia a um conjunto de tropas e um aquartelamento comum, agrupando assim vários batalhões; contudo, em alguns exércitos, cada regimento organizava-se taticamente como um único batalhão. No final do século XVIII, os regimentos de infantarias (geralmente dotados dos maiores efetivos) eram constituídos por companhias de linhas e por companhias de elite, distribuídas em um ou mais batalhões. As companhias de linha eram designadas como fuzileiros (até o final do século XIX companhias armadas com espingarda ou fuzil) e as companhias de elite dividiam-se em de granadeiros e de infantaria ligeira (designadas também como de caçadores). Cada batalhão era constituído, em média, por oito companhias de fuzileiros, uma de granadeiros e outra de infantaria ligeira. Os granadeiros inicialmente tinham a função de protegerem os flancos das formações de combate através do lançamento de granadas de mão, perdendo posteriormente esta função e transformando-se nas subunidades de elite dos regimentos, já os caçadores formavam linhas à frente ou aos lados tanto para atrapalhar as tropas inimigas como para proteger suas próprias tropas. Sobral, José. *Postos e cargos militares portugueses*. Audaces, 2008. *apud* disponível online em <audaces.blogs.sapo.pt/4784.html> consultado em maio de 2010; *Encyclopedia Britannica Online*, disponível online em <www.britannica.com> consultado em maio de 2010.

13 de novembro³¹. Com esses novos decretos imperiais a denominação de Corpo de Estrangeiros foi extinta, permanecendo os batalhões dentro do Corpo Militar Nacional.

2.2 - O imperativo de contornar a crise na Cisplatina

O número de estrangeiros que assentaram praça nos dois batalhões de granadeiros continuou a crescer nos anos seguintes. O relatório de 22 de novembro de 1827, redigido por Manoel José de Oliveira, responsável pelo Depósito do Quartel General, demonstra que em 1824 assentaram praça no 2º batalhão de granadeiros 351 oficiais, contra 117 ano anterior, um aumento de exatos duzentos por cento só com novos oficiais. Em 1825 foram incorporados 100 oficiais, em 1826 outros 195, e, em 1827, apenas 10, totalizando, em quatro anos 662 novos militares. Já o terceiro batalhão de granadeiros arregimentou 443 oficiais em 1825, e mais 61 em 1826, somando 510 militares. Haviam sido admitidos então 1162 soldados divididos entre os dois batalhões³².

Tal número foi alcançado devido ao trabalho do Major Georg Anton Von Schäfer, agente responsável pela arregimentação de mercenários e colonos nos territórios germânicos. Sua proximidade com o Imperador, a quem serviu desde o momento em que foi incorporado à guarda pessoal do Príncipe Regente, fez dele um dos homens de confiança de D. Pedro e, após a independência, um dos escolhidos para fazer propaganda do recente Império do Brasil na Áustria e nos territórios germânicos³³.

Entre 1824 e 1825, Schäfer e seus agentes nos territórios germânicos alimentaram o Império com mais de 2000 soldados e cerca de 1000 colonos³⁴. Em 1827, entretanto, era visível a queda no número de novos oficiais que assentaram nos batalhões de granadeiros, apenas dez praças no 2º batalhão. Como consequência, em 12 de fevereiro do mesmo ano, o Conde de Lages recebeu em ofício a ordem de que “venham da Europa todos os anos trezentos Recrutas, pelo menos, para os Corpos de

³¹ ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac. 01, Irlandeses 1828, fl.147v.

³² Relatório de Manoel José de Oliveira. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac. 02, Offícios e Avisos III

³³ “Na condição de oficial da guarda da Corte Imperial, passava 24 horas do dia na proximidade imediata da vida palaciana, para não dizer na intimidade da família imperial. Entendemos, assim, a preocupação do autor em mostrar aos leitores uma imagem idealizada do casal imperial, dos filhos e da rotina diária da corte e silêncio sobre as sombras que obviamente havia”. Rambo, Arthur Bl. Apresentação In: Schäfer, Georg Anton von, *op. cit.*, p.17.

³⁴ Murray, Edmundo. William Cotter, Irish officer in Dom Pedro’s army of imperial Brazil. In: *Irish Migration Studies in Latin America*, Vol.4, No.3, July 2006, disponível online em: <www.irlandeses.org> consultado em 2008. Para mais detalhes sobre a atuação de Schäfer ver: Ribeiro, E. M., *op. cit.*; Siriani, S.C.L., *op. cit.*

Estrangeiros”³⁵. Em 17 do mesmo mês, respondeu ao Marquês de Queluz, João Severiano Maciel da Costa, ministro da fazenda e conselheiro de estado, que “se acabam de expedir as ordens necessárias ao major Jorge Anton Schäfer, para que remeta da Europa todos os anos trezentos recrutas para os Corpos Estrangeiros deste Império”³⁶.

Naquele momento, era imprescindível que os corpos estrangeiros continuassem a aumentar, pois o Império se encontrava diante de uma crise decorrente do conflito na Cisplatina. Problema que teve início em 10 de dezembro de 1825 quando, diante do comunicado de anexação da região pelas Províncias Unidas, o Brasil imediatamente declarou guerra.

Nos primeiros meses de 1826 chegaram à região as primeiras forças nacionais para suprir os efetivos. A Divisão Expedicionária no Sul, sob o comando do General Rosado, recém instituído em 1º de dezembro do ano anterior, chegou a Porto Alegre com o 1º regimento de cavalaria e os 3º e 4º batalhões de caçadores, cujo montante total de combatentes não superava 2.400 pessoas³⁷. Logo no início do conflito, a questão das deserções do exército passou a tomar proporções desastrosas, pois além dos problemas recorrentes que já incentivavam essa prática³⁸, houve uma crise no fornecimento dos gêneros de subsistência básicos para a região, o que afetou tanto os soldados como a população local. A crise financeira e militar na região limitou a capacidade de intervenção pública do governo da província³⁹.

Seweloh, capitão germânico do corpo de engenheiros no 27º batalhão de caçadores, relatou a situação no hospital de Sant’Anna e a condição do exército antes mesmo de chegar à região em fins de 1826⁴⁰, “um quadro revoltante de miséria e

³⁵ Ofício do Marquês de Queluz ao Conde de Lages. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.02, Offícios e Avisos I – 1827.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ Paula Cidade, F. de. Lutas, ao do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828): notas da história militar brasileira: reexame de questões políticas e militares, 1948. *apud* Miranda, Márcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Tese de doutorado, 2006.

³⁸ As péssimas condições a que estavam submetidas as tropas, as formas arbitrárias de recrutamento, os longos períodos a que eram obrigados a servir e o problema frequente de liberação das baixas, eram alguns dos motivos de deserção no exército. Para mais informações sobre a deserção no exército ver: Kraay, H, *op. cit.*

³⁹ Sobre a questão da crise financeira na Cisplatina ver: Miranda, Márcia Eckert, *op. cit.*

⁴⁰ A introdução biográfica realizada por Paula Cidade informa o nascimento de Seweloh em fins do século dezoito. Antes de sua inserção nos corpos de estrangeiros do império o autor de “Reminiscências da campanha de 1827” já contava com doze anos de serviço militares na Europa no Real Corpo de Engenheiros de S.M. Britânica no Hannover, onde seu pai havia servido por toda a vida. Cidade, Paula. Um estudo sobre o autor pelo tenente coronel F. De Paula Cidade. In: Seweloh,

desgraça. Doentes de todas as classes sem separação, sem remédios sem tratamento morreram no chão indiscriminadamente [...] O exército estava cheio de fome e fadiga, deviam-lhe soldo de seis e nove meses, só alguns oficiais tinham sido pagos até aquele dia por amizade e favor [...] desde muito tinha desaparecido a religião e a justiça e com elas sumiram-se a disciplina e a ordem”⁴¹.

O fracasso nos primeiros confrontos desestimulou a mobilização das companhias milicianas, sendo que o Império não tinha condições para aumentar o gasto com a campanha naquele momento⁴². A estratégia tomada pelo poder imperial para resolver parte dos problemas foi alternar o comando das tropas brasileiras na região. Assim, em abril de 1826, o General Rosado foi substituído por Carlos Lecor, Visconde de Laguna, no controle do exército no sul. Isso não resolveu o problema do elevado número de deserções e a falta de homens e recursos, o que levou novamente a nova substituição, em 12 de dezembro o comando passou para o general Felisberto Caldeira Brant, o Visconde de Barbacena. O imperador pessoalmente, em 24 de novembro de 1826, foi testemunha da condição dos batalhões, momento em que passou pela região para incentivar os combatentes⁴³.

Segundo o relato anônimo feita por uma “Testemunha Ocular”, em início de 1827, quando Barbacena assumiu o controle das Armas na província de forma definitiva, a situação continuava lastimável, era “péssimo o estado em que o novo general encontrou a divisão. Os homens estavam quase famintos, os uniformes em farrapos, o armamento estragado, contribuindo tudo isso para tornar sem efeito os grandes projetos que formulara. Procurou, entretanto levantar o ânimo das tropas exaustas, fazendo o pagamento do soldo atrasado, distribuindo arroz, cachaça e mate, o que causou sofrível efeito material⁴⁴”.

A. A. F. *Reminiscências da campanha de 1827*. Imprensa do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1936.

⁴¹ Seweloh, A. A. F., *op. cit.* pp.80-81.

⁴² A crise monetária resultante do descontrole sobre a produção de moedas de cobre, a alta inflacionária, e os excessivos gastos nas campanhas militares de independência, bem como os imperativos para a manutenção territorial e o reconhecimento internacional do estatuto de país independente (cujo acordo foi ratificado em 1825), levaram ao colapso financeiro no Primeiro Reinado. Márcia Eckert, *op. cit.* p.195; Alexandre, Valentin. A desagregação do império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824-1826). In: *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º), pp.309-341.

⁴³ Porém, devido a morte da Imperatriz Leopoldina o mesmo regressou rapidamente ao Rio de Janeiro. *Ibid.*, p.199.

⁴⁴ O apresentador Aurélio Porto escreveu sobre a suposta atribuição dessa obra feita pelo Barão de Rio Branco em suas efemérides ao Barão Carl de Leenhof, que foi um capitão de um dos corpos de estrangeiros, ou ao Barão Carl Von Fock, tenente do 27º batalhão de Caçadores. Testemunha Ocular, Uma. *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1946.

Embora tenha promovido melhoras na administração das forças na zona de conflito⁴⁵, seus esforços tiveram poucos resultados. A situação agravou-se após a batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827, quando as tropas sofreram grandes perdas⁴⁶, repercutindo negativamente, no Império brasileiro, a terrível derrota. Seweloh observou o fracasso do embate, afirmando que a retirada da armada brasileira “foi executada a custa de muitos esforços, na melhor ordem e com muita serenidade e sangue frio dos soldados, como eu nunca esperava do Brasil, e se Buenos Aires era muito superior em patriotismo, tática, organização, equipamento e meios de ataque, nós nos mostrávamos inferiores na brilhante disposição de nossa retirada, para a qual muito ocorreu a tranquilidade e coragem inexorável do general em chefe⁴⁷”.

A crise era tão grave que foi motivo de discussões tensas na Câmara dos Deputados em maio de 1827⁴⁸. Vendo-se diante de uma situação quase irreversível, Barbacena retornou ao Rio de Janeiro, em junho do mesmo ano, em busca de mais recursos para a campanha. Ainda que o conflito tenha terminado em agosto de 1828, a paz selada entre o Brasil e as Províncias Unidas representava uma derrota, já que determinava a transformação da Província Cisplatina em um Estado independente, dando origem à República Oriental do Uruguai⁴⁹.

A presença das tropas estrangeiras no conflito, majoritariamente germânicas, foi significativa, pois combateram na região o 3º batalhão de granadeiros e o 27º de caçadores. Sua presença foi relevante no desenrolar do conflito, sobretudo após a tomada de controle do exército por Barbacena. Uma de suas estratégias para a resolução dos problemas foi sua aproximação com as tropas, em particular com o marechal de campo Gustavo Henrique Brown. O marechal, durante o conflito napoleônico, havia comandado um batalhão inglês na campanha contra a França, passando posteriormente a Portugal, onde serviu sob as ordens do marechal Beresford⁵⁰. Naquele momento comandava uma divisão inteira de soldados estrangeiros do exército brasileiro, tendo papel de destaque por assistir Barbacena em suas ordens às tropas⁵¹.

⁴⁵ O capitão Seweloh declarou em seu relato que “Em poucos dias, puseram centenas à disposição dele e dele recebeu novamente alimentação o exército que morria de fome em Sant’Anna”. Seweloh, A. A. F., *op. cit.*, p.68.

⁴⁶ Para mais detalhes da batalha ver: Golin, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação do limite do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

⁴⁷ Seweloh, A. A. F., *op. cit.*, p.64.

⁴⁸ Sessões da Câmara dos Deputados em 14, 26 e 30 de maio de 1827. *apud* Márcia Eckert, *op. cit.*, p.205.

⁴⁹ *Ibid.*, p.208.

⁵⁰ Testemunha Ocular, Uma, *op. cit.*, p.211.

⁵¹ *Ibid.*, p.218-9.

Carl Seidler, que serviu no 27º batalhão de caçadores, observou em seu relato *Dez anos no Brasil*, que os estrangeiros tinham maior facilidade em lidar com o marechal Brown, pois “para os [germânicos] já era desagradável verem à sua testa um homem de outra nacionalidade”⁵². A tática de Barbacena, aproximando-se do marechal Brown e delegando a ele poderes, era resultado de sua experiência no trato com soldados estrangeiros, já que desde 1822 tratava do engajamento de ingleses e irlandeses como agente do Imperador em Londres⁵³.

Essa estratégia ficou mais evidente em sua relação com outros oficiais germânicos como em novembro de 1826, quando elevou o alemão Seweloh do cargo de técnico de fortificações para ajudante de ordens no estado-maior do exército. A relação entre eles é constantemente referida em memórias de Seweloh, demonstrando como durante o conflito conquistou a confiança do Visconde e com isso ascendeu de graus na carreira militar⁵⁴. Em ofício, Barbacena destacou que ele “mostrou-se sempre oficial bravo, inteligente, etc, etc, [...] com o mui particularidades na batalha de 20 de fevereiro de 1827, nos campos do Rosário, pelo que mereceu honrosa menção na ordem do dia e o posto de major, a que logo foi promovido”⁵⁵. Tal foi a confiança conquistada que Seweloh, em junho de 1827, teve liberdade para lhe enviar uma carta com conselhos sobre o conflito intitulada “Raciocínio sobre a guerra atual”⁵⁶.

No entanto, nem todos os estrangeiros concordavam com as ações de Barbacena. De acordo com o relato da “Testemunha Ocular”, que embora anônimo é atribuído a um militar germânico⁵⁷, “Barbacena nada entendia de negócios de guerra, não tendo mesmo absolutamente caráter militar. O general Brown que, inegavelmente, possuía essas qualidades, [...] apesar da influência que exercia e da consideração que era tido, sentia-se em terreno falso”⁵⁸. Não se absteve de afirmar que o fracasso brasileiro no conflito era decorrente da incapacidade dos generais em comando, entre eles o Visconde, já que “nessa carreira brilhante, quase excêntrica, que percorreu com rapidez de uma tempestade, não se lhe pode, contudo negar algum talento nas atividades comerciais,

⁵² Seidler, Carl. *Dez anos no Brasil*. São Paulo, Livraria Martins, 1941, pp.155-160.

⁵³ Para mais detalhes ver o Capítulo 3.1 - William Cotter e o engajamento na Irlanda

⁵⁴ Paula Cidade, F. de. *Um estudo sobre o autor pelo tenente coronel*. In: Seweloh, A. A. F., *op. cit.*,

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ Seweloh deixou o exército no sul para viajar com Barbacena em direção a Europa, fazendo parte de sua comitiva junto à corte britânica nos interesses referentes ao Brasil e à sucessão portuguesa. Cidade, Paula. *Um estudo sobre o autor pelo tenente coronel F. De Paula Cidade*. In: Seweloh, A. A. F., *op. cit.*

⁵⁷ Atribuição dada pelo Barão de Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, em suas efemérides. *Testemunha Ocular*, Uma, *op. cit.*, prefácio.

⁵⁸ *Ibid.*, p.228.

financeiras e políticas que exercitou [...] em sua ação militar, porém, carecia de comprovação de méritos e principalmente, de experiência suficiente na prática, sem as quais a técnica da arte bélica e a direção suprema assentam sobre bases superficiais, mesmo no caso em que o marques as tivesse adquirido pelo estudo. [...] Compunha-se seu estado-maior de indivíduos medíocres, nenhum dos quais capazes de elevadas concepções estratégicas ou táticas, dentro da ordem de conhecimentos existentes⁵⁹.

Embora, naquele momento, as tropas imperiais fossem numericamente iguais às do inimigo, a organização e as táticas do exército brasileiro mostravam-se, segundo apontamentos da Testemunha Ocular, inferiores. Além da incapacidade de Barbacena e da falta de compreensão do general Brown⁶⁰, havia ainda os problemas decorrentes da desigualdade entre oficiais, do sistema de indultos e das normas do conde Lippe. Assim, mesmo depois da partida de Barbacena para o Rio de Janeiro, a situação não melhorou, ao contrário, pioraram as deserções e a violência entre os oficiais⁶¹, como atestavam os relatos de Seweloh e de Carl Seidler. Este, além do mais, destacava as péssimas condições a que eram submetidos os soldados estrangeiros; os combatentes recebiam severas punições físicas, ficavam meses sem receber soldos e viviam “sujeitos e em péssimas condições de saúde”⁶². Sofrimento que persistiu durante toda a campanha, levando a deserções em massa⁶³.

Tais problemas não foram ignorados por Buenos Aires, que, como parte de suas estratégias de guerra, enviava de volta às tropas brasileiras soldados alemães aprisionados, principalmente depois do fracasso de Passo do Rosário, para tentar promover uma revolta entre os estrangeiros no exército imperial. Seweloh, em seu diário, relatou, por exemplo, o retorno do cadete Roeding após algum tempo em que

⁵⁹ *Ibid.*, p.211.

⁶⁰ “Barbacena nada entendia de negócios da guerra, não tendo mesmo absolutamente caráter militar. O general Brown que, inegavelmente, possuía essas qualidades, pelo menos no sentido do militarismo inglês, apesar da influência que exercia e da consideração que era tido, sentia-se em terreno falso. Não se apercebera do tempo nem das circunstâncias, enganando-se principalmente com a feição do exército e com o caráter dos indivíduos, que requeriam outro tratamento”. *Ibid.*, p.228.

⁶¹ “Quanto à disciplina, de que tanto falava o general Brown, a situação não melhorava. As deserções, verdadeiro câncer que corroía o exército, continuavam, principalmente depois do pagamento de soldo, fardamento e armamento. Estes crimes, devido a seu número elevado e outros motivos, bem como o de assassinio, como o do comissário pagador, cujos assassinos foram presos, eram castigados com 400 a 600 chibatadas, voltando os criminosos novamente ao exército para preencher os claros existentes. E de tudo isso se depreende que nenhum general, embora aparelhado de poderes discricionários, poderia em pouco tempo disciplinar e moralizar um exército nestes condições”. *Ibid.*, p.266.

⁶² “Oitocentas pancadas eram impiedosamente aplicadas a todo aquele que se afastasse por mais de 24 horas do seu quartel – castigo que mui poucos sobreviveram. A par dessas grandes exigências, os soldos estavam em atraso por muitos meses; fazia tempo que não se forneciam fardamentos”. Seidler, Carl, *op. cit.*, p.138.

⁶³ Para mais detalhes ver o Capítulo 4 - Conflito e testemunho nas tropas alemãs.

ficara “aprisionado pelo inimigo no passo de S. Borjo”. O jovem soldado tinha sido enviado pelo inimigo com o intuito de “revolucionar as tropas alemãs” através de “parlamentares⁶⁴” para convencer as tropas. Trazia “incumbências especiais” para o major Heise e para o capitão Leenhoff, provavelmente com a intenção de convencê-los de que a situação das tropas inimigas era muito melhor, ideia presente em suas palavras para os superiores germânicos, de que “agora reina luxo⁶⁵”.

Apesar do fracasso brasileiro no conflito, a responsabilidade não recaiu sobre o visconde de Barbacena, já que “sua atividade publica fizera-se toda no exercito, até 1821, nela no serviço, ganhara todos os postos, até que, por exigências de seu patriotismo, passara a trabalhar na diplomacia, aproveitando, além de seus méritos pessoais, as situações preponderantes que lhe haviam granjeado seus préstimos de cavalheiro e o conhecimento que adquirirá dos diretores da política externa da Inglaterra [...] em outro terreno, acabava de vencer a luta diplomática do tratado de reconciliação com Portugal, e, no Senado do Império, a lógica de argumentação fora o principal elemento de vitória [...] era considerado pelos pró-homens do tempo, a começar pelo Imperador, que lhe dispensava mostra da mais plena confiança”⁶⁶. Essa descrição encomiástica da biografia de Caldeira Brant, escrita em 1936 por Pandiá Calógeras⁶⁷, demonstra bem a visão que perdurou durante o século dezenove sobre a personagem. Sua descrição do confronto do Passo do Rosário também cristalizou a ideia de que a responsabilidade pelo fracasso fora das tropas, já que “foi a batalha das desobediências [...] tal a pouca observância dada as ordens emanadas do comando. A inspiração dos chefes subalternos movia as tropas e determinava os revides e repulsas partidos das unidades brasileiras [...] Barbacena providenciou e agiu em quanto lhe coube nos recursos. [...] A par disto que a responsabilidade recai sobre o ministro da Guerra, o

⁶⁴ A palavra “parlamentares” refere-se provavelmente a argumentos e propostas que seriam apresentadas a outros alemães.

⁶⁵ “Perto do passo chega o cadete Roeding, de Hamburgo, que havia, sido aprisionado pelo inimigo no passo de S. Borjo e fora expedido pelo coronel von Heire com parlamentares, alemães, para revolucionar as tropas alemãs; ele entrega tudo em minhas mãos e eu o remeto ao general em chefe, com as necessárias explicações. Ele tinha incumbências especiais junto ao major Heise e ao capitão Leenhoff. A este último ele deveria dizer somente isto: “Agora reina luxo”. Fiz Roeding ficar comigo e pedi ao general que lhes desse emprego, mas este lamentou não poder fazelo, portanto só o imperador tinha competência para tanto”. Seweloh, A. A. F., *op. cit.*, p.61.

⁶⁶ Caloregas, Pandiá. *O Marquez de Barbacena*. Brasileira, 1936, pp.159-61.

⁶⁷ Pandiá Caloregas foi deputado federal por Minas Gerais, ministro da Agricultura, Comércio e Indústria (1914) e da Fazenda (1916) durante o governo de Venceslau Brás. Foi o primeiro civil a exercer o cargo de ministro da Guerra na história republicana brasileira no governo de Epitácio Pessoa, de 3 de outubro de 1919 a 15 de novembro de 1922.

conde de Lages, que não remetia os elementos (armas, munições e gente) que o marechal com suficiente antecipação lhe pedia”⁶⁸.

A obra de Calógeras responsabiliza ainda a Câmara dos Deputados, que “se levantara contra o recrutamento” de tropas estrangeiras para suprir as necessidades do conflito⁶⁹. Um dos envolvidos nessa discussão, em 1826, foi o próprio visconde de Barbacena (representante de Alagoas), que defendeu no Senado sua proposta para a naturalização de estrangeiros.

2.3 - A discussão sobre a naturalização de estrangeiros no Parlamento

Em 1826, durante o mês de maio, foram discutidas no Senado os de projeto de naturalização de estrangeiros apresentados pelos Senadores Visconde de Barbacena e Visconde de Caravellas, José Joaquim Carneiro de Campos, representante pela província da Bahia.

Na defesa do seu projeto, o Marquês de Caravellas destacou a necessidade de aumento da população, afirmando que “para termos estrangeiros, é preciso facultar-lhes, e facilitar-lhes”, pois convinha preencher o território com “braços industriosos, mas não os que temos buscado até hoje com incalculável prejuízo”, afinal “a terra gosta de ser regada com o suor do homem livre, e não com o suor do escravo, este esteriliza e não fecunda”⁷⁰. Ele se posicionou contra o preenchimento de diversos requisitos para a obtenção da naturalização, contrapondo-se diretamente à proposta de Barbacena.

Caldeira Brant apresentou em seu projeto diversos pontos que deveriam ser preenchidos para que o estrangeiro tivesse direito à naturalização, a maior parte deles relacionados à condição financeira do interessado. Entre eles, “ter ofício fabril, ou de indústria, de que possa tirar sua subsistência”; “ter propriedade territorial do valor de seis a oito contos de reis”; “tendo indústria em qualquer ramo de agricultura, e artes, de que tira o produto útil correspondente ao juro de cinco por cento do capital acima mencionado, de seis a oito contos de reis”; “sendo casado com brasileira, e recebendo em dote quantia de seis a oito contos de reis”⁷¹

⁶⁸ Caloregas, Pandiá, *op. cit.*, 1936, p.167-9. Sobre a Batalha do Passo do Rosário, detalhes e análise historiográfica ver Márcia Eckert, *op. cit.*, pp.187-210.

⁶⁹ Caloregas, Pandiá, *op. cit.*, p.175.

⁷⁰ *Anais do Senado do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasília, 1826-1889. Tomo I, pp.69-70. Disponível online em <<http://www.Senado.gov.br/sf/publicacoes/anais>> consultado em novembro de 2008.

⁷¹ *Ibid.*

Em resposta às acusações que seus requisitos exigiam valores muito altos, Barbacena alegou que “cumpra que longe de promover casamentos pobres, se procure evitá-los”⁷². A discussão entre os dois senadores resumia-se a um desacordo quanto à qualificação do estrangeiro para sua naturalização. Ideia contida na argumentação de Caravellas que afirmava que o ponto central do projeto não era a procura de “homens para ocuparem cargos” e sim para “adquirirmos braços, que nos venham ser úteis pelo seu trabalho”⁷³.

A discussão foi intensa entre Barbacena e Caravellas e levou a que outros senadores se manifestassem, problematizando as questões propostas inicialmente pelos dois. O Barão de Alcântara, João Inácio da Cunha (representante pelo Maranhão), defendeu a necessidade de tempo de permanência no Brasil, ainda que considerasse como legítimo, para o pedido de naturalização, o fato de estrangeiro ser “casado com mulher brasileira”⁷⁴. José da Silva Lisboa, senador pela província da Bahia, declarou que não convinha dificultar a entrada dos estrangeiros, mas também não havia razão para facilitá-la demais, defendendo assim a admissão de estrangeiros no território para que fosse possível “certificar-se a linhagem, e a distancia em que se está da consanguinidade dos africanos, ou dos caboclos”⁷⁵.

Alguns defensores da simplificação dos requisitos de naturalização foram bem enfáticos em suas posições, caso de João Evangelista de Faria Lobato, senador por Minas Gerais, que remeteu ao problema da escravidão para defender a ideia de que a sociedade brasileira se encontrava “em uma circunstância terrível”, e que um “dos maiores empecilhos para nosso adiantamento [...] é a falta de braços para o trabalho, e o aviltamento deste por ser a partilha de escravos, que até não tardam a faltar (falo dos trabalhos grosseiros)”. Ele defendeu a entrada imediata de estrangeiros, inclusive os pobres, porque os “estrangeiros ricos só vem para comercializar”, ou seja, que a pobreza não deveria ser um empecilho, pois a “gente miserável, esta mesma é precisa, e mais precisa do que qualquer outra”⁷⁶. Para ele, o primeiro requisito para a naturalização deveria ser o casamento, pois assim “tem sido em quase todas as nações pelo interesse da povoação, que é nervo do Estado, e entre nós com dobrada razão pela necessidade de

⁷² *Ibid.*, p.105.

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ *Ibid.*, p.107.

⁷⁵ *Ibid.*, p.108.

⁷⁶ *Ibid.*, p.109.

tirarmos o trabalho do aviltamento, em que se acha em mãos de escravos”⁷⁷. A despeito de ter se utilizado de um argumento recorrente, o da substituição do escravo para “a melhora da gente”, seu radicalismo fez com que sua posição foi criticada e desconsiderada.

Já aqueles que procuravam dificultar os meios, mesmo que defendendo a determinação de um tempo de residência e de uma idade mínimos, apresentavam também argumentos que traziam à tona os mesmos problemas de mão de obra e ocupação do território, ainda que colocados de forma mais ponderada. Caso de Francisco Carneiro de Campos, senador pela província da Bahia, que deixou claro ser “de transcendente importância que muito se facilite o estabelecimento de um grande acréscimo de braços para a sua cultura, aumento e prosperidade da marinha e das artes”, pois “vemos que há ricas comarcas, que estão quase entregues aos selvagens”⁷⁸. Também defendeu a idade de vinte e cinco anos e a concessão da carta “após alguns anos de serviço”, mesmo que contrário à restrição inicial de Barbacena aos analfabetos⁷⁹.

Outras opiniões foram responsáveis pela continuidade das discussões durante todo o mês de maio. Uma delas foi à importância atribuída ao casamento com mulheres brasileiras como requisito essencial e suficiente, defendida inicialmente por Caravellas, mas sem unanimidade. Para João Inácio da Cunha, Barão de Alcântara e representante pela província do Maranhão, “o simples fato do casamento não é prova incontestável”⁸⁰. Outros requisitos, como o tempo de residência, foram suavizados na redação final do projeto, que tentava alcançar um prazo que contemplasse o plenário. O senador pela província de Pernambuco, José Inácio Borges, criticou o estabelecimento de sete anos como tempo mínimo, pois isso “fechara a porta à naturalização dos estrangeiros”⁸¹.

Outras propostas apresentadas ao longo do debate demonstravam a existência de ideias compartilhadas e de como os problemas deveriam ser solucionados. Como a de Silva Lisboa, que trouxe a questão militar para a discussão da nacionalidade, defendendo que para “promover” a navegação “era necessário que se facilite a naturalização dos portugueses, que abundam de marinheiros”⁸². Com o decorrer das sessões, alguns senadores passaram a defender que os portugueses deveriam ser tratados

⁷⁷ *Ibid.*, p.119.

⁷⁸ *Ibid.*, p.117.

⁷⁹ *Ibid.*, p.119.

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ *Ibid.*, pp.122-123.

⁸² *Ibid.*, p.111.

como um caso especial, como o senador eleito pela província de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Visconde da Praia Grande, que propôs a diminuição de quatro para três anos de residência no caso de estrangeiro português⁸³.

Algumas propostas continham requisitos específicos para as diferentes províncias, como na proposta de João Antonio Rodrigues de Carvalho, senador pela província do Ceará, que postulava que os estrangeiros “que se quiserem naturalizar nas províncias do Rio, Bahia e Pernambuco tenham seis contos de réis, nas outras quatro”⁸⁴. Defendia também a necessidade de atributos intelectuais, ou seja, que fossem admitidos como cidadãos brasileiros qualquer um “sábio, um homem qualquer versado em alguma ciência, ou arte liberal”⁸⁵.

Diante de tantas questões e propostas a discussão se prolongou. Para o senador Rodrigues de Carvalho, tal lei, que já ocupava três sessões, não era assim tão essencial. Em alguns momentos, o confronto de opiniões e ideias chega a tornar difícil a compreensão dos argumentos em debate. A demora na resolução das discussões levou a que muitos Senadores questionassem sua relevância e a dificuldade de se estabelecer as restrições mínimas⁸⁶.

A dúvida sobre a diferenciação entre a naturalização e o incentivo à entrada de estrangeiros foi um desses temas espinhosos. O senador baiano Clemente Ferreira França, Visconde de Nazareth, defendeu que deveriam ser admitidos todos os estrangeiros que fossem necessários ao país, entretanto, “nem a todos se pode passar a carta de naturalização”⁸⁷. Caravellas, se referindo a essa questão, declarou que sua proposta não significava que a “naturalização fosse a mola principal para adquirirmos estrangeiros, mas é uma delas”⁸⁸. Nesse discurso esclareceu que enquanto para alguns o projeto significava a recepção de estrangeiros para a ocupação do território, para ele, consciente da prática reiterada do paço de engajamento de estrangeiros, era apenas uma formalização do que já ocorria.

No final das discussões, a defesa da facilitação da naturalização agrupou os senadores que defendiam ou bem a necessidade da substituição da mão de obra escrava, ou mesmo de uma miscigenação por meio da entrada de estrangeiros de forma a

⁸³ *Ibid.*, p.132.

⁸⁴ *Ibid.*, p.145.

⁸⁵ *Ibid.*, p.152.

⁸⁶ Verificamos isso, por exemplo, na fala do Visconde de Lorena: “Estamos a três dias a discutir esta matéria, e não temos feitos mais, do que elaborar um circulo vicioso”. *Ibid.*, p.140.

⁸⁷ *Ibid.*, p.113.

⁸⁸ *Ibid.*, p.136.

promover uma melhoria do índice civilizacional do país. Não que esses argumentos não fossem utilizados pelos demais Senadores, mas eram colocados de maneira menos enfática. De qualquer forma, não se tratava de uma questão que opunha simplesmente dois blocos discordantes, ainda que no cerne das discussões houvesse claramente uma inquietação fundamental, ou seja, se a entrada de estrangeiros traria um desenvolvimento populacional e econômico. O intenso debate demonstrou que a questão não era simples, e nem deveria ser, tendo em vista as ações do imperador e o possível embate na Câmara dos Deputados.

O debate que se iniciou em treze de maio de 1826 só ganhou contornos mais definitivos no dia vinte do mês seguinte. Determinou-se então que poderia obter carta de naturalização

“[...] todo o estrangeiro, que tendo a idade cumprida de 21 anos, e 4 de domicilio fixo no Império, com boa conduta, o que legalmente provará, justifique mais qualquer dos seguintes requisitos: 1.º Ser casado com mulher brasileira, e ter ofício, profissão, ou ocupação, de que possa honestamente subsistir; 2.º Possuir no Império ou um capital do valor pelo menos de seis contos de réis, por bens de raiz, comércio, agricultura, e indústria, ou mostrar ter o rendimento anual de trezentos mil réis, do qual possa honestamente viver; 3.º Ser versado, e distinto em alguma ciência, ou arte liberal, por alguma produção, ou escrito, que o acredite, ou que por esse motivo goze de pensão, ou ordenado, ficando ao conhecimento do governo a qualificação de mérito; 4.º Ter feito serviços importantes a nação, e por tais conhecidos pelo governo; [...] A exceção dos direitos políticos marcados nos arts. 91 e 94 da constituição, os naturalizados nos termos [...] das quatro condições acima exigidas, não poderá competir o exercício dos direitos dos outros direitos políticos indicados na mesma condição, se não quando, além dos requisitos, que ela exige para os cidadãos natos, tiverem também o de dez anos de domicilio no Império sem interrupção, contados da sua primitiva residência [...] O naturalizado deverá prestar nas câmaras respectivas, em livro para esse fim destinado, juramento de obediência, e fidelidade ao Imperador, à constituição, e às leis do Império, com total renúncia dos direitos, e foros de seu país⁸⁹”.

O projeto discutido no Senado chegou à Câmara, estendendo-se sua discussão por todo o mês de julho, período em que os deputados apresentaram diversas emendas e questionaram sua relevância.

Boa parte dos deputados propôs mais entraves à naturalização, do que o contrário. O representante pela província de Minas Gerais, o padre José Custodio Dia, defendeu a necessidade de aumentar o prazo de permanência para vinte anos, pois “é preciso primeiro limpar a sociedade de imensos parasitas que a devoram. Talvez com esta lei pretendia-se dar entrada a outros mais, que longe de beneficiar, venha prejudicar

⁸⁹ *Anais do Senado do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasília, 1826-1889. Tomo II, p.100. Disponível online em <<http://www.Senado.gov.br/sf/publicacoes/anais>> consultado em novembro de 2008.

os verdadeiros cidadãos brasileiros”⁹⁰. Já o mineiro José Cesário de Miranda Ribeiro, embora considerasse que os requisitos estabelecidos na proposta do Senado poderiam restringir a entrada de estrangeiros – o que se deveria evitar “porque me parece que agregar à família brasileira homens probos e industriais, é fazer um dos maiores bens ao Brasil”⁹¹ –, propôs emendas que dificultavam ainda mais a aquisição da naturalização, como a idade mínima de trinta anos (nove anos a mais do que o estabelecido pelo Senado) e a necessidade de uma declaração de interesse de domicílio no Brasil, requisitos que, uma vez cumpridos, garantiriam o reconhecimento da naturalização quatro anos depois. Sua colocação exemplifica o teor das discussões na câmara, que tendia ao aumento dos requisitos para a naturalização.

Em seus discursos, os deputados não se restringiam a propor emendas e pequenas indicações, mas aproveitavam para criticar os pontos sugeridos pelos Senadores, inclusive a obrigatoriedade de se instituir uma lei para a aquisição da carta de naturalização. Como o deputado pela província do Espírito Santo, José Bernardino Baptista Pereira, “que por ter em vista e em muita consideração as nossas presentes e desvantajosas circunstâncias é que me oponho a que demos com mão pródiga os nossos mais preciosos direitos a um estrangeiro”⁹². Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, deputado pela província de São Paulo, defendeu que só quando o estrangeiro declarasse perante a Câmara sua intenção de se naturalizar, começaria a contar o prazo de permanência⁹³. Sua proposta estava de acordo com a prática corrente até então, pois era a Câmara que definia se concedia ou não a carta, excetuando-se casos especiais, nos quais o próprio Imperador intervinha.

Nesse mesmo discurso, Vergueiro se posicionou acerca de várias outras questões. Criticando diretamente a ação do Paço, ao se referir ao problema do “estado de nossas instituições”, o deputado procurou desconstruir a ideia de que a falta de população para povoar o território fosse um mal, já que “quando se estendem as vistas mais longe isto que parece um mal, esta falta de população, é de fato um grande bem, é o patrimônio das gerações futuras, que nos devemos economizar para que elas se não vejam na necessidade de abandonar nosso terreno. Eu entendo então que se bem que seja muito atendível a falta de população, não se pode com tudo deduzir dela argumento

⁹⁰ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1826. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, tomo III, p.17.

⁹¹ *Ibid.*, p.20.

⁹² *Ibid.*

⁹³ *Ibid.*

em favor da naturalização”⁹⁴. Ele concluiu sua fala afirmando que a ocupação do território deveria ser feita pela própria população, questionando “para que havemos de apressar-nos em povoá-lo de estrangeiros?”⁹⁵. Para defender seu ponto de vista, afirmou que o aumento do contingente populacional não dependia da introdução de estrangeiros, pois, estava sujeito a “que nossas instituições se tornem praticamente liberais, seja garantida com todo o vigor a segurança da propriedade individual, cuide-se da educação, e os empregados públicos se acostumem em observar a lei”⁹⁶.

Em seu discurso, Vergueiro não se mostrou diretamente contrário ao projeto de naturalização, e sim contra a “simples entrega de terras a estrangeiros”, ou em outras palavras, à facilitação de colonização do território nacional. Afirmou, de maneira contundente, que nunca votaria “que se entregue aos estrangeiros este patrimônio das gerações futuras, votarei sim, como já disse, pela mais franca e generosa proteção à aqueles, que voluntariamente quiserem vir aproveitar o que nos sobra. Mesmo quando admitisse o princípio, suponho errôneo, de que se deve promover a introdução dos estrangeiros, não acho que a naturalização seja para isso o meio mais direto, e o único”⁹⁷. A naturalização em si não era a questão de Vergueiro, e sim a forma como havia sido proposta, como um meio de facilitar a entrada de estrangeiros.

Vergueiro também considerava que o momento era impróprio para a entrada de estrangeiros, devido principalmente ao estado das instituições. Em sua fala observou que “a uma nação madura, onde suas instituições estão sobejamente consolidadas, nenhum mal certamente lhe fará a introdução de estrangeiros, porque ainda que os admita, será conservada em seu devido equilíbrio pela concorrência dos nacionais, mais em uma nação nova, em que suas instituições ainda estão tenras, pode ser mui terríveis consequências, e se as nossas instituições são muito modernas, e não existem consolidadas, nem formada o verdadeiro caráter nacional, é neste estado que havemos admitir os estrangeiros a ter parte na administração pública?”⁹⁸. A facilidade de naturalização poderia abrir as portas para um grande contingente populacional estrangeiro, prejudicando a sociedade brasileira, que ainda não havia consolidado seu “caráter nacional” ao promover uma grande mistura, ou seja, um “caráter nacional” bárbaro. Concluiu sua fala, declarando que o resultado “dessa franca admissão resultará

⁹⁴ *Ibid.*

⁹⁵ *Ibid.*

⁹⁶ *Ibid.*

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ *Ibid.*

pelo menos que nem seremos brasileiros nem franceses, nem ingleses (apoiado) e o nosso caráter nacional se tornará o mais bárbaro, misturando-se desta forma”⁹⁹.

De forma semelhante, mas articulando suas palavras por meio de uma validação histórica, o deputado Raymundo José da Cunha Mattos, brigadeiro do exército e representante da província de Goiás, atacou o projeto ao mostrar como todas as “civilizações” que aceitaram estrangeiros passaram por dificuldades. Mattos não poupou nem a Inglaterra – vista normalmente como exemplo de civilização - de suas críticas. Em seu discurso a história se sobressaía como portadora de modelos e lições, atacando os argumentos daqueles que defendiam a vinda dos estrangeiros como estratégia para desenvolver a “civilização da população brasileira”¹⁰⁰.

Contudo, alguns deputados também defenderam a naturalização, como Lino Coutinho que afirmou que restringir essa política seria um mal para as gerações futuras, o “mesmo que dizer que ao menino não se deve ensinar a andar, mas sim deixá-lo à lei da natureza”. Contra o argumento do aumento populacional de Vergueiro, ponderou que ele não havia levado em conta as guerras, ep*Ibid.*ias e desastres; enquanto para rebater o problema da mistura de nações, que levaria a um “caráter nacional bárbaro”, utilizou-se da mesma argumentação histórica de Cunha Matos¹⁰¹, afirmando ainda que não haveria caráter nacional se não diminuísse a influência do negro na sociedade, pois, “a nossa falta de caráter virá do grande número de escravos da raça africana, que entre nós conservamos, pois quando se vive com escravos não se pode ser livre (apoiado) [...] que se convide os estrangeiros para nos vir ajudar na felicidade deste tão vasto terreno, quando tivermos um governo consolidado, então termos caráter nacional”¹⁰².

Mesmo na defesa bem articulada de Lino Coutinho, ficava claro que era necessário um “governo consolidado” para que os estrangeiros fossem capazes de contribuir. Ao finalizar sua fala, colocou-se em concordância com o argumento mais reiterado na Câmara, ou seja, que o problema da vinda de estrangeiros se relacionava com a situação em que se encontravam as instituições no Brasil naquele momento; posição que ecoava, na verdade, sua desconfiança em relação às ações deliberativas e autoritárias do Imperador..

Esse argumento reapareceu, por exemplo, na fala do deputado pela província da

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ *Ibid.*, pp.04-05.

¹⁰¹ “A America Inglesa tem toda a qualidade de gente que ha no mundo, e, contudo tem caráter, e é uma nação respeitada”. *Ibid.*, p.06.

¹⁰² *Ibid.*

Paraíba do Norte, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, quando afirmou que para aprovar um projeto de recepção de estrangeiros seria necessário “consolidar a reforma” da emancipação frente a Portugal¹⁰³. Bernardo Pereira de Vasconcellos, deputado por de Minas Gerais, para além de reiterar o perigo da vinda de estrangeiros antes que o país houvesse “consolidado suas instituições”, e de apoiar a exigência de uma idade e de um tempo de residência mínimos (respectivamente 21 e 10 anos), propôs que fosse introduzida uma cláusula de exceção para o “estrangeiro [que] tenha feito serviços mui relevantes a nação”¹⁰⁴.

Não bastassem as sugestões de emendas à proposta enviada pelo Senado, aumentando as exigências para a concessão da naturalização, os deputados chegaram também a discutir a própria necessidade do projeto. Almeida e Albuquerque declarou, por exemplo, que não podia se aproveitar nada do projeto¹⁰⁵. Antonio Ferreira França, representante da província da Bahia, propôs que se debatesse a relevância de se continuar com o projeto¹⁰⁶. Souza França, em resposta, declarou ser “verdade, [...] que esta lei, que se projeta, nada tem de necessária [...] Talvez daqui a dez anos deverá ela ser alterada e formada por bases bem diferentes, porque talvez tenham mudado essas circunstâncias: porém hoje só podemos fazê-la segundo o estado das nossas relações internas nos permite. [...] porém a constituição determina que ela se faça, e deve portanto ser feita”¹⁰⁷.

O consenso sobre o assunto foi ganhando corpo, como no discurso de Ferreira França quando atacou a opinião de Bernardo Pereira de Vasconcellos sobre a possível exceção dos requisitos para a carta de naturalização. Ao concluir seu raciocínio disse ainda que “porque se tem tratado a questão eu não sei que seja bom para nós admitir os estrangeiros, e dar-se-lhes empregos, estes empregos devem ser só na guerra, porque dará conta deles (*risadas nas galerias*)”¹⁰⁸. Sua argumentação final, que atacava de maneira irônica a própria necessidade de se dar andamento a o projeto, deixou patente,

¹⁰³ “Nós acabamos de separar-mos de outra sociedade não só para sacudir a tutela em que esta nos tinha, mas até para reformarmos as nossas instituições; estamos ainda longe de consolidar essa reforma; como pois queremos indistintamente admitir consócios antes de concluirmos nossos arranjos domésticos? Conheço que o Brasil carece de povoadores, mas estou bem persuadido que não é facilitando a naturalização, que ele será povoado”. *Ibid.*

¹⁰⁴ *Ibid.*, p.07.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p.08.

¹⁰⁶ “eu quero saber se o projeto passa ou não, pois já, e é melhor que ele se faça quando houver necessidade [...] Portando eu acho que não é de tanta necessidade esta lei de naturalização nas circunstâncias em que nos achamos, e que ela se pode dispensar: se assentar que se deve fazer na outra sessão, então se faça”. *Ibid.*, p.09.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p.21.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p.09.

pelas risadas dos deputados, o julgamento da Câmara frente ao problema da inserção de estrangeiros nos corpos militares e à condição pelo qual passavam as tropas no sul.

Tendo em vista que a lei de naturalização, tal como chegou à Câmara dos Deputados, foi encarada pela maioria como abrangente demais, os deputados passaram a discutir a validade ou não do projeto. Ainda que para aqueles que não o viam como algo essencial, não fosse viável impedir sua votação, considerando-se o estabelecido na Constituição, era possível aumentar ao máximo as barreiras para a naturalização. E mesmo para os que consideravam-no necessário ao país, a versão recebida do Senado era vista como imprópria.

Foi recorrente, entre os deputados, o repúdio ao projeto vindo do Senado, repúdio este defendido com o argumento da falta de leis “liberais” e de um Estado consolidado. Tais opiniões derivavam, em parte, da desconfiança que nutriam em relação ao projeto do paço de arregimentação de estrangeiros para o serviço militar, evidente nas próprias risadas causadas pelo discurso de Ferreira França. Eram evidências da oposição às práticas militaristas do imperador, e da preocupação dos representantes com a questão. Assim, caso a lei para regulamentar a entrada de estrangeiros tivesse que sair do papel, ela deveria conter o maior número de requisitos possível, de forma a dificultar a vinda de tais contingentes.

As discussões acabaram se prolongando pelo mês de julho, terminando apenas no dia onze. Dois dias depois, em 13 de julho, o projeto foi devolvido ao Senado com as seguintes emendas: poderia obter carta de naturalização o estrangeiro que não tivesse se “oposto de qualquer modo à independência do império, ou a forma de seu governo monárquico constitucional representativo”; que já estivesse residindo no Brasil continuamente por 10 anos (7 quando casado com mulher brasileira); e que, uma vez cumprido o tempo mínimo de residência, declarasse na câmara do distrito em que resida, sua “vontade de fixar domicílio no império”¹⁰⁹.

Ao retornar ao Senado, a emenda da Câmara que impedia a naturalização daqueles que haviam sido contrários à independência foi recusada em votação unânime¹¹⁰. O Senador Silva Lisboa discorreu sobre a emenda, afirmando que via uma “decisão tão anômala, e inesperada, que [...] estabelece uma longa quarentena [...] de

¹⁰⁹ *Ibid.*, p.152.

¹¹⁰ *Anais do Senado do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasília, 1826-1889. Tomo III, p.183. Disponível online em <<http://www.Senado.gov.br/sf/publicacoes/anais>> consultado em novembro de 2008.

residência de estrangeiros para obterem carta de naturalização”¹¹¹.

A emenda da Câmara era contrária às relações com Portugal, impedindo a naturalização de portugueses. Barbacena discursou sobre a questão, alegando ser “verdade que os Estados-Unidos não admitiram os ingleses que pegaram em armas contra eles, mas tiveram para isso o cuidado, e prevenção de estabelecer esta cláusula, nós, pelo contrário, prometemos no tratado perpétuo esquecimento das dissensões havidas, como, pois, admitiremos uma lei que pretende excluir homens a quem asseguramos de uma maneira tão solene aquele esquecimento isto basta para rejeitarmos a emenda, a qual vai destruir a religião, e fé do tratado”¹¹².

As diferentes discussões mostravam como o projeto era encarado de forma diferente no Senado e na Câmara, sendo defendido na câmara vitalícia como uma medida necessária para a povoação do território. Contudo, tal como aprovado no Senado, o projeto parecia aos deputados uma facilitação pura e simples da entrada de estrangeiros no Império, o que poderia influir nas pretensões militares de D. Pedro e na sociedade brasileira ainda em formação.

A dura posição da Câmara dos Deputados não pode ser descontextualizada, é necessário lembrar que naquele momento os representantes viviam a crise de sucessão ao trono português que, embora tenha tido seu início após a morte de D. João VI (em março de 1826), já se colocara no cenário político quando da ratificação do acordo de reconhecimento da independência brasileira, em agosto de 1825.

A questão da sucessão portuguesa não era, contudo, um problema apenas dos deputados e senadores brasileiros, ela também foi tema constante nas discussões entre os encarregados portugueses e ingleses. O conde de Porto Santo, ministro dos negócios estrangeiros de Portugal, exigiu oficialmente, em julho de 1825, que o governo inglês garantisse à Casa de Bragança a sucessão legítima ao trono português, argumentando serem reais os riscos ou bem de uma guerra civil, ou de nova invasão pela Espanha.¹¹³. Em resposta, o ministro de negócios estrangeiros da Inglaterra, George Canning, alegou que, frente à negativa de D. Pedro em aceitar o trono, era impossível garantir a sucessão. Tratando do mesmo assunto em ofício ao Duque de Palmela, então

¹¹¹ *Ibid.*, pp.182-183.

¹¹² *Ibid.*, p.82.

¹¹³ Alexandre, Valentin, *op. cit.*, pp.335-6.

embaixador português em Londres¹¹⁴, afirmou que o único meio “de obstar a tamanhos inconvenientes [...] está em que o vosso Soberano [...] providencie, de acordo com seu filho, a todos os futuros contingentes; que designe a Regência que [...] deverá governar o Reino”¹¹⁵. A única garantia reconhecida pelo governo inglês era de que qualquer tentativa do Brasil em tomar o controle das colônias portuguesas teria uma intervenção “pronta e eficaz”¹¹⁶.

Meses antes de seu pai morrer, D. Pedro ainda hesitava em tomar uma posição definitiva frente à questão da sucessão. O diplomata britânico no Rio de Janeiro, Sir Charles Stuart, em ofício ao conde de Porto Santo em março de 1826 (momento em que ainda não haviam chegado as notícias da morte de D. João ao Brasil), escreveu ser “impossível prever as novas mudanças que poderão suceder-se no [...] espírito [do Imperador]”¹¹⁷. Sua indecisão não era estranha tendo em vista a desconfiança que já nutria parte das elites brasileiras, o que lhes fazia temer qualquer aproximação do monarca com os interesses portugueses; assim, assumir seu interesse na sucessão da coroa portuguesa era um perigo que não podia correr. Em 24 de abril de 1826 chegou ao Rio de Janeiro a notícia da morte de D. João VI. Depois de discussões internas ao Paço, D. Pedro reconhecido pelo governo vigente no além-mar como rei de Portugal, acumulou as duas coroas por poucos dias, abdicando pouco depois em nome de sua filha Maria da Glória, a rainha Maria II.

Essa imagem incerta sobre a sucessão do trono português não se conteve apenas nos documentos e conversas oficiais, na Europa, por exemplo, exilados liberais espanhóis viram na morte do monarca português a chance de D. Pedro se tornar o próximo rei constitucional da Espanha¹¹⁸. Os laços de parentesco serviam para que grupos revolucionários defendessem essa proposta durante a década de 1820, atividades intensificadas depois da morte de D. João VI, e veiculadas em periódicos que indicavam o advento do Imperador do Brasil¹¹⁹.

¹¹⁴ Pedro de Sousa Holstein, duque de Palmela, foi Líder destacado da facção conservadora do liberalismo português, os *Cartistas*, representante de Portugal no Congresso de Viena, foi inúmeras vezes ministro dos negócios estrangeiros, e primeiro ministro entre 1834–1835, em 1842 e em 1846.

¹¹⁵ Reis e Vasconcelos in *Despachos e Correspondência do Duque de Palmeia*, vol. II, pp. 88-89. *apud* Alexandre, Valentin, *op. cit.*, p.336.

¹¹⁶ J. F. Júdice Biker, *Suplemento à Coleção de Tratados*, Lisboa, 1872-1879, vol. 21, pp. 370-373. *apud* Alexandre, Valentin, *op. cit.*, p.337.

¹¹⁷ Ofício de Stuart a Porto Santo de 25-10-1825. *Ibid.*, pp.314-315.

¹¹⁸ Brancato, Braz Augusto A. D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal e o Constitucionalismo Ibérico. In: *Historia Constitucional*, N. 5, 2004, pp.141-159. Disponível Online em <<http://hc.rediris.es/05/indice.html>> consultado em maio de 2010.

¹¹⁹ *Ibid.*, pp.141-2.

Podemos supor que esse momento de incerteza influenciou as discussões entre os deputados, já que o poder Legislativo, além de representar os interesses das elites brasileiras, também deveria assegurar a eficácia administrativa do Estado, o que significava desenvolver meios de controle e aparelhamento para seu funcionamento efetivo¹²⁰. Assim, não eram incomuns os choques entre os representantes da Nação e o Poder Executivo, que impunha ações entendidas como autoritárias, sobretudo em momentos de crise (como no período da emancipação política, ou durante os conflitos na Cisplatina).

De qualquer forma, os episódios que estariam por vir em 1828 seriam tão ou mais relevantes para o posicionamento dos deputados quando voltaram a discutir o projeto de naturalização nos anos seguintes. Ao recuperar as palavras do deputado Lino Coutinho em 1828, um dos poucos que havia defendido o projeto de naturalização na discussão da Câmara em 1826, pode-se perceber que como os eventos de 1828 fizeram-lhe repensar sua posição. Embora ainda reconhecesse a necessidade de estrangeiros para povoar o Brasil, questionou a ação do governo imperial que tinha “enchido o Brasil de lazarones, e jesuítas, e irlandeses”, concluindo então que “por hora não convém fazer-se uma lei, e eu sempre votarei contra uma lei que faculte naturalizar a estrangeiros, enquanto nós não tivermos um governo verdadeiramente constitucional; e sempre será bom que a Câmara vá ficando com este direito¹²¹”. A presença de colonos irlandeses no Brasil, e os conflitos ocorridos em junho de 1828, expuseram o quanto a recepção de estrangeiros poderia ser perigosa sem uma regulamentação administrativa adequada.

¹²⁰ Slemian, Andréa, *op. cit.*, p.308.

¹²¹ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1828. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1874, tomo IV, p.237.

Capítulo 3. Ação e drama: da Irlanda ao Brasil

3.1 - William Cotter e o engajamento na Irlanda

Em setembro de 1826 partiu em direção a Europa o Comandante do 3º batalhão de granadeiros do Brasil, Coronel William Cotter. Depois de uma cansativa viagem de dois meses e meio chegou à Inglaterra em dezembro, sendo logo apresentado a João Antonio Pereira da Cunha, vice-cônsul da legação brasileira em Londres¹. Naquele momento Cotter tratou com o vice-cônsul Pereira da Cunha, pois o Visconde de Itabaiana, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, cônsul da legação brasileira em Londres, encontrava-se na Itália cuidando de sua saúde.

Quando chegou a Londres, a legação brasileira já tinha ciência de suas ordens. Em carta datada de 25 de setembro do ano anterior, o então Barão de Itabaiana recebeu do Barão de Lages, naquele momento responsável pelos regimentos estrangeiros, a notícia de que Cotter havia partido “com o encargo de recrutar pelo menos quinhentos homens, na conformidade das instruções inclusas”². Na mesma carta exigia-se de Itabaiana a fiscalização de sua comissão, dando “conta pela Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra”.

Nas instruções de Cotter³ estava expresso que deveria recrutar para o batalhão sob seu comando, “quinhentos Recrutas, ou os que puder obter no menor espaço de tempo possível, no mais tardar dentro de nove meses”. Durante o período que permanecesse em comissão, receberia o soldo equivalente à função de coronel e, ao retornar, condecorações do próprio Imperador. As instruções foram enviadas ao coronel pelo Conde do Rio Pardo, Tomás Joaquim Pereira Valente, comandante das armas na corte, que em ofício ao Ministro dos Negócios de Guerra, Bento Barroso Pereira, em 17 de janeiro de 1828, informara que havia combinado pessoalmente com Cotter que ao invés de “haver de ter de gratificação por cada indivíduo, que o dito Coronel engajassem como Soldado [...] era mais brioso deixar à Alta Consideração de Sua Majestade Imperial a avaliar os seus serviços extraordinários”⁴. Tamanha foi a autoridade

¹ Carta do Coronel Cotter ao Conde de Lages. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Seção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1825, fl.01.

² Carta do Barão de Lages ao Barão de Itabaiana. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Seção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses sem data, fl.197.

³ Instruções ao Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Seção Codes SDE, Pac.01, Instruções e ordens dadas ao Cel Cotter, fls.11-12.

⁴ Ofício do Conde do Rio Pardo ao Ministro da Guerra Bento Barroso Pereira. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Seção Codes SDE, Pac.01, Cópia de Ofícios, fl.67v.

conferida a Cotter, que o aviso de sua missão ao Barão de Lages foi enviado somente após sua partida. Nesse ofício, datado de 25 de setembro de 1826, deixava claro que partira para a Europa, onde se entenderia “com o Ministro de Sua Majestade em Londres, a quem se expediram as ordens precisas, para que na conformidade das mencionadas instruções proteja quanto der possa este negócio”⁵.

Até sua chegada em Londres, não havia qualquer indicação de que o engajamento seria feito na Irlanda. Sua decisão de partir para a ilha foi descrita em carta datada de 25 de dezembro, quando avisou que partiria “imediatamente para Irlanda” já que na “Inglaterra não (me) atrevo de meter em tal negócio por causa da lei que proíbe fazer recrutamento para qualquer nação estrangeira”⁶.

Nascido na Irlanda, William Cotter servira no exército de Portugal durante a Guerra da Península junto ao Regimento de Viana⁷. Foi ferido gravemente na tomada do castelo de Badajoz, na Batalha de Vitória, conflito em que participou na Guarda avançada da 3ª divisão do exército do Duke de Wellington⁸. Como tenente-coronel graduado foi incorporado ao Estado Maior do 2º Regimento de Infantaria da Divisão de Voluntários Reais na expedição a Montevidéu⁹. Sob o comando de Carlos Frederico Lecor a divisão conquistou e administrou Montevidéu e todo o território a leste do rio Uruguai entre 1817 e 1825¹⁰. Designado por Lecor dirigiu a Ilha de Gorriti, em frente à baía de Maldonado, sendo posteriormente enviado para servir em Santa Catarina, onde ficou até pedir transferência para Pernambuco. Lá, como Tenente-Coronel, foi incorporado ao 2º Regimento de Infantaria de Portugal¹¹. Empossado, desde 1825, no comando do 3º Batalhão de Granadeiros, substituindo o Major Von Ewald¹², foi provavelmente escolhido para arregimentar as tropas graças à sua experiência e ascendência irlandesa.

⁵ Instruções ao Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Instruções e ordens dadas ao Cel Cotter 1826, fl.11.

⁶ Carta de Cotter ao Conde de Lages. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1825, fl.01v.

⁷ Dentre as Guerras Napoleônicas a Peninsular se deu entre 1807 e 1814. Sobre o conflito ver: Nunes, Antonio Pires. A primeira invasão francesa. In: Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano (orgs) *Nova História Militar de Portugal*. Volume III, Circulo de Leitores, 2004.

⁸ AHEX. *Catálogo de requerimentos do século XIX*. Coronel Guilherme Cotter, letra G, maço 20, 693, Rio de Janeiro.

⁹ AHM (Arquivo Histórico Militar). Livro Mestre B 2-6 do regimento de infantaria nº 2, 2º Batalhão, Lisboa. *apud* <<http://cotter.no.sapo.pt/historia/historia1.html>> consultado em maio de 2009.

¹⁰ Sobre a administração portuguesa e o controle de Lecor ver: Ferreira, Fábio. *A Trajetória política de Carlos Frederico Lecor das Guerras Napoleônicas à criação da república oriental do Uruguai (1807-1828)*. Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

¹¹ AHEX. *Ibid.* AHM. *Ibid.*

¹² Lemos, Juvêncio Saldanha, *op. cit.*, p.287.

Contudo, a missão de Cotter não foi a primeira ação brasileira dirigida ao recrutamento de força militar na Irlanda. Em 1822, em carta escrita por José Bonifácio ao general Felisberto Caldeira Brant, futuro Visconde de Barbacena, responsável então pela legação do Brasil em Londres, a opção pelos irlandeses mostrava-se como positiva para o projeto de arregimentação de tropas estrangeiras, “por serem ótimos lavradores, além de tropas regulares”¹³. Contudo, devido às leis do Reino Unido, que não permitiam a imigração para fins militares, e estando a Irlanda sob tutela do parlamento de Londres, as tentativas de se realizar o envio de tropas por meio de pedidos feitos junto Primeiro Ministro inglês foram repetidamente negados¹⁴.

Porém, a ação de Barbacena, cuja nomeação para cônsul do Brasil fora feita por José Bonifácio em 12 de agosto de 1822, não se pautou somente em ações legais. No inverno daquele ano, sob ordens imperiais, o general autorizou o vice-cônsul em Liverpool, Antonio Meirelles Sobrinho, a oferecer £2.60 ao mês para o engajamento de 150 marinheiros, valor £1 superior ao que recebiam os marinheiros na marinha inglesa; e deveria fazê-lo ainda que para isso tivesse que se utilizar de meios ilegais. Em Londres, o próprio cônsul se empenhou em agenciar um oficial da marinha real britânica; assim, James Thompson foi contratado para ser capitão de uma fragata e autorizado a encontrar mais homens para auxiliá-lo no serviço¹⁵. Até o fim de janeiro de 1823, 125 homens e seis oficiais já haviam sido aliciados em Liverpool, e 45 marujos em Londres, mas sempre engajados sob a justificativa de que viriam como imigrantes. Ainda mesmo, o alistamento quase teve fim devido à ação desastrosa do vice-cônsul em Liverpool, que ignorou as instruções e chegou a oferecer £5,50 ao mês e firmou contratos para que oficiais atuassem como mercenários. Ao governo brasileiro somente restou pagar o valor oferecido para não alarmar as autoridades britânicas, tudo para se esquivar do Foreign Enlistment Act de 1819¹⁶. A lei sobre o alistamento para forças estrangeiras procurava regular a ação de mercenários oriundos do Reino Unido, servindo como uma bandeira governamental que visava à manutenção da aparência de neutralidade da Inglaterra após as guerras napoleônicas¹⁷.

¹³ *Ibid.*, pp.285-291

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ ANRJ, Publicações do Arquivo Nacional, Vol. VII, Rio de Janeiro, 1907. *apud* Vale, Brian, *op. cit.*,

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ D. A. G. Waddell. British Neutrality and Spanish-American Independence: The Problem of Foreign Enlistment. In: *Journal of Latin American Studies*, Vol. 19, No. 1 (May, 1987), Cambridge University Press.

Foi justamente a existência desta lei e a ascendência irlandesa de Cotter que o levaram à ilha, em 1826, em busca de homens para o serviço militar. Ainda assim, não bastasse o primeiro percalço, viu-se obrigado, já em Londres, a alterar o número de oficiais a serem recrutados. Em carta para o Barão de Lages, afirmou que aqueles poucos que já haviam se engajado, o haviam feito em razão “da influência” que tinha sobre eles e que não perdera ainda a “esperança [de] completar o número”¹⁸. Devido ao intenso recrutamento britânico para o aumento de seu exército, envolvido desde 1824 no conflito com Burma¹⁹ e, a partir de 1826, na crise de sucessão do trono português, foi necessário alterar a proporção de um oficial superior para cada 100 soldados (como instruído no Brasil), para uma relação de um oficial cada quinhentos. Na mesma carta prometeu que, a cada 200 engajados, seria feito o transporte, sendo sempre enviado um oficial com eles.

Em Dublin, Cotter e seus agentes conseguiram recrutar 700 homens, mas foram obrigados a prometer que parte deles, ao menos, poderia viajar junto com suas famílias, pois segundo o próprio Cotter, “não tive outro remédio senão trazer muitos casados para enganar as Autoridades”²⁰. Contudo, o dinheiro inicial levado não foi suficiente, sendo obrigado a apelar para que a legação em Londres o abonasse com o saque de letras de crédito no valor de £1.000²¹. É provável que esperasse que o vice-cônsul lhe enviasse o montante necessário, mas quatro semanas após sua chegada recebeu um ofício de Pereira da Cunha, datado de 2 de fevereiro, que dizia não poder “continuar a supri-lo com nenhuma outra quantia”, prevenindo-o que não iria “aceitar nenhuma letra [...] para que saque para este fim”²².

É plausível supor que Cotter tivesse tentado sacar letras de créditos adicionais na Irlanda, mas sem sucesso. Devido à situação, no início de fevereiro partiu de volta a Londres, de onde escreveu, em 16 de fevereiro, sua primeira carta ao Conde de Lages alertando-os sobre os problemas com a legação brasileira. Explicava que a culpa pelo ocorrido não era sua e que, caso não tivesse recebido ordens para “deixar de recrutar”,

¹⁸ Carta de Cotter ao Conde de Lages. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1825, fls.01-02.

¹⁹ Após o final da guerra em 1826, com a vitória britânica, Burma passou por um processo que a levou ao seu enfraquecimento até que em 1886, após a terceira guerra Anglo-Burmese, a região fosse anexada ao território britânico. A partir de 1989 mudou seu nome para Myanmar.

²⁰ Carta de Cotter ao Conde de Lages. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fl.14v.

²¹ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.78.

²² *Ibid.*.

em “quatorze dias teria 2.500” homens. Afirmava também que “bem poderia levar 5.000, porém sem dinheiro não posso... as medidas foram bem tomadas para enganar o Governo Inglês, e bastante trabalhei, contra a lei, correndo o risco de ser preso de um dia para outro”²³.

Cotter partiu de Dublin já com um acordo que estipulava a partida das embarcações no prazo de seis semanas, o que faria com que os primeiros navios deixassem o porto de Cork em meados de março²⁴. Não esperava que ao chegar a Londres tivesse que enfrentar problemas burocráticos para conseguir fretar as embarcações, o que terminou para atrelá-lo às exigências do vice-cônsul que alegava seguir ordens imperiais ao impor-lhe restrições.

Depois de algum atraso, devido à sua saúde debilitada – talvez em razão da viagem do Rio de Janeiro para a Europa (saindo do verão tropical para o duro inverno britânico) –, Cotter, em fevereiro de 1827, tratou com um negociante indicado pelo próprio Pereira da Cunha. Em sua conversa foi informado que ninguém consentiria “entrar em tal negócio sem ser pago em Londres”, ainda que o mesmo negociante tenha afirmado que “como ele deseja servir o Governo de Sua Majestade, que talvez achasse quem aceitasse a metade do dinheiro, e a outra metade paga por uma letra de seis meses”²⁵, mas desde o vice-cônsul fosse fiador no negócio. Em 23 de fevereiro enviou carta a Pereira da Cunha informando-o da negociação, inclusive do valor estimado pelo negociante, a “quantia de seis ou sete mil libras esterlinas”²⁶.

Durante o mês de março, enquanto Cotter procurava melhorar da saúde, o vice-cônsul realizou um arranjo financeiro com a casa inglesa Hetcher Alexander & Thomas Wilson, para evitar soltar a letra de seis meses²⁷. Informado em 3 de abril sobre o negócio e sabendo que a quantia de £6.000 estava liberada para saque, foi convidado, três dias depois pelos negociantes, para tratar das contas e da forma como seria realizado o empréstimo²⁸. Nessa conversa, o valor estipulado para o fretamento pulou

²³ Carta de Cotter ao Conde de Lages. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fls.14-15.

²⁴ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.69v.

²⁵ Carta de Cotter ao Sr. Antonio Pereira da Cunha. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópia de Ofícios, fl.58v.

²⁶ *Ibid.*.

²⁷ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.86.

²⁸ *Ibid.*, fl.79.

para £16.614, devido à necessidade de se adequar a comissão ao Passenger Vessels Act²⁹.

Entre 1803 e 1827, o parlamento do Reino Unido aprovou oito leis regulamentando a condição dos navios a serem utilizados para o transporte de imigrantes, na tentativa de evitar a exploração abusiva das companhias que realizavam o serviço. Segundo os negociantes Hetcher Alexander & Thomas Wilson, a lei proibia “de embarcar senão certo número de gente para tantas toneladas” por navio³⁰. Em sua prestação de contas para Pereira da Cunha, em 19 de Abril, o coronel declarava a necessidade de “1500 toneladas de frete” para “embarcar mil homens sem contar mulheres e rapazes”, no valor de £4.500, além das despesas com os fardamentos (que já estavam bem adiantados) de £4.600, e com os mantimentos, cotados em £7.514, alcançando um total de £16.614³¹.

A intenção do coronel era partir imediatamente para a Irlanda com vistas a dar andamento aos preparativos para a chegada do transporte, contudo, mais uma vez teve problemas com a legação para a autorização do fretamento. No acordo tratado verbalmente com a casa inglesa Hetcher Alexander & Thomas Wilson, Cotter concordara em lhes passar a responsabilidade pelas embarcações; mas, depois de consultar a legação sobre o que deveria ser feito, “disseram que não devia de maneira nenhuma [os] empregar”³². Era claro que o vice-cônsul tomava para si toda a responsabilidade sobre a fiscalização dos planos de arregimentação, como era explícito nas ordens dirigidas a embaixada, e, mais do que isso, assumia as rédeas ao estabelecer que somente o consulado tinha a autoridade para fechar as negociações.

Incomodado com a situação e ainda com sua saúde debilitada, Cotter decidiu retornar ao Brasil, no que foi impedido pelo vice-cônsul, que provavelmente percebera que seu retorno ao Império lhe traria problemas³³. É possível que, em reunião em 20 de abril, o coronel e o vice-cônsul tenham chegado a um entendimento, pois desde então Pereira da Silva passou a autorizar as ordens de Cotter³⁴.

Pouco depois, em 27 do mesmo mês, Cotter foi chamado à legação para ser informado de que já estava acertado, junto aos negociantes da casa Freitas & Costa, o

²⁹ Carta de Sr. Antonio Pereira da Cunha ao Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópia de Offícios, fl.58.

³⁰ Carta do Coronel Cotter ao Sr. Antonio Pereira da Cunha. *Ibid.*, fl.58v.

³¹ *Ibid.*

³² Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.70v.

³³ *Ibid.*

³⁴ *Ibid.*, fl.87.

empréstimo necessário para o fretamento das embarcações³⁵. Segundo Cotter, “como eu não tinha outras vistas se não o bem do serviço consenti, e foi me introduzida a essa casa pela legação mesmo”³⁶.

Ainda que desde fevereiro, em ofícios ao Conde Lages, Cotter já se queixasse da ação do vice-cônsul, somente em 4 de maio recebeu uma resposta: “Inteirado o Mesmo Augusto Senhor de haver V. M^e. quase concluído a sua comissão, não obstante alguns embaraços que tem encontrado sendo o principal a falta de dinheiro para a prontificação de transportes, manda significar-lhe que, no caso de se achar ainda V. M^e. nos mesmos embaraços, e ser possível fazer os necessários arranjos por meio de saques sobre esta Corte”³⁷.

Fechado o negócio com a casa Freitas & Costa, em 28 de abril, Pereira da Cunha esclareceu a Cotter que em razão da “conferência que comigo teve no dia 20 [...] estes negociantes tem ordem de aceitar e pagar a saques que V^a. S^a. fizer [...] até a quantia que V^a. S^a. calculou”. Em conversa particular, foi acertado pelos negociantes o envio, até fim de maio, dos navios para a Irlanda³⁸. Nesse meio tempo o coronel mandou “aprontar na Cidade de Cork os mantimentos necessários”, partindo novamente em direção a Irlanda para aguardar as embarcações prometidas³⁹.

Em sua segunda viagem à Irlanda, Cotter se decepcionou, pois a promessa da Freitas & Costas não se cumpriu. Somente em julho chegaram os navios que iriam levar os irlandeses, fazendo com que parte dos mantimentos que ele havia estocado se estragasse. Nessa situação viu-se obrigado a vender certa quantidade para não ter mais prejuízos⁴⁰. O grande número de mantimentos comprados em Cork era uma exigência do *Passenger Vessels Act*, que determinava, além de um número fixo de pessoas por tonelada de embarcação, uma quantidade de mantimentos. Em razão dessa demanda, é que esperava que a viagem se desenrolasse o mais rápido possível⁴¹. Mas, a aprovação de uma nova lei, abolindo grande parte das restrições⁴², fez com que Cotter mudasse sua

³⁵ *Ibid.*, fl.80.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ Carta de Conde de Lages ao Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fl.23.

³⁸ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.71v.

³⁹ *Ibid.*, fl.72.

⁴⁰ “... chegaram até meado do Julho já era tarde como já havia muita abundância de mantimentos como tinha ainda principiado a vendi-me assim mesmo...”, *Ibid.*

⁴¹ *Ibid.*

⁴² A primeira versão da *Passanger Vessel Act* foi em 1803, seguida de novas versões em 1813, 1817, 1819, 1823 com duas versões, e 1827. É provável que esta última deva ter suprimido certas exigências

estratégia para baratear os custos: “Como cada praça deve receber diariamente um arrátel de carne, porém como aboliram aquele ato depois desejando obrar com a maior economia resolvi-me de lhe dar carne só três vezes cada semana, e em vez disso dar-lhes legumes”⁴³.

Alem disso, os primeiros indivíduos com que havia tratado no início do ano, a quem garantira a chegada das embarcações até março, passaram a cobrar as promessas do coronel e seus agentes⁴⁴. Sem meios para acomodá-los, mesmo porque, quando chegaram, as embarcações “vieram com falta de tudo, sem água, sem tonéis, sem carvão, sem utensílios para cozinhar, sem torimbas”⁴⁵, Cotter passou a adiantar-lhes dinheiro para poderem se sustentar. Mesmo assim, com o crescente número de homens e suas famílias, não era possível esperar a chegada dos de Liverpool, levando-o a “embarcá-los sem ter coisa alguma pronto”⁴⁶.

Com o acúmulo de problemas, também se acumularam as despesas. Em julho, Cotter passou a receber cartas de Freitas & Costas, negando-lhe sacar mais letras de crédito⁴⁷. Em 27 de julho, o Visconde de Itabaiana, já de volta ao controle da legação do Brasil, escreveu para o coronel aconselhando-o a diminuir suas despesas, pois estavam além do combinado. Em sua resposta de 4 de agosto, o coronel defendeu-se dizendo que não era possível fazê-lo, pois “se não me fornece os meios neste tempo tão critico seria a causa de arruinar tudo que temos feito”, o montante gasto era resultado da péssima condição dos navios, já que “em lugar de eles [aqui] chegarem prontos para receber os Emigrados a bordo, [vieram] na maior miséria com falta de tudo”⁴⁸.

No mesmo dia 4 de agosto, partiu de Cork o Brigue Rectrieve, a primeira embarcação levando irlandeses. Porém, para a infelicidade de Cotter, enquanto a primeira embarcação seguia viagem para o Brasil, outra de suas letras de crédito era negada por Freitas & Costa⁴⁹. Sua posição era delicada, oito navios estavam ancorados no porto de Cork, quatro deles já com imigrantes a bordo, sendo que dois, com partida

contidas nas anteriores. Hunter, James. *The Making of the Crafting Community*, Edinburgh: John Donald, 1976; Ward, Alan J. *The Irish Constitutional Tradition: Responsible and Modern Ireland 1782-1992*, Irish Academic Press, 1994.

⁴³ Carta do Coronel Cotter ao Visconde de Itabaiana. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópia de Ofícios, fl.59.

⁴⁴ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.72v.

⁴⁵ *Ibid.*, fl.72.

⁴⁶ *Ibid.*, fl.73.

⁴⁷ Carta do Coronel Cotter ao Visconde de Itabaiana. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópia de Ofícios, fl.59.

⁴⁸ *Ibid.*, fl.59v.

⁴⁹ *Ibid.*, fl.60.

marcada para o dia seguinte, foram embargados por falta de crédito; levando-o a cogitar uma fuga para Londres a fim de não ser preso⁵⁰.

No dia seguinte saiu a Galera Combatente, ficando o resto das embarcações presas no porto de Cork, três delas completas e prontas para partir. Embora continuasse com os mesmos problemas, e houvesse recebido ofício do Conde de Lages autorizando-o a sacar letras diretamente em nome do Império, Cotter escreveu a Itabaiana explicando que isso de nada lhe valia, pois “aqui não há ninguém que tem correspondência alguma com o Rio de Janeiro”⁵¹. Segundo argumentou, toda a culpa era devida aos comerciantes Freitas & Costa, já que “essa Casa tomou sobre si de fornecer-me com tudo que me era necessário para por em execução [...], tiveram um crédito aberto e gastarão eles mesmos a maior parte do dinheiro no frete dos transportes, e comprando coisas que não eram necessárias”⁵². A relação tensa entre o coronel e os negociantes colocava em risco as 30.000 libras gastas até o momento⁵³.

O problema de Cotter foi que o vice-cônsul acordara com a casa Freitas & Costa o fornecimento de empréstimos para o fretamento das embarcações no valor apresentado por Hetcher Alexander & Thomas, ou seja, £26.00⁵⁴. Desse modo, a carta dos negociantes ao coronel, em 29 de junho, só corroborou o contrato firmado com a legação, pois afirmaram que: “Nos temos [?] um [imperfeito] [cálculo] das despesas necessárias para o transporte de 2400 emigrantes para Rio de Janeiro que importam a quantia de £26.000 que faz a quantia de £1.000 de mais do crédito de que nos podemos expor em seu favor por isso nos empenhar-nos-emos de fixar, quanto é passado retirado nesta importância”⁵⁵. Os negociantes defendiam que mesmo que o valor fosse demasiado alto, “e assim pode pensar-se que [...] custam muito”, se comparado com os que tinham vindo dos territórios germânicos “eles custam menos”⁵⁶.

É evidente que algum dos agentes envolvidos se preocupou que a comissão fosse mais rentável do que aquela realizada nos territórios germânicos; quem sabe com isso

⁵⁰ “Nesse instante tenho aviso deles que recusarão pagar uma letra minha sacada por £3.000. O Negociante vai embargar os Navios todos [...] que essa conduta deles é infâmia depois de gastar quase todo o credito eles mesmo, enfim é uma vergonha, e eu vou me fugir daqui brevemente por não ser metido na Cadeia...”. *Ibid.*

⁵¹ Carta do Coronel Cotter ao Visconde de Itabaiana. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópias de Offícios, fl.61.

⁵² *Ibid.*, fl.60.

⁵³ *Ibid.*, fl.61.

⁵⁴ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.71v, fls.80-82.

⁵⁵ *Ibid.*, fls.80-81.

⁵⁶ *Ibid.*, fl.81.

buscasse garantir a continuidade da procura por novos contingentes para as tropas, o que significaria ao interessado mais lucro. De qualquer forma, a simples comparação no documento mostra tal informação possuía alguma relevância, sendo importante para a ação de parte dos envolvidos.

Isso não significou que houvessem alcançado um entendimento, pois, para contornar a questão financeira, Cotter foi obrigado a sacar letras de crédito com os mesmos agentes Freitas & Costa sob juro de quatro a seis meses. Em seu relatório apresentado em 1827, declarou que “fornecendo os transportes com mantimentos comprados com crédito de cinco e seis meses a dobrado valor e em lugar dos meus agentes estarem debaixo das minhas ordens achei-me obrigado estar pedindo (como fosse esmola)”⁵⁷. Além disso, decidiu dispensar alguns homens para diminuir os custos, o que fez com que se espalhasse “a voz que eu não queria mais gente”. Dias depois, acabou enviando mais agentes para as províncias em busca de imigrantes a fim de completar os barcos restantes⁵⁸.

Dois problemas ainda concorreram para que Cotter atrasasse mais sua missão. Não bastando os gastos que tivera até aquele momento, em 10 de agosto recebeu carta do vice-cônsul do Brasil em Cork, James Morgan, indicando-lhe a necessidade de que todos os passageiros que fossem partir rumo ao Rio de Janeiro estivessem com seus passaportes, para isso era necessário acertar “o valor de pagar cada [...] passaporte” em “Seis Shillings e Nove Pence”⁵⁹. Para agravar ainda mais a situação, teve grande dificuldade para chegar às embarcações, pois os negociantes Freitas & Costa tinham realizado os contratos de fretamento suprimindo o nome do coronel como responsável⁶⁰. Somente os nomes dos proprietários das embarcações, os capitães, e dos agentes responsáveis pelos fretamentos, “Mrss Willcox and Anderson and Mr, William Dalrymple Dowson”, constavam, sendo que em alguns navios também se encontrava o nome da casa Freitas & Costa⁶¹.

⁵⁷ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.74.

⁵⁸ Carta do Coronel Cotter ao Visconde de Itabaiana. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópias de Offícios, fls.61-62.

⁵⁹ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.84.

⁶⁰ *Ibid.*, fl.73v;

⁶¹ Contrato de afretamento das embarcações Rectrieve, Promise e Euprates. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fls.24-27.

No que tange ao problema dos passaportes. Cotter respondeu a James Morgan no dia seguinte, pedindo que compreendesse sua situação de emissário de Sua Majestade⁶² e se recusando com isso a pagar a quantia necessária para os passaportes. Com o desentendimento entre os dois, o vice-cônsul não liberou as cartas de saúde necessárias para a partida das embarcações restantes⁶³. Em seu relatório de 1827, Cotter deixava clara sua indignação ao escrever que “as pessoas que devia esperar alguma ajuda” eram os inimigos “mais formidáveis”⁶⁴.

Em 15 de agosto, antes de partir para Londres para resolver as contas com o cônsul, enviou-lhe uma carta para responder suas dúvidas sobre a interdição das embarcações. Nessa, destacou a ação de seu agente em Cork, que “se comportou com muita honra”, pois ao receber a notícia de que suas letras de crédito não haviam sido aceitas, ao invés de “publicá-las”, “tratou unicamente” com ele. Fazendo com que Cotter “desse [sua] palavra de honra de não mandar para fora mais embarcações nenhuma em que não fossem arranjadas [todas] as dificuldades”. Graças a esse mesmo agente conseguiu a licença para que saíssem outros dois transportes que estavam prontos, após demonstrar que enquanto permanecessem parados ficariam “gastando os mantimentos”⁶⁵. Até aquele momento haviam partido mais três embarcações, a Galera Elisa, o Navio Arcturus e o Bergantin Clarence.

Apesar dos diversos problemas ocorridos desde sua chegada ao Reino Unido, Cotter conseguiu, por sua influência e de seus agentes, contornar as dificuldades, dependendo, porém, uma grande soma em libras esterlinas, parte desse valor pago de seu soldo. Em 9 de setembro, ainda com dois navios presos no porto de Cork pela falta de “cartas de saúde”, escreveu em relatório para Conde de Lages que: “custa-me muito de dano [em] Caixa [...] O Vice cônsul de Sua Majestade Imperial nesta cidade de Cork quis que eu pagasse dois Mil para si por cada Emigrado que eu embarcasse”⁶⁶.

Seu derradeiro problema ocorreu em seu retorno a Londres, em 11 de outubro, quando já haviam partido as duas últimas embarcações. Ao chegar, para sua surpresa, suas “cartas e instruções”, que havia entregado à Legação, “foram publicadas em diferentes Diários de Londres”. Em seu relatório deixou claro como a situação o

⁶² Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.85.

⁶³ *Ibid.*, fl.75.

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ Carta do Coronel Cotter ao Visconde de Itabaiana. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópias de Ofícios, fl.61.

⁶⁶ Carta do Coronel Cotter ao Conde de Lages. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fls.35-36.

“embaraçava”, pois “achei-me no fim nas maiores dificuldades em consequência das disputas, e diferenças entre o Sr. Visconde e as suas Agentes”⁶⁷.

Os empréstimos realizados por Cotter para resolver os problemas na ilha deram origem a uma dívida entre a legação e os negociantes da casa Freitas & Costa. Em carta ao vice-cônsul, datada em 15 do mesmo mês, prestando contas das dívidas, relatou que havia um valor a se pagar a Freitas & Costa de £24.107,1,6 (vinte e quatro mil cento e sete libras esterlinas, um shilling e seis pences), e sobre seus vencimentos o valor de £186,15,05 (cento e oitenta e seis libras esterlinas, quinze shillings e cinco pences)⁶⁸. Uma vez que o Visconde de Itabaiana se recusou a pagar, tanto o coronel quanto os negociantes, pode-se supor que, em represália, os últimos tinham sido os responsáveis pelas declarações nos diários de Londres do negócio “ilegal”⁶⁹.

Devido à sua permanência na Itália por problemas de saúde, o cônsul havia acompanhado apenas metade da transação e provavelmente não tinha notícia dos acontecimentos de forma completa. Essa hipótese parece tão mais verossimilhante, se se considerar que em cartas trocadas seguidamente entre ele e Cotter, pedira a este para esclarecer diversas questões simples que o vice-cônsul poderia ter elucidado⁷⁰. O Visconde não tinha ciência das duas escrituras lavradas pela casa Freitas & Costa sobre o fretamento das embarcações, as quais não continham o nome de Cotter como responsável pelo negócio⁷¹, como também não tinha conhecimento das letras de crédito sacadas sob três e quatro meses para por fim às dívidas da comissão.

Em carta escrita a Cotter em 22 de outubro, pediu ao coronel que esclarecesse seis pontos que ainda lhe causavam dúvidas⁷². Primeiramente, o cônsul deixava claro

⁶⁷ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter, fl.75.

⁶⁸ Carta do Coronel Cotter ao Visconde de Itabaiana. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópias de Offícios, fl.62.

⁶⁹ Cartas trocadas entre o Coronel Cotter e o Visconde de Itabaiana. *Ibid.*, fls. 61-66.

⁷⁰ *Ibid.*.

⁷¹ Carta do Visconde de Itabaiana ao Coronel Cotter. *Ibid.*, fl.63.

⁷² “[...] desejo a VS^a. se sirva de responder me oficialmente aos seguintes quesitos: 1º. Se antes do dia 28 de Abril, em que esta Legação fez em poder dos Negociantes Freitas & Costa, e a disposição de VS^a. a quantia que VS^a.então criará as despesas da comissão, havia VS^a. engajado alguns colonos, ou feito algum provimento p.^a. o seu transporte? 2º. Quem foi que deu (logo depois do deposito dessa quantia) aos ditos Agentes a incumbência de fretar ao mesmo tempo tantos Navios quanto bastassem para o transporte de 2000 Colonos? 3º. Se no afretamento de tais Navios houve alguma simulação, eu dolo, como se deve supor de fato de se haverem lavrado duas Escrituras de Afretamento, segundo VS^a. afirma? 4º. Quais foram as demais operações relativas ao transporte dos colonos que tenham sido feitas pelos mesmos Negociantes e quem lhas haja ordenado? 5º. Quem foi que ordenou, e dirigiu na Irlanda a compra de viveres, e os preparativos concernentes ao transporte dos Colonos? 6º. Se esta Legação interveio de algum modo no afretamento dos Navios, na compra dos viveres, e nos preparativos feitos para o mencionado transporte?”. *Ibid.*, fl.63v.

que não sabia que Cotter havia iniciado a arregimentação na Irlanda antes da contratação dos negociantes Freitas & Costa, como também procurava saber de quem era a responsabilidade pela avultada despesa. Cotter respondeu no dia seguinte, atrelando sua culpa às ordens recebidas do Imperador, “Foi em consequência de me ser assim pedido”⁷³. Por fim, o coronel jogava o encargo da contratação de Freitas & Costa para a legação, ao responder que “depois que a legação me pediu para nomear Freitas & Costa para fazer o afretamento dos Navios”⁷⁴.

Cotter já se encontrava há três semanas em Londres e pretendia retornar o quanto antes ao Brasil para poder acompanhar a recepção dos colonos irlandeses⁷⁵. Em 26 de outubro, pediu ao Visconde de Itabaiana seus ajustes, escrevendo que: “rogo á VEx^a. de ter a bondade de me mandar pagar os meus vencimentos até o fim deste mês, e as comedorias que me pertencem como um Coronel Cotter do Exército de Sua Majestade Imperial que anda embargado [...] tenho feito meus arranjos para partir de Londres em 28 desde mês”⁷⁶. Entretanto, na resposta no dia seguinte, recebeu uma relação de exigências relativas às despesas. Na carta, o cônsul pedia a Cotter o preenchimento de um formulário para esclarecimento das contas anteriormente prestadas, visto que “não sendo VSa. Versado em escrituração, e contabilidade, por ser mui diversa a sua profissão, mui escusável é este engano”⁷⁷.

A confusão sobre a missão de Cotter e, nesse momento, a desconfiança do Visconde eram tão grandes que em ofício escrito ao Conde de Lages, em 20 de outubro, relatava o que pudera concluir até então:

“[...] quando eu cuidava que a despesa excedente à quantia pré-fixada de £26.000 montaria á de £8.000, [...] tive desgosto de ver pelas Contas que ele me apresentou, que a despesa total feita com a remessa de 2686 colonos importa a avultada soma de £51.293,15,,11 que lhe muito maior do que aquela que VExa. teve em vista, quando no Art. 3º das Instruções dadas ao dito Coronel fixou o mínimo de 500 Colonos, declarando o fim para que serão destinados. Este excesso de despesa é feito não somente da demasiada latitude que o Coronel Cotter a dado ao Artigo precedente de suas instruções mas tão bem da sua inexperiência em negócios de tal natureza. E ainda que a Legação não tomou parte alguma nas medidas e arranjos concernentes a expedição dos referidos Colonos, e limitou-se unicamente à prestação de £27.000 entregando em dinheiro ao dito Coronel a quantia de £2.000, e pondo á disposição dele nas mãos dos Negociantes Freitas

⁷³ Carta do Coronel Cotter ao Visconde de Itabaiana. *Ibid.*, fl.64.

⁷⁴ *Ibid.*, fl.64v.

⁷⁵ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter, fls.75-76.

⁷⁶ Carta do Visconde de Itabaiana ao Coronel Cotter. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópia de Ofícios, fl.65v.

⁷⁷ Carta do Visconde de Itabaiana ao Coronel Cotter. In: *Ibid.*, fl.66.

& Costa á de £25.000, todavia sente sobremaneira o mencionado excesso de despesa, e o desembolso que ora deve fazer [...] de £24.293,18,18 [...] Quanto posso fazer a vista desta conta a das auxiliares que lhe vieram anexas, e examinar a irregularidade delas, e a exatidão de seus algarismos: por que consistindo o defeito da respectiva comissão na maneira atrapalhada, por que foi desempenhada, não pode entender-se a mais a minha fiscalização. [...] e de tudo o mais que convier para que esta negocio apareça ai na sua verdadeira luz: por que prevejo que o Coronel Cotter a de esforçar-se par escurecê-lo, em ordem á afastar de si toda a responsabilidade, e não confessar os erros cometidos pela sua inexperiência”⁷⁸.

Por fim, sem outra saída, Cotter partiu para Liverpool, onde conseguiu meios de pagar sua passagem de volta ao Império, pois o cônsul se recusou a saldá-la⁷⁹. Em janeiro do ano seguinte, Cotter se apresentou diante do Conde do Rio Pardo pedindo de “Sua Majestade Imperial a Graça de uma remuneração destes trabalhos os Serviços, no que muito arriscou sua pessoa (e) bens pelas dificuldades [...] em tão melindroso negócio”⁸⁰.

A comissão de Cotter terminou alcançando uma soma próxima a £90.000⁸¹, o que levantou a suspeita dos funcionários da legação, espalhando-se posteriormente no Brasil e sendo reiterada por todos aqueles que se preocuparam em relatar o episódio.

John Armitage, negociante enviado pela casa Philips Wood & Cia ao Brasil, residente no Rio de Janeiro entre os anos de 1808 e 1831, em sua *História do Brasil*, publicada no ano 1836 em Londres, afirmou que Cotter teve livre arbítrio para fazer ofertas irrecusáveis aos colonos irlandeses⁸². Carl Seidler, segundo tenente no 27º batalhão de caçadores, revelou como o valor gasto por Cotter foi amplamente difundido ao afirmar que “centenas de contos havia custado o engajamento destes homens na Irlanda”⁸³. João Manoel Pereira da Silva, advogado nascido em 1817 no Rio de Janeiro, escreveu em sua *Historia da fundação do Império brasileiro* que “Cotter, o negociador, infelizmente não só excedera ás suas instruções e poderes, como efetuara uma escolha desacertada”⁸⁴. A construção de uma imagem negativa da comissão de Cotter na Irlanda foi contemporânea à atuação do próprio coronel, tanto que em relatório escrito em 1828

⁷⁸ Carta de Visconde de Itabaiana a Conde de Lages. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fls.46-48.

⁷⁹ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter, fl.75v.

⁸⁰ Ofício de Conde do Rio Pardo a Bento Barroso Pereira. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópias de Ofícios, fl.68.

⁸¹ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter, fl.76.

⁸² Armitage, John. *História do Brasil*. São Paulo, João I das Dores, 1914, p.152.

⁸³ Seidler, Carl, *op. cit.*, p.173

⁸⁴ Pereira da Silva, João Manoel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil*. In: *Historia da fundação do Império brasileiro*, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871.

já reclamava da sua situação, dizendo que era tratado como “um criminal”, sendo “caluniado, tanto em publico como em particular”⁸⁵.

A imagem de que Cotter tinha plena liberdade e, em razão disso, realizou uma ação desastrosa na Irlanda, surgiu em parte da desconfiança do Visconde de Itabaiana quanto aos gastos por ele feitos para completar a missão. Além disso, é provável tenha pesado na balança o ataque de Cotter ao Visconde, apresentado na defesa que redigiu em 1827. Nessa afirmou que haviam lhe ordenado que apresentasse as contas “em Londres com o Sr. Visconde d Itabaiana”, e assim o fez, só que não sabia porque os Cônsul “não mandou as ditas contas para essa Corte, como era sua obrigação”, e que “se tivesse ele alguma razão de queixar de qualquer irregularidade tinha ele o primeiro de dar parte. O Sr. Visconde (per algum razão que eu não posso [adivinhar] não quis que [eu] saísse de Londres”⁸⁶.

É provável que, tendo ocorrido um jogo de poder para decidir quem seria responsabilizado pela desastrosa comissão, a situação terminou com a culpabilização de Cotter, uma vez que o Visconde de Itabaiana era, desde janeiro de 1826, um prestigiado ministro brasileiro em Londres, cargo até então ocupado por Felisberto Caldeira Brant⁸⁷. Resultado dessa contenda, e dos demais problemas ocorridos em consequência do engajamento dos irlandeses, até fevereiro de 1829 Cotter não havia ainda recebido parte do dinheiro gasto com a comissão, como escreveu em seu requerimento ao Imperador:

“ [...] sendo nomeado por ordem de Vossa Majestade passou para a Irlanda em comissão, e representante e sua família estavam em Lisboa pedi licença de lá ir levá-los consigo para Irlanda, considerando que as despesas de os sustentados separada de si passaria a suas meias, porém o Governo então lhe recomendou de ir direto para Inglaterra [...] deixei por tanto o suplicante chamá-los para e, pensando igualmente que a comissão não durasse tanto tempo achou-se por fim embaraçada nas suas circunstancias por essa razão de ser obrigado sustenta si mesma, e a sua família separada de si. O suplicante pela a natureza da sua comissão se achou-se obrigado gastar dobrado a quantia que era lhe dado para as

⁸⁵ ANRJ, *Ministério da Guerra*, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter.

⁸⁶ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter, fl.76.

⁸⁷ É só lembrar que Itabaiana tinha assumido a Legação de Londres de Felisberto Caldeira Brant, o Marques de Barbacena, e ao lado dele havia sido um dos responsáveis pela negociação do empréstimo para o pagamento três milhões de libras esterlinas “com o objetivo de pagar as despesas urgentes e extraordinárias para a estabilidade e segurança do país”. Além de estar envolvido com o reconhecimento formal por parte da Grã-Bretanha da Independência do Brasil. Ver: ANRJ, *Marquês de Barbacena - Série diplomacia*, código 607. Sobre a importância de Itabaiana e Barbacena ver o clássico: Caloregas, Pandiá. *O Marquez de Barbacena*. Brasileira, 1936.

suas despesas particulares, e como se acha atualmente sem penhada [sic.] em Londres até a quantia de sete contos, e cinqüenta libras esterlinas”⁸⁸.

Em seu requerimento demonstrou que um dos motivos para a pressa referida diversas vezes em suas cartas não tinha origem só na necessidade de tropas para o Brasil, mas também no intuito de diminuir as despesas com a família em Lisboa. Esse fator, somado ao período que permanecera em casa melhorando de sua saúde e a dificuldade de lidar com o vice-cônsul e com a casa comercial Freitas & Costa, são peças essenciais para a compreensão dos inúmeros problemas que ocorreram em sua missão.

O que parece estranho, contudo, é a suposta total liberdade que lhe teria sido conferida em sua ação na Irlanda. É importante ter em mente a situação em se encontrava o exército brasileiro, frente à guerra na província Cisplatina, não só quando Cotter partiu para o Reino Unido, em 1826, mas também no ano seguinte, com o agravamento da crise⁸⁹. Uma vez que era um militar, responsável pelo 3º batalhão de granadeiros, composto pelos soldados alemães, tinha ciência da situação, e por isso é provável que visse como imprescindível o engajamento do maior número possível de tropas. Além disso, devido ao imperativo de enganar as leis britânicas, como ele mesmo afirmou em várias de suas cartas (que, para seu desespero, foram publicadas em diários de Londres) ele se deparou com a necessidade de aceitar famílias inteiras nas embarcações.

Ainda é preciso considerar que como coronel do 3º batalhão de granadeiros ele tivera um papel de destaque na guerra no sul. Segundo Eduard Teodor Bosche, soldado de origem germânica que serviu no referido batalhão, sua nomeação provocou “grande alegria”, pois “o novo coronel mostrou sua energia logo no começo, esforçando-se por corrigir os oficiais”, assim, “a severidade inexorável e o zelo infatigável do novo comandante conseguiram, porém melhorar a ordem das coisas”. Sob seu comando foi abolido o “sistema de pancadas, dominando a lei, em lugar da arbitrariedade prepotente [...] receberam os soldados regularmente o soldo”. Quando Cotter foi enviado a Europa para realizar o engajamento, Bosche escreveu que “soubemos então com verdadeiro

⁸⁸ Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório Cotter - 1829, fls.190-1.

⁸⁹ Para mais detalhes ver o Capítulo 2. O desenrolar da trama: política e ação imperiais. Para informações mais detalhadas ver: Miranda, Márcia Eckert. , *op. cit.*; Pereira, Aline Pinto. *Domínios e Império: o tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado do Brasil*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Dissertação de Mestrado, 2007.

pesar que o Coronel fora encarregado de alistar tropas na Irlanda por conta do Brasil, devido á guerra que rebentará entre este país e a Argentina”⁹⁰.

Ao retornar ao Brasil, Cotter não foi, contudo, somente motivo de calúnia, a repercussão de sua atuação na Irlanda foi muito maior e lhe causou uma série de danos⁹¹. Como tinha que enviar dinheiro para o sustento de sua mulher e filhos em Portugal durante a missão, e “pela natureza da sua comissão se achou obrigado gastar dobrado a quantia que era lhe dado para as suas despesas particulares”⁹². Em 1829, justificou seu pedido para que fosse pago parte do seu soldo com a missão de 1827, alegando o montante de dívidas em que incorrera com vistas a pagar as despesas feitas na Grã-Bretanha. Pedido que voltou a fazer em outubro de 1830, quando declarou ter gasto “despesas com a condução dos Colonos Irlandeses”, e que até aquele momento não tinha sido deferido⁹³. A alegação de Cotter era que ele havia sacado com Freitas & Costa letras adicionais “com os quais se havia entendido a Legação do Brasil naquela Corte para o pagamento das despesas do transporte”, entretanto, ainda restava o pagamento de oito letras no valor de £4.560,2,,3, que tinham sido colocadas como garantia nas despesas do passador, nesse caso, nas contas particulares do coronel⁹⁴.

A última informação sobre o assunto data de agosto de 1834, quando houve novo pedido para o ressarcimento dos empréstimos que estavam sendo cobrados da família na Europa⁹⁵. É provável que tal pedido tenha sido feito por representantes de sua família no Brasil, já que Cotter já havia falecido. Sua morte foi veiculada nos periódicos do Reino Unido em agosto de 1833, informando que ele havia sido “assassinado em Oporto [sic], era nativo de Cork, uma pessoa que erigiu uma Brigada Irlandesa para os serviços de Don Pedro, e levou-os para o Brasil, onde o escandaloso tratamento que receberam levou a uma revolta, a qual abalou o trono e difundiu terror e alarme pelo país”⁹⁶. Cotter morreu servindo no exército Constitucional, durante a Guerra Civil

⁹⁰ Bosche, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados (Impressões do Brasil de D. Pedro I)*. Typ. Da Casa Garraux, São Paulo, 1929.

⁹¹ AHEx. *Catálogo de requerimentos do século XIX*. Coronel Guilherme Cotter, letra G, maço 20, 693, Rio de Janeiro.

⁹² Relatório do Coronel Cotter. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório Cotter - 1829, fls.190-1.

⁹³ AHEx. *Catálogo de requerimentos do século XIX*. Coronel Guilherme Cotter, letra G, maço 20, 693, Rio de Janeiro.

⁹⁴ *Ibid.*

⁹⁵ *Ibid.*

⁹⁶ Tradução livre: “The Col. Cotter, killed at a Oporto, was native of Cork, and the person who raised the Irish Brigade, for the service of Don Pedro, and brought them out to Brazil, where the scandalous treatment they received occasioned a revolt among them, which shook the throne, and filled the contry

Portuguesa⁹⁷, como General Brigadeiro das forças pedristas⁹⁸. Aparentemente sua relação com o ex-Imperador do Brasil era tamanha que “quando [D. Pedro] foi informado que o Coronel Cotter estava entre os assassinados ele deu ordens para que sua viúva e família pudessem receber pela vida a pensão de um general-brigadeiro, e nomeou seu filho, em seus 16 anos, para uma comissão no exército de Dona Maria”⁹⁹.

Entender o percurso de Cotter, imbricado nas profundas transformações de sua época, desde as guerras napoleônicas até sua presença de destaque no Primeiro Reinado brasileiro como personagem central no processo de arregimentação de irlandeses, é relevante para a apreensão do desenvolvimento da organização militar naquele momento. Sua comissão na Irlanda demonstra como a administração encontrou dificuldades para seguir padrões centralizadores e sofreu constantemente com a carência de controles burocráticos, dependendo diversas vezes de ações individuais que tinham como motor, entre outros, a disputa pelo prestígio.

3.2 - Resistência na cidade Imperial

Em junho de 1827 começaram a chegar, na cidade de Cork, homens de diversas províncias, alguns com suas famílias, para requisitar a prometida viagem ao Brasil. Foram cobrar as promessas que, desde o princípio do ano, o coronel do exército brasileiro, William Cotter, e seus agentes espalhados pelas províncias do sul da Irlanda haviam realizado. Tal ação se dera majoritariamente nas províncias de Mallow,

with terror and alarm”. 19TH Century British Library Newspapers. *The Belfast News-Letter (Belfas, Ireland)*, 08/08/1833, Issue 10033, disponível online em <<http://newspapers.bl.uk/blcs/>>, consultado em maio-junho de 2009.

⁹⁷ A Guerra Civil Portuguesa ocorreu entre 1831 e 1834 e opôs o partido constitucionalista, liderado pela Rainha Maria II de Portugal e o seu pai Pedro I do Brasil, ao partido tradicionalista, de Miguel I de Portugal. Em causa estava a sucessão ao trono português e a decisão tomada pelas Cortes de 1828, que aclamaram D. Miguel I como rei de Portugal.

⁹⁸ “The Constitutional army was in a bad state of discipline, and a great number of foreign officers had thrown up their commissions in disgust. Colonel Cotter has also written home to complain of the conduct of Don Pedro towards him”. 19TH Century British Library Newspapers. *Liverpool Mercury etc (Liverpool, England)*, 26/06/1833, Issue 1156, disponível online em <<http://newspapers.bl.uk/blcs/>>, consultado em maio-junho de 2009.

⁹⁹ Tradução livre: “When Don Pedro was informed that Colonel Cotter was among the killed he gave orders that his widow and family should received for life the pension of a brigadier-general, and appointed his son, in his 16th year, to a commission in Donna Maria’s army”. 19TH Century British Library Newspapers. *The Aberdeen Journal (Aberdeen, Scotland)*, 14/08/1833, Issue 4466, disponível online em <<http://newspapers.bl.uk/blcs/>>, consultado em maio-junho de 2009.

Doneraile e Butevant, mas também em Cork e Vicinity¹⁰⁰, onde procuraram arregimentar homens para um projeto de imigração supostamente agro-militar. Porém, devido à necessidade de enganar as autoridades britânicas, acabou-se optando por uma ação que envolvia a divulgação pública de condições distintas do que, de fato, pretendia a comissão, ou seja, o alistamento militar.

John Armitage, em sua *História do Brasil*, ao descrever a ação de Cotter, observou, quanto à propaganda da viagem para o Brasil, a total falta de referência ao serviço militar, com simples indicação de que “todos teriam a sua passagem paga” e que “que cada homem robusto receberia de salário o equivalente a um shilling por dia”. Ainda lhes seriam fornecidos “bons mantimentos, e o vestuário apropriado a um clima quente”, sendo que “aos artistas e lavradores se assegurava constante ocupação”, aos “que trouxessem os seus próprios utensílios” terras para poderem se assentar¹⁰¹.

O irlandês Robert Walsh, capelão da embaixada britânica no Rio de Janeiro entre outubro de 1828 e maio de 1829, escritor da obra histórica em dois volumes *Notices of Brazil*, publicado em Londres no ano de 1830, também fez suas observações sobre o engajamento. Após várias conversas com autoridades no Rio de Janeiro, relatou que as condições dos colonos – já então no Brasil - eram semelhantes às anotadas por Armitage, não fosse pelas “quatro horas por dia aprendendo exercícios militares, para estarem prontos para atuar como soldados caso sejam convocados, porém não serão enviados para fora da província do Rio a menos em tempo de guerra ou invasão”¹⁰². Além disso, escreveu também que somente após cinco anos de serviço militar seriam realocados como colonos, recebendo então 50 acres de terra. Semelhante observação realizou Pereira da Silva em sua obra, mencionando que haviam sido aliciados por meio de “prêmios elevados” e “promessas lisonjeiras”¹⁰³.

Assim, como indicaram Armitage e Pereira da Silva, as promessas de Cotter na Irlanda não se verificaram quando os contratos foram apresentados aos irlandeses no Brasil¹⁰⁴, uma vez que previam o serviço militar obrigatório por cinco anos como

¹⁰⁰ *Cork Southern Reporter*. apud online em: <www.theshiplist.com/ships/Arrivals/1827a.htm>, consultado em 2008.

¹⁰¹ Armitage, John, *op. cit.*, p.152.

¹⁰² Tradução livre: “[...] four hours per Day in learning military exercises, to be ready to act as soldiers IF called on, but not sent out of the province of Rio unless in time of war or invasion”. Walsh, Reverend Robert. *Notice of Brazil in 1828 and 1829*, 1st edition, London: Frederick Westley & A. H. Davis, 1830, p.278, Disponível online em: <www.capeira-palmares.fr>, consultado em 2008.

¹⁰³ Pereira da Silva, João Manoel, *op. cit.*, p.203 e 269.

¹⁰⁴ Contrato redigido para a inserção dos colonos irlandeses nas forças armadas do Brasil. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Sobre de material dos navios das tropas irlandesas, fl.192. Versão em inglês do contrato redigido para a inserção dos colonos

condição para se assentarem como colonos. Tal discrepância entre as promessas feitas na Irlanda e o texto dos contratos decorria do perigo de se colocar tais cláusulas por escrito e oficialmente, ou mesmo informalmente, frente à enorme preocupação em enganar as autoridades britânicas.

O mais provável é que a condição de que “cada homem robusto receberia de salário o equivalente a um shilling por dia” remetesse indiretamente ao serviço militar. Além disso, a partir de 10 de janeiro de 1827 diversos jornais do Reino Unido já observavam o perigo de se aceitar “promessas sedutoras” já que “numerosos colonos que se aventuraram da Suíça e Alemanha descobriram tarde demais a falácia exercida sobre eles” para que fossem “induzidos a deixar seu país, tendo experimentado nada além de desapontamento e injustiça”, deixando clara sua opinião ao afirmar que “similar destino espera cada Britânico que seguir o exemplo”¹⁰⁵.

Mesmo assim, é provável que para a população pobre da Irlanda sobressaísse o horizonte futuro inscrito nas outras cláusulas contratuais, que ofereciam perspectivas extremamente atraentes. Em especial aquela que se referia ao direito a uma porção de terra¹⁰⁶, já que a luta por propriedade naquele momento era crítica. Somente um detalhe parecia apresentar algum entrave para a realização de tal promessa, já que somente “os que trouxessem os seus próprios utensílios” receberiam terras. Desse modo, com a passagem de ida paga, muitos irlandeses tomaram a iniciativa de se desfazerem dos poucos bens que tinham¹⁰⁷ com vistas a adquirir os tais utensílios necessários. Walsh, em conversa com os irlandeses já no Rio de Janeiro, soubera que a notícia havia sido recebida com grande alegria pelos desprovidos camponeses, fazendo com que muitos “vendem-se suas fazendas, e abrissem mão da pequena porção de dinheiro que conseguissem angariar, comprando produtos agrícolas”¹⁰⁸.

irlandeses nas forças armadas do Brasil: In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses sem data, fls.192-193.

¹⁰⁵ Publicado em 10 de janeiro no *The Morning Chronicle*, Issue 17884, seguido pelo *Liverpool Mercury*, Issue 816, no dia 12, no *Glasgow Herald*, Issue 2511, em 15 do mesmo mês, e por fim no dia 3 de fevereiro no *The Newcastle Courant*, Issue 7843. Todos disponíveis online em: 19TH Century British Library Newspapers. <<http://newspapers.bl.uk/blcs/>>, consultado em maio-junho de 2009.

¹⁰⁶ Os mesmos jornais que alertavam do perigo de emigrar em direção ao Brasil também deixaram claro que entre os benefícios estava garantido que “[...] will have Constant and lucrative employ as labourers, or will have settlements granted to them”. *Ibid*.

¹⁰⁷ “[...] ordenei a esses desgraçados que vendessem até as camas em que dormiam, e assim fizeram...” Relatório do Coronel Cotter. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.69.

¹⁰⁸ Tradução livre: “[...] sold their farms at home, and laid out the small portion of Money they could raise, in purchasing agricultural implements”. Walsh, Reverend Robert, *op. cit.*, p.279.

A chegada das embarcações era esperada inicialmente para meados de março¹⁰⁹, afinal Cotter considerava necessário realizar a viagem antes do outono, pois “uma vez que o Irlandeses tivessem bastante para os sustentar no seu País [...]nunca querão [sic] emigrar a vista disso”¹¹⁰. Contudo, em razão dos diversos problemas surgidos no encaminhamento das embarcações à Irlanda, aqueles que, em janeiro de 1827, já haviam planejado a viagem, tomando as devidas providências, sofreram grandes prejuízos, uma vez que muitos deles tinham liquidado seus bens a fim de levantar alguma soma que lhes permitisse viajar com algum recurso. Com o correr dos meses, Cotter passou a receber “cartas diariamente da Irlanda representando a miséria que [eu] tinha causado em consequência da desgraça dos Paisanos com quais tinha [eu] já ajustado”¹¹¹. Cerca de mil irlandeses, dentre os primeiros interessados na viagem ao Brasil, se viram obrigados a embarcar para os Estados Unidos em virtude da situação¹¹².

As primeiras embarcações chegaram somente em julho, sendo que seu estado era lastimável, pois se encontravam desprovidas dos recursos mínimos necessários para a viagem. Naquele momento, os irlandeses que já se encontravam sustentados por Cotter, enquanto aguardavam os transportes, viram sua condição piorar, uma vez que, para evitar parte das despesas em terra, o coronel não hesitou em embarcar parte desses homens¹¹³. Em consequência disso, e das baixas temperaturas no Atlântico Norte, muitos desistiram da empreitada, enquanto outros passaram mal a bordo das embarcações¹¹⁴. Não obstante as condições nada favoráveis das embarcações¹¹⁵, os imigrantes irlandeses começaram a sair do porto de Cork em agosto. A viagem durava em média dez semanas e Cotter, tendo consciência dos tremendos gastos que haviam sido realizados, para cortar mais despesas, aproveitou-se de uma brecha na lei e resolveu dar-lhes carne apenas três vezes por semana, substituindo-a por legumes, ao invés de lhes fornecer meio quilo de carne por dia, como previa o *Passenger Vessels Act*¹¹⁶.

¹⁰⁹ Relatório do Coronel Cotter. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Relatório do Cel Cotter 1827, fl.69.

¹¹⁰ *Ibid.*, p.71.

¹¹¹ *Ibid.*

¹¹² *Ibid.*

¹¹³ *Ibid.*, fl.73.

¹¹⁴ *Ibid.*

¹¹⁵ “[...] If the persons applying to proceed were indiscriminately received, these vessels would be quite inadequate to take a tithe of the number [...]” *Cork Southern Reporter*. *apud* online em: <www.theshiplist.com/ships/Arrivals/1827a.htm>, consultado em 2008.

¹¹⁶ Carta do Coronel Cotter ao Visconde de Itabaiana. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópia de Ofícios, fl.59.

O primeiro transporte que saiu da Irlanda foi o brigue Rectrieve, embarcação de 560 toneladas que chegara em julho do porto de Liverpool. Partiu de Cork em 4 de agosto e chegou ao Rio de Janeiro em 29 de setembro do mesmo ano; seu capitão foi Jesse Stell e transportou 238 colonos para o Brasil¹¹⁷. Os colonos desembarcaram no dia seguinte à sua chegada, sendo que a sobra dos mantimentos comprados por Cotter foi desembarcada aos poucos¹¹⁸. No dia seguinte, chegou a galera Combatent que havia partido da Irlanda em 5 de agosto, com 309 colonos¹¹⁹. Nesse caso, a descarga dos mantimentos começou logo em seguida, sendo que a partir de então a retirada dos inúmeros artigos foi feita com a maior pressa devido à informação que, em 6 de outubro de 1827 o Inspetor de Colonização Estrangeira na província do Rio de Janeiro, Pedro Machado de Miranda Matheiro (Monsenhor Miranda), que tratava da fiscalização da retirada dos gêneros do brigue Rectrieve, recebera de Joseph Barnes, capitão da recém chegada galera Combatent. Segundo as “Cartas de Fretamento” tratadas, as embarcações deveriam ser descarregadas em no máximo dez dias, caso contrário, o governo seria obrigado a pagar a quantia de £10 por dia de atraso¹²⁰. Carregadores extras foram angariados nos Arsenais da Marinha e Imperial para levar os gêneros sobressalentes para o depósito da Armação na Praia Grande. Ao mesmo tempo, e sob o mau tempo que persistia naquele outubro, também desembarcaram os colonos irlandeses enviados inicialmente para o mesmo depósito¹²¹.

Pode-se supor que, após cinquenta dias em alto mar, a primeira impressão que marcou os irlandeses recém chegados tenha sido o extenuante calor carioca e as chuvas tropicais de outubro. Assim, após a intensa agonia da viagem foram enviados ao depósito da Praia da Armação, onde, enquanto esperavam que o governo os realocasse como colonos, dormiam e comiam próximos aos diversos gêneros que haviam sobrado da viagem. Entre eles, barricas de carne de porco e de vaca que lhes haviam sido

¹¹⁷ Informações obtidas no: Contrato de afretamento das embarcações Rectrieve, Promise e Euprates. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fls.24-27. Relatório de Pedro Machado de Miranda Matheiro – Monsenhor Miranda a Bento Barroso Pereira. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.02, Ofícios e Avisos III.

¹¹⁸ Contas das sobras pertencentes ao governo. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Sobra de material dos navios das tropas irlandesas.

¹¹⁹ *Ibid.*

¹²⁰ *Ibid.*

¹²¹ Em ofício datado de 25 de outubro de 1827, o Inspetor da Colonização Estrangeira, Monsenhor Miranda, declarou que “o tempo não permite que se continue a recepção dos artigos que se acham na Armação, porque seriam disposta a ruína molhando-se [...]”. Ofício de Pedro Machado de Miranda Matheiro – Monsenhor Miranda a Albino Gomes Guerra de Aguiar. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.02, Ofícios e Avisos III.

negadas durante a viagem e que, naquele momento, já estavam em processo de degradação, além de inúmeros pacotes de bolachas arruinadas e caixas de passas apodrecidas¹²².

No dia da chegada da primeira embarcação, a Secretaria da Colonização Estrangeira foi obrigada, pela Secretaria do Estado dos Negócios de Guerra, sob comando do Conde de Lages, a descarregar os sobresselentes dos navios, devendo organizar os recibos e a relação do que havia sido recebido para que o Comissariado Geral do Exército pudesse então os retirar no depósito da Armação¹²³. Em 8 de novembro, o Inspetor Miranda, responsável pela Secretaria da Colonização Estrangeira, escreveu para o Conde de Lages, pedindo que fossem dadas as devidas providências, pois o Comissariado Geral do Exército, que se encontrava a cargo de Albino Gomes Guerra de Aguiar, não estava realizando sua obrigação de retirar do depósito da Armação os sobresselentes. Desse modo, encontravam-se ainda 500 irlandeses ao lado de parte dos artigos trazidos pelas primeiras embarcações¹²⁴. O impasse continuou até janeiro do ano seguinte, prolongando-se até julho o desentendimento entre as duas secretarias no que se referia à confusão sobre os recibos parciais e os recibos gerais¹²⁵.

Contudo, o problema só tendeu a aumentar, pois em 10 e 12 de outubro chegaram o navio *Arcturus* e o brigue *Clarence*, contendo cada um respectivamente 134 e 264 colonos¹²⁶. Deste modo, em meados daquele mês já se encontravam 945 irlandeses residindo na cidade. Com as sobras dos dois barcos o depósito da Armação ficou lotado; entre outros artigos havia um total de 27 barricas, 11 carriças e 54 barris de carne de vaca salgada e 41 barricas, 4^{1/2} carriças e 68 barris de toucinho¹²⁷.

¹²² Contas das sobras pertencentes ao governo. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Sobra de material dos navios das tropas irlandesas, fls.150-188.

¹²³ Ofício de Pedro Machado de Miranda Matheiro – Monsenhor Miranda a Bento Barroso Pereira. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.02, Ofícios e Avisos III.

¹²⁴ Ofício de Pedro Machado de Miranda Matheiro – Monsenhor Miranda ao Conde de Lages. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.02, Ofícios e Avisos III.

¹²⁵ São diversos os ofícios de reclamação do Inspetor Miranda, e de João Henrique Kagel, segundo interprete da Secretaria da Colonização Estrangeira, responsável pela redação dos recibos referentes aos artigos retirados das embarcações. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.02, Tropas Irlandesas.

¹²⁶ Seus capitães foram James Oliver e Alexander Kennedy. Contas das sobras pertencentes ao governo. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Sobra de material dos navios das tropas irlandesas.

¹²⁷ No brigue *Rectrieve*: 27 barricas de carne de vaca salgada e quarenta e uma de toucinho; na galera *Combatent*: Onze carriças de carne de vaca salgada; no navio *Arcturus*: 33 barris com carne de vaca salgada e 45 de toucinho mais 4^{1/2} carriz com toucinho; no Brigue *Clarence*: 21 barris com carne de vaca salgada e 23 com toucinho. Contas das sobras pertencentes ao governo. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Sobra de material dos navios das tropas irlandesas.

Aos poucos, os irlandeses foram enviados a outros lugares de acordo com a condição em que se encontravam; aqueles com família foram enviados ao quartel da Praia Vermelha e a maioria, de solteiros, para o quartel dos Barbonos¹²⁸. Suas condições eram as piores possíveis, muitos contraíram febres e doenças devido ao estado já depauperado que se encontravam em razão da viagem. Além da falta de auxílio médico pelo governo brasileiro, tiveram que permanecer com as mesmas roupas da viagem (então em péssimas condições) e continuaram recebendo uma alimentação ainda distribuída de maneira deficiente. Segundo relatos anotados por Walsh, “eles ficavam frequentemente esperando quarenta e oito horas sem receber qualquer ajuda”.¹²⁹

Para piorar a situação, chegaram mais quatro embarcações trazendo irlandeses. Em 28 de outubro aportou o navio Eduard, seu capitão Philip Aldridge trouxe sob seu comando 265 colonos. Em seguida o navio Promise, de 570 toneladas, comandado por Mr. William Sandres, com outros 200 colonos. Pouco depois o Camdem, cujo comandante era William Terry, e o Euprates, com 213 colonos sob comando do capitão Mr. William Buckham. Esses foram os últimos navios, saídos de Cork com colonos irlandeses para o Brasil, que conseguiram chegar¹³⁰. Das dez embarcações que partiram, somente oito delas chegaram, as outras duas naufragaram na viagem.

Embora muitos emigrados tenham partido com esperança de encontrar um país em que pudessem se assentar como colonos, os passageiros da galera Elisa viram sua sorte convertida em desespero quando a embarcação, que saíra de Cork em meados de agosto, naufragou na costa da África em meados de setembro¹³¹. Os passageiros que sobreviveram foram levados para Santa Cruz de Tenerife, nas Ilhas Canárias, onde ficaram sob tutela do cônsul de Portugal, Francisco Manoel de Oliveira, que os ajudou e

¹²⁸ Pereira da Silva, *op. cit.*, p.271. Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.294-5.

¹²⁹ Tradução livre: “[...] they were frequently afterwards forty-eight hours without receiving any issue”. Walsh, R. Robert, *op. cit.*, p.281. A descrição das condições precárias em que se encontraram os recém chegados irlandeses também pode ser encontrada na obra de Armitage, John, *op. cit.*, p.152, e Pereira da Silva, *op. cit.*, pp.269-272.

¹³⁰ Informações obtidas nos documentos: Contrato de afretamento das embarcações Rectrieve, Promise e Euprates. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fls.24-27. Relatório de Pedro Machado de Miranda Matheiro – Monsenhor Miranda a Bento Barroso Pereira. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.02, Ofícios e Avisos III. Contas das sobras pertencentes ao governo. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Sobra de material dos navios das tropas irlandesas.

¹³¹ Carta de Francisco Manoel de Oliveira ao Senhor D. Pedro 4º. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópias de Ofícios, fl.57.

entrou em contato com Visconde de Itabaiana, em Londres, para o saque do valor necessário para socorrê-los¹³².

Em 9 de novembro, partiu de Cork o navio Reward, sob comando do capitão Robert Raddem, com o fim de chegar ao porto de Palmas, nas Ilhas Canárias, e transportar os naufragos da galera Elisa ao Brasil¹³³. No meio tempo entre o naufrágio e a chegada do novo transporte, alguns dos irlandeses resgatados e levados à Grande Canária resolveram desistir da viagem, ou por medo do que havia acontecido ou por terem encontrado boas condições na região para se instalarem¹³⁴. Em decorrência disso, o cônsul de Portugal resolveu “lançar mão” de alguns homens que também haviam naufragado na região que tinham como objetivo “Buenos Aires, para poder completar o número” da embarcação que partia para o Brasil¹³⁵. Assim, um grupo de diferentes nacionalidades, escolhido pelo cônsul, foi embarcado para o Brasil sob o pretexto de que ao invés de ser destinado às tropas inimigas no conflito da Cisplatina, pudesse ser aproveitado no Brasil. Entre esses vieram: “3 homens ingleses, 2 mulheres e 8 crianças: alemães 11 homens, 4 mulheres e 3 crianças: 22 franceses com 3 mulheres, e uma criança”¹³⁶. Se, de fato, parte destes imigrantes era destinado ao conflito, mas para lutar do lado das Províncias Unidas, isso não fica claro na documentação, a não ser pela afirmação de Francisco Manoel de Oliveira (o cônsul português nas Canárias). Para alívio de Cotter, que estava preocupado com as despesas da comissão de que era encarregado, o fretamento da última embarcação foi paga com o seguro¹³⁷.

Se no porto de Cork haviam embarcado na galera Elisa 260 homens, 39 mulheres e 21 crianças, segundo a relação do cônsul, depois do naufrágio partiram do

¹³² “[...] vendo-me sem fundos, e sem meio algum para poder socorrer como era do meu dever esta gente desgraçada de acordo com o Cônsul de S. M. I. consegui o fundo de £500 para serem pagas nessa Corte [...]” *Ibid.*

¹³³ Contas das sobras pertencentes ao governo. ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Sobra de material dos navios das tropas irlandesas. Carta de Freitas & Costa ao Conde de Lages. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827.

¹³⁴ Carta de Francisco Manoel de Oliveira ao Conde de Lages. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fl.51.

¹³⁵ *Ibid.*, fl.50.

¹³⁶ Carta de Pedro Machado de Miranda Matheiro – Monsenhor Miranda a Bento Barroso Pereira. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1828, fl.90.

¹³⁷ Carta de Visconde de Itabaiana ao Conde de Lages. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fl.48. Carte do Coronel Cotter ao Conde de Lages. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fl.41v.

porto de Palmas, em direção ao Brasil, 207 homens, 39 mulheres e 14 crianças¹³⁸. Já na relação que João Henrique Kagel, segundo intérprete da Secretaria da Colonização Estrangeira, enviou ao Monsenhor Miranda, constavam apenas 209 homens, 42 mulheres e 35 crianças¹³⁹. Independentemente da disparidade dos números, entre o montante total de irlandeses da primeira lista, 320 indivíduos, e o montante final, 286 indivíduos, existe uma perda de 34 passageiros.

A galera Elisa naufragou trinta depois de sair do porto de Cork, em 12 de agosto de 1827. De acordo com as notícias que chegaram ao Reino Unido, em 24 de outubro, informando sobre o desastre, o número de irlandeses a bordo era distinto daquele arrolado em todas as três relações mencionadas acima. Teriam se salvado todos os quatro passageiros de cabine, 250 homens, 39 mulheres, 8 rapazes e 13 crianças – totalizando 314 pessoas¹⁴⁰. Diante desses dados não é plausível considerar que o número inferior de colonos que chegaram ao Brasil represente exclusivamente homens desertores na Grande Canária, podendo ter havido falecimentos após o acidente.

Na recepção ao navio Reward, que trazia os sobreviventes do naufrágio da Elisa, no porto do Rio de Janeiro, não só houve a necessidade de enviar quatro irlandeses ao hospital, como a Guarda do navio foi obrigada a enfrentar uma grande confusão em virtude da exigência dos colonos em retirar dois caixões que estavam a bordo¹⁴¹. Mesmo tendo sido negada pela guarda, os homens insistiram com a solicitação. A confusão terminou com a prisão dos homens quando os guardas chamaram “socorro a fortaleza de Villagalhão [sic]”¹⁴². O evento descreve o que provavelmente foi uma briga pelo caixão de passageiros mortos em virtude da burocracia para liberação dos corpos.

A lista de passageiros do Elisa demonstra que dos homens que estavam a bordo mais de 58 foram acompanhados de suas famílias¹⁴³. Isso parece tão mais plausível

¹³⁸ Relação dos passageiros da galera Elisa. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fl.30-1. Relação Geral por Francisco Manoel de Oliveira enviada ao Conde de Lages. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fl.52.

¹³⁹ Ofício de João Henrique Kagel a Pedro Machado de Miranda Matheiro – Monsenhor Miranda In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1828, fls.91-2.

¹⁴⁰ *The Morning Chronicle* (London, England), Wednesday, October 24, 1827, Issue 18131. Disponível em 19th Century British Library Newspapers. <<http://newspapers.bl.uk/blcs/>>, consultado em maio-junho de 2009.

¹⁴¹ Ofício de João Henrique Kagel a Pedro Machado de Miranda Matheiro – Monsenhor Miranda In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1828, fls.91-2.

¹⁴² *Ibid.*

¹⁴³ Relação dos passageiros da galera Elisa. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fl.30-1.

quando se considera que na referida lista, com indicação apenas de passageiros do sexo masculino, repetiam-se seguidamente sobrenomes idênticos, provavelmente membros de uma mesma família¹⁴⁴. Isso demonstra que pais, irmãos e filhos viajaram juntos, mas não descarta a possibilidade de que alguns homens estivessem acompanhados somente de sua mulher e filhas, já que na mesma relação não consta o nome de mulheres.

O caso da família de John Clancy¹⁴⁵ parece confirmar a hipótese que alguns dos homens arrolados na lista eram chefes de família, ao mesmo tempo que demonstra o quão penosa era a viagem para o Brasil. John Clancy e sua esposa Mary (talvez Elisabeth) Clancy, e suas duas filhas, Nancy e Ellen, além de outro filho com nome desconhecido, partiram das proximidades de Waterford, na Irlanda, rumo ao Brasil na embarcação Elisa¹⁴⁶. Segundo o relato de Nancy Clancy, que na época em que realizou a viagem tinha cerca de cinco anos, a mais jovem criança dos Clancy morreu de febre amarela na viagem, e “seu corpo foi usado para pescar um tubarão que estava seguindo o barco. O corpo foi removido do estômago do tubarão e foi dado um enterro cristão digno. Após isso, o tubarão foi dividido entre todos os passageiros famintos”¹⁴⁷. Mesmo que seu relato contenha um possível grau de fantasia e, é importante observar como a memória de uma das últimas testemunhas que veio ao Brasil, em 1827, atuou selecionando elementos aterradores para descrever a viagem que havia realizado.

Os sobreviventes do naufrágio da Elisa, trazidos pelo navio Reward, chegaram após 40 dias de viagem da Grande Canária e desembarcaram no dia 31 de janeiro de

¹⁴⁴ Chega-se a essa conclusão, pois nessa lista exclusivamente masculina, havia vinte ocorrências de sobrenomes idênticos seguidos: três sobrenomes foram repetidos cinco vezes – Clean, Dwane, O’Neil; outros três, quatro vezes – Dwane, Brown, Stack; três sobrenomes repetidos por três vezes cada um – Mahany, Henniewg, Leahy; e, finalmente, nove sobrenomes repetidos duas vezes cada – Sullivam, Regan, Lineham, Hantigan, Walsh, Hayes, Colbent, Pickett, Keefe.

¹⁴⁵ John Clancy aparece na lista de passageiros embarcados no navio Charlotte Maria sob nº245. Relação dos passageiros no navio Charlotte Maria. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fl.37-8.

¹⁴⁶ O relato da filha mais nova da família Clancy que viveu até os 95 anos descreve a viagem na embarcação Elisa, contudo, o nome do pai consta na relação do Charlotte Maria. Isso é bastante compreensível levando em conta que a entrevista feita com Nancy ocorreu quando da morte de seu marido, Mrs. Burns, em 1915, quando a mesma estava com seus 93 anos. Nancy Burns morreu dois anos depois. “Dover Loses Oldest Resident: Mrs Nancy Burns Had Passed 95th Milestone and Was Especially Active for Her Advantage Age”. Foster’s Daily Democrat, Dover, N. H. (12 December 1917). *apud* Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Irish_and_German_Mercenary_Soldiers%27_Revolt> consultado em outubro de 2008.

¹⁴⁷ Tradução livre: “[...] His body was used as bait to catch the shark that had been following the ship. The body was then removed from the shark’s stomach and given a proper Christian burial. Afterwards, the shark was divided up among the hungry passengers”.

1828¹⁴⁸. Poucas semanas antes, haviam desembarcado no mesmo porto os sobreviventes de outro naufrágio, os passageiros do navio Charlotte Maria.

O último navio de transporte que tinha saído de Cork em 9 de setembro de 1827, com 250 homens, 26 mulheres e 9 crianças¹⁴⁹, naufragou na costa brasileira durante a noite de 11 de novembro. O Inspetor Miranda oficiou ao ministro do exército Bento Barroso Pereira informando que “aqui chegara de Campos em 43 embarcações nominais, 258 Irlandeses, que perto dali naufragarão”¹⁵⁰. Se, conforme o ofício, somente um homem havia se afogado, o mapa de 25 de dezembro do depósito geral dos recrutas, enviado por Antonio de Moreira Brito ao tenente coronel Manoel José de Oliveira, apresentou dados mais específicos¹⁵¹. Neste, consta que não haviam embarcado 17 dos homens da lista de passageiros e que morreram a bordo 13, mas que além dos que desertaram em Tenerife e na vila de Campos, também não haviam retornado 8, sendo que 5 estavam hospitalizados na cidade devido ao acidente. Somavam-se aos sobreviventes originais da embarcação outros 17 homens que aportaram, mas não constavam na lista, alcançando um total de 227 novos irlandeses no depósito. Com esse número fica claro que 40 dos nomes contidos na lista original, morreram, desertaram ou se encontravam hospitalizados devido à árdua viagem.

As dificuldades não foram exclusivas às embarcações que naufragaram, visto que em 20 de outubro, após o desembarque dos colonos do navio Eduard foi necessário realizar uma segunda viagem para trazer ao depósito da Armação uma criança morta, onde foi realizado o devido enterro¹⁵². Também faleceram no hospital, em primeiro de dezembro desse mesmo ano, quatro irlandeses que chegaram com o Euphrates, sendo que aproximadamente 50 pessoas deste mesmo barco ainda estavam internadas¹⁵³. Além disso, o desembarque de alguns colonos foi lento, como ocorreu com aqueles vindos nos navios Promise e Reward, que tiveram que esperar até três dias no porto do Rio de

¹⁴⁸ Mapa dos colonos. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.02.

¹⁴⁹ Relação dos passageiros no navio Charlotte Maria. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fl.37-8.

¹⁵⁰ Relatório de Pedro Machado de Miranda Matheiro – Monsenhor Miranda a Bento Barroso Pereira. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.02, Ofícios e Avisos III.

¹⁵¹ Mapa dos irlandeses que chegaram vindos a bordo do navio Charlotte Maria. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827.

¹⁵² Relação das vezes que subiu a bordo dos transportes irlandeses feita por João Henrique Kagel. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Despesa com desembarque de irlandeses 1828.

¹⁵³ Relação de oficiais irlandeses. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.02.

Janeiro¹⁵⁴. Ainda, no Arcturus constava a morte de uma criança, e no brigue Clarence morreram um homem, duas mulheres e cinco crianças¹⁵⁵.

Depois de três meses, a situação péssima em que se encontravam os irlandeses na cidade, apenas piorou com a chegada dos náufragos e feridos em janeiro de 1828. Os relatos apresentados nas obras de Armitage e Pereira da Silva descrevem as condições em que chegaram alguns dos colonos. Para Armitage, “a maior parte dos emigrados chegou ao seu destino nos primeiros dias de janeiro de 1828, e desembarcou numa condição que, em outras circunstâncias teria movido a compaixão”¹⁵⁶, isso porque, segundo Pereira da Silva, “o desembarque dos colonos foi um espetáculo que entristeceu quantos o presenciavam no Rio de Janeiro”¹⁵⁷.

A partir desse momento as condições tenderam gradualmente a se agravar, pois na medida em que os colonos eram retirados do armazém da Praia Grande, se desvanecia a esperança de serem levados a algum lugar melhor, uma vez que passaram a ser alojados em quartéis militares. Segundo Walsh, esses quartéis eram impróprios para receber tão avultado número de pessoas, pois “eram enfiados em alojamentos fechados imundos, sem qualquer preparação mínima para qualquer conforto ou necessidades. Eles não tinham camas para dormir, nem mesmo uma esteira para evitar o contato com o chão”¹⁵⁸.

Essa situação e a recusa dos homens de se assentar nas forças armadas, declarando que não tinham se comprometimento com essa exigência, levou a que muitos procurassem meios de sobrevivência pela cidade. Assim, alguns passaram a esmolar “nas ruas no estado mais lamentável”¹⁵⁹; sendo que muitos se embriagavam, o

¹⁵⁴ Relação das vezes que subiu a bordo dos transportes irlandeses feita por João Henrique Kagel. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Seção Codes SDE, Pac.01, Despesa com desembarque de irlandeses 1828.

¹⁵⁵ FBN. *Diário Fluminense*, 1827, Seção Periódicos em Microfilme, PR-SOR 00010[1-8][9-10]. Números 77, 86, 89, 101, 126.

¹⁵⁶ Armitage, John, *op. cit.*, p.135.

¹⁵⁷ Pereira da Silva, *op. cit.*, p.270. Os periódicos também relataram o evento: “Um grande número de irlandeses desembarcados no largo do Paço sexta-feira excitaram a compaixão de numerosos espectadores, que estavam postos ao redor de mulheres em trajes esfarrapados com seus pequenos no colo, de homens brancos quase nus, ou cobertos com trapos de miséria, e de meninas de uma figura esbelta, cujos semblantes, e olhos azuis contrastavam com os rostos decepitos [sic] de muitas velhas irlandesas, que vinham com elas”. FBN. *Aurora Fluminense: jornal político e literário*, Seção Periódicos em Microfilme, PR-SOR 00036[1-5]. Número 06.

¹⁵⁸ Tradução livre: “[...] they were thrust into dirty empty barracks, without the smallest preparation of any kind for their comforts or wants. They had no beds to sleep on, not even a mat to keep them from the ground”. Walsh, R. Robert, *op. cit.*, p.281.

¹⁵⁹ Pereira da Silva, *op. cit.*, p.271.

que levou a diversos conflitos e confusões com os moradores e escravos¹⁶⁰. Logo os recém-imigrados receberam dos negros nas ruas o apelido de “escravos brancos”¹⁶¹.

Nessas condições a situação dos irlandeses levou a conflitos estimulados pela troca constante de ofensas. Isso induziu a desordens de proporções inesperadas pelas autoridades brasileiras, as quais tenderam a aumentar nos meses subseqüentes.

Walsh relata que em várias ocasiões negros foram presos por insubordinação diante dos colonos, isso quando o tumulto não se generalizava¹⁶², como ocorreu no momento em que parte dos irlandeses alojados nos quartéis da Praia Vermelha aceitou o serviço militar, sendo então enviados ao Campo da Aclamação (Campo de Santana). Segundo o autor, no caminho para lá “era necessário passar pela Carioca, uma fonte onde um grupo volumoso de negros cotidianamente apanhava água. No momento em que eles [os irlandeses] apareceram uma insurreição dos negros imediatamente tomou lugar, e um ataque foi deferido contra esses homens desarmados, que quietamente passavam pelas ruas”¹⁶³. Nestes primeiros conflitos vários ficaram feridos e ao menos dois terminaram mortos, sendo que os enfermos ficaram sem auxílio do governo brasileiro para os devidos tratamentos¹⁶⁴. Algum tempo depois, em frente ao mesmo quartel, conforme descrição de um brasileiro dono de escravos publicada em um conhecido periódico, quando “pelas sete horas, e meia da noite, mandando eu a rua um dos meus escravos [...] um soldado, ou um daqueles sujeitos ali aquartelados de pé descalços, por força talvez da bebedeira, em que estaria, quase matasse naquela ocasião ao referido escravo com uma furiosa brecha que lhe abriu na cabeça”¹⁶⁵. Independentemente da visão do reverendo Walsh, ou da reclamação do dono de

¹⁶⁰ É recorrente a notícia de que alguns entre os irlandeses se entregaram ao álcool: “Sometimes they were permitted to leave their barracks when and how they pleased, and to remain as long as suited their humour in the vendas, or public houses Here a cheap and ruinous kind of rum is sold, called caxas”. Walsh, *Op. cit.*, 282. “Estes causavam tumultos, aqueles embriagavam-se, e caíam pelo chão, de onde era preciso arrancá-los [sic]”. Pereira da Silva, *op. cit.*, p.271.

¹⁶¹ Walsh, R. Robert, *op. cit.*, p.283; Armitage, John. *Op. cit.*, 153; Seidler, *op. cit.*, p.145.

¹⁶² Walsh, R. Robert, *op. cit.*, pp.283-5.

¹⁶³ Tradução Livre: “[...] in their way it was necessary to pass the Carioca, a fountain where a large collection of blacks continually attend to draw water. The moment they appeared, an immediate insurrection of the blacks took place, and an attack was made on these unarmed men, quietly passing through the streets”. *Ibid.*, p.284.

¹⁶⁴ Os mortos são citados por Pereira da Silva, enquanto que Walsh apresentou a consequência para os feridos, afirmando que “[...] application was made to the Brazilian government to provide the medicines and necessities, but no notice was taken; and they would have perished on the roads, where they were sometimes obliged to lie down, but for humanity of Doctors Coates and Dixon, who supplied them with medicine from their own pockets”. Walsh, R. Robert, *op. cit.*, p. 281. Pereira da Silva, *op. cit.*, p.271.

¹⁶⁵ FBN. *Astrea*, Rio de Janeiro, RJ, Typ. Mercantil, 1826-1832. Seção Periódicos em Microfilme, PR-SOR 00286[1-4].

escravos auto-intitulado “O Escandalizado”, os conflitos deixavam transparecer a situação crítica em que se encontravam os irlandeses¹⁶⁶.

Outros periódicos da época também passaram a publicar, em janeiro, relatos sobre os conflitos¹⁶⁷, quando a situação já se encontrava crítica. O *Espelho Diamantino* observou que os irlandeses “padecem de enfermidades da bebedice [sic] e desgraçadamente caem, e adormecem nas ruas públicas, merecendo bem pouca atenção do povo que passa”¹⁶⁸, sendo que muitos acabavam como “um soldado irlandês [que] caiu na rua do Ouvidor a porta de um rico proprietário [...] os escravos [o] lançaram no meio da rua com toda a desumanidade dos Cafres, sem atenderem que ali seria esmagado pela primeira sege”¹⁶⁹.

A ação do governo, até meados de março, foi de colocar-se à parte dos problemas que envolviam os cerca de 2400 colonos irlandeses, preocupando-se em conseguir com que o maior número possível de homens aceitasse jurar bandeira no exército¹⁷⁰. Em ofício datado de 17 de janeiro, o ministro do exército recebeu a informação de eram necessários pelo menos 1.400 exemplares impressos dos contratos de prestação de serviço militar. Além disso, o Conde do Rio Pardo (remetente do ofício), afirmava que já havia conversado com os soldados irlandeses “a questão do Shilling por dia, que pretendiam, mostrando-lhes que há épocas em que pouco mais, ou menos o tem de receber”¹⁷¹.

Era óbvio que o contrato apresentado para os engajados não os satisfazia, ainda assim era esperado que pelo menos 1.400 aceitassem se tornar recrutas. Ao excluir-se da conta – do total de irlandeses que haviam aportado no Rio de Janeiro – as mulheres e

¹⁶⁶ Cabe ressaltar que o dito chafariz da Carioca ficava próximo ao quartel da rua dos Barbonos, onde já se encontravam parte dos colonos que havia aceitado entrar para o serviço militar, o que, pode significar que o evento refletiu uma já existente naquele momento crise entre os escravos e militares irlandeses.

¹⁶⁷ Mesmo antes dessa data encontramos ocorrências, como a de um irlandês que desapareceu: “Noticias Particulares. Há quatro dias que não se sabe um homem irlandês, o qual desapareceu uma noite da semana passada pelas onze horas e como se não tem obtido noticias dele rogar-se a qualquer pessoa que se encontre e queira entregar na (hospital) Misericórdia [...]”. FBN. *Jornal do Commercio*, Vol.1, Outubro-Dezembro de 1827, Seção Periódicos em Microfilme, PRcSPR 00001[1-]. Número 72.

¹⁶⁸ FBN. *O Espelho Diamantino: Periodico de Politica, Litteratura, Bellas Artes, Theatro , e Modas. Dedicados as Senhoras Brasileiras*, RJ. Imperial Typographia a P.Plancher-Seignot. In: *Jornais Diversos*, Rio de Janeiro, 1827-1828, Seção Periódicos em Microfilme, PR-SOR 298-304 [1], nº08.

¹⁶⁹ *Ibid.*

¹⁷⁰ Somando a chegada de todas as embarcações que consta a informação se chega ao número de 2370 colonos. Somente o montante de indivíduos do Navio Camden não aparece na documentação.

¹⁷¹ Ofício de Conde do Rio Pardo a Bento Barroso Pereira. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Cópias de ofícios, 1827, fl.67.

crianças¹⁷², supõe-se que a expectativa era de que mais de 70% dos emigrados do sexo masculino aceitassem ingressar nas forças armadas.

Em 6 de fevereiro os contratos para o alistamento militar ficaram prontos na Secretária de Impressos¹⁷³. Segundo o texto do contrato, não só eles deveriam jurar fidelidade ao Imperador, como também aceitar o serviço por cinco anos, sendo que os soldos e outros benefícios seriam iguais aos recebidos pelos outros oficiais estrangeiros do mesmo batalhão¹⁷⁴. Essas duas cláusulas remetiam a questões controversas para os colonos. Primeiramente, a fidelidade ao Imperador trazia à tona a experiência do processo de afirmação identitária irlandesa nos momentos iniciais do século XIX, já que um dos componentes que aglutinara e dera sentido a essa experiência coletiva fora o Ato de União à coroa britânica cuja consequência havia sido a fidelidade “forçada” à Majestade e ao Parlamento “estrangeiros”¹⁷⁵. A segunda cláusula era contrária ao compromisso que havia sido feito na Europa, afinal, mesmo que não houvesse referência direta ao serviço militar, o compromisso estipulava o pagamento da quantia de um shilling por dia, o que significava “mais ou menos o dobro do que recebiam os soldados alemães”¹⁷⁶.

Entre fevereiro e março de 1828 vivenciou-se um impasse entre as exigências dos colonos e as do governo. Embora não seja possível concluir que a ação do governo tenha sido intencional, é possível conjecturar se a manutenção das condições precárias dos irlandeses teria sido uma estratégia para forçá-los a assentar praça no exército. Já

¹⁷² Se for seguida à média dos transportes Elisa e Charlotte Maria, os quais ainda existem as listas de passageiros, alcançamos a marca de 32 mulheres e 15 crianças por barco, que quando multiplicado por 10 – número de embarcações – alcançamos o montante de 320 mulheres e 150 crianças. Assim, cerca dos 470 aliciados não eram considerados aptos para o serviço militar, isso claro, desconsiderando-se os velhos e inválidos. Sobram então menos de 2000 homens para servir no exército. Números do Elisa, com 39 mulheres e 21 crianças, e Charlotte Maria com 26 mulheres e 9 crianças. Esse número aumenta se considerarmos a notícia veiculada no Jornal do Comércio de 08 de janeiro de 1828, na qual apresentou um trecho do periódico inglês *Morning Chronicle* em que afirmou que vieram para o Brasil 2.450 homens, 335 mulheres, 123 rapazes e 230 crianças, além de 31 passageiros de cabine, totalizando 3.169 colonos que partiram da Irlanda para o Brasil. Relação dos passageiros da galera Elisa. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1827, fl.30-1. Relação dos passageiros do navio Charlotte Maria. In: Idem, fls.37-8. FBN. *Jornal do Commercio*, Vol.1, Outubro-Dezembro de 1827, Seção Periódicos em Microfilme, PRcSPR 00001[1-J]. Número 81.

¹⁷³ Aviso da chegada dos Impressos para os Engajamentos dos Irlandeses. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1828, fl.97.

¹⁷⁴ Contrato de Engajamento Militar apresentado aos colonos irlandeses. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Sobre do material dos navios das tropas irlandesas, fl.192.

¹⁷⁵ Para mais detalhes ver o Capítulo 1.1 - Irlanda: sociedade e resistência nas décadas iniciais do século XIX. Para um aprofundamento sobre a questão ver: Leerssen, Joep T, *op. cit.*; Ó Tuathaigh, Gearóid, *op. cit.*,

¹⁷⁶ Testemunha Ocular, Uma, *op. cit.*, p.289.

havia então um direcionamento para se expedir parte do grande número que permanecia na cidade, provavelmente como forma de liquidar despesas e problemas.

Em março, como resposta à tentativa do governo brasileiro de forçar o alistamento dos emigrados que ainda se recusavam a aceitar o contrato, o embaixador inglês no Rio de Janeiro, Sir Robert Gordon, tomou a iniciativa de os “socorrer”, anunciando que as leis do Reino Unido que restringiam a arregimentação militar tinham sido ignoradas¹⁷⁷. Assim, para conseguir que os irlandeses aceitassem o serviço militar, o governo foi obrigado a oferecer o soldo diário de um shilling, ração dobrada, nenhum desconto nos vencimentos para a Caixa Geral e isenção de qualquer castigo corporal, fazendo com que alguns homens aceitassem jurar bandeira¹⁷⁸. Ou seja, a resistência dos irlandeses às imposições do governo brasileiro também abarcou a própria manifestação por meios legais, buscando algum nível de equiparação no jogo de exigências com as autoridades envolvidas. Mesmo assim, a maior parte deles ainda persistia em sua convicção de não se alistar.

A condição e a relação dos irlandeses com a população, principalmente com os negros, se agravavam dia a dia. Isso levou a uma situação de crise no Rio de Janeiro que eclodiu diversas vezes durante o primeiro semestre de 1828. O descontentamento manifestado por meio de suas reivindicações ficava mais claro a cada semana, tomando proporções desastrosas para as autoridades. Os irlandeses alojados no quartel da Rua dos Barbonos, já vinham tendo, desde o começo dos desentendimentos, a atitude de “clamar nos quartéis em voz alta, manifestando seu descontentamento, queixando-se de que tinham sido enganados, e pedindo ao governo brasileiro os fizesse reconduzir para sua terra”¹⁷⁹. No mesmo quartel, Walsh descreveu que eram constantes as trocas de insultos entre os irlandeses e os negros, levando a conflitos constantes nas ruas e no interior do quartel¹⁸⁰. Um desses embates aconteceu quando “oficiais irlandeses em número de 12 e mais, armados de espadas desembainhadas, e seguindo da soldadesca insolente provida de pedras [...] espancando a todos os pretos que encontravam, entrando violentamente pelas casas onde estes buscavam refúgio, ultrajando e maltratando os donos delas, e praticando todo tipo de hostilidades” [...] pretos foram amassados a bordoadas pelos soldadescos”, foram “testemunhas todos os moradores da

¹⁷⁷ Lemos, J. S, *op. cit.*, pp.302-5.

¹⁷⁸ Lemos, J.S, *op. cit.*, p. 305; Kato, Ruth Maria, *op. cit.*, p.119.

¹⁷⁹ Pereira da Silva, *op. cit.*, p.270.

¹⁸⁰ “In the Rua dos Barbonios [...] the blacks [...] constantly attacked the sentries, and even climbed up the windows, and assaulted, with the stones and other missiles, those who were inside quietly sleeping in their quarters [...]”. Walsh, R. Robert, *op. cit.*, p.285.

Rua d'Ajuda, Barbonos, Mangueiras, Marrecas e Arcos”¹⁸¹. No entanto, o pior estava reservado para maio, quando, segundo Walsh, estourou um conflito que perdurou por dois dias, levando a perda de varias vidas¹⁸².

Parece lícito supor que o “Mapa Atual do Depósito estacionado no Quartel dos Barbonos”, apresentado pelo major Villas Boas, em que constavam os nomes de irlandeses enviados a prisões, remetesse a este evento¹⁸³. Entre os dez nomes apresentados, dois merecem destaque pelas observações apresentadas por ocasião da prisão. O primeiro, David Ryan, foi preso por “informar aos respectivos oficiais que era perigoso conservar lhe com os mais Irlandeses, pelo seu espírito revoluntar [sic], e fazer repetidas desordens, seduzindo a companhia para não receber isso conforme as Ordens..”¹⁸⁴. Já Cornélio Conelly, “por dizer ao Oficial do Navio Frates que era perigoso conservar-lhe entre os Irlandeses pela sua má conduta, a fazer desordens ao Desembarcar”¹⁸⁵. Embora a qualificação de desordeiro, precedida pelo agravante “contínua” ou “repetida”, seja recorrente entre os sentenciados, Ryan e Conelly destacavam-se pela sugestão clara de que foram responsáveis pelo início dos distúrbios através da ação de “seduzir” ou “conservar-lhe” entre os demais emigrados. Ação que talvez tenha sido responsável pelo desencadear da atitude de outros compatriotas - Robert (?), Miguel Cocoran e Peris (?) -, um deles preso por ser “muito turbulento, e sempre embriagado, fazendo contínuas revoltas”, e os dois últimos por agrediram oficiais brasileiros¹⁸⁶. Contudo, a resistência dos irlandeses não compreendia somente a ação física, também se manifestava em sua obstinação em não aceitar as ordens, optando pela fuga, como fizeram João Snow e João Brimsfield, que acabaram presos por “fugir para bordo da embarcação Inglesa, e declararam quando presos que não queriam servir ao Brasil”¹⁸⁷. Ainda assim, não há indícios que de houvesse consenso entre eles, uma vez que as anotações colocadas ao lado dos últimos três nomes da lista do major Villas-Boas apontam uma provável falta de harmonia, para dizer o mínimo, já que Deniz Mahouny foi acusado de embriaguez e de “maltratar um seu camarada a

¹⁸¹ FBN. *Aurora Fluminense: jornal político e literário*, Seção Periódicos em Microfilme, PR-SOR 00036[1-5]. Números 25, 29.

¹⁸² Walsh, R. Robert, *op. cit.*, p.285.

¹⁸³ O dito documento não tem data que o identifique. Mapa Atual do Depósito estacionado no Quartel dos Barbonos. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Seção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses sem data, fl.199.

¹⁸⁴ *Ibid.*

¹⁸⁵ *Ibid.*

¹⁸⁶ *Ibid.*

¹⁸⁷ *Ibid.*

pancadas”, Eduardo Porrett teria roubado outros dois oficiais irlandeses e Patrício Curnan “por ferir ao seu camarada e ter muito mal conduta”¹⁸⁸.

Esse primeiro quadro de sentenciados demonstra que não houve uma ação necessariamente articulada dos irlandeses em sua oposição às autoridades brasileiras, afinal parte deles já tinha aceitado prestar serviço militar, outros haviam partido para serem assentados como colonos, enquanto alguns simplesmente tentaram sobreviver às adversidades do cotidiano (mesmo que para isso tivessem que tirar proveito de contrerrâneos na mesma situação). Isso não excluía, contudo, a resistência de forma organizada, afinal não só deve-se desconfiar da ajuda do embaixador inglês como um ato de “pura vontade de ajudar”, como os dois primeiros casos apresentados – Ryan e Conelly – apontam para uma ação de aglutinação de interesses através da liderança de certos indivíduos.

Ainda que a ação das autoridades brasileiras, para conter os distúrbios por meio da prisão dos indivíduos mais “perigosos”, não tenha funcionado, restava-lhes a estratégia de demitir aqueles que eram considerados “agitadores”. É possível que tenha sido esse o motivo da destituição do padre irlandês William John O’Grady.

Desde meados de fevereiro O’Grady solicitava, por intermédio do coronel Cotter, o pagamento de seus proventos, situação que se prolongou até 17 de abril, quando foi dispensado de suas funções. Dispensa que, provavelmente, também representava uma resposta das autoridades brasileiras às suas ações junto a outros irlandeses. Na relação dos colonos e oficiais irlandeses sobre os distúrbios que ocorreram em 16 de abril no quartel dos Barbonos¹⁸⁹, nas observações sobre dois acusados constava que um era tido como “camarada do padre O’Grade”¹⁹⁰ e o outro “como emissário do Padre O’Grade”¹⁹¹. Assim, fica evidente que a destituição do padre esteve diretamente ligada aos distúrbios, no qual deve ter tido participação direta. Ele foi capelão dos colonos irlandeses por oito meses e vinte dias, entre 27 de julho de 1827 e 17 de abril de 1828, tendo acompanhado os emigrantes desde a Irlanda¹⁹². Ao analisar as informações da manifestação do quartel da Rua dos Barbonos, em que constam

¹⁸⁸ *Ibid.*

¹⁸⁹ Relação dos colonos e soldados na Fortaleza da Praia Vermelha. In : ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses sem data, fl.200-3.

¹⁹⁰ Acusação sobre Patrick Coughlan. In: *Ibid.*

¹⁹¹ Acusação sobre Thomas Herbert. In: *Ibid.*

¹⁹² Recibo feito por William Young a William John O’Grady. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1828, fl.101-2.

repetidas acusações de arrombamento da prisão¹⁹³, pode-se avaliar que uma das expressões e reivindicações foi a soltura de irlandeses presos. Para além da ação de O’Grady neste evento, sua atuação como religioso, com larga influência entre os colonos, foi um incômodo para as autoridades brasileiras.

As prisões e afastamentos, entre elas a de importantes agentes como O’Grady, somadas às ações cotidianas de resistência e sobrevivência diante dos recorrentes problemas, estimulou os eventos ocorridos em maio.

Segundo ofícios do Major e comandante interino do 3º batalhão de granadeiros, Antonio de Moreira Brito, até o dia 5 de maio haviam se alistado 109 irlandeses, com a perspectiva de que mais 22 o fizessem¹⁹⁴. No mesmo ofício deixou claro que eles se encontravam “em grande tranquilidade” e que “continuarão com o mesmo espírito pacífico”. Naquele momento parecia importante esclarecer aos superiores que os colonos se encontravam calmos depois do começo do mês, quando ocorrera uma grande manifestação entre aqueles que se estavam alojados nos quartéis da Praia Vermelha e os do Campo da Aclamação¹⁹⁵.

A presença de D. Pedro na missa realizada aos irlandeses presentes nos quartéis da Praia Vermelha, antes do primeiro final de semana do mês de maio, foi motivo de alívio para as autoridades, o comandante das armas na corte afirmou que “de sorte sob este pretexto não se tornarão a formar, e sem fazerem motim, assim se conservaram até sábado”¹⁹⁶. A preocupação demonstra, contudo, que a situação nos quartéis da Praia Vermelha não estava tranqüila. Em conversa particular com o comandante desse quartel, brigadeiro Lima, obtivera a informação que “os Irlandeses turbulentos” seriam apenas uns 60 ou 80, sendo que o mesmo brigadeiro “não se animava” em separá-los, pois “sabia haver dentro dos quartéis grande N° de páos [sic]”.

No sábado, visando a eliminar os problemas colocados pela presença destes indivíduos, o Conde do Rio Pardo ordenou que 300 homens do 2º batalhão de granadeiros e alguns do esquadrão de Minas, se preparassem para marchar na madrugada da segunda-feira para a Praia Vermelha com o intuito de prender os irlandeses “turbulentos”. A ordem do Conde vinha com a resolução expressa de ser

¹⁹³ Relação dos colonos e soldados na Fortaleza da Praia Vermelha. In : ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses sem data, fl.200-3.

¹⁹⁴ Ofício de Antonio de Moreira Brito. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1828, fl.104-5.

¹⁹⁵ Ofício do Conde do Rio Pardo a Bento Barroso Pereira ao Paço. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1828, fl.109-1.

¹⁹⁶ *Ibid.*

mantida sob o maior sigilo possível; mesmo assim, devido ao vazamento da informação, às 9 horas da manhã do domingo, o 3º batalhão de granadeiros composto por irlandeses que haviam assentado praça e se encontravam aquartelados no Campo de Santana, começou a gritar “a porta da 1º e 2º Companhia” convocando-os para “que fossem para a Praia Vermelha”¹⁹⁷. Essa marcha, feita pelos soldados armados com “pólvora e balas”, levou a que algumas companhias se colocassem em insubordinação. O Conde ficou sabendo do evento somente às 10 horas da noite, e quando chegou ao local tudo já se encontrava em “tranquilidade” visto que o “Coronel Cotter tinha dado as providencias”. Foi então ordenada a dissolução das companhias insurgentes, sendo que vários irlandeses foram enviados “no dia seguinte para o [forte] Villagaignon [sic]”, onde permaneceram presos com outros emigrados que já se encontravam lá¹⁹⁸. Cotter, comandante do 3º batalhão de granadeiros, havia conseguido, graças a sua relação com os soldados, que o evento não tomasse proporções ainda maiores.

Prosseguindo com seu plano, o comandante das armas na corte marchou às 6 horas da manhã da segunda feira para a Praia Vermelha, onde fez com que vários “entrassem a força na Fortaleza”, separando então 91 indivíduos “que foram reconhecidos como contínuos amotinadores”, “os quais mandou para o Fortaleza de Santa Cruz”¹⁹⁹.

A atuação decisiva do Conde do rio Pardo, então governador das Armas da Corte, em relação à ação reivindicatória dos emigrados e ao levante de duas companhias no interior do 3º batalhão de granadeiros, significou o ponto final em cinco meses de lutas e conflitos que opunham o governo e os colonos irlandeses. Ficou claro que o exército brasileiro podia contornar a autoridade do cônsul britânico, coagindo os irlandeses a servirem no exército, ou pelo menos fazendo com que aceitassem o que lhes fosse oferecido. Concomitantemente, a ação dos batalhões no Campo de Santana, encaminhando-se para a Praia Vermelha a fim de defender os compatriotas lá instalados, na maioria destinados ao assentamento como colonos e sob pressão das forças armadas para jurar bandeira, mostrou que havia um canal de comunicação e uma resistência com grau elevado de organização. É evidente que a relação de poder era totalmente desigual e pesava a balança para o lado do exército do Brasil. Em 12 de

¹⁹⁷ *Ibid.*

¹⁹⁸ *Ibid.*

¹⁹⁹ *Ibid.*

maio, alguns soldados foram deslocados para servirem como colonos²⁰⁰, talvez fosse uma conquista frente à reiterada resistência por parte de alguns irlandeses, mas é possível que também tenha sido pensada pelo governo como uma forma de punição para aqueles que se insubordinaram no Campo de Santana. Em 22 do mesmo mês, o exército imperial brasileiro já contava com 434 irlandeses que tinham jurado bandeira dentro de seis companhias do 3º batalhão de granadeiros²⁰¹. Desses, 64 encontravam-se presos e 28 hospitalizados, sendo que de acordo com o responsável pela listagem, o major Vicente Paulo de Oliveira Villas Boas, não constavam na relação “todos os irlandeses que estão presos e no Hospital por não saber com evidencia qual é sua idade, não vê fazendo menção dos chefes de família, que já foram relacionados separadamente”²⁰².

Pela relação vê-se que apenas 47 homens estavam na faixa etária acima dos trinta anos e que não constavam ainda os chefes de famílias, além das mulheres e crianças. Levando em conta que o total de emigrados naquele momento era inferior aos cerca de 2.400 homens que chegaram, pois 270 colonos já haviam sido encaminhados para a Bahia, podemos supor que no máximo $\frac{1}{5}$ dos homens disponíveis para o serviço militar foram aliciados por meios coercitivos, quem sabe até pelo uso de punições físicas em vista dos recorrentes casos de hospitalizados até meados de março²⁰³.

Para deixar mais clara essa ação coativa do exército, vale destacar que da lista denominada “Nº2”, “Irlandeses presos na fortaleza de Villegaignon”, datada de 21 de março, com a relação daqueles que tinham ou não jurado bandeira, consta que apenas 18 de um total de 49 emigrados continuavam a se recusar a assentar praça²⁰⁴. Observando essa mesma lista, mesmo que seja sugerido diversas vezes pelas autoridades que as prisões foram feitas em decorrência direta da má conduta e dos distúrbios decorrentes de embriaguez²⁰⁵, entre os nomes da lista as observações sobre os presos revelam que nem todas as prisões tinham ligação com estas acusações. Do total dos 49 presos, 17

²⁰⁰ Ofício a Bento Barroso Pereira. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1828, fl.112.

²⁰¹ Relação dos irlandeses maiores de 20 anos, que existem no Depósito Geral dos Recrutas. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1828, fl.122-8.

²⁰² *Ibid.*

²⁰³ Subtraindo os 270 que foram enviados para a formação de uma colônia na Bahia e 470 das mulheres e crianças, chegamos ao número de 1660. Desse número, os 434 engajados na listagem somam 26,1%. Essa soma desconsidera ainda os chefes de família e os inválidos.

²⁰⁴ Relação dos irlandeses que existem retidos na Fort. De Villegaignon. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1828, fl.118-9.

²⁰⁵ Visão que aparece também em todos os autores de época e viajantes que relataram a presença dos irlandeses no Rio de Janeiro. Em Armitage, John, *op. cit.*; Walsh, R. Robert, *op. cit.*; Pereira da Silva, *op. cit.*; Seidler, Carl, *op. cit.*; Testemunha Ocular, Uma, *op. cit.*

tiveram seus nomes seguidos da observação “boa conduta” e 17 da “má conduta”, sendo apenas 4 seguidos de “ladrão” e 5 de “bêbado”.

As observações feitas na “Relação dos irlandeses que se acham presos na Fortaleza de Santa Cruz”²⁰⁶, em 10 de maio, revelam mais detalhes sobre a ação de resistência dos irlandeses durante os distúrbios que ocorreram em abril e também sobre a forma com que eram vistos pelas autoridades brasileiras. Nessa lista constam 104 irlandeses presos, sendo que 87 são colonos que se encontravam nos quartéis da Praia Vermelha, e 17 soldados a serviço do exército. Desse total, 49 nomes contêm a observação “embriagues constante” e somente três aparecem com a justificativa de “ladrão”. Da mesma lista, onze haviam participado na revolta do arrombamento da prisão do quartel dos Barbonos, e 32 tinham agredido compatriotas que quiseram jurar bandeira.

Esses números sugerem que os envolvidos nas manifestações não agiram de forma desordenada ou embriagados, pois menos da metade deles recebeu a observação “embriagues constante”. Já o número das agressões físicas cometidas contra aqueles que haviam assentado praça, evidencia que muitos dos que ainda resistiam não aceitavam a rendição dos contrarrevolucionários. É relevante que dentre os 32 acusados de agredirem contrarrevolucionários, apenas 5 também apresentavam a observação de embriagados, o que indica que tais agressões eram feitas conscientemente, com o objetivo de impedir a rendição dos colegas.

Além disso, entre os arrolados, algumas anotações sugerem que quinze deles teriam tido algum tipo de “liderança”. Merecem destaque: Thomas Herbert, adido aos colonos e que foi preso por ser “tido como emissário do Padre O’Grade, e tem influência sobre os mais irlandeses”; Martin Ryan, colono nº 110, que “nos Barbonos arrombou a prisão; seduz irlandeses mais para não entrarem no serviço, tem grande influência sobre eles”; George Holland, colono nº 149 pois “sendo Sargento era um dos que mais influencia aos irlandeses [para] que não entrassem no Serviço do Brasil nem obedecessem a ninguém”; William Savage, colono nº 63, que “tem grande influência entre os outros, e os conduz a desordens, sendo tido pelo mais insubordinando da sua companhia”; Daniel Mc. Carthy, colono nº 22, preso porque “tem muita influência sobre os mais irlandeses para fazerem desordens e desobedecerem”; e Patrick Coughlan, colono nº 103 que “foi camarada do Padre O’Grade, e tem muita influência sobre os

²⁰⁶ Relação dos irlandeses que se acham presos na Fortaleza de Santa Cruz. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Seção Codes SDE, Pac.01, sem data.

outros irlandeses”²⁰⁷. Já outros nove nomes apenas constavam como responsáveis pela “sedução” de outros irlandeses²⁰⁸.

É relevante que nenhum destes homens, considerados perigosos pelas autoridades do exército por terem exercido alguma liderança sobre os demais irlandeses, constasse como “embriagados”. Para completar este quadro complexo, há o caso de Michael Fitzpatrick, colono de nº42, que foi preso por ser um “dos que publicamente pregou aos mais não se ouvirem Missa do Padre Tilbury”. É possível que tal ressalva, quando de sua prisão, indicasse a existência de uma segunda via seguida pelos colonos, quem sabe oposta à de O’Grady, e afim ao que defendia outro religioso (Padre Tilbury), partidário de maior aceitação das ofertas feitas pelo governo. E ainda o de Patrick Buckley, colono de nº3, que esteve nas desordens do começo do mês de maio, e “maltratou alguns irlandeses por tirarem os bonés e darem salvas a Sua Majestade Imperial”²⁰⁹. Essa era provavelmente uma expressão que se colocava em oposição ao Imperador brasileiro e a tudo que ele representava até aquele momento.

Esses eram os homens a que se referira Moreira Brito, comandante interino do 3º batalhão de granadeiros, ao escrever que “na mesma sorte, se não haver alguma sedução que possa transformar a boa ordem e sossego”, os irlandeses iriam continuar em tranquilidade²¹⁰. Eles representavam a ação de resistência dos demais emigrados na documentação oficial, mostrando como foi complexa a gama de experiências dos irlandeses no Rio de Janeiro. Houve aqueles que viram o roubo ou a mendicância como uma alternativa para sobrevivência. Já outros se organizaram diante de autoridades religiosas como a de O’Grady ou Tilbury, ou de lideranças militares como George Holland e William Cotter.

Menos de um quarto dos emigrados de sexo masculino que chegaram ao Brasil foi atraído para o serviço militar, isso significa que, a despeito de um embate desigual (irlandeses de um lado e forças armadas de outro), a resistência continuada dos colonos, durante os cinco primeiros meses de 1828, levou a resultados significativos. O pequeno assentamento dos irlandeses em maio deve ser considerado uma vitória dessa resistência mais agressiva e reivindicatória como a de O’Grady e seus apoiadores. A ação das

²⁰⁷ *Ibid.*

²⁰⁸ São: Patrick Coughlan, colono nº 103, John O’Bierno, colono nº 27, William Brittow, colono nº 10, Daniel Minehan, colono nº 17, David Hennessy, colono nº nº46, David [?], colono nº 79, John Sullivan 3º, colono nº 113, Thomas Brien, colono nº 152, e um último em que não é possível obter seu número ou nome, apenas as observações. *Ibid.*

²⁰⁹ *Ibid.*

²¹⁰ Ofício de Antonio de Moreira Brito. In: ANRJ, Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac.01, Irlandeses 1828, fl.104-5.

autoridades militares brasileiras apenas encobriu e alimentou o sentimento de insatisfação que muitos dos irlandeses vinham cultivando na cidade. Nos meses seguintes, o Rio de Janeiro presenciou o resultado desse enfrentamento, quando irlandeses e alemães, que também estavam insatisfeitos com sua condição nas forças armadas, se rebelaram em uma intensa revolta que abalou as autoridades militares e a própria figura do Imperador.

Capítulo 4. Conflito e testemunho nas tropas alemãs

Em 1828, poucos meses após a sublevação dos soldados estrangeiros no Rio de Janeiro (ocorrida em junho daquele ano), Heinrich Trachsler, oficial alemão do 28º batalhão de caçadores, fez sua última observação sobre a cidade. Do porto descreveu que em seus “arredores achavam-se ancoradas unidades de guerra das esquadras de França e Inglaterra [...] vagando orgulhosamente sobre o mesmo espelho de ondas e, no fulgor do sol tropical brilhavam as armas da guarda. A frente estendia-se ao longo a grande cidade imperial erguendo-se no porto uma vasta floresta de mastros”. Naquele momento, aliviado por partir, se sentiu com “esperanças de gozar a liberdade em outros lugares além das vizinhanças do Rio de Janeiro”, com anseio de “ir em frente, para [se] livrar [da] miserável vida de soldado, profundamente detestada”¹.

O olhar desse jovem de 17 anos, engajado nos territórios germânicos para servir no exército brasileiro, representa a história de muitos outros que vieram ao Brasil com a expectativa de construir suas vidas e se deparavam com as péssimas condições que os aguardavam aqui, principalmente para aqueles que terminavam se alistando no exército. Durante a segunda década do século XIX, por motivos semelhantes, outros imigrantes dos mais diversos estados germânicos e de outras regiões do norte da Europa também vieram ao Brasil. Entre 1823 e 1830, entraram no país cerca de 12.000 indivíduos, entre austríacos, suíços, belgas, franceses e anglo-saxões².

Os Estados europeus passavam nesse período por um processo de deslocamento populacional devido, entre outros fatores, às crises de subsistência ocasionadas por colheitas menores que, somadas à queda de produção interna das nascentes indústrias locais devido à concorrência inglesa, levaram a uma intensa expulsão de sua população³. Particularmente, a sociedade germânica vinha de um momento peculiar em que, após os efeitos da influência napoleônica, o que em muitas regiões significou o fim

¹ Berger, Paulo (org.). *Ilha de Santa Catarina, Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX*. Editora da UFSC, Assembléia Legislativa, Assessoria Cultural, Florianópolis, 1984, p.314-5.

² Browne, George P. *Government Immigration Policy in Imperial Brazil, 1822 – 1870*. Ann Harbour-Michigan, 1972 *apud* Ribeiro, Gladys Sabina. *op. cit.*, p.171.

³ Lenz, Sylvia. *Brasil, Cidades Hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro (1815-1866)*. Niterói: Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

dos tradicionais laços de servidão no campo, nobres locais retornavam ao poder exigindo a restituição de seus privilégios⁴.

O agravante nos territórios germânicos foi a procura dos grandes proprietários por terras visando ao aumento da produção direcionada ao crescente mercado externo, o que levou a uma expropriação sobre o campesinato alemão, destruindo com isso “a relação pessoal, entre a terra e o camponês”, que foi substituída por uma relação monetária em que boa parte da população não foi inserida, ou a qual não conseguiu se adaptar⁵.

Dos imigrantes que chegavam ao Brasil em busca de alternativas para sua situação na Europa, parte deles se engajou no exército brasileiro. Mesmo que esse não fosse o objetivo principal desses homens, visto que muitos vinham com suas famílias, diante da perspectiva de que após alguns anos servindo lhes seriam concedidas gratuitamente “400 braças de terras em quadro (cerca de 1,2 mil m²) de superfície”, essa parecia a melhor escolha a ser feita naquele momento⁶. Para a maioria, o cotidiano árduo nos corpos militares levou-os a se arrependerem de sua escolha. Como Heinrich Trachsler, que após o fim do conflito no sul, ao invés de regressar ao Rio de Janeiro, desertou e continuou sua vida na região, trabalhando como lenhador, diarista, coveiro ou caixeiro, e depois de cinco anos retornou a Europa, onde faleceu em 1868⁷.

Entre as inúmeras anotações que fez sobre o seu dia-a-dia como soldado, sua descrição da viagem no transporte que levou os militares para Santa Catarina destaca seu arrependimento. A viagem naquela embarcação demonstrou “a repugnante vida de embarcados [que] associavam-se ainda [a] outras circunstâncias que estimulavam o desejo de levantar panos”, pois “a contínua correria pelas perigosas escadas, impossíveis de passar sem empurrões e pisoteios, o ininterrupto toque de caixa e corneta para sinais e ordens, a visão de tantas multicoloridas expressões de marotos para figuras pavoneadas, os brutais e animais falatórios e apalpamentos com profanos acenos

⁴ Siriani, Silvia Cristina Lambert, *op. cit.*, p.27.

⁵ Renaux, Maria Luiza. *O papel da mulher no Vale do Itajaí, 1850-1950*. Blumenau: FURB, 1995. *apud* Siriani, Silvia Cristina Lambert, *op. cit.*, p.35.

⁶ Mesquita, Regina Márcia Bordallo de, *op. cit.*, pp.74-6.

⁷ Berger, Paulo (org.), *op. cit.*, p.312.

entre si, tudo isso causou-me tanta repugnância que, à lembrança disso, por preço algum me resolveria a participar de uma viagem a bordo em tal companhia”⁸.

Compreender o percurso desse agente histórico, e de outros oficiais alemães que fizeram parte das tropas, é imprescindível para se entender o porquê da explosão da revolta das tropas estrangeiras no Rio de Janeiro. Como únicas testemunhas que viveram o cotidiano nos batalhões, deixando sua visão sobre as condições a que foram submetidos, os relatos de viagem desses homens permitem perceber o impacto que lhes causou a chegada na capital do Império brasileiro, bem como vislumbrar o que teriam sentido ao perceberem que suas expectativas não se coadunavam com a realidade que então lhes esperava deste lado do Atlântico.

Sendo assim, os relatos de Carl Schlichthorst, Carl Seidler, e Eduard Theodor Bosche, servem, no âmbito do trabalho desenvolvido, como prelúdio para o evento que viria a seguir – a explosão da rebelião dos soldados estrangeiros –, além de permitirem entender de que maneira o cotidiano no Rio de Janeiro transformava as expectativas e as ações desses indivíduos.

4.1 - Carl Schlichthorst

Como outros alemães arregimentados para o exército brasileiro, Carl Schlichthorst começou sua narrativa de viagem ao Brasil expondo a responsabilidade do Major Georg Anton Von Schäfer pelas falsas promessas feitas aos soldados⁹. A atuação

⁸ *Ibid.*, p.314-5.

⁹ “As falsas promessas dos agentes gananciosos, que avaliam a vida dum homem pela espórtula por ele recebida, são infelizmente amiúde tomadas como verdadeiras. Não é, pois de admirar que a tendência a imigração se tenha tornado [nos territórios germânicos] tão forte. Em verdade, entre os que tomam essa resolução desesperada, proporcionalmente há poucos com alguma coisa a perder; mas são justamente esses os que merecem maior consideração. Porque, depois de serem despojados de todos os modos durante o trajeto para o porto de embarque, visto como é lícito presumir sejam todas as criaturas do sr. von S-r, em cujas mãos caem, celerados sem consciência, ele próprio e os que de perto o cercam tomam-lhes o restante, em pagamento de passagens e comida, sob a falsa promessa duma restituição pelo Governo Brasileiro, em dinheiro ou maiores favores”. Schlichthorst, Carl. *O Rio de Janeiro como é: 1824-1826 (Uma vez e nunca mais): Contribuições dum diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*. Livraria – Editora Zélio Valverde. Rio de Janeiro, 1943, pp.18-9. O mesmo fez Seidler em sua obra, quando escreveu que Schäfer foi um homem que “vendia o sangue de seus conterrâneos, à procura de um monte de ouro e de um canal de açúcar e que tão bem soube explorar para os seus fins egoísticos a fúria aventureira da mocidade alemã”. Seidler, Carl, *op. cit.*, p.21.

desse agente nos territórios germânicos foi marcante durante todo o primeiro reinado, sendo responsabilizado diretamente pela ação de aliciar tropas por meios ilícitos¹⁰.

Schlichthorst, entretanto, afirmou que, diferentemente dos outros que vieram ao Brasil “ludibriados por essas promessas enganadoras”, percebera que os juramentos de Schäfer não eram verídicos¹¹. O motivo que o levou a realizar a viagem estava relacionado ao seu “orgulho e honra”, já que, de acordo com seus argumentos, somente depois de informado da presença de uma mulher na viagem tomara a decisão de embarcar, pois, “quando soube que a mais jovem e amável esposa do capitão do navio de transporte tomaria parte na viagem ao Brasil. Um homem sendo mais forte, não pode temer os incômodos a que, por afeição, uma mulher fraca se sujeita. Envergonhei-me de minha irresolução, paguei cem pesos e alguns dias depois fui a bordo”¹².

Suas relações com as personagens femininas influenciaram toda sua viagem, assim, se uma mulher fora responsável por sua decisão de realizar a viagem, outra personagem do sexo feminino também estaria no centro do duelo que travou com outro alemão no momento em que chegou ao Rio de Janeiro¹³. Em sua explicação no livro, deixou claro que se “o leitor desejará saber a razão desse duelo” bastava apenas uma explicação: “[um] importuno nas relações amorosas [que forçou] a injurias graves que só se vingam a bala ou ponta de espada¹⁴”.

Em sua reflexão sobre esse evento observou que no Brasil “duelos e facadas, que é como se chama um crime muito comum [...] às vezes ignominiosamente praticado por assassinos assalariados, têm sua utilidade social”, pois “evitam grosserias e chalaças ofensivas em todas as rodas, tornam os homens discretos e respeitosos para como o belo-sexo”¹⁵. Diferentemente, na Europa essa prática tinha outra conotação, já que “felizmente [...] o homem educado raras vezes se [via] obrigado a entrar numa roda que mais ou menos não corresponde a todas as exigências de boa educação”. Tal comparação serviu-lhe para descrever sua primeira impressão do Rio de Janeiro, deixando claro para o leitor que “difícilmente compreenderá os sentimentos

¹⁰ Para mais informações sobre o recrutamento de alemães nesse momento ver: Siriani, Silvia Cristina Lambert, *op. cit.*; Mesquita, Regina Márcia Bordallo, *op. cit.*

¹¹ “Assim, ninguém me leva a mal por ter dado muito menos crédito às suas promessas do que às profecias de uma velha que, anos antes, nas alturas de Hümmling, me prometera felicidade durável além-mar, pois nela esse dom era herdado da sua raça e ela representava melhor seu papel de bruxa de Endor do que o referido cavaleiro representava envolto numa peliça ordinária, seu amo imperial.” Schlichthorst, Carl, *op. cit.*, p.14.

¹² *Ibid.*, pp.14-5.

¹³ *Ibid.*, p.30.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ *Ibid.*, pp.31-2.

desagradáveis, os incômodos e as ofensas causadas por uma sociedade em que as mais delicadas atenções podem ser calçadas pela violência nela reinante”¹⁶.

Em sua análise, o duelo era uma tradição necessária, pois era responsável pela manutenção de uma ética inerente à coesão da sociedade, em que o respeito e a ordem eram mantidos no interior dos grupos que compreendiam as regras necessárias para isto. Na sociedade européia, o conflito era evitado devido ao conhecimento que os indivíduos tinham das normas e regras sociais a serem seguidas, assim, os duelos ocorriam em raras ocasiões. Já no Brasil, as relações, por mais simples que pudessem parecer, tinham como fundamento a violência que “reina na sociedade”, uma realidade caracterizada pelas “baixas intrigas” e pela “falta de ideias razoáveis”.

Sua primeira impressão da sociedade brasileira era fruto, sem dúvida, de seu olhar de estrangeiro. Contudo, essa visão depreciativa terminou por abarcar inclusive os alemães que já residiam na cidade, pois, segundo argumentou, certas práticas acabavam se difundiam pela convivência, transformando aos estrangeiros. Escreveu que “o que aqui pinto se passa nos grupos de nossos conterrâneos [...] com poucas exceções. Parece que só se reúnem para trocar grosserias. A preponderância do espírito somente se revela em brincadeiras porcas e sarcasmos rudes. [...] A inimizade crescente produz miseráveis mexericos, desenterram-se as velhas ligações novas e odiosos pormenores, que se tornam públicos, e, dessa maneira, se destrói o resto da reputação que nos seguiu além do oceano”¹⁷.

Esse contato negativo com outros alemães fez com que, num primeiro momento, se afastasse das tropas, o que o levou a aprender o português e o inglês e a se alistar na marinha. Porém, Schlichthorst viu suas aspirações desmoronarem quando, em abril de 1825, devido a um decreto do Imperador, foi nomeado Tenente do 2º batalhão de granadeiros¹⁸.

Indo além de sua primeira impressão, suas observações sobre o período em que permaneceu no Brasil fornecem um quadro das diversas dificuldades que suportou e dos problemas de que foi testemunha. Os diversos fatores gerados pelo “duvidoso” processo da emancipação política do Brasil teriam levado a um problema que chamou de “falta de laços sociais”¹⁹. Esse problema trouxe graves consequências para o Brasil, entre elas, a falta de controle do governo devido à ação direta do imperador, da indisciplina e

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*, p.33.

¹⁹ *Ibid.*, pp. 37-8.

covardia nas forças armadas, com a contínua imposição ao estrangeiro das resoluções do governo, e da contínua desunião entre o poder central e as províncias, além da corrupção da justiça²⁰.

Essas duras análises e conclusões obtiveram grande divulgação, tanto nos territórios germânicos como no Brasil. Seu livro foi publicado em 1829 pela Livraria Real de Hahn, em Hannover, graças ao auxílio financeiro conseguido por meio de 183 subscrições. Dentre todos os que subscreveram a publicação, apenas cinco não se referiam diretamente ao nome de indivíduos, caso da “Livraria Crone”, “Livraria da Corte de Helving”, “Boticário Hastelbach”, “Antiquário Kniep” e a assinatura “A União”²¹. A presença destes cinco subscritores, principalmente o último, e dos 178 restantes, que provinham das mais diversas localidades e se ocupavam também de diferentes atividades, apontam, possivelmente, para a grande divulgação da obra. Nesse sentido vale ressaltar que, dentre os 178, vários dos subscritores eram originários de outros países, inclusive do Brasil²². Do total de 73 cidades arroladas na lista de subscrições, o Rio de Janeiro aparecia mencionado como local de moradia de onze indivíduos responsáveis pela encomenda de 39 exemplares. Schäfer aparece na lista, e ficou com nada menos que 25 exemplares, número significativo já que a maioria ficou apenas com um. Além dele, os nomes de destaque que subscreveram a obra na cidade são: o vice-cônsul da Holanda, Hendricks; o cônsul da Liga Hanseática, Tembrink; o cônsul da Prússia, von Teremin; e o tradutor imperial, Zach.

²⁰ *Ibid.*

²¹ Os subscritores eram indicados na ordem de apresentação, das seguintes formas pelo autor (profissão ou função ou tratamento ou denominação, nome e cidade): uma livraria, sete pastores, um antiquário, cinco juízes, três generais, um almoxarife, doze tenentes, dois arquitetos, nove negociantes, um moleiro, um agricultor, três majores, três corretores, um boticário, um arquivista, um livreiro, cinco doutores em medicina, dois professores, dois construtores, um proprietário de gabinete de leitura, um músico, oito Srs., três comissários, seis Sras., quatro capitães, quatro Drs., um bailio [sic], um cônego, três engenheiros, três doutores em leis, um funcionário postal, um coronel, três inspetores, seis conselheiros, dois escriturários, um fabricante de papel, seis procuradores, três auditores, três advogados, um escriturário, um notário de hipotecas, um curador, um capitalista, quatro administradores dos correios, um intendente, um senador, um secretário do correio, um hoteleiro, um conde e uma condessa, um coletor municipal, cinco agrimensores, um condutor, um governador de distrito, um inspetor de colégio, dois farmacêuticos, um administrador de imóveis, um guarda livros, um Vice-Cônsul, um praticante de farmácia, dois Cônsules, um tradutor, um síndico, um Desembargador, um diretor da posta, um secretário da chancelaria, um promotor público, um reitor, um secretário municipal, um Prefeito, um organista, um superintendente dos diques, um Quartel-Mestre de Regimento, um Médico da Corte, um inspetor de estradas, um inspetor de economia rural. *Ibid.*, pp.285-292.

²² Guarda-livros Daw, Vice-Cônsul da Holanda Hendricks, Negociante Melchert, Dr. em medicina Ran, Corretor Ray, Tenente-Coronel von Schäffer, Negociante F. Schneinert, Consul da Liga Hanseática Tembrink, Consul da Prússia von Teremin, Negociante Wiers, Tradutor Imperial Zaeb. *Ibid.*

Pode-se apurar, ainda, que 28 dos nomes arrolados eram designados com patentes militares e muitos eram diretamente ligados a um cargo ou ocupação pública. Para destacar essa veiculação pelos territórios germânicos podemos arrolar alguns nomes de destaque: o juiz Kromminga, de Ellingroche; o Conselheiro de Estado von Grote, de Hannover; o administrador dos correios Misch, de Iaver; o Capitão da Cavalaria George Baring e o Comissário de Justiça E. Franzius Senior, ambos de Leer; o Governador de Distrito von den Decken, de Lüneburg; o procurador von Honnemann, de Mossburg; o Conselheiro von Konnemann, de Rotenburg; e o Juiz Federal Haltettermann, de Stade. Entre os que ficaram com mais de um exemplar de seu livro podemos destacar o livreiro Kaiser, de Bremen, com dez cópias e o pastor Ribbentrop, de Gottingen, com 15 volumes. Essas informações permitem verificar que sua obra se espalhou entre militares e diversas repartições públicas pelos territórios germânicos.

Diferentemente do que se poderia esperar, visto sua argumentação inicialmente depreciativa, no decorrer de sua estada no Rio de Janeiro, Schlichthorst não se colocou ao lado de outros estrangeiros, ao contrário, se aproximou dos brasileiros e seus costumes. Passou a valorizar a comida portuguesa²³ e a afirmar que no Brasil não havia “preconceitos de posição social”²⁴, que “em todas as classes os grau de instrução era quase o mesmo”. Segundo o autor “vantagens que favorecem uma agradável vida em comum”²⁵.

Quando fez suas observações sobre estrangeiros assegurou que, avesso às teorias dos “autores europeus”, as “terras meridionais” não deveriam ser povoadas com habitantes das “zonas frias”. Isso porque os habitantes do Brasil possuíam diversos defeitos, mas os contrabalanceavam com qualidades, enquanto que os europeus, particularmente os nórdicos, perdiam suas virtudes e adotavam os defeitos dos que no

²³ “Quando a gente se acostuma à cozinha nacional, é melhor comer nas casas de pasto portuguesas”. *Ibid.*, p.72.

²⁴ Apesar de não ter afirmado haver o preconceito de posição social, Schlichthorst reconheceu o preconceito racial: “Só a parte da população verdadeiramente imigrada, na maioria portuguesa reinóis, cuida com severidade da pureza do sangue e, por esse meio, forma uma espécie de fidalguia, cuja base, como a de todas as instituições parecidas nas quatro partes do mundo, não esta livre de preconceitos”. *Ibid.*, p.79.

²⁵ *Ibid.*, p.70. Mas adiante compara o status social do “homem de cor”, no Brasil, com o do “judeu” na Europa: “Socialmente o homem de cor tem os mesmos direitos que o branco. A única diferença é ser, em geral, tratado com menos cortesia. [...] Sua situação assemelha-se muito à dos judeus nas nações civilizadas da Europa, onde são tolerados na sociedade, mas uma vez ou outra lhes torcem o nariz”. *Ibid.*, p.79.

Brasil viviam ²⁶. A partir desse comentário trabalhou os defeitos dos demais estrangeiros, de acordo com sua nacionalidade:

“[...] o Teuto brasileiro é fingido e grosseiro. Tendo perdido a velha lealdade alemã, conservou somente a brutalidade trazida de além-mar [...]. Desmedido em todos os gozos, sente as consequências dos vícios mais cedo e mais fortemente do que o filho do país [...] o inglês traz para o Brasil seu espírito de usura judaica e deixa em casa o seu nobre sentido nacional, se este aqui não degenera em orgulho ridículo a gabar as vantagens de sua pátria, falando a toda hora de liberdade e do liberalismo britânico, quando suas ações provam que nele não há o menor vestígio de tais virtudes. Em intemperança, rivaliza o alemão, que, às vezes, o vence. O italiano não perde sua avareza, nem o francês sua vaidade. O que estas duas nações têm de bom não se encontra em seus rebentos no Novo Mundo. E parece incrível que o francês se torne o menos amável de todos”²⁷.

É provável que essas opiniões sejam, entre outros fatores, resultado de seu envolvimento com uma “moça boa e simples, de 17 anos, que vivia com decente liberdade em companhia de sua mãe, uma crioula gorda”²⁸. Não parece à toa que, justamente a partir deste trecho da obra, tenha desenvolvido uma reflexão sobre os costumes brasileiros. Como exemplo, comparou o casamento segundo as regras religiosas, que “favorece o concubinato”, e os empecilhos trazidos pelo “orgulho europeu” ao matrimônio entre gente de cor. Para ele, o orgulho da ascendência européia, provavelmente uma constante entre os estrangeiros, era impregnado de uma carga negativa, afinal, ao mesmo tempo em que impedia a união entre gente de cor ou de estrangeiros com gente de cor, favorecia a infidelidade devido aos costumes²⁹.

²⁶ “Os autores europeus lamentam freqüentemente que o caráter popular dos habitantes dos países tropicais forme violento contraste com a fertilidade do solo e a limpidez do céu, que os distinguem em toda terra habitada, proclamando o desejo de serem as regiões paradisíacas povoadas com as raças melhores das zonas frias. Infelizmente, o resultado pratico não corresponde a essa teoria. O meridional tem muitos e graves defeitos, contrabalanceados, porém, por diversas boas qualidades. É falso mais obsequioso e cortes; desregrado no amor, mas cometido no vinho; preguiçoso, mas sóbrio. Todos os nórdicos que vivem em países quentes, no entanto, não conservam nenhuma das virtudes próprias de sua nação e adquirem em pouco tempo os vícios e defeitos dos seus habitantes, confundindo-se de todo com eles”. *Ibid.*, p.69.

²⁷ *Ibid.*, pp.69-70.

²⁸ *Ibid.*, p.77. “Peço ao bondoso leitor que encare essa ligação do ponto de vista brasileiro. Num país onde existe a escravidão; onde a diferença de pele não limita as inclinações, mas põe empecilhos convencionais para o casamento legal entre gente de cor e os que ainda conservam um preconceito trazido às plagas americanas pelo orgulho europeu dos primeiros descobridores; onde as consequências de uma ligação desigual se apresentam sob os mais variados aspectos; onde os costumes, os exemplos e até a indissolubilidade do matrimônio, que a religião ordena, favorecem o concubinato; onde a própria Constituição concede aos filhos naturais privilégios sobre os nascidos do casamento legal; e onde mesmo nunca se cogita de nós de nascimento no sentido europeu, semelhante ligação não é considerada indecente ou vergonhosa para qualquer das duas partes, a opinião não a condena, nenhuma lei moral a impede e o termo usual que a designa a enobrece”. *Ibid.*, p.78.

²⁹ *Ibid.*

Ao escrever sua obra em Hamburgo³⁰ procurou utilizar-se de artigos da Constituição do Império³¹, bem como de outras fontes, para argumentar que suas ideias e ações no Brasil tinham justificativas plausíveis. Seu objetivo foi o de se defender de qualquer possível acusação por parte do leitor europeu que o condenasse por sua ligação amorosa com uma mulher mestiça. Para isso, declarava que suas ações sofriam uma forte influência do meio em que se encontrava³², o que o colocava em condição semelhante a dos outros estrangeiros descritos em seu livro.

Da mesma forma que, em sua narrativa, argumentava que a sociedade transformava, também agia sobre as instituições. No capítulo sobre religião, narrou extensamente a diversidade entre elas e suas festividades, afirmando que “todas as instituições costumam possuir um valor relativo, independente de seu valor intrínseco. Observando-se deste ponto de vista, [...] a religião católica [era] muito adequada [ao] clima e [ao] povo”³³. Descrevendo as religiões protestantes, defendia a ideia de que a necessidade de se afirmarem enquanto grupo minoritário, e o contato entre as diferentes seitas, transformava as instituições religiosas, premidas a se adaptarem às necessidades, aproximando-as, portanto, de tradições católicas³⁴.

Em sua conclusão final sobre a população brasileira³⁵, defendeu a mistura de raças, por permitir que seus defeitos fossem compensados pelas qualidades. Sua ideia

³⁰ Diversos pontos da obra demonstram que o autor a redigiu quando já se encontrava em Hamburgo.

“Agora que a sorte propícia me trouxe de volta à minha pátria, às vezes contemplo admirado o estado de minha alma num passado recente, que trago presente no meu espírito”. *Ibid.*, p.81.

³¹ “São cidadãos brasileiros: os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro que vierem estabelecer domicílio no Brasil”. Constituição Política do Império Brasileiro, Título I, Capítulo II, Artigo 6º. *apud Ibid.*

³² “Como me sentia diferente no hemisfério meridional! Ali a alma se alegrava com a paixão crescente e vivia nela, todos os pensamentos se dirigiam a sua satisfação e nenhuma consideração moral dificultava os meios para alcançar esse fim. [...] O sol tropical, o calor abrasador da atmosfera, a disposição irritada do corpo ocasionam essa mudança de caráter; os alimentos e bebidas, as mordeduras de milhares de insetos envenenam o sangue e, quando ele volta assim misturado ao coração, nascem-lhes esses maus impulsos que são a herança do nosso sexo”. *Ibid.*, p.82.

³³ *Ibid.*, p.104.

³⁴ “Como não são possíveis atritos religiosos entre os protestantes de varias seitas, devido ao seu pequeno número, os ministros das confissões toleradas tomam a resolução ajuizada de se adaptar exteriormente o mais possível àquela que prepondera. [...] Um dia, na cerimônia do beija-mão, quando um pastor britânico em elegante sotaina subia a escadaria do Paço, um oficial da Marinha Brasileira, de pé junto a mim, disse-me com irônico sorriso: - Olhe o padre inglês! A única diferença que vejo entre ele e os nossos é que tem mulher própria, enquanto os nossos se arranjam com as filhas dos outros [...]”. *Ibid.*, 108.

³⁵ “[...] o brasileiro é completamente diferente do europeu, que se acha no mesmo grau na sociedade burguesa. Reúne todas as peculiaridades das diversas raças que o formaram. É contemplativo como o aborígene americano, vivo e ardoroso como o filho da África, apaixonado e imaginoso como seus irmãos ibéricos. Alheio de todo a muitas ideias familiares na Europa a qualquer criança é vasta sua ignorância em muitos assuntos se vive sob o férreo jugo da superstição; mas seus pensamentos são rápidos como o relâmpago e seu instinto de belo sempre seguro, de modo que sabe exprimir bem suas

era de que a miscigenação fora responsável pelo desenvolvimento da população, afirmando que “todas as grandes qualidades de seus antepassados nela concorrem”³⁶, sendo que “se forem bem desenvolvidas pela educação, devem produzir grandes poetas”³⁷.

Na medida em que relatava suas experiências na sociedade brasileira, também procurava demonstrar como a situação cotidiana dos soldados estrangeiros foi um fator de transformação. Era impossível “viver decentemente sem procurar um ganha-pão secundário”³⁸, logo “todo o caráter íntegro se revolta [levando a] trapanças sem fim, brigas mesquinhas a que estão expostos [...], renuncia a todas as comodidades que um europeu educado se acostumou [...] e o rude, ignóbil tratamento da parte dos oficiais superiores, tudo isso torna o serviço militar brasileiro tão horrível que, de bom grado, a gente lança mão de outros recursos para equilibrar a vida”³⁹. A responsabilidade por tais condições, e suas consequências, eram do Imperador, que agira contra os anseios do povo no momento em que reorganizou o exército com estrangeiros⁴⁰. A formação desses batalhões levou a que “o povo, tomado de excessiva vertigem de liberdade e jeitosamente trabalhando através da imprensa pelos agentes da facção republicana, mostrou em altas vozes o seu desagrado”⁴¹.

Em sua descrição das tropas estrangeiras, apresentou ainda um quadro de seu desenvolvimento e das condições a que eram submetidos os oficiais. Embora a primeira formação tenha oferecido condições favoráveis para o seu estabelecimento, já que “o soldo elevado e exemplos isolados de promoções extraordinárias incitavam as ambições e, em pouco, havia algumas centenas de homens”⁴², ela tinha sido composta não só pelos suíços já estabelecidos na colônia de Nova Friburgo, como por “vagabundos, marinheiros desertores, e operários sem trabalho”⁴³. Schlichthorst descreveu essa tropa como um “bando de vagabundos de todas as procedências”, desde ex-presidiários,

sensações numa língua simples, maleável e de singular harmonia. Paixões veementes agitam-lhe a alma”. *Ibid.*, p.152.

³⁶ *Ibid.*, p.156.

³⁷ *Ibid.*, p.152.

³⁸ O próprio Schlichthorst enquanto residiu em Botafogo passou a exercer o ofício de intérprete: “Pobre e doente, baldo de todos os recursos, fui obrigado a exercer o mísero ofício de intérprete, e a desonrar, com as mais baixas relações entre marujos, aduaneiros e mercadores, a língua de Camões, que aprendera com a finalidade muito diversa e que fora para mim fonte de prazeres deliciosos”. *Ibid.*, p.209

³⁹ *Ibid.*, 268.

⁴⁰ *Ibid.*, pp.235-6.

⁴¹ *Ibid.*

⁴² *Ibid.*, p.257.

⁴³ *Ibid.*

passando por ex-pasteleiros até sapateiros de várias nacionalidades⁴⁴. Seu comandante, o Coronel Bellard, que tinha desviado grande parte dos recursos para fins pessoais, fora responsável por uma tropa “mal fardada, sem disciplina e mal adestrada”⁴⁵.

Embora aparentemente melhores, os soldos foram insuficientes para quem residia no Rio de Janeiro, uma cidade em que “todas as utilidades vindas da Europa são extremamente caras”⁴⁶. Além disso, era impraticável manter os batalhões completos diante da “grande mortalidade em consequência do abuso [da] cachaça, que reina entre os alemães no Rio de Janeiro, e [das] frequentes deserções”⁴⁷.

Para o autor, essas condições eram consequência da “desordem reinante no Ministério da Guerra” e do “engano proposital” de Schäfer, que forçava os colonos recém-chegados ao Brasil a assentar praça no exército. Homens a quem o “aliciador” prometia uma graduação superior àquela que receberiam no território brasileiro, ou ainda colonos que abandonavam sua terra natal ao preço de quarenta mil réis, suposto valor da viagem entre a Europa e Brasil⁴⁸. Esses métodos irregulares não passaram despercebido na corte; a Imperatriz Leopoldina, respondendo a uma carta de um oficial alemão que havia se queixado de haver recebido posto inferior ao prometido, escreveu que “quer que Schäfer faça? Ele precisa mentir as vezes, para nos arranjar gente”⁴⁹. Essa situação gerou desigualdade entre os próprios estrangeiros, pois, ao chegar ao Brasil, aqueles que possuíam recursos conseguiam por meio de suborno comprar altas patentes⁵⁰, sendo “feito Capitão [...] quem não passava [...] de ex-sargento ou até de

⁴⁴ *Ibid.*, p.258.

⁴⁵ *Ibid.*, pp.257-8.

⁴⁶ “A primeira vista o soldo parecia elevado. Cada soldado raso recebia 10 vinténs por dia, que, depois dos descontos de rancho, peças miúdas de equipamento e outros, ficavam reduzidos a 2. O soldo dos oficiais igualava ao dos oficiais brasileiros. Um subalterno tinha por mês 17 mil réis, um Capitão 22 mil réis, um Major 33 mil réis e assim por diante, pouquíssimo num país onde todas as utilidades vindas da Europa são extraordinariamente caras. Mais tarde os soldos de todos os oficiais foram aumentados em 10 mil réis”. *Ibid.*, p.258. Mais adiante Schlichthorst descreveu de forma mais específica os gastos: “O soldo como já disse, era de 10 vinténs diários e dessa maneira dele pouco ficava. Faziam-se assim as contas: Pão .. .2 vinténs; Rancho .. .2 vinténs; Pequeno Equipamento.. 2 vinténs; Reserva .. .2 vinténs; Cantina .. .2 vinténs; Total .. .10 vinténs”. *Ibid.*, p.263.

Ele descreve como muitos oficiais chegavam ao Brasil sem dinheiro, sendo necessário muitas vezes pedir um adiantamento do futuro soldo, e “como este geralmente não chega, caem nas garras dos agiotas, que lhes adiantam o que tem de receber, cobrando juros de 10% ao mês”. *Ibid.*, p.266.

⁴⁷ “[...] teria sido impossível completar um único batalhão, se então não tivessem começado a chegar as remessas de gente angariada pelo Cavalheiro Von Schäfer, para aumentar os efetivos das tropas do Imperador”. *Ibid.*, p.259.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ “[...] pode me enfronhar no modo de vida do país e conhecer o sistema de suborno nele reinante, sabendo como sei que no Brasil tudo se arranja com dinheiro, poderia me encarregar de promover imediatamente a Coronel quem tivesse sido mero sargento, ou nem mesmo tivesse assentado praça, bastando-lhe aparência decente e alguns milhares de thalers para pagamento da patente. *Ibid.*, p.260.

aprendiz de alfaiate”⁵¹. Isso fez com que, em razão do grande número de oficiais graduados que chegavam, fossem criados novos batalhões antes mesmo que os anteriores se encontrassem completos⁵².

Outro problema constante nos batalhões estrangeiros referia-se à “massa”. Para que fosse assegurado um capital financeiro ao oficial depois de findo seu serviço no exército, uma parte do soldo recebido todo mês era destinada para a formação da “reserva ou massa”; valor aos poucos retido até completar o montante de oito mil réis. Entretanto, segundo Schlichthorst, os soldados nunca recebiam o total, ficando satisfeitos quando recebiam a metade. Além disso, para os desertores capturados parte da pena imposta era a de realizar seu trabalho sem remuneração até que completasse o valor dessa reserva, fazendo com muitos trabalhassem pela “massa” mesmo sabendo que não iriam recebê-la⁵³.

Outro excesso era a atribuição de responsabilidades de oficiais superiores aos subalternos por quantias insignificantes, e o desvio de verbas destinadas às despesas gerais das tropas. O dinheiro destinado à conservação das tropas nunca chegava ao seu objetivo, sendo desviado pelos oficiais superiores, fazendo com que, diversas vezes, só conseguissem arrumar “as espingardas à custa dos soldados”⁵⁴. Segundo Schlichthorst, a alimentação era pior que aquela servida aos escravos⁵⁵, o que levava muitos oficiais a trocarem o pão que ganhavam por cachaça, contribuindo assim para uma situação incontrolável de violência, fruto do alcoolismo e das punições por eles sofridas⁵⁶.

⁵¹ *Ibid.*

⁵² *Ibid.*, p.261. Depois da partida do Coronel Bellard para França - devido a conflitos com o Imperador -, os batalhões estrangeiros, compostos por alemães, estavam organizados da seguinte maneira: 2º Batalhão de Granadeiros de 1º Linha, sob o comando do Coronel Luiz dall’Hoste, aquartelados no mosteiro de São Bento; o 26º Batalhão de Caçadores de 1º Linha, sob ordens do Major Thiele, estacionados em Pernambuco; e o 27º Batalhão de Caçadores de 1º Linha, conduzido pelo Major Wood Yeathesm, no Rio de Janeiro. *Ibid.*, pp. 262-3.

⁵³ *Ibid.*, p.264.

⁵⁴ O desvio de dinheiro foi descrito utilizando-se de vários exemplos: “O general D. Francisco era consumado mestre em saber tirar essas vantagens. Não se contentando só em defraudar o governo o os soldados, fardou também grande parte dos oficiais de sua brigada que não podem pagar à vista o enxoval. Nesse fornecimento ganhou mais da metade do que recebeu”. *Ibid.*

⁵⁵ “O mais pobre escravo vive melhor, sem dúvida, do que o soldado estrangeiro no Brasil. Por 2 vinténs pode ter boa e gostosa refeição, enquanto esse tem de se contentar com uma sopa insulta e sem valor nutritivo, que só a fome pode fazer tragar”. *Ibid.*, p.265.

⁵⁶ “Sendo essa bebida barata e muitos vendendo até o pão para comprá-la em demasia, não é difícil imaginar os excessos a que diariamente se entregam. A consequência é uma pancadaria bárbara, sendo raro o dia em que não se apliquem castigos de 50, 100 e até 200 chibatadas, nas costas nuas dos infelizes, cujo vício é tão invencível que nem o pavor dos açoites impede satisfazê-lo novamente na primeira ocasião”. *Ibid.*

Essa relação tensa vivida pelos oficiais levava a muitos duelos e conflitos entre os próprios estrangeiros: “Os duelos andavam na ordem do dia, mas não só resolvidos a espada e pistola. Os punhos entravam freqüentemente em jogo e devo confessar que eram as armas mais próprias para um

Sua antiga inimizade com Schäfer e as ações que tomava frente às injustiças lhe acarretou sucessivos problemas. Um dos eventos que o prejudicou ocorreu ao ajudar um jovem, que chamou de Morris, a retornar para Hamburgo, convencendo o capitão da embarcação que sua passagem seria paga pelos pais ou então restituída por ele, caso isso não acontecesse. Isso enfureceu Schäfer, que foi “tirar satisfações” sobre o acontecido. De acordo com suas próprias palavras, o recrutador brasileiro “enfurecera-se com esse ato de humanidade, como eu o classificava, talvez por adivinhar o motivo secreto que o ditara e teve a petulância de ameaçar-me, com sua vingança, em minha própria casa. A consequência foi fazer eu uso ameno do meu direito doméstico, pondo-o para fora a ponta pés”⁵⁷. Por meio de “calúnias”, Schäfer conseguiu que outros oficiais do mesmo batalhão de Schlichthorst o atacassem “de surpresa em uma taverna”⁵⁸.

Depois desse incidente, ao recusar assinar uma “requisição redigida em nome de todos os oficiais [...] na qual se queixavam do modo indigno por que eram tratados pelo Major Freire de Andrade”⁵⁹, conseguiu outra inimizade, a do Coronel Luiz dall’Hoste, comandante do 2º Batalhão de Granadeiros⁶⁰. Em razão destes eventos e do seu aparente afastamento em relação aos outros estrangeiros fizeram com que pedisse demissão das forças armadas e retornasse a Europa.

Sua presença nas tropas estrangeiras durou cerca de dois anos, entre 1825 e 1826, e embora não tenha seguido em nenhuma campanha seu relato contém muitos detalhes sobre a situação difícil dos alemães que residiram no Rio de Janeiro. Contudo, o mais interessante em sua experiência foram os episódios marcantes que contribuíram para seu aprendizado, e que transformaram sua relação com a sociedade brasileira, levando-o a ultrapassar sua impressão inicial, fazendo-o rever sua estadia no país de forma a compreender, dentro dos limites de sua época, uma realidade a ele estranha.

corpo de oficiais, do qual desertara a verdadeira honra e no qual a inveja e a difamação haviam desde muito tempo rompido todos os laços de camaradagem, tratando cada um de construir sua felicidade à custa da destruição dos outros”. *Ibid.*, p.267.

⁵⁷ *Ibid.*, p.81.

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ *Ibid.*, p.268.

⁶⁰ Na imagem construída de Luiz dall’Hoste, Schlichthorst afirmou que: “matreiro como um italiano e desconfiado como um alemão, mostrava-se tão sensível em relação ao modo dos subalternos o tratarem quanto insensível ao tratamento indigno que lhe dessem os seus superiores. Os traços fundamentais de seu caráter eram o fanatismo, a mesquinha e a luxúria soez. Sua ilimitada estupidez o fazia ainda mais perigoso. Seus oficiais o apelidavam o Velho da Montanha. Os brasileiros, o Cavalo, em alusão depreciativa ao título de Cavaleiro, de que fazia grande alarme. Para o Imperador, freqüentemente era o Burro. Apesar de D. Pedro ser pródigo em epítetos, não dava este por favor a Luiz dall’Hoste, mais em reconhecimento de seus méritos reais”. *Ibid.*, p.269.

4.2 - Carl Seidler

Segundo tenente no 27º batalhão de caçadores, Carl Seidler serviu no corpo de estrangeiros durante 10 anos, período em que esteve envolvido nos conflitos da Cisplatina entre 1827 e 1828, retornando depois ao Rio de Janeiro onde permaneceu até a dissolução das tropas estrangeiras em 1830⁶¹. A partir de sua intensa experiência como militar, descreveu inúmeros dos problemas reinantes entre as forças armadas brasileiras, sobretudo nos batalhões de estrangeiros. Sua obra tem como cerne a apresentação das condições dos militares estrangeiros no Rio de Janeiro, e os confrontos durante a campanha na província Cisplatina; ainda assim, ela difere dos outros relatos por demonstrar de que forma as inúmeras iniquidades e condições insuportáveis transformavam a relação dos soldados estrangeiros com as tropas nacionais, fazendo com que a tensão beirasse patamares de conflito

No prefácio de sua obra ele definiu o tema central que seria trabalhado, como “a louca sofridão [sic] emigratória dos meus patrícios, ainda não atenuada”, falando tudo “quanto exatamente observei durante dez anos de minha permanência no Brasil e a seu serviço [...] como testemunha ocular favorecida pela minha posição, pelas minhas vastas relações pessoais na corte do Rio de Janeiro, pelas minhas muitas campanhas e viagens ao interior e às suas mais inacessíveis florestas”⁶².

O sofrimento dos soldados, e a penosa sobrevivência no interior das tropas alemãs, começavam em suas acomodações, “péssimas” e “inapropriadas” para se residir⁶³. O quartel do 2º batalhão de granadeiros alemães, antigo Mosteiro de São Bento, era um “local insalubre [...] onde reboavam [...] as cantorias profanas de soldados embriagados, que procuravam fazer esquecer em bacanais noturnas as penas do dia, as esperanças iludidas e a pátria distante”⁶⁴.

Condição que levou a instauração de um descontentamento geral entre os alemães, que em suas horas vagas tinham que lidar com a tensa relação com os oficiais brasileiros. Essa situação fica evidente quando de sua descrição do “assalto da guarda carioca”⁶⁵, quando dois alemães que se encontravam próximos à referida guarda foram mortos a facadas. Contudo, logo que o se noticiou o ocorrido, difundiu-se o boato de

⁶¹ Seidler, Carl, *op. cit.*

⁶² *Ibid.*, p.16.

⁶³ *Ibid.*, p.52.

⁶⁴ *Ibid.*, p.39.

⁶⁵ *Ibid.*, pp.51-2.

que eles haviam sido assassinados de forma traiçoeira pela guarda brasileira⁶⁶. Ao levarem os corpos dos soldados mortos para o quartel da Guarda Velha, onde se encontravam os soldados alemães, “como de costume bêbados”, instaurou-se um alvoroço em relação ao ocorrido:

“Imediatamente fez tocar a marcha geral e o batalhão entrou em forma armado [...] o tenente Prahl escolheu 40 homens maiores e mais fortes, homens já conhecidos pelo seu arrojado destemor e com essa elite avançou a toda a pressa contra a guarda carioca. Com forte hurrah [sic] começou o assalto, e os soldados brasileiros, sempre desprovidos de coragem, ao primeiro rumor fugiram todos (um sargento com doze soldados, para baixo das tarimbas, ou procuram escapar pelas janelas. Mas não havia pensar em fuga, o brilhante feito d’armas devia ser coroado de pleno êxito, a louca ambição de glória do bêbado devia ser saciada. Com verdadeiro furor sanguinário os alemães manejavam faca e baioneta, nenhuma das vítimas lhes escapou. Entrementes se propagava a revolta, queriam trucidar até o último homem. [...] Felizmente foram tomadas providências a tempo para por termo a desordem”⁶⁷.

A imagem negativa construída por Seidler em relação aos oficiais brasileiros, em que os atributos depreciativos eram predominantes (“desprovidos de coragem”), estabelece um estereótipo que lhe servia como argumento para descrever a tensa relação entre estrangeiros e nacionais. Para Seidler, a Guarda Permanente do Rio de Janeiro “além de formada pela ralé do povo”, também não servia para tornar a cidade mais segura, pois não passavam “de um bando autorizado de ladrões”⁶⁸.

Como Schlichthorst, acusou D. Pedro pelos problemas advindos do projeto de arregimentação de soldados estrangeiros⁶⁹. Embora relacionasse o Imperador à formação dos batalhões alemães, entendia que a existência de tais corpos advinha mais diretamente da presença da Imperatriz, uma vez que Leopoldina era austríaca. Tal entendimento fica mais claro após a morte da Imperatriz, pois, no momento em que surgiram os rumores que ela havia sido assassinada a mando do próprio marido, os batalhões alemães na cidade “pegaram em armas”, sendo que, segundo Seidler, “bastaria que um oficial fizesse um gesto e os soldados descontentes logo ter-se-iam sublevados”⁷⁰. Esse evento em particular aumentou “consideravelmente o ódio dos

⁶⁶ O 13º Batalhão de Caçadores brasileiros.

⁶⁷ *Ibid.*, p.51.

⁶⁸ *Ibid.*, p.62.

⁶⁹ Em sua construção da imagem do Imperador, Seidler apresentou aspectos que de forma positiva serviam para atacá-lo: “D. Pedro de natureza não era covarde; ele tinha sangue quente, impetuoso, espírito ousado, teimoso, tendências para déspota, era desconfiado, inconstante, freqüentemente o manifestando em atos e palavras, raramente cedendo... dotado de muita capacidade de julgamento e de espírito, mas de pouca acuidade intelectual [...]”. *Ibid.*, p.78.

⁷⁰ *Ibid.*, p.80.

naturais do país, já então profundamente radicado, contra todos os estrangeiros, notadamente contra a tropa alemã, a qual, segundo em toda parte se assegurava, não tivera o necessário animo, para vingar em sangue a morte da sua imperial patricia”⁷¹.

Para além dos problemas cotidianos no Rio de Janeiro, durante a campanha da Cisplatina as condições a que foram submetidos os soldados tornaram-se um martírio diário. Os combatentes recebiam severas punições físicas, ficavam meses sem receber seus soldos e viviam “sujos e em péssimas condições de saúde”⁷². Sofrimento que persistiu durante toda a campanha no sul, o que levou a deserções em massa. Na tentativa de evitar isso, eram presos todos os oficiais superiores cujos soldados sob seu comando tivessem desertado. Segundo Seidler, frente à situação, diversos soldados alemães se suicidaram “em nome de seu orgulho e honra”⁷³.

Com o passar dos meses aumentavam as insubordinações e as deserções entre os soldados alemães, inclusive o número de suicídios. Apesar das condições do oficialato brasileiro ser muitas vezes “semelhantemente humilhante”, eles não tiveram a mesma coragem que os alemães para se suicidar, preferindo “morrer vergonhosamente de fome, miséria e despotismo”⁷⁴. A situação de penúria e sofrimento seria tão grande que muitos soldados teriam se visto forçados a caçar os cães pela região para se alimentar⁷⁵.

Tal situação, somada à constante falta de munição e ao atraso dos pagamentos, teria sido responsável pela desmotivação das tropas brasileiras no sul⁷⁶. As condições, contudo, pioravam a cada dia⁷⁷, ao ponto de, em dezembro de 1828, o 27º batalhão de caçadores ter organizado uma sublevação para exigir condições melhores⁷⁸. Nesse evento, “com grande calma o batalhão repetia agora unânime a declaração de que nenhum dos soldados retomarás as armas sem que primeiro lhe paguem pelo menos dois ou três meses de soldo atrasado, a menos que fosse preciso defender a própria pele, ou

⁷¹ *Ibid.*, p.81.

⁷² “Oitocentas pancadas eram impiedosamente aplicadas a todo aquele que se afastasse por mais de 24 horas do seu quartel – castigo a que mui poucos sobreviveram. A par dessas grandes exigências, o soldo estava em atraso de muitos meses; fazia tempo que não se forneciam fardamentos, e não obstante os soldados haviam de andar tão limpos e bem equipados como nos campos de parada do Rio de Janeiro”. *Ibid.*, p.138.

⁷³ *Ibid.*, pp. 137-147.

⁷⁴ *Ibid.*, p.161.

⁷⁵ *Ibid.*, pp.161-3

⁷⁶ *Ibid.*.

⁷⁷ “[...] nas mais tristes condições e os soldados quase me declarada revolta reclamavam cada dia mais alto as roupas e o soldo devidos; as deserções, sobretudo nas milícias, cresciam tanto que nesse pequeno exército atingiam às vezes a 200 por mês; nem as ameaças da mais severa punição, nem as mais cínicas promessas de prêmios, conseguiam remediar a esse mal, dia a dia crescente”. *Ibid.*, p. 181.

⁷⁸ *Ibid.*, pp.199-202.

para arrombar as portas dos cofres da tesouraria”⁷⁹. A reivindicação foi parcialmente atendida pelas autoridades superiores, impedindo assim o estabelecimento de um conflito generalizado⁸⁰.

Ainda que, num primeiro momento, o levante tenha resultado a melhoria parcial da situação, os líderes do movimento, indicados por seus companheiros, foram de “forma traiçoeira levados para Porto Alegre sob as ordens do visconde e castigados brutalmente”, o que teria induzido novamente alemães ao suicídio ou à deserção do exército⁸¹. Seidler alegou que, no momento da revolta, os soldados alemães envolvidos apenas mostravam respeito a seus superiores, contrariamente ao general Lecor, que “traíçoeiramente puniu homens que apenas lutavam por seus direitos”⁸².

O autor descreveu as tropas alemãs como conscientes e corajosas, e comparou-as às tropas da Bahia e Pernambuco que, vítimas das mesmas condições, não tiveram coragem nem unidade para reivindicar seus direitos, elementos que marcavam sua “mentalidade escrava”. Essa ideia da “mentalidade escrava” estava diretamente associada à imagem que o autor fazia do serviço militar como forma de escravidão. Em certa ocasião, ao encontrar soldados dos batalhões estrangeiros dispensados do seu serviço no Rio de Janeiro, comparavam o término do serviço militar com um “retorno à liberdade”⁸³.

Tal característica, recorrente na obra de Seidler, entenda-se a associação de aspectos positivos aos alemães, contrariamente à visão negativa em relação aos brasileiros, retornou quando descreveu o levante que quase eclodiu no momento em que os soldados alemães aquartelados na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, receberam a notícia da dissolução das tropas estrangeiras, em 1830.

No cotidiano dos oficiais do quartel da Praia Vermelha era recorrente a falta de organização e a negligência das autoridades brasileiras, o que, para Seidler, juntamente

⁷⁹ *Ibid.*, p.199.

⁸⁰ “O receio do visconde crescia visivelmente, quanto mais as suas frases calmantes eram abafadas pela selvagem gritaria e por fim ele prometeu, trêmulo, que daria ordem urgente ao pagador que entregasse imediatamente ao quartel mestre do batalhão o soldo de dois meses”. *Ibid.*

⁸¹ *Ibid.*, p.200-1.

⁸² “Só no Brasil, uma terra sem disciplina e sem moral, sem lei e sem direito, a pátria da escravidão e da intriga, da cobardia e da astúcia, do ateísmo e do papalismo [sic], tais coisas são não só imagináveis, mas da mais clamorosa realidade. Quem quereria assim viver no seio de um povo, onde não se acha nem liberdade individual, nem inatacada [sic] segurança da propriedade?”. *Ibid.*, p.202.

⁸³ “Eram as primeiras tropas estrangeiras que haviam sido dispensadas depois da capitulação imposta pelo governo na sublevação ocorrida no Rio de Janeiro entre os batalhões estrangeiros; pareciam todos sentir-se imensamente felizes com a recuperação da liberdade, e declaravam unânimes que preferiam viver somente de farinha seca ou feijão preto a entrar novamente ao serviço militar do Brasil.” *Ibid.*, p.220.

com as péssimas condições de sobrevivência, levavam os soldados a uma generalizada entrega aos vícios “nocivos e venenosos, como o álcool e o tabaco”⁸⁴. No momento em que os soldados ouviram o decreto da câmara que colocava fim às tropas estrangeiras, surgiu no interior do Batalhão o “sentimento que D. Pedro os teria traído”. Essa atitude representava o desfecho das injustiças e falsas promessas feitas a eles⁸⁵. O sentimento de que haviam sido traídos, somado ao ódio frente aos brasileiros, levou a maioria dos soldados “a pegar suas armas e se preparar para um levante”. Ação que, segundo o autor, teria tido efeito se não fossem os oficiais portugueses que se negaram a participar⁸⁶.

A extinção dos batalhões estrangeiros, em 20 de dezembro de 1830, era consequência direta da tensa conjuntura vivida pelos alemães. Para Seidler, como para muitos dos alemães que ainda permaneceram nas forças armadas, a opinião pública, orientada por interesses políticos levava a Câmara dos Deputados a colocar um fim nas tropas.

Seidler termina sua obra defendendo a ideia de que o fim das tropas demonstrava não somente uma “atitude mesquinha” por parte da câmara, como também o ódio que os brasileiros tinham dos estrangeiros. Embora a revolta que se anunciou quando da extinção dos batalhões não tenha acontecido, aquele momento representava o ápice das sucessivas experiências negativas no relacionamento entre “nacionais” e estrangeiros, já que, como afirmou, “os brasileiros sempre nos haviam odiado sem motivo e nós não os estimávamos; aborrecimento, ódio nacional e um desgosto sopitado durante anos tinham afiado nossas espadas e baionetas; um entrevero por mais sanguinolento que fosse ter-nos-ia agradado”⁸⁷.

4.3 - Eduard T. Bosche

Aos 17 anos de idade Eduard Teodor Bosche partiu em direção a Hamburgo com o objetivo de viajar ao Brasil para tentar uma vida melhor. Como outros homens e mulheres que residiam nos territórios germânicos a imigração, com vistas a alcançar melhores condições de vida, era objetivo recorrente. Não era uma ação imprudente, pois boa parte deles tinha em mente as dificuldades que enfrentariam e sabiam que não seria fácil contornar os problemas. Independentemente do que iriam enfrentar, a promessa de

⁸⁴ *Ibid.*, pp.266-7.

⁸⁵ *Ibid.*, p.287.

⁸⁶ *Ibid.*, p.285.

⁸⁷ *Ibid.*

uma “vida livre e digna, muito diferente daquela que enfrentavam em seus Estados de origem” lhes traziam esperanças e incentivo para imigrar⁸⁸.

Bosche era de Hannover, cidade que foi descrita por Thomas Hodgskin, ex-oficial da marinha britânica que viajou pelos territórios germânicos, como destituída de qualquer atrativo visual, não possuindo nenhuma boa rua, e “no seu conjunto, a capital dos domínios de Sua Majestade Germânica pode, no que diz respeito aos edifícios, ser comparado a certas cidades provincianas com estética antiga de terceiro escalão da Grã-Bretanha”⁸⁹. Apesar disso, quando a comparou com outras cidades que encontrou em sua viagem, observou que havia “alguma coisa decente como fazendas, que são marcas da prosperidade, muito raramente vistas em qualquer parte do continente”⁹⁰. Nos anos finais da primeira década do século dezenove, quando Hodgskin esteve na cidade, ela contava com 20.000 habitantes, sendo a maior parte composta de indivíduos com escassas condições de subsistência. Para o oficial britânico, “não existe qualquer disposição legal em Hannover para [ajudar] os pobres”⁹¹, o que levava a presença frequente de mendigos nas ruas. A única ação realizada para diminuir a pobreza era a coleta e distribuição de fundos, insuficientes para resolver o problema da miséria. No período em que esteve na cidade, cerca de “300 pessoas, incluindo crianças [recebiam] ajuda ocasionalmente de fundos”⁹².

Bosche observou que “era impossível nesta época realizar na minha pátria o meu grande desejo de estudar, e assim pensava substituir pela experiência o que faltava sob o ponto de vista teórico”⁹³. Provavelmente, seu desejo fora o de muitos jovens, tendo em vista que em nenhuma vila do condado faltavam escolas e que na capital Hannover, como ressaltou Hodgskin, havia mais escolas que Igrejas⁹⁴. Assim, se as escolas tinham

⁸⁸ “O Congresso de Viena e a Santa Aliança restituíam à nobreza alemã seus antigos privilégios, causando profundo pesar nos corações e nas mentes de uma população campesina e aldeã, novamente espoliada pelo domínio dos grandes proprietários”. Siriani, Silvia Cristina Lambert, *op. cit.*, p.27.

⁸⁹ Tradução livre: “[...] on the whole, the capital of his Majesty’s German dominions may, in point of buildings, be compared to some old fashioned third rate provincial town of Great Britain”. Hodgskin, Thomas. *Travels in the North of Germany, describing the Present State of the Social and Political Institutions, the Agriculture, Manufactures, Commerce, Education, Arts and Manners in that Country, particularly in the Kingdom of Hannover*. Edinburgh: Archibald Constable, 1820, Vol. 1, p.65.

⁹⁰ Tradução livre: “[...] something like decent farm-houses, which are marks of prosperity very rarely seen in any part of the Continent [...]”, *Ibid.*

⁹¹ Tradução livre: “[...] there is no legal provision in Hannover for the poor”. Hodgskin, Thomas. *Travels in the North of Germany, describing the Present State of the Social and Political Institutions, the Agriculture, Manufactures, Commerce, Education, Arts and Manners in that Country, particularly in the Kingdom of Hannover*. Edinburgh: Archibald Constable, 1820, Vol. 2, p.45.

⁹² Tradução livre: “[...] 300 persons, including children, may receive occasional relief from the funds”. *Ibid.*

⁹³ Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, p.04.

⁹⁴ Hodgskin, Thomas, *op. cit.*, p.88.

tal difusão na região, e ele não podia estudar, é razoável supor que a condição financeira de sua família não fosse confortável⁹⁵.

Em dezembro de 1824, Bosche partiu para Hamburgo, onde encontrou a figura recorrente no projeto de arregimentação de tropas germânicas para o Brasil, o major Schäfer, que naquele momento não passava mais despercebido⁹⁶ uma vez que as péssimas condições das tropas compostas por alemães já eram veiculadas nos territórios germânicos. Na leitura da carta de um jovem que havia partido para o mesmo destino alguns anos antes, “a qual era pouco edificante”, Bosche percebeu pela primeira vez que suas esperanças podiam ser falsas⁹⁷.

Seu encontro com o “aliciador brasileiro” não foi descrito de forma tão diferente do que escreveram Seidler e Schlichthorst. “A expressão sombria e aborrecida dos traços do velho aliciador de tropas combinava bem com os seus olhos pardos, espreitadores e agudos, dando-lhe ainda a calvície ao todo um aspecto hostil e inquietador”⁹⁸. Seu alistamento como “cadete de cavalaria” foi realizado diretamente com ele, recebendo “um documento” no qual se comprometia a servir no exército do Brasil durante três anos.

Bosche partiu com outros homens e colonos na embarcação *Wilhelmine*, sendo na sua maioria, segundo sua descrição, uma “corja, cujos trapos não escondiam suficientemente a nudez, gente de modos grosseiros e de uma brutalidade animal”. Sua necessidade de se destacar daqueles que seguiam para o mesmo destino ficou evidente quando declarou ciência de que essa “corja” era “composta de criminosos [...] que Schäfer escolhera para cidadãos de sua nova pátria”⁹⁹.

O navio chegou ao porto do Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1825, trazendo famílias de colonos que ficaram no depósito da Armação na Praia Grande, sendo

⁹⁵ Também é possível supor que ele se referiu ao estudo superior, seu desejo de fazer uma universidade.

⁹⁶ Vale lembrar que o projeto de arregimentação de homens para as forças armadas no Brasil remonta à formação do corpo de estrangeiros em 1823. Desde aquele ano, Schäfer, com a ajuda de Von Ewald e Otto Heise, realizavam o engajamento de homens nos territórios germânicos. Como consequência dessa prática, proibida em diversos Estados europeus de acordo com os tratados estabelecidos no congresso de Viena, em janeiro de 1825 um mandado de captura e prisão foi emitido para Otto Heise pela Real Chancelaria da Justiça Britânico-Hanoveriana. Flores, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*, EDIPUCRS, 3ª. Ed. 2001.

⁹⁷ A sua irmã insistiu para que ele não partisse, dizendo que era “preferível permanecer na Europa nas piores condições a ir de encontro a uma desgraça inevitável”. Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, p.05.

⁹⁸ *Ibid.*, p.06.

⁹⁹ “Eram cerca de cinquenta famílias de colonos, na maior parte de Hesse-Darmstadt, seiscentos e cinquenta soldados e cento e sessenta criminosos de Mecklemburgo”. *Ibid.*, pp.07-13.

posteriormente enviadas para a colônia de São Leopoldo¹⁰⁰, enquanto os homens eram destinados ao corpo de estrangeiros do exército brasileiro. Eles foram destacados para o Mosteiro dos Beneditinos, então quartel do 2º Batalhão de granadeiros alemães. A decepção de Bosche veio na qualificação do cargo, pois, diferentemente do que fora combinado (“cadete da cavalaria”), ele acabou como granadeiro no dito Batalhão¹⁰¹.

Sua primeira impressão do Rio de Janeiro não foi de modo algum positiva, e teve provavelmente forte influência no teor da descrição de sua estadia. O clima com “o calor sufocante, sobretudo nas partes da cidade afastadas do porto [...] o [cheiro] fétido na maior parte das ruas estreitas, onde se putrefazem impertubavelmente cadáveres de animais, o lixo e toda sorte de imundície em recipientes que não são hermeticamente fechados”, afetaram “desagradavelmente os sentidos da vista e do olfato”¹⁰². O impacto da chegada fica evidente em seu relato das fisionomias “repugnantes de todas as cores, desfiguradas por moléstias asquerosas e paixões selvagens”. Para ele, tal situação fez com que muitos dos europeus, recém-chegado ao Brasil, terminassem por implorar “a caridade dos seus semelhantes ao redor das igrejas e nas praças publicas”, tornando-se “seres esqueléticos afligidos de moléstias vergonhosas, verdadeiras larvas humanas despertando o horror e o asco”¹⁰³.

Da mesma forma que Schlichthorst¹⁰⁴, Bosche destacava a degradação dos alemães e estrangeiros em decorrência de sua interação com o meio. Essa deterioração do soldado alemão era fruto também da indisciplina e dos castigos corporais do exército, aspecto recorrente no livro de Seidler¹⁰⁵.

Enquanto esteve no mosteiro dos Beneditinos, foi testemunha dos inúmeros problemas pelos quais passava a organização militar. Era constante o alcoolismo entre os soldados, resultado do “sistema de revoltantes castigos corporais, cuja atrocidade é difícil ter ideia. Sem abrir inquérito somente com a denuncia odienta de um superior, o

¹⁰⁰ Para maiores informações sobre a Colônia de São Leopoldo ver: Tramontini, M. J. *A Colônia de São Leopoldo: a organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824-1850)*, Tese de Doutorado apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, Brasil. 1997.

¹⁰¹ “Existiam para os estrangeiros, em geral, unicamente duas armas em que podiam colher louros, granadeiros e caçadores [...] e não obstante ao meus solenes protestos, feitos em francês junto a monsenhor Miranda e perante o Ministro da Guerra e nos quais reclamava com toda energia contra estas violências, fui incorporado como cabo entre os granadeiros”. Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, 23.

¹⁰² *Ibid.*, pp.109-10. Para uma análise mais detalhada sobre a questão que envolve a percepção de impressão da higiene, odores e a alteridade durante esse período ver: Lima, Tania Andrade. *Humores e Odores: Ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX*. In: *História, Ciências, Saúde. Maguinhos II* (3), Rio de Janeiro, pp.44-96, Nov.1995-Fev. 1996.

¹⁰³ *Ibid.*

¹⁰⁴ Schlichthorst, Carl, *op. cit.*, p.68.

¹⁰⁵ *Ibid.*, pp.161-3.

infeliz soldado era sujeito pelos seus algozes ao castigo bárbaro de cem vergastadas, ao qual muitas vezes sucumbia. Muitos de boas famílias, que tinham sentimentos de honra, depois de tratos tão desumanos, desciam de degrau em degrau, entregando-se ao uso de bebidas alcoólicas, apresando assim o seu fim. Outros suicidavam-se”¹⁰⁶.

Tanto o 27º batalhão de caçadores, quanto o 3º de granadeiros, foram completados naquele ano com a chegada da tripulação dos navios Ikranich, Triton, Cardine e Wilhelmine. Inserido no batalhão de granadeiros, Boshe ficou sob o comando do major Von Ewald e, em maio, “os soldados destinados a este batalhão foram embarcados para a fortaleza da Praia Vermelha, a uma hora do Rio de Janeiro e na entrada do porto”.

Sob o comando de Eduard Von Ewald, o 3º batalhão de granadeiros continuou sofrendo os recorrentes problemas de insubordinação e os castigos corporais. Além disso, o cotidiano no Quartel da Praia Vermelha foi o pior possível, suas péssimas condições, com infiltrações e infra-estrutura inadequada para os soldados, somadas aos inúmeros problemas com insetos e outras pragas, marcaram sua estadia¹⁰⁷. Sua vida só melhorou quando foi indicado por Lilienhock, capitão engenheiro militar, para ajudá-lo a levantar a planta de São Cristovão¹⁰⁸.

A situação do batalhão melhorou um pouco com sua transferência, em 1825, para a Guarda Velha, “edifício [que] achava-se em frente do convento de Santo Antonio” e de “aparência miserável”, mas onde “não existiam camas, dormindo as praças no chão sobre uma miserável esteira”¹⁰⁹. Os soldados, contudo, “se julgaram felizes por terem deixado a Praia Vermelha, pouco se importando com as péssimas instalações”. A partir daquele momento, Bosche nomeado cabo, e com um quarto individual, gozou da “vantagem trazida pela nova dignidade”.

¹⁰⁶ Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, pp.23-4.

¹⁰⁷ “A vida no Rio de Janeiro já era bastante triste para o soldado; aqui porém quase insuportável. Tudo se reunia aqui para aumentar as misérias da vida dos soldados. [...] mosquitos [...] bichos de pé [...] escorpiões e escolopendras, as doenças, a fome, os tratos desumanos dos chefes [...] Muitos suicidavam-se [...] O mau estado do telhado não os abrigava da chuva e dos ventos tempestuosos, que penetravam no edifício por todos os lados, afastando qualquer ideia de repouso e produzindo entre os soldados verdadeiros acessos de desespero [...] Assim seguiam-se os dias”. *Ibid.*, p.30.

¹⁰⁸ “Nunca houve ordem executada com tanta alegria. A vida miserável da Praia Vermelha tinha me feito adoecer, não obstante a minha forte constituição, e estava eu começando a convalescer quando chegou a notícia. Passei seis felizes semanas com aquele honrado sueco, livre do tormento daquela vida de escravo”. *Ibid.*, pp.38-9.

¹⁰⁹ *Ibid.*, pp.41-2.

Mesmo com as “melhorias”, o baixo soldo¹¹⁰ e a falta de controle pelo major Von Ewald, que “passava todo o tempo com sua amante, e muitas vezes não era visto durante toda semana”, levava “constantemente [a] excessos de toda a espécie e desordens continuas”. Os soldados tinham freqüentemente que ganhar dinheiro nas suas horas vagas, trabalhando como artesãos ou em outros ofícios¹¹¹.

A situação tornou-se melhor com a nomeação do coronel William Cotter para o comando. Ele procurou corrigir os oficiais que tinham má conduta, “enviando alguns para a fortaleza e expulsando outros”, e regulamentou o sistema de castigos corporais, logo “o sistema de pancadas foi abolido, dominando a lei, em lugar da arbitrariedade prepotente”. Os soldos voltaram a ser pagos de forma adequada, “entregaram aos soldados os uniformes, o que nunca tinham pensado fazer durante a administração de Ewald”. Cotter instituiu uma “severa disciplina, sendo toda a insubordinação ou falta no serviço punida com extrema severidade”, sendo “demitidos seis ou oito alemães” que passaram a vagar “pelas ruas do Rio de Janeiro com os seus uniformes andrajosos, que eram contudo a única roupa que possuíam”¹¹².

As denúncias de Bosche e a ação de Cotter para resolver as exigências dos soldados demonstram a dificuldade que havia em se centralizar o controle militar, o que ficava evidente tanto na má fiscalização em relação ao pagamento dos soldos e à aos gastos necessários para a aquisição de bens fundamentais (exemplificado pela constante falta de uniforme), quanto na incoerência das autoridades no que se referia à aplicação de punições¹¹³.

Outro problema recorrente pelo qual passavam os alemães, sua maior parte cristãos protestantes, era a contínua imposição das práticas católicas e o sofrimento de discriminação religiosa. A própria escolha de alemães para o projeto de formação de colônias agro-militares era constantemente questionado com base na incompatibilidade de protestantes numa nação católica¹¹⁴.

¹¹⁰ Novamente o desvio da Massa dos oficiais é apresentado como fator que leva ao descontentamento geral: “Aplicava o dinheiro do batalhão em fins, para os quais não era destinado, sendo igualmente esbanjadas de modo inaudito, as quantias retiradas aos soldados sob a rubrica – Massa –. Reclamava em vão as praças a sua propriedade, da qual tinham sido despojadas de modo indigno”. *Ibid.*, p.45. Schlichthorst denuncia o mesmo problema. Schlichthorst, Carl, *op. cit.*, pp.60-66.

¹¹¹ Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, pp.41-2.

¹¹² *Ibid.*, pp.45-6.

¹¹³ Após a partida de Cotter para a Irlanda em fins de 1827 o comando do 3º batalhão de caçadores alemães passou para o Coronel Antonio Elisiário de Miranda e Brito.

¹¹⁴ Seyferth, Girakda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: Fausto, Boris (Org.) *Fazer a América. A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp - Fundação Memorial da América Latina, 1999, p.278.

Em 1827, quando foi nomeado comandante do posto da Carioca, Bosche foi vítima direta desse cotidiano de tensão e conflito religioso¹¹⁵. Diante de uma procissão religiosa que passava, ele e os oficiais sob seu comando se recusaram a prestar reverência, ajoelhando-se. Ao exigirem que ele “observasse o cerimonial prescrito como era de uso no exercito brasileiros”, o comandante respondeu que “não somente a religião, na qual fora educado, como meus princípios se opunham igualmente a que obedecesse as suas ordens, acrescentando que em hipótese alguma me sujeitaria a esta imposição”¹¹⁶.

Em consequência de sua atitude perdeu o comando do posto e foi preso. Durante o período em que permaneceu encarcerado, escreveu para as autoridades superiores, reclamando do acontecido, da “ilegalidade de minha prisão”, e acusando o major de ronda que o obrigara a prestar veneração. Enviou ao Imperador uma carta, contando das “condições de seu alistamento [...] como cadete na cavalaria brasileira, e que, depois de três anos servindo, dependia de sua vontade escolher se ia se manter no serviço militar, ou estabelecer-se em uma das colônias que escolhesse. Explicou que o governo brasileiro não havia cumprido nenhuma das exigências”. Na mesma missiva criticou o desrespeito pelos artigos da constituição que garantiam respeito ao exercício livre da religião e liberdade de pensamento, afirmando que “não reconhecem leis nem tão pouco ordens humanas”¹¹⁷. Em decorrência de suas reclamações, já que foi libertado logo depois, ou em vista da condição de outros soldados que também padeciam de discriminação religiosa, um pastor protestante recebeu ordens para pregar aos soldados alemães no interior dos quartéis¹¹⁸.

Essa, contudo, não seria o último acontecimento decorrente da problemática política de inserção militar de estrangeiros no Rio de Janeiro. Antes de conseguir sua licença do exército, em 22 de abril de 1829, vivenciou de perto os conflitos em que se envolveram os batalhões estrangeiros em junho de 1828.

Bosche terminou o serviço militar como secretário auditor do exército, apesar de receber uma proposta para continuar a servir como secretário efetivo com soldo de

¹¹⁵ Mesmo antes de 1827, durante o comando de Ewald na Praia Vermelha, o Batalhão sofria com as constantes imposições de práticas católicas: “Pela manhã um padre brasileiro dizia a missa, e os batalhões alemães compostos quase exclusivamente de protestantes eram obrigados a tomar parte neta cerimônia do culto católico. Revoltava tal abuso [...] E longe de protestar contra tais violências feitas á consciência, o comandante, com um servilismo abjeto, não se pejava de prestar homenagem a um culto estranho”. Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, p.31.

¹¹⁶ *Ibid.*, p.50.

¹¹⁷ *Ibid.*, pp.50-4

¹¹⁸ *Ibid.*

primeiro tenente, decidiu desistir da carreira, pois “quando no Brasil, com amor ao trabalho e conhecimento da língua, se ganha a vida mais largamente e de um modo mais digno que seguindo a carreira militar”¹¹⁹. Viajou para o sul, para a colônia de São Leopoldo, onde residiu até outubro de 1830, quando retornou ao Rio de Janeiro. Trabalhou na cidade com o “cônsul geral” e para “uma casa francesa” em que era responsável pela correspondência portuguesa. Em 1832 viajou a Pernambuco e à Bahia, retornando em 1833 quando adoeceu gravemente. Nessa época, “depois de ter estado á beira do tumulto” decidiu retornar a sua terra natal. Em 1º março de 1834, partiu para Hamburgo, aonde chegou em 14 de junho, retornando a Hannover no mesmo mês. Dois anos depois publicou seu livro sobre as experiências no Brasil em Hamburgo pelos editores Hoffmann e Lampe.

A apreensão da trajetória de Bosche, através da leitura do seu relato de permanência no Brasil, tal como a dos outros soldados alemães, permite entender melhor a situação dos estrangeiros no cotidiano da capital do Império, principalmente daqueles que serviram, ou que deveriam servir, no exército. Desta maneira, possibilitam compreender melhor o movimento que estourou em junho de 1828.

¹¹⁹ *Ibid.*, p.83.

Capítulo 5. Tensão e evento: a revolta dos mercenários

5.1 - A explosão da insatisfação

Em maio de 1828, o dia-a-dia dos batalhões formados por alemães no Rio de Janeiro tornava-se cada vez mais tenso, e as reclamações e reivindicações multiplicavam-se. Em março daquele ano, com a conquista dos imigrantes irlandeses de condições superiores, para se alistar nas forças armadas, àquelas dos outros estrangeiros¹, a presença constante de injustiças e iniquidades, tanto físicas como monetárias, tornaram-se intoleráveis para as tropas germânicas.

O contraste foi mais evidente no 3º batalhão de granadeiros aquartelado no Campo da Aclamação², para onde havia sido enviada a maior parte dos irlandeses arregimentados. No transcorrer de suas atividades cotidianas, esses soldados tiveram que conviver com diferenças que tornavam mais árduo suportar as condições a que eram submetidos. Tanto em relação à ração dobrada, quanto ao soldo recebido, quase duas vezes o montante pago aos alemães, os irlandeses tinham angariado vantagens há muito tempo cobiçadas pelos demais soldados. Além disso, eles não eram submetidos a castigos corporais, bem como não sofriam os descontos da Caixa Geral, a conhecida “massa”, a respeito da qual havia inúmeras reclamações de desvio financeiro³.

Eduard Teodor Bosche, oficial do 2º batalhão, ficou espantado ao saber que eles haviam recebido “exatamente o soldo atrasado, desde que tinham sido alistados na Irlanda”, sendo que os demais benefícios que gozavam “deviam naturalmente despertar a indignação dos alemães, que viam as suas reclamações desatendidas e os seus direitos postergados”⁴.

Em 24 de março, o Comandante das Armas na Corte, o Conde do Rio Pardo, percebendo que a situação poderia se tornar incontrolável, enviou ofício para o Ministro da Guerra, Bento Barroso Pereira, informando-o de que “tendo sido freqüentes e

¹ Graças à ação do embaixador britânico na cidade Sir. Robert Gordon. Sobre a resistência dos colonos irlandeses e a conquista dos direitos prometidos na Irlanda. Para mais detalhes ver o capítulo 3.2 - Resistência na cidade imperial. A documentação referente às interferências de Robert Gordon se encontra no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Lata 284,3,3. Rio de Janeiro, RJ. *apud* Lemos, Juvêncio Saldanha. *op. cit.*, p.287.

² Vale lembrar que o Campo da Aclamação tinha recebido essa denominação somente em 1822, após a independência, antes, e ainda continuamente, era chamado de Campo de Santana devido à sua localização na freguesia de Santana.

³ Testemunha Ocular, Uma. *op. cit.*, p.289. Sobre o problema da massa, Ver: Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, pp.41-2; Schlichthorst, Carl. *op. cit.*, pp.60-66; Seidler, Carl. *op. cit.*, pp.166-174.

⁴ Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.54.

repetidas as representações que tem sido feito grande número dos Alemães que se acham nos Corpos d'Estrangeiros, pedindo uma capitulação muito principalmente depois que se deu aos Irlandeses”⁵. A dita capitulação exigida pelos soldados não passava de um contrato que determinasse o tempo de serviço que ainda tinham que prestar antes de poderem partir para as colônias, ou solicitarem baixa para o fim que desejassem. Até aquele momento, depois de anos de serviço, o contrato firmado com Schäfer na Europa não havia sido ratificado no Brasil, pior, enquanto alguns imigraram na promessa de “servirem três anos, outros em declaração, ou [sem] ajuste algum”, existiam aqueles que declararam que “foram tirados de casa a força de Mecklenburg”⁶.

O Grão Ducado de Mecklenburg-Schwerin foi uma das primeiras regiões em que Schäfer e seus agentes, Von Ewald e Otto Heise, agiram para angariar tropas para o Brasil. Dessa região, entre 1824 e 1825, foram degredados das Casas de Correção de Güstrow, Dömitz e Bützow em torno de 178 imigrantes, inclusive famílias⁷. O uso de tortura para a confissão dos crimes e a influência das aristocracias locais sobre os magistrados serviam como instrumento coercitivo para o controle populacional nos territórios alemães⁸.

No mesmo ofício enviado ao Ministro da Guerra, o Conde do Rio Pardo “a vista destes dados” enviou um modelo de contrato de serviço militar para que fosse dado seu parecer. A medida tinha urgência, “por me parecer não só justiça, mas até necessidade que se tomasse uma medida definitiva e fixa sobre este assunto”⁹. Pereira Valente sabia

⁵ FBN. Seção de Manuscritos. II – 34, 16, 50 (1828), Doc. 02.

⁶ *Ibid.*

⁷ Mühlen, Caroline von. “Quem quiser viver mais uma vez feliz deve viajar para o Brasil”. A trajetória dos degredados de Mecklenburg no Rio Grande do Sul. In: *VI Mostra de Pesquisa. Produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2008, pp. 156-169.

⁸ Hodgskin, Thomas. *op. cit.*, Vol. 2, pp.20-35. O autor enumera uma gama de crimes passíveis de tortura e prisão, como o roubo de vacas, e de morte, caso do infanticídio. No momento histórico em que a população pobre aumentava em número, e a aristocracia alemã retomava suas posses após o período napoleônico, é mais do que plausível supor de que pelo menos parte desses emigrados degredados se enquadrasse nessa situação. Dado importante para compreendermos essa conjuntura é que entre 1817 e 1818 das 525 pessoas presas no condado de Hannover, região com melhores condições de subsistência se comparada com o Grão Ducado de Mecklenburg-Schwerin, 402 foram presas por roubo. Os outros dois crimes mais recorrentes eram o de trapaça (cheating) e embriaguês, cada um com 29 casos. *Ibid.*, p.31.

Hodgskin observou também a necessidade de “ao mesmo tempo em que a tortura fosse abolida, algumas alterações dizem terem sido feitas de modo a conduzir os processos penais”. Advertiu também que não era algo estranho que pessoas pudessem ser “tirados a força de sua casa”, se houvesse acusação, por menor que fosse o motivo, “todas as circunstâncias que justifica uma inquisição especial justifica a detenção do suspeito”. Tradução livre: “[...] at the same time that the torture was abolished, some alterations were also said to have been made in mode of conducting criminal processes [...] all the circumstances which justify special inquisition justify the arrest of the suspected person”. *Ibid.*, p.25-6.

⁹ FBN. II – 34, 16, 50 (1828), Doc. 02v.

da premência da questão, pois lidava diretamente com as exigências dos soldados. Assim, em sua proposta enviada para Barroso Pereira, viu a necessidade de “marcar o prazo de quatro” anos para aqueles que vieram para servir três; dar um “acréscimo da Gratificação de quarenta reis diária concedida por Decreto de vinte sete de janeiro de 1825 aos Voluntários que findassem o seu tempo”; e que “todos os outros Alemães assinto [sic] deve-se marcar o espaço de seis anos, por não parecer de justiça que os tirados da Casa a força d’Mecklenburg sejam mais favorecidos do que os outros, que estando no gozo de sua liberdade procurarão voluntariamente o serviço deste Império”¹⁰.

Mesmo que não representasse uma equiparação com a condição dos irlandeses, a efetivação de um contrato, regulamentando o tempo de serviço dos soldados alemães, provavelmente representou para as tropas um alívio diante das angústias diárias. No entanto, o problema frequente da falta de controle na aplicação das penalidades militares ainda perdurava. Desde 1763, os *Artigos de Guerra do Conde de Lippe*, que regiam a legislação militar brasileira, continham em suas regulamentações uma série de normas que previam desde trabalhos forçados, prisões, até castigos corporais, sendo que os últimos, em geral, eram realizados por meio de pranchadas, um golpe feito com a prancha (lado mais largo) da espada. Por abrir espaço para interpretações e modificações por parte dos oficiais superiores, gerando uma extrema personalização em sua aplicação, o código militar do conde de Lippe era considerado extremamente injusto¹¹.

Naquela altura, por ocasião de uma das reivindicações realizadas no quartel da Praia Vermelha, quando soldados do 28º batalhão reclamavam do desvio de soldo na massa, o Major Benedicto Thiola mandou aplicar “25 a 50 chibatadas aos que reclamavam”, “perguntando-lhes depois se já tinham recebido bastante massa!”¹². Nesse evento, um dos condenados “em altas vozes, ameaçou matá-lo na primeira oportunidade”, gerando um tumulto que só foi resolvido com a intervenção do Coronel

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ Segundo o relato da Testemunha Ocular o código, apesar dos dispositivos excelentes que tinha, era insuficiente em certos casos, dando origem a modificações verdadeiramente despóticas. “[...] não se havia estipulado castigos mínimos e máximos para os delitos restantes, especialmente pelos de insubordinação, de forma que o conselho de guerra, sem amparo em lei, decidia despoticamente e essa decisão era muitas vezes reformada pelo conselho supremo que em seu recurso modificava a pena, de sorte que de um criminoso, pelo primeiro condenado à morte, era a pena, pelo segundo, modificada para um ano de prisão”. Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.176. Sobre o código de Lippe ver: Cidade, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

¹² Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.291.

McGregor. Como resultado, alguns alemães “fizeram representações no intuito de se agir dentro do direito e da equidade, obtendo a [irônica] resposta costumeira” para que tivessem paciência¹³.

Pouco tempo depois, arbitrariedade semelhante voltou a ocorrer com um oficial do 2º batalhão de granadeiros. No dia 4 de junho, após o toque de recolher das tropas, um soldado alemão, que fora escolhido pelo capitão do Imperial Corpo de Engenheiros para ajudá-lo com a construção do novo pavimento do Palácio de São Cristovão, encontrava-se em uma venda provavelmente descansando depois do dia de trabalho¹⁴. Esse oficial deveria saber que esse tipo de promoção poderia significar dias melhores para ele e sua família¹⁵. Um oficial brasileiro, achando-o na venda, questionou sobre o horário em que se encontrava na rua e do porque não o tinha saudado. Quando isso ocorreu já havia passado das 9 horas da noite, e o oficial, alferes de ronda em São Cristovão, por não ter compreendido o que o alemão lhe havia dito, ou em resposta ao desaforo da continência negada, decidiu levar o caso até o major do batalhão responsável.

Nos dias seguintes, o estrangeiro declarou diversas vezes que estava dispensado de seguir o toque de recolher por ordens de seu superior e que não tinha desrespeitado o soldado brasileiro, já que depois do pôr-do-sol a continência era desnecessária. O major Pedro Francisco Guerreiro Drago, contudo, mandou prender o alemão, condenando-o sob as ordens do comandante do batalhão, o coronel Luiz Dell’ Hoste, à pena de 25 chibatadas¹⁶ a serem aplicadas na manhã da segunda-feira. Com o passar dos dias, a notícia da nova injustiça se espalhou entre os estrangeiros, principalmente entre aqueles dos batalhões aquartelados em São Cristovão e no Campo da Aclamação.

No dia 9, na hora em que o castigo seria aplicado, “como um relâmpago nos outros batalhões, e grande número de soldados, principalmente irlandeses, reuniram-se

¹³ *Ibid.*

¹⁴ Embora diversas fontes relatem a prisão e condenação do soldado, os dados utilizados aqui foram compilados em: Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.291; Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, pp.58-60; FBN. Seção Periódicos em Microfilme, *Astrea*, PR-SOR 298-304 [1], Rio de Janeiro, RJ, nº297, 26/06/28, pp.1229-30; FBN. Seção Periódicos em Microfilme, *O Censor Brasileiro* In: Rio de Janeiro, jornais diversos 1827-1828. PR-SOR 00256 [1-4], Rio de Janeiro, RJ, nº21, 20/06/28, pp.01-2; FBN. Seção de Manuscritos. II – 34, 16, 19 (Antigo II – 33, 28, 52) MS 512 (80) doc.1613, *Esboço fiel dos acontecimentos dos dias 9, 10, 11 e 12 de Junho de 1828*; Lemos, Juvêncio Saldanha. *op. cit.*, pp.330-333.

¹⁵ Bosche também tinha sido escolhido para serviço similar e escreveu que “nunca houve ordem executada com tanta alegria”. Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.38.

¹⁶ Algumas fontes alegam que ele foi condenado a Chibatadas e outras a Pranchadas.

no pátio do quartel”¹⁷. O soldado protestou, alegando insistentemente que não deveria receber tal punição, e aos gritos afirmava ter servido “dedicadamente ao imperador três anos e seis meses e nunca durante este tempo [havia sofrido] castigo algum”¹⁸. Continuou dizendo que “este crime (se isto realmente pode ser considerado um crime) não é daqueles que justifiquem uma punição tão bárbara”, assim pediu para ser julgado por “um conselho de guerra imparcial”. Recusando-se obstinadamente a retirar a roupa para sofrer o castigo, dizia que nunca sujeitaria seu “corpo voluntariamente a um castigo tão cruel”.

Às 8 horas da manhã, o francês Pierre Joseph Pezerat, capitão dos engenheiros e responsável pelo oficial que estava sendo punido, ouviu o apelo de uma mulher na porta de sua casa para que “não deixasse expirar o seu cunhado sob as bastonadas”¹⁹. No quartel de São Cristovão, o soldado que se recusava a retirar as roupas fora “agarrado, despido, amarrado, e condenado ao quádruplo da dose”²⁰. Para “grande susto e indignação dos espectadores”, ele foi amarrado “ao local numa cruz de madeira”²¹. Durante o desfecho das “bastonadas”, a tropa de soldados estrangeiros que assistia à punição se manifestava “perfilada a bater no chão com o couro das espingardas”, fazendo com que mais soldados se manifestassem diante da “tortura”²².

Um capitão do mesmo batalhão do soldado insistiu para que o major Drago terminasse o corretivo antes que o homem percesse, todavia, ele continuou até a chegada de Pezerat. O capitão dos engenheiros dirigiu “polidamente”, mas “não sem emoção algumas palavras, pedindo-lhe que diminuísse o número das bastonadas infringidas [sic] no castigo”. Atendendo seu pedido, dirigiu-lhe a palavra “em tom irônico” dizendo que “agora seu camarada está perdoado”²³.

Ao se retirar do quartel, Pezerat encontrou o alferes que tinha levado a reclamação ao major Drago e “lhe disse com vivacidade” se realmente fora necessária tão severa condenação, afirmando que “ele não tinha previsto as consequências de um castigo infligido por tal delito”²⁴. Diante daquela cena, no momento em que os soldados já se recolhiam, o major gritando exigiu que Pezerat fosse embora. Poucos momentos depois da partida do francês, parte dos soldados que tinha assistido o acontecido se

¹⁷ Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.291.

¹⁸ Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.58.

¹⁹ FBN. *Astrea*, nº297, 26/06/28, pp.1229-30.

²⁰ FBN. *O Censor Brasileiro*, nº21, 20/06/28, pp.01-2.

²¹ Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.291.

²² FBN. *Aurora Fluminense*, nº120, 21/11/28, pp.498-500

²³ FBN. *Astrea*, nº297, 26/06/28, pp.1229-30.

²⁴ *Ibid.*

rebelou contra o major, e “estrugiu o grito de matem o cão português, e o major fugiu rapidamente para o seu quarto, seguido por grande número de soldados, e, pulando de uma janela, conseguiu escapar de seus perseguidores”²⁵. “Ouviram-se um retumbante hurrah! e gritos de “abaixo o tirano! morra! morra”²⁶.

Fugindo disfarçado pela janela de seu quarto²⁷, o major foi imediatamente para o quartel então sob comando do Conde do Rio Pardo, onde o avisou “que o Batalhão tinha insubordinado servindo-lhe de pretexto o castigo que ele mandara fazer a um soldado [a] quem o coronel ordenou se dessem cem chibatadas”, isso somente “depois de haver procedido ao competente conselho de investigação”²⁸. Além de atribuir a condenação diretamente ao comandante do batalhão, Luiz Dell’ Hoste, explicou que tinha aumentado o número de chicotadas, por “não ter o soldado querido receber o castigo”, e pelo seu superior não estar presente naquele momento “alterará a Ordem a seu arbítrio, fazendo-lhe dar 220”²⁹. Sabendo das consequências do evento, preocupou-se em deixar claro que havia sido feito um “conselho de guerra”, e que seguia ordens do responsável pelo batalhão, somente usando seu arbítrio porque o responsável não se encontrava.

Até aquele momento, os soldados que haviam se rebelado mantiveram-se “sem, contudo pegar em armas, e algumas praças em número de sessenta”³⁰ partiram para o palácio de São Cristovão. Em frente à Quinta da Boa Vista, reclamaram diretamente ao Imperador que “castigasse severamente o major, que concedesse por escrito aos soldados a fixação do engajamento em três anos, bem como soldo e tratamento iguais aos que recebiam os irlandeses”³¹. O general Valente chegou logo em seguida para

²⁵ “Os soldados, entretanto, invadindo o quarto destruíram os objetos de seu uso que encontraram, queimando tudo e, até o próprio cavalo, tirado da estrebaria a picadas de espada, foi levado até a enseada próxima”. Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.291.

²⁶ Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.59.

²⁷ “Os soldados enfurecidos, todavia perseguiram-no, assaltaram a sua morada, e ele somente logrou escapar á sanha vingadora, fugindo por uma janela dos fundos. Disfarçou-se então em operário, pondo-se assim a salvo”. *Ibid.*

²⁸ FBN. *Esboço fiel dos acontecimentos dos dias 9, 10, 11 e 12 de Junho de 1828*. Vários detalhes que constam nesse documento também podem ser encontrados no relatório sobre a revolta enviado à câmara dos deputados e lido na sessão de 25 de junho de 1828. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1828. Rio de Janeiro: Typographia - Parlamentar, 1876, tomo II, pp.198-200. Esse relatório também pode ser lido no *Diário Fluminense*: FBN. Seção Periódicos em Microfilme, *Diário Fluminense*, PR-SOR 00010 [1-8][9-10], Rio de Janeiro, RJ, nº142, 26/06/28, pp.565-6. O original encontra-se em péssimo estado de manuseio no: ANRJ. Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Codes SDE, Pac.01, Irlandeses.

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Ibid.*

³¹ Seidler, Carl. *op. cit.*, p.167.

acompanhar os acontecimentos³², encontrando um batalhão que causava “sensação profunda, aumentada pela indumentária variada das praças”, “um trajava casaca, outro uniforme de gala, este trazia um gorro peludo, aquele um boné”³³.

Embora o movimento fosse reivindicatório, a preocupação das autoridades era grande, já que Pereira Valente tinha recebido informações, “pelos comandantes dos outros corpos de estrangeiros de que o espírito de insubordinação se tinha desenvolvido consideravelmente”³⁴. Logo, uma discussão tensa rompeu entre o Imperador e os soldados alemães. Alegando que não tinha ciência daquela situação, D. Pedro exigiu que eles retornassem ao quartel³⁵. Depois de alguns tiros sobre a Quinta³⁶, e com o aconselhamento do Conde de Rio Pardo³⁷, ele “prometeu examinar cuidadosamente os motivos da queixa, devendo decidir dentro de oito dias o que fosse justo atender”, mas que antes eles tinham que se organizar e escolher representantes para apresentar suas exigências. Isso levou a um “contentamento geral que foi saudado com tiros, cujos projéteis [passaram] sobre o telhado do paço imperial”³⁸.

Pereira Valente tratou diretamente com os emissários escolhidos pelos soldados no quartel do 2º batalhão. Ao lado do coronel Dell’ Hoste, pediu para que mantivessem a calma, ao que os soldados responderam que “todo o batalhão não podia servir mais debaixo das ordens do major Pedro Francisco, porque tratava os alemães pior que pretos”; “que o batalhão não tinha contratos, havendo soldados que já serviam a 14 meses, além do tempo de seu ajuste”; “que a ração era má”; “e que finalmente queriam se lhes entregasse o dinheiro da massa, porque era seu”³⁹.

³² “[...] parti logo para o imperial paço da Boa Vista, onde vi os soldados de que falara o major, todos formados e tranqüilos na aparência, porem exigindo fazer ver a S. M. O Imperador o que sofriam daquele oficial e da falta dos ajustes”. *Annaes do Parlamento Brasileiro. op. cit.*, tomo II, p.198.

³³ Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.292.

³⁴ *Annaes do Parlamento Brasileiro. op. cit.*, tomo II, p.198.

³⁵ Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.59. *Annaes do Parlamento Brasileiro. op. cit.*, tomo II, p.198.

³⁶ “[...] e alguns disparos de fuzil demonstravam que hoje tudo ia a sério”. Seidler, Carl. *Op. cit.*, p.167.

³⁷ “[...] não parecendo por isso de prudência, que a frente de sua guarda composta de tais indivíduos se apresentasse um objeto que podia tomar o caráter de rebelião por estar o batalhão armado; e que finalmente lhe pedia me deixasse ouvir um ou dois dos representantes e marchar com todo para fora do paço, fazendo recolher o batalhão ao quartel, para então averiguar mais de longe o que poderia fazer com uns e outros.” *Annaes do Parlamento Brasileiro. op. cit.*, tomo II, p.199.

³⁸ Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.293.

³⁹ *Annaes do Parlamento Brasileiro. Op. cit.*, tomo II, pp.198-9. Bosche apresenta um número maior de exigências: “1º, um contrato em condições justas pelo espaço de quatro anos. (Não se havia tratado de tal até agora, e o soldado nada tinha de escrito nas mãos a este respeito); 2º, tratamento melhor e mais digno do que o anterior; 3º, exigiam o soldo atrasado, chamado “massa”, e a entrega pontual dos respectivos uniformes; 4º, a entrega do major ou castigo do mesmo; 5º, a demissão do batalhão de alguns oficiais malquistos”. Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.60.

Ao sair do quartel, Pereira Valente prometeu-lhes levar suas cobranças ao Imperador. Nessa ocasião encontrou-se também com o major Drago, que exigiu que algo fosse feito, pois “os soldados lhe haviam faltado ao respeito, e que ele não podia estar mais no quartel, isto com ar descontente”⁴⁰. Imediatamente o general Valente respondeu que “o momento era mui crítico e impróprio para tais exigências, principalmente tendo ele cobrado com excesso de suas jurisdições e falta de reflexão e prudência, sempre necessárias em semelhantes casos, e que por isso não queria mais representações naquele lugar”⁴¹.

No quartel, os soldados permaneceram organizados, mas “maltratando alguns oficiais” e destruindo “igualmente os objetos do seu uso particular”. Ao entardecer, informados das ações do governo, descobriram que o capitão dos engenheiros que havia defendido o alemão condenado havia sido preso meia hora após sair do quartel⁴². Essa notícia teria contribuído para desencadear uma ação mais agressiva, com alguns dos alemães atirando “contra os transeuntes”⁴³. Os oficiais brasileiros já haviam então fugido ou sido expulsos do quartel, enquanto os alemães se mantinham preparados, escolhendo líderes, “colocando postos avançados e enviando patrulhas. As espingardas foram ensarilhadas para estarem á mãos em caso de necessidade”⁴⁴.

Os ânimos ficaram mais tensos com o uso excessivo do álcool e com a presença dos irlandeses do 3º batalhão de granadeiros que chegaram do Campo da Aclamação⁴⁵. Em seguida, no entardecer do dia 9, os soldados saíram e saquearam a residência do odiado major Drago e de outros oficiais⁴⁶. Isso fez com que, pouco tempo depois, Pereira Valente retornasse ao quartel e, ao se deparar com a situação agravada, permanecesse ali o resto do dia “na companhia dos oficiais, sem que pudesse acomodar aquela gente, que se achava ainda mais inquieta pela embriaguez”⁴⁷.

⁴⁰ *Annaes do Parlamento Brasileiro. op. cit.*, tomo II, pp.198-9.

⁴¹ *Ibid.*

⁴² FBN. *Astrea*, nº297, 26/06/28, pp.1229-30.

⁴³ Seidler, Carl. *op. cit.*, p.168.

⁴⁴ “O quartel do segundo batalhão de granadeiros, que se achava nas vizinhanças do Palácio Imperial e que fora anteriormente um mosteiro, parecia então um acampamento em frente ao inimigo”. Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.60.

⁴⁵ *Annaes do Parlamento Brasileiro. op. cit.*, tomo II, pp.198-9.

⁴⁶ “Quebraram as janelas, as portas, as mesas e cadeiras, derrubaram igualmente as paredes da casa. Rasgaram os belos uniformes e a roupa, atirando ao mar os relógios, dragonas e esporas de prata. Ficou a casa, situada fora da cidade (o comandante morava felizmente sozinho, habitando sua família na cidade), inteiramente destruída, assinalando unicamente um montão fumegante de ruínas o lugar onde existia”. Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.59; FBN. *O Censor Brasileiro*, nº21, 20/06/28, pp.01-2.

⁴⁷ *Annaes do Parlamento Brasileiro. op. cit.*, tomo II, pp.198-9.

Em razão do álcool, do desejo de vingança ou mesmo em função da imprudência do Major Drago em reaparecer no quartel, o dia 10 começou com os irlandeses caçando pela cidade o referido oficial⁴⁸. José de Frias e Vasconcelos, Tenente Coronel responsável pelo quartel da Rua de São Francisco, em seu relatório daquele dia escreveu que “pelas onze horas do dia o major do 2º batalhão de granadeiros Pedro Francisco Guerreiro Drago, refugiou-se no Estado Maior deste Corpo, de um magote de soldados estrangeiros que vinham a toda carreira sobre ele desde a rua larga de São Joaquim, dizendo que o queriam matar”, “mas [...] não conseguiram”⁴⁹. Continuou afirmando que “depois que eles se espalharam foi a galope e com uma ordenança para o Quartel em São Bento”.

Os responsáveis pela contenção do movimento seguiam tentando resolver as exigências dos soldados. Assim, o capitão dos engenheiros, Pezerat, foi solto às dez horas da manhã, partindo imediatamente para o Palácio Imperial de São Cristovão⁵⁰. A regulamentação do tempo de serviço dos soldados alemães seguia seus trâmites, tanto assim que às dezenove horas do dia anterior “uma relação numérica com Alemães que completaram já o tempo de seu engajamento e outra dos que ainda há de completar”, junto com um contrato para regular suas condições, já havia sido remetido para os amotinados. No mesmo dia 10, o Conde do Rio Pardo enviava, para os comandantes dos quartéis da cidade, um aviso sobre o que estava se passando com as tropas estrangeiras⁵¹.

Os distúrbios, contudo, não terminaram com as ações do governo, “o resto deste dia se passou com a repetição de novos excessos”. Vendo que tinham a oportunidade de se vingar daqueles que haviam utilizado do poder para reprimi-los, os estrangeiros partiram para a casa dos oficiais que residiam nas proximidades de São Cristovão. Depois de arrombarem o armazém das munições no quartel, queimaram a casa do major Drago e saquearam outras, “o barulho, cegueira, e fervor da soldadesca tinha subido” ao ponto de não “respeitarem as casas do tão bem quisto Capitão Pezerat e outros oficiais estimados cujas famílias fugiram”⁵². Nessa investida, espancaram oficiais que tentaram impedi-los ou que simplesmente apareceram na sua frente. Naquela noite, o Hospital

⁴⁸ *Ibid.*; FBN. *Aurora Fluminense*, nº120, 21/11/28, pp.498-500.

⁴⁹ FBN. *Cópia das cartas diárias da divisão militar da Guarda da Polícia*, Doc.nº4.

⁵⁰ FBN. *Astrea*, nº297, 26/06/28, pp.1229-30.

⁵¹ FBN. *Ordens do Conde do Rio Pardo*, Docs.nº17-20. Esses detalhes também foram apresentados no relatório à câmara dos deputados: *Annaes do Parlamento Brasileiro. op. cit.*, tomo II, pp.198-200.

⁵² FBN. *op. cit.*, *Esboço fiel dos acontecimentos dos dias 9, 10, 11 e 12 de Junho de 1828*.

Militar recebeu “o capitão da 4ª companhia do 2º batalhão muito ferido na cara e cabeça, e que disse que assim o maltrataram soldados do mesmo batalhão”⁵³.

Em vista da situação, o Imperador chamou sua Guarda de Honra e o Conde do Rio Pardo enviou ordens para que os Batalhões estacionados na Praia da Armação, no Campo do Barreto, em Benfica e Botafogo se reunissem sob o comando dos seus responsáveis, e aguardassem ordens posteriores⁵⁴.

Esse segundo momento da revolta, marcado por uma maior agressividade, deixando-se de lado as reivindicações por vias “legais”, foi posteriormente caracterizado como um movimento levado a cabo pelos irlandeses, os supostos responsáveis pela mudança na forma de contestação. De acordo com o relatório apresentado à câmara dos deputados, teriam sido eles que “com suas vociferações” inflamaram os outros estrangeiros.

Bosche, que testemunhou de perto o evento, ressaltou que, no retorno da caçada ao major Drago, os irlandeses conseguiram que outros “setenta ou oitenta” se juntassem a eles⁵⁵. Na volta para São Cristovão, tomaram “de assalto todas as vendas”, e passaram a se embriagar com “vinho e outras bebidas alcoólicas até perder a razão”. Ele ainda afirmou ser “impossível descrever as orgias grosseiras, a que se entrega esta nação”, depois de ser testemunha das ações de “um Irlandês” que ao “colocar-se em baixo de uma torneira aberta de uma pipa de vinho”, ficou lá até “morrer de tanto beber”. Enquanto isso, “os seus nobre patrícios [...] cercavam o mesmo, não procurando nenhum deles salvar o miserável, aplaudiam-no pelo contrario, e davam gritos de alegria”, até que “o pobre desvairado deu assim o ultimo suspiro”⁵⁶.

Com a informação do que estava acontecendo com o batalhão em São Cristovão, os soldados do 28º batalhão, aquartelados na Praia Vermelha, aproveitaram para “pelas sete horas da noite” vingar-se dos desmandos de seu antigo comandante. Auxiliados por

⁵³ FBN. *op. cit.*, *Cópia das cartas diárias da divisão militar da Guarda da Polícia*, Doc.nº4. Testemunha Ocular também apresenta esses detalhes ao escrever que “a primeira vítima foi o ajudante do Batalhão de quem arrancaram a espada da bainha, dando-lhe com a mesma um golpe na cabeça e uma facada, que foi atenuada pelo enchimento da jaqueta, e teria sido morto se um cabo não o tivesse livrado das mãos do agressor. Em seguida assaltaram o quarto de um capitão que, um dia antes, levava algumas pedradas e estava na cama, afastando, a força, um coronel e outros oficiais que pretendiam se opor à agressão. Deram tantas pancadas no infeliz oficial que fiscalizava a cozinha, que o deixaram morto, chegando um malvado ao extremo de vazar-lhe os olhos a canivetadas. Todos os outros oficiais, que temiam igual sorte fugiram, deixando o coronel e poucos oficiais, que procuravam exortar os amotinados a não continuarem a série de crimes, os quais, para salvar a vida, entre zombarias e escárnios, tiveram de beber com eles”. Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.293.

⁵⁴ FBN. *Ordens do Conde do Rio Pardo*, Doc.nº17-20.

⁵⁵ Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, pp.62-3.

⁵⁶ *Ibid.*

alguns colonos irlandeses que vinham residindo naquele quartel “iniciaram um tumulto [...] cujo motim tinha por princípio quererem a pessoa do major Benedicto Thiola”⁵⁷.

O major Thiola já era conhecido pelo uso exagerado de castigos violentos e pelo grande número de arbitrariedades que costumava cometer desde quando comandara o 28º batalhão dos diabos brancos, alcunha dada a eles durante os combates contra os insurretos da Confederação do Equador. Seidler citou um desses abusos, em que Thiola mandou “castigar com 800 chibatadas, por insignificante infração, a um soldado quando o batalhão se achava sob seu comando em Pernambuco”⁵⁸. Depois de agüentar as primeiras 500, o soldado “nessa altura disparou de repente como louco, rompeu o quadrado, precipitou-se ao mar”, em seguida, “alguns negros que estavam perto conseguiram pescá-lo, mas era tarde, o coitado sucumbira de congestão cerebral”. Para piorar, o major ordenou reconduzir “o cadáver ao quadrado e de espada desembainhada e fúria canibalesca impõe aos tambores que apliquem ao morto as 300 pancadas que faltavam”.

Os soldados alemães, auxiliados por alguns colonos irlandeses, perseguiram o major pelo quartel alegando que “o dito lhe havia tirado um fardamento do fundo de sua mesma massa” e que, portanto, não sabiam “por que maneira estavam nus e descalços sendo somente sustentados com meia libra de carne, e um pão”⁵⁹. Ante ao “projeto formado de prendê-lo”, Thiola “se escondeu em casa do Major Estevez, onde foi procurado [...] por uma chuma” que gritava “morra este ladrão”⁶⁰. Disfarçado à paisana, para “escapar da Praia Vermelha sem ser visto”, foi atacado a pedradas quando se aproximou da guarda na entrada do quartel; teve tempo ainda de “implorar por socorro” ao oficial responsável pelo posto, que “respondeu friamente” ter ordens para não deixar ninguém sair⁶¹. O resultado da investida foi uma morte cruel, sendo seu corpo deixado

⁵⁷ FBN. *Ofício do comandante McGregor*, Doc.04, N°2.

⁵⁸ Seidler, Carl. *op. cit.*, p.168.

⁵⁹ FBN. *Ofício do comandante McGregor*, Doc.04, N°2. Os desvios financeiros de Thiola são apresentados tanto por Seidler, ao afirmar que ele “defraudara a caixa do batalhão”, quanto por Bosche e Testemunha Ocular. Seidler, Carl. *op. cit.*, p.168; Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.70; Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.294.

⁶⁰ O “projeto de prendê-lo” foi tirado de: FBN. *O Censor Brasileiro*, n°21, 20/06/28, pp.01-2. Enquanto que a fuga para a casa do Major Estevez” consta no: FBN. *Ofício do comandante McGregor*, Doc.04, N°2.

⁶¹ Bosche observa que o oficial responsável pela guarda “que nunca concordara com as fraudes do major, fora certa vez por ele duramente ofendido e talvez a lembrança dessa injustiça que sofrera o abstinisse agora de intervir com decisão para proteger o fugitivo”. Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.70-1.

“em pedaços”, além de terem ficado também feridos “dois oficiais que lhe quiseram valer”⁶².

Às onze horas da noite, a notícia já havia chegado ao Conde do Rio Pardo, mas em seu escritório o comandante McGregor, responsável naquele momento pelo quartel na Praia Vermelha, tranquilizou-o afirmando que após a morte do major tudo tinha ficado em sossego⁶³.

Os eventos não passaram despercebidos à população da cidade, pois desde o agravamento da revolta, na terça-feira, boatos já haviam se espalhado pelo Rio de Janeiro. Na manhã do dia 11, os temores aumentaram com “o transporte, e enterro do cadáver do Major” e a “condução para o Hospital da Misericórdia de dois oficiais”⁶⁴. Durante a quarta-feira, corriam rumores de que o batalhão da Praia Vermelha e os soldados estrangeiros “marchavam para se reunir aos do quartel do Campo da Aclamação”, e que todos “quando reunidos, tomavam posse dos arsenais para então saquear a cidade”⁶⁵.

Provavelmente, as notícias que circulavam pela cidade eram reflexos dos fatos que se agravavam na medida em que o dia passava. Ao mesmo tempo em que refletiam o que acontecia na cidade, seriam também o motor para que a situação piorasse na quarta-feira.

Parte dos oficiais irlandeses do Campo da Aclamação foi, na quarta-feira, a São Cristovão, somando-se aos soldados que lá já se encontravam. Os irlandeses, naquele momento, embriagavam-se graças ao “soldo mensal” que haviam recebido⁶⁶, mas alguns alemães, devido a divergências geradas pelo álcool, ou por terem decidido que já havia chegado a hora de por um fim na sublevação, resolveram expulsar os irlandeses do quartel de São Cristovão⁶⁷.

⁶² Em um dos relatos de sua morte ainda consta que os seus restos mortais foram levados para sua mulher. FBN. *Aurora Fluminense*, nº120, 21/11/28, pp.498-500. Bosche também relata que seu corpo foi “literalmente despedaçado pela massa furibunda”. Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.70-1.

⁶³ FBN. *Ofício do comandante McGregor*, Doc.04, Nº2.

⁶⁴ FBN. *O Censor Brasileiro*, nº21, 20/06/28, pp.01-2.

⁶⁵ Embora os ditos boatos não sejam encontrados publicados, eles são citados em alguns documentos: FBN. *O Censor Brasileiro*, nº21, 20/06/28, pp.01-2; FBN. Seção Periódicos em Microfilme, *The Rio Herald* In: Rio de Janeiro, jornais diversos 1827-1828. PR-SOR 00256 [1-4], Rio de Janeiro, RJ, nº15, 16/06/28, pp.03-4; FBN. *Esboço fiel dos acontecimentos dos dias 9, 10, 11 e 12 de Junho de 1828*. Na descrição feita por Seidler desse dia ele observa que os soldados do Campo da Aclamação preparavam “para prestar auxílio aos revoltosos”. Seidler, Carl. *op. cit.*, p.169.

⁶⁶ FBN. *Aurora Fluminense*, nº120, 21/11/28, pp.498-500.

⁶⁷ No relatório apresentado na câmara dos deputados Pereira Valente afirmou que “esperançados nas minhas promessas (os alemães) não queriam desordens”. *Annaes do Parlamento Brasileiro. op. cit.*, tomo II, pp.198-200. Esse conflito também aparece no livro da Testemunha Ocular, mas segundo ela, “em completo estado de embriaguez e já dispostos a se agredirem mutuamente, foram insinuados por

Depois do conflito entre as tropas do 2º e 3º batalhões, os irlandeses, expulsos e com “3 mortos pelos alemães”, retornaram para seu quartel no Campo da Aclamação⁶⁸. Pouco tempo depois, após as quinze horas, “começou a desordem dentro do quartel, matando os irlandeses um alemão do 2º batalhão” que ali apareceu, e depois “dois seus camaradas, espancando e ferindo outros muitos”⁶⁹. A presença do coronel Cotter, responsável pelo batalhão, e de outros oficiais irlandeses e alemães levou a certa tranquilidade, mas não sem antes serem maltratados por alguns irlandeses que cobraram as promessas feitas por ocasião de seu alistamento na Irlanda⁷⁰.

O controle dos soldados na Praia Vermelha ocorria de forma mais eficiente, pois, pouco tempo depois do ofício do comandante McGregor ao brigadeiro Francisco de Lima e Silva, as exigências apresentadas foram cumpridas. Nesse documento, McGregor informava que “para garantir o sossego e chamar a ordem” era imprescindível separar os militares irlandeses dos colonos “e munir a todos os soldados” de um contrato “de quatro anos”, sendo-lhes paga “a massa e semestres que lhes deve”⁷¹. Até a tarde daquele dia, os soldados alemães já haviam recebido cópias dos contratos para a regularização do tempo de serviço e a quantia de “quinhentos mil reis em moeda de Cobre [...] por conta da dívida da massa”⁷².

Do outro lado da cidade, a situação, contudo, ficava cada vez mais difícil de ser contornada, pois rixas antigas entre os negros e os soldados, particularmente os irlandeses, tomavam proporções impensáveis. Desde o começo daquele ano, negros e irlandeses vinham se enfrentando pelas ruas da capital⁷³. Contudo, não eram só eles que sofriam com capoeiras e “moleques” espalhados pela cidade; a presença de grupos de libertos e escravos fugitivos fez com que a década de 1820 assistisse a “uma frenética atividade das maltas de capoeira, colocando em pânico as autoridades e moradores brancos da cidade”⁷⁴. Os soldados alemães também foram diversas vezes alvos desses grupos, um exemplo foi o de Johann Kursch, que havia sido incorporado ao 3º batalhão

outros que em vez de brigarem deviam se vingar dos brasileiros que eram os seus inimigos”.
Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.294.

⁶⁸ *Annaes do Parlamento Brasileiro. op. cit.*, tomo II, pp.198-200.

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.64.

⁷¹ FBN. *Ofício do comandante McGregor*, Doc.05.

⁷² FBN. *Ofício do Conde do Rio Pardo*, Doc.29, nº12.

⁷³ Para mais detalhes ver o capítulo 3.2 - Resistência na cidade imperial.

⁷⁴ Soares, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1998, p.142.

e que morreu quatro semanas após sua chegada porque “em sua bebedeira os negros lhe haviam roubado as roupas, e depois o haviam jogado em um poço”⁷⁵.

Na tarde daquela quarta-feira, um grupo de irlandeses entrou novamente em conflito com os negros em frente ao Campo da Aclamação⁷⁶, atacados por “magotes de pretos denominados capoeiras” usando como armas pedras⁷⁷. “Os negros engrossarão em número, e se tornou mais furioso o combate”, “três vezes foram repelidos os irlandeses para dentro do quartel”, até que “lançaram mão das armas de fogo”⁷⁸. Nesse momento específico as autoridades perderam completamente controle do evento.

5.2 - Estrangeiros contra brasileiros: o motim dos irlandeses na capital do Império

Os irlandeses armados partiram para o ataque sobre os negros, e como resposta às rixas com os brasileiros, e incentivados pelo uso do álcool, começaram a saquear vendas e casas da vizinhança⁷⁹. Seguindo pela Rua Larga de São Joaquim, “roubaram algumas tabernas, e casas”, bebendo a “ponto de ficarem como danados, e principiaram a fazer fogo contra os pretos, e contra qualquer que passasse”⁸⁰. Um dos primeiros alvos desses soldados foi um quartel da companhia de polícia próximo ao Campo da Aclamação, onde conseguiram mais munição para suas armas e mataram “seis brasileiros, pondo o resto em fuga”⁸¹. Segundo Seidler, “a recordação dos inúmeros companheiros traiçoeiramente assassinados pelos brasileiros inflamava os alemães, como os irlandeses, para a máxima fúria, e sem piedade derrubavam os adversários que

⁷⁵ Núcleo de Estudos Teuto-brasileiros (NETb). MILHA. Scwerin. Kabinerr I. p.8. *apud* Mühlen, Caroline von. “Viagem ao paraíso” – “Viagem ao inferno”: A trajetória de outsiders de Mecklenburg-Scwerin no Rio Grande do Sul. In: *Vestígios do passado, a história e suas fontes*. IX Encontro Estadual de História, 2008.

⁷⁶ Essa região era estratégica e recorrente na presença dos negros e capoeiras. Sobre essa “geografia das maltas”. Ver: Soares, Carlos Eugênio Líbano. *op. cit.*, pp.123-193.

⁷⁷ A maioria dos embates até então era feita com a agressão mútua por pedradas.

⁷⁸ FBN. *Aurora Fluminense*, nº120, 21/11/28, pp.498-500. Pereira da Silva também observa o embate entre os irlandeses e os negros nas proximidades do Campo da Aclamação: “[...] atacados por magotes de pretos denominados capoeiras, travaram com eles combates mortíferos. Posto que armados com espingardas, não poderiam resistir-lhes com êxito feliz, e a pedra, a pau, a força dos braços, caíram os estrangeiros pelas ruas e praças públicas, feridos grande parte, e bastante sem vida”. Pereira da Silva, João Manoel. *op. cit.*, p.289.

⁷⁹ Segundo Testemunha Ocular: “Levados, então, pelos instintos sanguinários e de rapacidade, trataram os insurrectos de assaltar as casas das ruas adjacentes, saqueando-as. Sem consideração matavam a todos que lhes caíam nas mãos”. Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.294.

⁸⁰ FBN. *O Censor Brasileiro*, nº21, 20/06/28, pp.01-2

⁸¹ Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, p.65.

pudessem apanhar”, “nem o grito triunfal de ‘vivam os estrangeiros’, livrava da morte”⁸².

Rapidamente as “casas todas fecharam, e o povo correu, ou a recolher-se nas suas moradas” ou para pegar em armas, tentando “impedir o ingresso dos soldados no centro da cidade”⁸³. Na primeira reação para conter as tropas estrangeiras, os moradores passaram a armar os seus escravos, o que fez com que o conflito tomasse uma dimensão inesperada pelas autoridades. Embora alguns relatos tenham atribuído ao governo a autorização para essa ação ⁸⁴, em nenhum documento o Conde do Rio Pardo, ou qualquer outro oficial, ratificou essa informação, aliás, não era de se estranhar que não o fizessem, pois a consequência dessa licença poderia ser desastrosa. Porém, a *Aurora Fluminense* do dia 20 de junho, em tom irônico, agradecia a todos os militares “que no meio dos incidentes de mais atroz anarquia militar, souberam alentar o patriotismo de seus concidadãos, distribuindo eles mesmos nos arsenais as armas ao povo aflito”⁸⁵.

Robert Walsh apresentou uma versão do que teria movido a população a armar os negros; segundo o autor de *Notícias do Brasil*, o Conde do Rio Pardo recebeu ordens diretamente do Ministro da Guerra para “destruir cada homem, não dar obrigo, porém exterminar a todos estranhos”⁸⁶. Teria recorrido também a outro expediente, “tão terrível para outros, como perigoso para eles mesmos – dar licença aos Moleques, ou negros, e o resto da canalha, para pegar em armas”⁸⁷.

Bosche, que nesse dia retornava com outros soldados do Corcovado, antes de entrar na cidade foi informado por um negociante francês que “matavam todos os soldados estrangeiros que encontravam nas ruas”⁸⁸. Ao chegar à cidade, deparou-se com uma das cenas desse conflito ao ver “um mulato gigantesco assassinar, com um ariete de ferro, um soldado alemão desarmado”. Enquanto isso “esperava a mesma sorte outro

⁸² Seidler, Carl. *op. cit.*, p.169. O momento em que particularmente os irlandeses, embora alguns autores como Seidler também tenham afirmado que os alemães estiveram presentes, começam a atacar a população nas ruas e saquear as casas e comércios, é reiterado nos seguintes documentos: Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, pp.64-5; FBN. *O Censor Brasileiro*, nº21, 20/06/28, pp.01-2; FBN. *The Rio Herald*, nº15, 16/06/28, pp.03-4; FBN. *Esboço fiel dos acontecimentos dos dias 9, 10, 11 e 12 de Junho de 1828*; FBN. *Aurora Fluminense*, nº120, 21/11/28, pp.498-500; FBN. Seção Periódicos em Microfilme, *Aurora Fluminense*, PR-SOR 00036 [1-5], Rio de Janeiro, RJ, nº55, 16/06/28, pp.223-4.

⁸³ FBN. *Aurora Fluminense*, nº55, 16/06/28, pp.223-4.

⁸⁴ No *New York National Advocate* de novembro, publicado na *Aurora Fluminense*, “o General das Armas chamou os Brasileiros em defesa da Pátria [...] Aos negros e mulatos também se deu licença e se deixou que pegassem em armas...”. FBN. *Aurora Fluminense*, nº120, 21/11/28, pp.498-500.

⁸⁵ FBN. *Aurora Fluminense*, nº57, 20/06/28, pp.235-6.

⁸⁶ Tradução livre: “[...] destroy every man, to give no quarter, but to exterminate the whole of the strangers”. Walsh, Reverend Robert. *op. cit.*, pp.290-1.

⁸⁷ Tradução livre: “[...] as terrible to others as it was dangerous to themselves – that was, a license to the Moleques, or blacks, and the rest of the rabble, to take up arms” *Ibid.*

⁸⁸ Bosche, Eduardo Theodoro. *op. cit.*, pp.72-3.

soldado alemão, que já tinham amarrado”, quando ele e os outros chegaram “desembainhando as espadas”. Com “um golpe terrível na cabeça do mulato gigantesco, que já estava na posição de defesa” um dos seus companheiros matou o agressor, levando os outros a fugirem. Antes de chegar às proximidades do quartel, em São Cristovão, tiros vindos “das casas fechadas mataram” um dos soldados que o acompanhava, quando “nas vizinhanças do quartel [...], um bando de setenta negros, ao menos [...] os atacou”. Eles somente se salvaram porque neste momento uma investida “furiosa de irlandeses e alemães” ajudou a que as “tropas brasileiras [fossem] rechaçadas”⁸⁹.

Alguns estrangeiros que não tomaram parte diretamente nos eventos sofreram uma morte violenta naquele dia. Um deles, um irlandês artesão que “ignorante da insurreição que ocorria”, voltava para o seu quartel com “uma trouxa de roupa debaixo do braço”, encontrou-se com “dois moleques” em uma das ruas próximas ao Campo da Aclamação. Eles “correram até ele com suas facas, e depois de o esfaquearem em vários lugares rasgaram sua barriga, deixando-o, com suas entranhas de fora banhando a calçada”⁹⁰.

Independentemente de quem deu a ordem, e se ela foi formal ou uma reação da população, a ocorrência levou a um descontrole geral em relação ao conflito. A circunstância particular dos negros armados pelas ruas da capital do império levantou sérias inquietações que duraram dias. O periódico *Rio Herald* do dia 16, ao descrever a revolta, condenou a imprudência de se armarem os negros, pois isso havia libertado os “espíritos vingativos dos pretos e pardos, de tal forma demonstrou sua conduta na noite de quarta-feira devido a liberdade dada a eles”⁹¹. No dia 25, a *Aurora Fluminense* respondeu a essa acusação quando publicou que “muito se têm falado sobre as consequências de se armarem no dia 11 alguns escravos e pretos em defesa da cidade ameaçada [...] nós também temos a pele branca, e alguma coisa que perder, não desejaríamos que se desse alento a tristeza dos pretos, e se estimulasse seu furor com o

⁸⁹ *Ibid.*, pp.72-3.

⁹⁰ Tradução livre: “[...] rushed at him with their facas, and having stabbed him in several places, ripped up his belly, and left him, with his bowels hanging out, weltering on the pavement”. Ele continua afirmando que: “The Moleques rushed on every foreigner they met in the neighbourhood, with their knives, and butchered them with the most savage mutilation; and some, I am told, were hunted down, and then torn limb from limb, by the bloodhounds that pursued them”. Walsh, Reverend Robert. *op. cit.*, p.292.

⁹¹ Tradução livre: “[...] revengeful spirits of the Blacks and Mulattoes for such was their conduct on wednesday night from the liberty given them”. FBN. *The Rio Herald*, nº15, 16/06/28, pp.03-4.

aspecto do sangue derramado”⁹². Naquele mesmo número, em sua descrição do conflito, o periódico justificou a ação, alegando que “muita gente está persuadida que eles [negros] se acham na escala de civilização um pouco acima dos soldados irlandeses”, e que não havia outra solução diante da ação do governo, “que tarde tinha aplicado aos seus cuidados a um negócio de tamanha ponderação, pois só ao anoitecer do dia 11 e que apareceu a tropa regular do país no Campo da Aclamação, ainda sem ordem de atacar”⁹³.

No entanto, vale analisar com cuidado a ação do governo antes de se adotar seja a posição da *Aurora*, seja aquela manifesta em outras fontes, como o relato de Seidler, em que expressava que, após o conflito generalizado na cidade, só “então, finalmente, o governo reconheceu que urgia tomar sérias providencias para evitar verdadeira guerrilha”⁹⁴.

Jean-Baptiste Debret, que integrou a missão artística francesa em 1816, fundador no Rio de Janeiro da Academia de Artes e Ofícios onde lecionou pintura, em um dos anexos do terceiro volume de seu livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, publicado na França em 1831, descreveu parte dos episódios relacionados ao “motim” sob o título “Um evento que perturbou a paz pública, Rio de Janeiro, a partir de 10 até 12 de junho de 1828”⁹⁵. Segundo Debret, os eventos da tarde de quarta-feira teriam durado de quatro a cinco horas e somente pelas seis horas da tarde é que alguma atitude teria sido de fato tomada, com a entrada de “uma guarda de honra [...] a galope”⁹⁶.

Ao se comparar essa narrativa com o relatório apresentado na câmara dos deputados, em 25 de junho, pelo então ministro da guerra, o marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres⁹⁷, que ocupou o cargo depois da demissão de Bento Barroso

⁹² FBN. *Aurora Fluminense*, n°59, 25/06/28, pp.242-3.

⁹³ FBN. *Aurora Fluminense*, n°59, 25/06/28, pp.242-3 e n°55, 16/06/28, pp.223-4.

⁹⁴ Seidler, Carl. *op. cit.*, p.170. Uma fonte recorrente na interpretação de que o governo foi ineficaz em sua ação para conter um agravamento da revolta foi um manuscrito veiculado de autoria anônima que afirma que “o comportamento das autoridades, não parecia assaz decisivo e enérgico para inspirar confiança, pois que ou por estarem inteirados do verdadeiro estado das coisas, ou por julgarem que igual perigo haveria [...] eles não davam providencias patentes e rápidas contentando se com conservar a tropa nacional debaixo de armas nos seus quartéis e pronta”. FBN. *Esboço fiel dos acontecimentos dos dias 9, 10, 11 e 12 de Junho de 1828*.

⁹⁵ Tradução livre : “Événement qui troubla la tranquillité publique, à Rio-Janeiro, depuis le 10 jusqu'au 12 juin 1828”. Debret, Jean-Baptiste. “Notes historiques écrites à Rio-Janeiro” In: *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. Paris, Didot Frères, 3 volumes in-Folio publiés en livraisons de 1834 a 1839. Disponível online em <www.capoeira-palmares.fr>, consultado em junho de 2009.

⁹⁶ *Ibid.*, p.VI.

⁹⁷ Nascido em 1775, na Vila de Ourem em Portugal, Silva Torres foi graduado pela Academia Real dos Guarda-Marinhas de Lisboa. Entrou para a Marinha portuguesa em 1797, passando em 1804 para o corpo de engenheiros. Em 1809 chegou ao Rio de Janeiro, promovido a capitão em 1811 foi nomeado professor da Escola Militar. Em 1827 era Marechal de Campo e Inspetor Geral da Caixa de

Pereira, é possível chegar à outra versão dos fatos sobre a ação das tropas do governo⁹⁸. De acordo com o relatório escrito pelo Conde do Rio Pardo, o conflito na cidade irrompeu em torno das três e meia da tarde, quando “começaram a sair alguns soldados irlandeses para o campo armados de pedras”. Algum tempo depois, vendo que o evento tinha tomado uma dimensão maior, ele enviou ordens para que os “corpos de artilharia de posição, e ao esquadrão de Minas e ao 21º batalhão de caçadores marchassem para o Campo da Aclamação”.

Quando dessas instruções, Pereira Valente estaria no interior do quartel do Campo da Aclamação, vigiando de perto o local em que tinha se originado o conflito. Ao se encontrar “casualmente” com “uma ordenança da cavalaria” na frente do quartel, ordenou que “fosse dizer à companhia de cavalaria da polícia que viesse sossegar e fazer recolher aquela gente no quartel”. Nisso se deu o agravamento da situação, já que “tomando armas os irlandeses e alguns alemães, tornaram impraticável a saída do quartel-general”⁹⁹. Teria sido nesta ocasião em que os irlandeses, depois de atacarem o posto policial, pegaram em armas e começaram em seguida a saquear as casas e comércios.

Até aquele momento, o comandante das armas na corte, Pereira Valente, provavelmente não vira motivo para uma ação mais agressiva, mesmo porque os distúrbios se concentravam desde segunda-feira em São Cristovão e na Praia Vermelha, pontos distantes do centro da cidade. O Campo da Aclamação não havia sido até então a região de maior perigo, pois os oficiais estavam sob controle no quartel. Tal interpretação parece tão mais plausível quando se verifica que, dentre os periódicos do dia 11, somente a *Aurora Fluminense* relatou os incidentes dos dias anteriores, escrevendo que “He voz geral, e segundo cremos verdadeira (enquanto por alguma importante coleção de docs. não for mostrado o contrário) que no dia 09 do corrente, o 2º Batalhão de Estrangeiros aquartelados em São Cristovão, se pôs em tumulto, acometendo seus chefes e ameaçando a tranquilidade de todos os moradores circunvizinhos”¹⁰⁰.

Amortização de que foi o fundador. Foi chamado ao Conselho da Coroa, fazendo parte do 7º Gabinete de 1827 na pasta da Guerra. Lecionava Engenharia Militar e Engenharia Civil na Academia Real Militar no Rio de Janeiro. Coordenou obras de encanamento de águas na Quinta da Boa Vista e em outros lugares do Rio de Janeiro e foi sócio-fundador do IHGB. Sacramento Blake, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional 1883.

⁹⁸ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. op. cit., tomo II, pp.198-200.

⁹⁹ *Ibid.*.

¹⁰⁰ FBN. *Aurora Fluminense*, nº54, 11/06/28, p.221.

Embora, na quarta-feira, a rebelião das tropas em São Cristovão já estivesse se encaminhando para uma resolução, os tumultos cometidos pelos irlandeses no dia anterior, a reação aos rumores espalhados depois do funeral do major Thiola, somados à aparente falta de ação do governo, fizeram com que a população se preparasse para o pior possível. A resolução de armar a população, incentivada ou não por autoridades, permitiu que escravos e libertos combatessem os estrangeiros com armas. É possível que o incentivo a tal medida tenha sido responsável pelo início do conflito em frente ao quartel do Campo da Aclamação entre os irlandeses e os negros, e daí para a Rua Larga de São Joaquim.

Em seu relatório, depois da evolução do conflito para as ruas do centro da cidade às cinco da tarde, o Conde do Rio Pardo, observando “que a tropa que havia mandado reunir e marchar para o campo se formara em linha na direção da rua do Conde”, mas que “não avançava nem atacava”, atravessou o quartel e foi tomar o seu comando¹⁰¹. Ordenou “ao tenente-coronel comandante do batalhão n.24, que marchasse com três companhias e uma peça de artilharia pela rua dos Ferradores e tomasse frente da de S. Joaquim, onde se estavam praticando os maiores desatinos”, enquanto isso mandou “que outras duas companhias do mesmo batalhão fizessem fogo em ordem estendida”.

No vai-e-vem da movimentação das tropas pelas ruas que davam acesso ao Campo da Aclamação, a cavalaria “foi recebida por uma chuva de pedradas tão bem dirigidas pelos irlandeses, que alguns soldados tombaram e outros se puseram em fuga”¹⁰². Episódio que, segundo Debret, teria ocorrido em torno das seis e meia, o que condiz com a reclamação da *Aurora Fluminense* de que a ação do governo somente se deu ao anoitecer. Desse modo, entre o início do comando pelo Conde do Rio Pardo, na Rua do Conde, e a ação efetiva da cavalaria teria se passado uma hora.

Nesse momento, quando começavam a avançar as tropas nacionais, Pereira Valente preocupado que o combate gerasse uma adesão aos rebelados, deu ordens para que o coronel residente Augusto Cony fosse ao Catete¹⁰³ e colocasse duas peças de artilharia protegidas por infantaria. Essas tropas tinham autorização para “repelirem e fazerem fogo aos irlandeses que se achavam na Fortaleza da Praia Vermelha” caso

¹⁰¹ “tomei a resolução de expor-me a todos os perigos para me por a frente dela, o que felizmente consegui atravessando o pátio do quartel e saindo pela casa em que habita o coronel Cotter”. *Annaes do Parlamento Brasileiro. op. cit.*, tomo II, pp.198-200.

¹⁰² Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.295.

¹⁰³ A região da ponte do Catete era estratégica para o bloqueio de uma possível movimentação dos colonos irlandeses na Praia Vermelha. Ver Anexo A, com o Mapa baía do Rio de Janeiro.

tentassem se unir àqueles já amotinados¹⁰⁴. Solicitou ainda que fossem destacadas nas “estradas e avenidas de São Cristovão patrulhas”, para cortar qualquer contato possível entre os soldados¹⁰⁵.

Nas proximidades do Campo da Aclamação, as tropas conseguiram em duas frentes¹⁰⁶, “com a aproximação de piquetes” e com “tiros de metralha”, fazer com que os estrangeiros recuassem para o quartel¹⁰⁷. A Testemunha Ocular narrou esse movimento, observando que um dos “insurrectos que ficara ferido por metralha no baixo ventre, pediu a um companheiro que o encostas-se ao muro do quartel e, por diversas vezes, ainda, descarregou a sua arma, antes de tombar morto”¹⁰⁸. Atacados, segundo Bosche, por uma “artilharia a pé, dois batalhões de caçadores, dois esquadrões de cavalaria e duzentos soldados de Polícia”¹⁰⁹, acabaram “convencendo-se, finalmente, que não poderiam vencer a infantaria e artilharia, [...] retiraram-se para o pátio do quartel, onde antes de fechar o portão degolaram um cavalariano que os seguira, apesar dele gritar desesperadamente: - ‘Viva os estrangeiros’ ”¹¹⁰. De acordo com a narração de Debret, “nesse decorrer, eles mataram uns aos outros, os mais obstinados se opuseram aos fugitivos [...] e durante esta cena sangrenta, a tropa brasileira, armadas à mosquete, permitiu que o povo, a sua vontade, continuasse a guerra contra aqueles que a deixavam!”¹¹¹.

A escolha da Rua Larga de São Joaquim como alvo dos saques não foi pensada ou programada pelos amotinados, afinal, era a mais ampla das ruas na proximidade do quartel e de lá poderiam ser alvos fáceis para as tropas brasileiras. O mais provável é que ela tenha sido escolhida por ser adjacente ao quartel. Contudo, ainda é possível arrolar outras duas hipóteses, a de que tinham sido atacados e aquele fosse o único ponto de fuga, ou de que haviam ido atrás dos negros em fuga, depois dos primeiros embates no Campo da Aclamação.

¹⁰⁴ FBN. *Ofício de Augusto Cony*, Doc.22, nº8.

¹⁰⁵ FBN. *Ofício de Bento Barroso Pereira autorizando o Conde do Rio Pardo*, Doc.01, c.

¹⁰⁶ Rua do Conde e Rua dos Ferradores. Ver Anexo B, com o Esquema do deslocamento no Campo da Aclamação.

¹⁰⁷ “[...] l'artillerie fait une décharge à mitraille...”. Debret, Jean-Baptiste. *op. cit.*, p.VI; Testemunha Ocular. *op. cit.*, p.295. O tiro de “metralha”, também referido como de “lanterneta”, “disparava uma mortífera chuva de balins, pregos e pedaços de ferros, que dizimava as hordas atacantes”. Lemos, Juvêncio Saldanha, *op. cit.*, p.351, nota 884.

¹⁰⁸ Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.295.

¹⁰⁹ Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, p.69.

¹¹⁰ Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.295.

¹¹¹ Tradução livre : “[...] dans les cours, ils s'entre-tuent, les plus acharnés s'opposent aux fuyards”, “et pendant cette scène sanglante, la troupe brésilienne, l'arme au bras, laisse le peuple maître de continuer cette guerre contre ceux qui sortent ! Combat inégal de cinquante contre un, qui ressemblait à une chasse au sanglier”. Debret, Jean-Baptiste, *op. cit.*, p.VI

O combate durou horas, senão a noite toda, sendo que do interior do quartel os amotinados continuaram “fazendo fogo dali e das janelas contíguas”, até que sua munição terminasse, e que o general Valente ordenasse que o “esquadrão de Minas carregasse a artilharia e fizesse fogo mesmo dentro do quartel”, o que fez com os estrangeiros “terminassem a luta e fechassem o portão”¹¹².

Durante a ação do governo para contê-los no quartel, a preocupação de que os soldados alemães de São Cristovão viessem em auxílio dos compatriotas era constante. Conforme a narrativa da Testemunha Ocular, o “2º Batalhão que estava aquartelado em São Cristovão [...] tencionava durante a noite tomar o paço e com os canhões que ali se encontravam marchar contra a cidade”¹¹³.

Em resposta a esse ameaça, às oito horas da noite o capitão da Marinha Real Francesa no porto, o Contra-Almirante Le Marant, recebeu uma nota do Marquês de Aracaty, Ministro dos Negócios Estrangeiros, “que lhe informou que as tropas irlandeses e alemães estavam em plena insurreição e que havia massacrado muitos dos seus oficiais”¹¹⁴. Nesse documento, o Imperador em pessoa pedia assistência, caso necessário, para descer tropas francesas para que se “reconduzisse a ordem estes insurgentes”. Tempos depois, esse pedido foi realizado formalmente, e 500 homens destacados sob a supervisão do “Capitaine de Frégate de Rabaudy commandant le Lybio” foram enviados ao Ministro da Guerra, que se encontrava no Arsenal do Exército.

Bento Barroso Pereira, ministro da guerra, durante os conflitos que ocorreram no Campo da Aclamação se manteve alheio às ordens do Conde do Rio Pardo, tanto que, enquanto esteve na Glória, deu ordens expressas para que se movessem tropas do Catete para a Praia da Nossa Senhora da Glória¹¹⁵. Diante das instruções anteriormente dadas pelo Conde do Rio Pardo para manter a posição na ponte do Catete, o Brigadeiro

¹¹² *Annaes do Parlamento Brasileiro, op. cit.*, tomo II, pp.198-200. A referência de que o conflito tenha durado a noite toda vem da manchete da *Aurora Fluminense* do dia 16, ao afirmar que “nessas excitações e vistas se passou a noite do dia 11 para o dia 12, até que na manhã deste último dia os sediosos apertados pela nossa tropa, fulminados pela artilharia, e destituídos de munição, se entregaram”. FBN. *Aurora Fluminense*, nº55, 16/06/28, p.223-4.

¹¹³ Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.296. Seidler também narrou essa notícia: “Nisso corre repentinamente a notícia de que o 2.º Batalhão de Granadeiros e o 28.º de Caçadores estavam em vias de marchar contra a cidade e tomar ligação com as tropas aquarteladas no Campo de Sant'Ana”. Seidler, Carl, *op. cit.*, p.171.

¹¹⁴ Tradução Livre : “qui l'informait que des troupes Irlandaises et Allemandes étaient en pleine insurrection et avaient massacré plusieurs de leurs officiers” Le Marant, Rapport du C.A. Archives Nationales, Archives de la Marine, BB/4/506, Campagnes 1828. 10 Amérique du Sud. *apud* Disponível online em <www.capoeira-palmares.fr> consultado em junho de 2009.

¹¹⁵ FBN. *Ofício de Francisco de Lima e Silva*, Doc.20, nº7.

Francisco de Lima e Silva se negou a seguir as instruções do ministro. Naquela noite, ele recebeu o “capitão dos engenheiros Rangel, acompanhado do Tenente Coronel José Antonio de Castro”, que o questionaram se ele havia recebido a dita ordem do general Barroso, ao que prontamente respondeu que somente a seguiria se a mesma fosse feita por escrito. De uma forma ou de outra, as ditas peças (tropas) foram movidas.

Da mesma forma aparentemente equivocada, Bento Barroso enviou os oficiais franceses para o Arsenal da Marinha, onde ficaram até as 2 horas da manhã do dia 12, quando retornaram a bordo “de la Surveillante”¹¹⁶. Contudo, pouco tempo depois, Le Marant recebeu a informação que “o Imperador pediu minha equipe no castelo de São Cristóvão, e, portanto, para lá foi encaminhado”¹¹⁷. Resolvido o problema de comunicação, os marinheiros franceses chegaram de madrugada em São Cristóvão, acompanhados do ministro francês, o Marquês de Gabriac.

Após conter os soldados rebelados no interior do quartel, Pereira Valente partiu para “a ponte do Catete onde” realocou “as duas peças que se achavam na Glória”. Entre as 9 e 10 da noite ele deixou sob o comando das tropas ali estacionadas o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, dando ordens expressas de que “ao mais leve movimento da praia Vermelha devia marchar com ela para Botafogo”¹¹⁸. Na madrugada do dia 12, quando retornou para quartel, recebeu a informação da presença dos 700 homens das marinhas francesa e inglesa que seriam enviados a São Cristóvão¹¹⁹. Os marinheiros ingleses haviam desembarcado no Arsenal da Marinha por volta das 7 horas da manhã do dia 12 com ordens “de não fazer serviço algum, que não seja a guarda da Pessoa do Imperador”¹²⁰. Bento Barroso, no ofício em que deu a entrada dessa tropa, lamentou-se de que eles não podiam ser enviados para a Praia Vermelha, pois o “ministério contava com a força inglesa para aumentar a que se acha na entrada para a Praia Vermelha”¹²¹.

¹¹⁶ Le Marant, Rapport du C.A. , *op. cit.*, fl.78v.

¹¹⁷ Tradução Livre: “l'Empereur avait demandé mon équipage au château de S.t Christophe, et quem conséquence ils s'y étaient rendus”. *Ibid.*

¹¹⁸ *Annaes do Parlamento Brasileiro*, *op. cit.*, tomo II, pp.198-200; FBN. *Op. cit.*, II – 34, 16, 50, Ofício de Francisco de Lima e Silva, Doc.20, nº7.

¹¹⁹ Le Marant, Rapport du C.A. *Op. cit.*, fl.78v-79. A presença dos marinheiros estrangeiros é recorrente em outros documentos, como no livro da Testemunha Ocular em que afirma que o governo brasileiro “apelou para os almirantes das esquadras francesas e inglesa [...] que atendendo a solicitação fizeram desembarcar seus efetivos de marinha, isto é, 500 a 600 marinheiros a francesa, e 300 a 400, a inglesa, os quais ao romper do dia postavam-se na praça de São Cristóvão”. Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.296.

¹²⁰ Ofício ao Marquês de Aracaty. ANRJ. Ministério dos Negócios Estrangeiros, IR¹ 5.

¹²¹ *Ibid.*

Em seguida, o Conde do Rio Pardo principiou a negociação de rendição com os soldados no Campo da Aclamação, mas não sem antes “intimidá-los” com um “tiro de peça” em sua direção. O coronel Cotter, devido à sua influência entre os alemães e sua ligação com os irlandeses, foi incumbido pelo Conde de entrar no quartel. Lá pediu a “um oficial irlandês e outro alemão (de influência)” que conversassem com os outros soldados e se “entregassem a deposição e generosidade de Sua Majestade Imperial”¹²². Passado algum tempo “abriram o portão do quartel e cessarão hostilidades, responderam que estavam prontos para qualquer destino”¹²³.

Em São Cristovão apenas parte dos soldados envolvidos aceitou rapidamente a rendição, afinal de contas eles ainda esperavam que algumas de suas exigências fossem cumpridas no prazo dado pelo Imperador de oito dias¹²⁴. Na manhã da quinta-feira, dia 12, ordens haviam sido dadas para que “imediatamente receba quantos irlandeses e alemães se entregarem”, pois “no estado atual outra coisa senão deve cobrar”. Na medida em que os receberam “de baixo d’ escoltas”, foram enviados “para o Arsenal da Marinha”. Em ofício, o Ministro da Guerra afirmava ser imprescindível que se continuasse “a usar a força que for mister para reduzir os rebeldes, marcando-lhes o menor prazo de uma hora, para se declararem”¹²⁵. Os soldados alemães que resistiam no quartel depuseram suas armas e se entregaram depois do meio-dia diante das tropas francesas, que os acompanharam para o Arsenal da Marinha¹²⁶.

¹²² FBN, *Ofício do Coronel Cotter*, Doc.32, nº14.

¹²³ *Ibid.*

¹²⁴ *Annaes do Parlamento Brasileiro*, *op. cit.*, tomo II, pp.198-200.

¹²⁵ FBN, *Ofício de Bento Barroso Pereira*, Doc.33, nº15.

¹²⁶ “Vers le midi, l’Empereur revint à son chateau et de ce moment on s’occupa du moyen de réduire les insurgés allemands. Nos marins, d’après l’ordre de l’Empereur, marchèrent sur deux colonnes, une pièce de canon en tête de drásticos. Segundo seu relato, “morreram em combate setenta e três homens do nosso batalhão, entre os quais dezenove alemães, sem contar os feridos, dos quais muitos vieram a falecer posteriormente. Entre os brasileiros perderam noventa e sete infantes e vinte e três soldados de cavalaria, sem contar os feridos”, sendo o “número de civis e dos negros mortos foi ainda maior”. Mesmo que os dois tenham exagerado em suas versões, se compararmos com os números arrolados posteriormente pode-se presumir que os estrangeiros morreram em maior número. A Testemunha Ocular apresentou o total de “duzentos e trezentos indivíduos” que acabaram feridos ou mortos, nos periódicos dos dias seguintes ao conflito, esse número somente se manteve alto entre os estrangeiros. Particularmente, O *Censor Brasileiro* observou que “dos irlandeses faltam 100, e 50 dos alemães [...] e a perda nacional não passando de dez ou doze, inclusive os escravos”. Já Pereira da Silva enumera setenta estrangeiros mortos, e quarenta brasileiros entre mortos e feridos. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, *op. cit.*, tomo II, pp.198-200; Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, p.69; Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.298; FBN, *O Censor Brasileiro*, nº21, 23/06/28, pp.01-2; Pereira da Silva, João Manoel, *op. cit.*, p.290.

¹²⁶ Tradução livre : “[...] la populace, le flambeau à la main, s’amusa à chercher dans les jardins et sur les hauteurs environnantes les Irlandais qui s’y cachaient”. Debret, Jean-Baptiste, *op. cit.*, p.VI.

¹²⁶ Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, p.70.

¹²⁶ Seidler, Carl, *op. cit.*, p.170.chaque compagnie, et furent prendre position à une petite portée de fusil des casernes des Allemands. Les Anglais conservèrent leur position dans la cour du chateau, en

O resultado final da revolta foi desastroso para ambos os lados, entre os brasileiros foram verificadas diversas mortes, tanto de civis como militares, entre os soldados estrangeiros o resultado foi bem pior. As fontes não apresentam as mesmas informações quanto ao número de irlandeses e alemães mortos, ainda assim, o número de mortos entre eles é bem superior ao número de brasileiros¹²⁷.

O episódio do “motim das tropas estrangeiras” não pode ser caracterizado como um episódio único. Esse evento deve ser compreendido como dois momentos distintos que necessitam ser avaliados em suas particularidades, primeiro pela ação dos soldados alemães do 2º batalhão de São Cristovão na reivindicação dos seus direitos; e, segundo, com a explosão do motim pelos soldados irlandeses do 3º batalhão do Campo da Aclamação, um reflexo direto da relação tensa pela qual passavam desde sua chegada no Brasil, conflagrado pelo choque com os negros e brasileiros nas ruas da capital.

Os embates da noite do dia 11 evidenciaram a profundidade dessas rixas, materializando-se na agressividade desmedida entre os envolvidos, segundo Debret, um “combate desigual de cinquenta contra um, que parecia uma caça ao javali”. Durante toda a noite “a populaça, com chamas à mão, se entreteve em procurar pelos jardins e nas regiões elevadas por irlandeses que estavam escondidos”¹²⁸.

Bosche, quando saiu de madrugada para o Campo da Aclamação, deparou-se com um “grupo de Irlandeses que entravam incessantemente, os quais beijavam os [corpos de] Irlandeses e Alemães [feridos e mortos] maltratando ainda os cadáveres dos

attendant le résultat de la sommation que l'Empereur fit faire aux insurgés de mettre bas leurs armes devant les troupes avancées qui se composaient, comme je viens d'avoir l'honneur d'en rendre compte à Votre Excellence, de nos Marins, des Artilleurs Brésiliens manoeuvrant les quatre pièces qui marchaient en tête de nos compagnies, et d'un escadron de cavalerie Brésilienne. Les Allemands vinrent par compagnie mettre bas les armes devant le front de nos marins et de cette manière se termina cette insurrection”. Le Marant, Rapport du C.A., *op. cit.*, fl.79v-80.

¹²⁷ Embora o Conde do Rio Pardo tenha apresentado em seu relatório a morte de somente quatro brasileiros e de vinte três estrangeiros, Bosche, que esteve no dito quartel, apresentou números mais drásticos. Segundo seu relato, “morreram em combate setenta e três homens do nosso batalhão, entre os quais dezenove alemães, sem contar os feridos, dos quais muitos vieram a falecer posteriormente. Entre os brasileiros perderam noventa e sete infantes e vinte e três soldados de cavalaria, sem contar os feridos”, sendo o “número de civis e dos negros mortos foi ainda maior”. Mesmo que os dois tenham exagerado em suas versões, se compararmos com os números arrolados posteriormente pode-se presumir que os estrangeiros morreram em maior número. A Testemunha Ocular apresentou o total de “duzentos e trezentos indivíduos” que acabaram feridos ou mortos, nos periódicos dos dias seguintes ao conflito, esse número somente se manteve alto entre os estrangeiros. Particularmente, *O Censor Brasileiro* observou que “dos irlandeses faltam 100, e 50 dos alemães [...] e a perda nacional não passando de dez ou doze, inclusive os escravos”. Já Pereira da Silva enumera setenta estrangeiros mortos, e quarenta brasileiros entre mortos e feridos. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, *op. cit.*, tomo II, pp.198-200; Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, p.69; Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.298; FBN. *O Censor Brasileiro*, nº21, 23/06/28, pp.01-2; Pereira da Silva, João Manoel, *op. cit.*, p.290.

¹²⁸ Tradução livre : “[...] la populace, le flambeau à la main, s'amuse à chercher dans les jardins et sur les hauteurs environnantes les Irlandais qui s'y cachaient”. Debret, Jean-Baptiste, *op. cit.*, p.VI.

Brasileiros mortos”¹²⁹. Os negros que encontravam estrangeiros pelas ruas da cidade os matavam sem hesitação, “entre os infelizes que nesse dia sucumbiram ao ódio nacional e furor das facções, havia um natural de Brunswick, a quem cortaram nariz, orelhas e outras partes do corpo, que aqui não posso nomear, e enfiadas num cordão lhas penduraram ao pescoço”¹³⁰. Cena semelhante descreveu Debret, quando presenciou “pequenos negros ou mulatos, a idade de 10 a 12 anos, atirando-se em direção dos rins e pernas desses miseráveis, e não os deixar quando vinham lhes eliminar a golpes de bastão, de espada ou de faca”¹³¹.

Os dias seguintes não foram de calma, mas de ressaca dos eventos de quarta-feira, “os numerosos cadáveres mutilados que ainda jaziam insepultos nas ruas da capital, naturalmente instigavam o povo à vingança sanguinolenta”, era comum o grito de “mata esses cães estrangeiros”¹³². A alteridade despertada diante do horror do conflito fazia com que a xenofobia desse mais sentido a um, embrionário, sentimento de pertença à comunidade brasileira.

5.3 - As consequências do conflito

No dia 13 de junho, enquanto ainda se apanhavam os corpos na cidade – um deles o de um “soldado estrangeiro que a maré arrojou na praia da Saúde [...] com um ferimento na cabeça”¹³³ – o governo fez a conta dos estragos. O Conde do Rio Pardo recebeu os ofícios que relatavam o “estrago extraordinário que os Estrangeiros aquartelados no Quartel de Campo de Santana fizeram” ao “escritório” e à Casa da Guarda. Um desses ofícios ainda pedia para se dar “buscas nas caixas d’aqueles estrangeiros”, visto que haviam sumido “dois contos de reis em notas de banco”, valor que dizia respeito às férias que o caixeiro José Torres tinha recebido no dia anterior à revolta¹³⁴.

Esse não seria o último problema com o desaparecimento de objetos de valor, pois, nos dias seguintes, o Intendente Geral de Polícia recebeu a notícia de que “muitos Soldados Irlandeses nos dias da sua insubordinação perpetraram freqüentes roubos”.

¹²⁹ Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, p.70.

¹³⁰ Seidler, Carl, *op. cit.*, p.170.

¹³¹ Tradução livre : “[...] petits nègres ou mulâtres, de l’âge de 10 à 12 ans, se jeter aux reins et aux jambes de ces misérables, et ne les quitter que lorsqu’on venait les achever à coups de bâton, de sabre ou de couteau”. Debret, Jean-Baptiste, *op. cit.*, p.VI.

¹³² Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, p.70.

¹³³ FBN. *Cópias das cartas diárias da Divisão Militar da Guarda da Polícia*, Doc. 08, nº4.

¹³⁴ ANRJ. Polícia da Corte, Códice 323, Vol.09, Correspondências com diversas autoridades, fls.80-80v.

Desse modo, a “Secretaria d’Estado dos Negócios da Guerra” expediu ordens “para que Bordo dos Navios em que [...] se acham embarcados os soldados Irlandeses, se proceda a uma rigorosa revista no ato em que eles houverem de passar para as embarcações, que os devem conduzir para fora do Império”¹³⁵.

Ao mesmo tempo em que o governo se preocupava em resolver os problemas no quartel do Campo da Aclamação, a cidade também merecia atenção. Em 18 de junho, o intendente interino de polícia, Nicolau de Siqueira Queirós, seguindo ordens do Paço, afixou avisos pela cidade “proibindo que andem pessoas do povo armadas [...] principalmente escravos [...] por terem já cessado quaisquer receios”¹³⁶. Embora alguns escravos e libertos tenham entregado as armas que lhes haviam sido fornecidas, ou que tinham achado espalhadas pela cidade, como ocorrera com o escravo de José Antonio Fernandes de Sá que encontrou “uma espingarda do 3º batalhão de granadeiros na rua Larga de São Joaquim”¹³⁷, muitos devem ter aproveitado a situação para manterem a posse dos armamentos.

Diante disso, a ação do governo foi punir a todos os escravos encontrados armados “de qualquer qualidade que sejam (assim de dia como de noite)”, com castigos correcionais, e “no caso de renitência, com açoites”¹³⁸. A utilização dos negros e libertos para conter os amotinados nas ruas do Rio de Janeiro, além de contribuir para o agravamento do conflito na cidade, dando liberdade e armas para a ação dos grupos capoeiras, “se revelou uma arriscada decisão, pois desencadeou outro movimento, com potencial explosão social ainda maior que o anterior”¹³⁹.

Dias depois da revolta, alguns franceses que residiam na cidade sofreram as consequências desse recrudescimento da intolerância frente aos estrangeiros. Parte deles enviou ofícios para o ministério da justiça, pedindo para que fossem tomadas as devidas providências, já que “em consequência dos acontecimentos dos dias 10 e 11” alegaram que “sua segurança individual se acha gravemente comprometida”, pois “alguns gritos de ameaça se tem levantado” contra eles¹⁴⁰. Nesses mesmos ofícios escreveram que “as pessoas do povo” os confundiam com os “estrangeiros, amotinados e os assinala como cúmplices das desordens”. Depois de receber, em 27 de junho, a ordem para averiguar

¹³⁵ ANRJ. Polícia da Corte, Códice 319, Vol.02, Avisos I, fl.61; ANRJ. Ministério da Guerra, IG¹ 379, Correspondência entre o Ministério da guerra e Ministério da justiça.

¹³⁶ Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Seção Periódicos em Microfilme, *Diário Fluminense*, PR-SOR 00010 [1-8] [9-10], Rio de Janeiro, RJ, 17/06/28.

¹³⁷ FBN. *Cópias das cartas diárias da Divisão Militar da Guarda da Polícia*, Doc. 08, nº4.

¹³⁸ FBN. *Diário Fluminense*, 17/06/28.

¹³⁹ Soares, Carlos Eugênio Líbano, *op. cit.*, p.272.

¹⁴⁰ ANRJ. Polícia da Corte, Códice 319, Vol.02, Avisos, fl.61.

os incidentes, o comandante da polícia na corte enviou, em 14 do mês seguinte, uma resposta dizendo que “nada consta existir contra a segurança pessoal e individual dos Franceses”¹⁴¹.

Quem sabe o ataque fosse o resultado da culpabilidade atribuída ao francês Pezerat, chefe dos engenheiros, tendo em vista que os periódicos que relataram a explosão da revolta atribuíram a ele o estímulo para que os alemães se rebelassem¹⁴². Em sua resposta, enviada a diversos jornais, defendeu-se questionando a notícia de que havia “vociferado, e excitado a revolta entre os soldados”, já que quando se “dirigiu ao major [...] os soldados já haviam se retirado então para os lados do quartel por ter acabado a parada”¹⁴³.

De qualquer forma, os periódicos e a elite representada na Câmara tiveram como alvo preferido o governo e sua política de formação de tropas estrangeiras. Os responsáveis logo tiveram que dar mais explicações sobre o ocorrido. Assim, mesmo depois do Conde do Rio Pardo ter enviado em 23 de junho um relatório sobre os distúrbios, a Câmara dos Deputados pediu para que o Ministro da Guerra respondesse dezoito questões acerca do alistamento das tropas estrangeiras e dos motivos que levaram à explosão do conflito¹⁴⁴. Além de comprovar o quão alheia estava a maior parte dos deputados em relação às ações e políticas de arregimentação das tropas estrangeiras, esse documento reafirmou as suspeitas de que a manutenção dessas tropas consistia em um grave problema.

O ofício, em resposta às questões apresentada pela Câmara, só retornou em 18 de setembro, sendo que parte das explicações foi consideradas insatisfatórias pelos deputados. Logo no primeiro ponto, que requisitava um mapa dos oficiais nos batalhões de estrangeiros, os deputados receberam a informação de que “não lhe é possível satisfazer a esse pedido [...] em razão da irregularidade que tem havido no engajamento dos Estrangeiros”¹⁴⁵. Nos quesitos seguintes, ficou manifesta a dificuldade em se determinar a condição dos soldados e seu status como colonos ou militares. Nenhuma informação foi dada acerca do tempo de serviço que deveriam prestar os soldados, o ofício apenas culpava a forma com que havia sido feita sua arregimentação, pois não era

¹⁴¹ ANRJ. Polícia da Corte, Códice 324, Vol.1 Avisos, fl.25.

¹⁴² A manifestação dos alemães teria começado depois que ele “vociferado no meio do quartel, clamando contra o injusto castigo” os incentivassem. FBN. *Astrea*, nº297, 26/06/28, pp.1229-30; FBN. *O Censor Brasileiro*, nº21, 20/06/28, pp.01-2; FBN. *Aurora Fluminense*, nº55, 16/06/28, pp.223-4.

¹⁴³ FBN. *Astrea*, nº297, 26/06/28, pp.1229-30;

¹⁴⁴ ANRJ. Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Codes SDE, Pac. 1, Irlandeses 1828, doc.139-149.

¹⁴⁵ *Ibid.*, doc.142.

possível ter uma resposta precisa já que “que parte dos engajados vieram com promessas feitas pelo Major Schäfer, de servirem só 3 anos, outros engajados de 6, e outros sem ajuste ou declarações algumas”¹⁴⁶.

Do mesmo modo, ficou evidente a falta de comunicação entre as repartições responsáveis, já que quando foi inquirido se o Inspetor de Colonização Estrangeira havia reclamado os soldados como colonos, a Secretária de Negócios de Guerra escreveu que “não lhe consta [ilegível] que o Inspetor se corresponde [ilegível] com esta Secretaria d’Estado”¹⁴⁷. Na ressalva feita pelos deputados responsáveis pela avaliação do documento, se ponderou “perguntar-se ao Monsenhor Miranda”, o Inspetor de Colonização, sobre a situação, contudo presumiram que “isso pouco adiantara, pois é natural que ele responda que tais reclamações lhe não compete fazer, por que nada tinha com os estrangeiros uma vez alistados no Exército”¹⁴⁸.

É provável que os deputados soubessem que o Monsenhor Miranda tinha pedido sua exoneração do cargo desde 6 de julho, e por isso mesmo já pressupunham que não obteriam resposta satisfatória. Em seu pedido de demissão, disse ser “impossível continuar a ingerência [...] sobre os negócios dos Emigrados que tem vindo da Europa [...] por motivos que tocam na minha honra, pela má vontade que muitas ocasiões tenho encontrado nas Repartições Militares em tudo quanto lhes requisito, e finalmente por me parecer tal ingerência, ou intervenção inteiramente desnecessário, vista a falta de inteligência que essas Repartições tem comigo”¹⁴⁹.

Pedro Machado de Miranda Matheiro, o referido Monsenhor Miranda, teve papel de destaque no projeto de colonização alemã desde 1819, quando foi designado como organizador e inspetor da colônia de Nova Friburgo, onde permaneceu até 1821. Depois da independência permaneceu no Brasil, quando, devido à sua proximidade com o Imperador, foi rapidamente colocado no comando da Secretaria de Colonização Estrangeira. Uma vez que no projeto de imigração predominava o alistamento dos estrangeiros para as forças armadas, Monsenhor Miranda teve que lidar não só com os problemas advindos do personalismo administrativo de Schäfer, mas também com os diversos transtornos ocorridos em 1828 a partir da chegada dos irlandeses. Não é de se

¹⁴⁶ *Ibid.*

¹⁴⁷ *Ibid.* doc.7/144.

¹⁴⁸ *Ibid.*, doc.[ilegível] (provavelmente doc.148).

¹⁴⁹ ANRJ. Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Codes SDE, Pac. 2, Tropas de Várias Nacionalidades.

estranhar, portanto, que, em julho do mesmo ano, depois do problema com a revolta das tropas estrangeiras, que acompanhou de perto, tenha pedido sua exoneração do cargo¹⁵⁰.

Como forma de desviar as atenções e críticas sobre o problema das tropas, e mostrar que estavam sendo tomadas as devidas atitudes, o governo procurou punir rapidamente os responsáveis. Logo depois do conflito o Ministro da Guerra foi demitido, provavelmente em razão das confusões na movimentação das tropas e das ordens equivocadas, entre elas, a de mandar bombardear a fortaleza da Praia Vermelha devido ao temor de que os irlandeses lá estacionados se unissem aos do Campo da Aclamação¹⁵¹. Em seguida, em consideração a Barroso Pereira, os demais ministros “pediram” sua exoneração¹⁵².

As investigações para determinar a culpabilidade dos soldados começaram no dia seguinte, com o objetivo de “julgar os responsáveis pelo motim”¹⁵³. O 28º batalhão, que tinha passado sem agitações após a morte do major Thiola, foi enviado pouco tempo depois para a ilha de Santa Catarina¹⁵⁴, sendo condenado ao fuzilamento somente um soldado que matara um oficial brasileiro. Outros alemães, cerca de “30 a 40” envolvidos nos distúrbios foram condenados “à galé perpétua, e o restante a prisão em navios de guerra por tempo determinado”¹⁵⁵.

Os soldados enviados para as prisões ficaram sob condições precárias, particularmente os que confinados, em outubro, na nau Afonso. Nesta haviam sido presos soldados e oficiais do 2º e 3º batalhões, entre eles mulheres e crianças que os tinham acompanhado. Em ofício enviado a Pereira Valente pelo oficial responsável pela embarcação, Capitão Augusto Gunther Iunghans, foi pedido que o “Comandante das Armas da Corte e Província [...] se digne determinar as urgentes e necessárias providências para obviar as desordens, iminentes, que podem acontecer em consequência da desgraçada situação na qual se acham mais de setecentos homens [...]

¹⁵⁰ Em 21 de julho ele voltou a enviar um ofício ao governo pedindo sua demissão, escrevendo que “os motivos que tive para fazer aquela suplica, crescem de dia em dia”. ANRJ. Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Codes SDE, Pac. 2, Tropas de Várias Nacionalidades. Devido à sua influência e proximidade com o imperador, em decreto de outubro de 1828, foi nomeado para Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, sendo substituído no cargo em dezembro de 1828, assumindo como Ministro em janeiro do ano seguinte.

¹⁵¹ AHEx. Livro Códice 302, nº32, 1828, p.219.

¹⁵² FBN. *Diário Fluminense*, nº138, 20/06/28, p.549, Artigos de ofícios de 15/06/28.

¹⁵³ AHEx. Livro Códice 347, nº32, 1828, p.113v.

¹⁵⁴ Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, p.71; Seidler, Carl, *op. cit.*, nota 114.

¹⁵⁵ Testemunha Ocular, *op. cit.*, p.297; Seidler, Carl, *op. cit.*, p.172.

pois limita-se o necessário vestuário a uma camisa, ou a um par de calças e muitos deles, cobertos de vermina [sic], e rodeado de misérias”¹⁵⁶.

Depois de julgados e apontados os responsáveis, os soldados estrangeiros que permaneceram no exército brasileiro conseguiram, com o passar dos meses, que parte de suas exigências fossem atendidas¹⁵⁷. Com certeza, isso ocorreu em razão do movimento dos alemães durante a manifestação, pois, ainda que seus protestos tenham gerado grande violência, suas manifestações visavam a objetivos específicos, levando-os a se organizar em defesa de seus direitos. Vale ressaltar que a Guarda Imperial do Paço, composta de alemães, se manteve ao lado do Imperador durante os dias de conflito e, somente no dia 14, foi detida pelo Conde do Rio Pardo e levada para junto do restante dos alemães¹⁵⁸.

Nos dias seguintes à revolta, alguns soldados alemães que tinham alguma influência no exército, particularmente aqueles da guarda do Paço, procuraram socorrer seus companheiros, escrevendo para as autoridades e explicando o que havia ocorrido. Uma dessas manifestações foi escrita por Seweloh, major graduado do exército brasileiro que havia sido condecorado naquele mesmo mês com a Ordem do Cruzeiro, e era próximo ao Marquês de Barbacena desde a participação de ambos na campanha no sul¹⁵⁹.

Devido à sua condição, teve liberdade para rememorar todas as exigências que já tinham sido feitas anteriormente, deixando claro que “as desordens do 2º Batalhão de Granadeiros não tiveram tendência nenhuma política”. Em seu ofício, deixou claro que o ocorrido se originara de um “ato de insubordinação provocado por repetidas ferocidades do Major e rebentado na bárbara execução a tal ferocidade”¹⁶⁰. Outra vez, o grande problema era a “iniqüidade da autoridade competente que tinha concedido aos Irlandeses, contratos e vantagens que nunca tinham podido alcançar os Alemães”, e para resolver isso era necessário uma “capitulação militar”. Dizia ainda Seweloh que “com lágrimas nos olhos ouvi dizer soldados d’aqui já nunca mais poderemos com honra voltar a nosso país, ou mudar de camisa sem vergonha, porque já levamos a marca do Brasil nas costas, a qual ninguém escapa”. Lamentou-se que só depois da “realidade

¹⁵⁶ ANRJ. Ministério da Guerra, IG¹448.

¹⁵⁷ Mesquista, Regina Márcia Bordallo de, *op. cit.*

¹⁵⁸ *Annaes do Parlamento Brasileiro, op. cit.*, tomo II, pp.198-200; Bosche, Eduardo Theodoro, *op. cit.*, p.64.

¹⁵⁹ Seweloh, A. A. F, *op. cit.*, Sobre Seweloh ver o capítulo 2.2 - O imperativo de contornar a crise na Cisplatina.

¹⁶⁰ ANRJ. Ministério da Guerra, Série Guerra, IG¹ 614, Ofício de Seweloh.

d'um crime”, citando os eventos da revolta, que “se aplique conselho de guerra”. Terminou apontando o crônico desvio da massa, pois que “o soldo do pobre soldado é pequeno e por mil razões é muitíssimo essencial que o soldado nunca seja roubado”¹⁶¹.

Suas observações revelam ainda detalhes do que ocorrera no quartel em São Cristovão na manhã do dia 11, quando grande número de irlandeses que havia chegado do Campo da Aclamação foi expulso pelos soldados alemães. Nesse documento ressalta que o Batalhão não fez “reunião com outros estrangeiros” e “com força” se opôs “contra os roubos de alguns Irlandeses, e o projeto deles unir-se com o Batalhão [...] não só não entraram nos projetos atrevidos de alguns bêbados que queriam pôr-se a testa porem que mesmo com decidido merecimento influíram sobre os bons de se opor com eles, e de acomodar os rebeldes em momentos críticos”¹⁶².

Para Seweloh, esta seria a principal informação a corroborar sua reivindicação acerca dos direitos dos alemães e de sua isenção sobre os conflitos mais graves, já que somente depois do retorno dos irlandeses para seu quartel, quando se depararam com os negros nas ruas adjacentes, é que se dera o agravamento do conflito.

A presença dos negros como parte essencial para a disseminação da violência era tão evidente que, em 23 de junho, quando se falava sobre o armamento dos escravos, o periódico *O Censor Brasileiro* publicou texto defendendo tal atitude contra aqueles que culpavam “os que deram armas aos negros – inflamando os irlandeses, e dos que colocaram estes nos quartéis”¹⁶³. Nessa defesa, apoiada por outros periódicos como a *Astrea* e a *Aurora Fluminense*, e que tinha como principal alvo o *Rio Herald*, forjou-se a imagem dos irlandeses como os grandes vilões. Chamando-os de “miseráveis, que nem porção de batatas acham para sua fértil pátria faltar a fome”¹⁶⁴, esses jornais observavam que desde sua chegada “as muitas patifarias que os do quartel do Campo faziam a todo os instantes, tendo por divertimento espancar e ferir os pretos [...] nunca a

¹⁶¹ Seweloh ainda observou que “O rancho mal administrado pelos empregados [ilegível] e atrevem-se de tratar os soldados como porcos”. Sobre a massa o texto completo diz: “E não pude suficientemente entrar na organização desde ramo, porém se nos todos exércitos é introduzido de deduzir uma bagatela do soldo mensal para que o soldado tenha sempre algum dinheiro disponível para ter os pequenos fardamentos em boa ordem e para pagar o caixão de enterro quando o soldado morre esta quantidade na infantaria nunca excede a 4.000 Reis, e sendo completa, o soldado recebe [esta quantia] e deve receber o soldo inteiro que S. M. lhe abona, da mínima irregularidade depois nasce suspeito e desconfiança contra os superiores, - no Brasil como em outras parte do mundo. Obrigação de dar contas e clareza nelas e o meio tão fácil como simples para segurar a boa fé, e prevenir as desordens, seja aonde for. O soldo do pobre soldado e pequeno e por mil razões e muitíssimo essencial que o soldado nunca seja roubado”. *Ibid.*, fls.11-11v.

¹⁶² *Ibid.*, fls.11v-12.

¹⁶³ FBN. *O Censor Brasileiro*, nº21, 23/06/28, pp.01-2

¹⁶⁴ *Ibid.*

Cidade se viu tão inundada de furtos e assassinos [...] os Alemães [...] ficaram perdidos depois que se misturaram com os Irlandeses, sua disciplina e morigeração voou, e se tornaram mais ladrões e perversos que os seus mestres”¹⁶⁵. A *Aurora Fluminense*, o mais aguerrido diário a vituperar contra os irlandeses e alemães¹⁶⁶, exclamou em sua descrição da revolta que “nós não abominamos os forasteiros, não temos em ódio nem Irlandeses nem Alemães; desarmados, vivendo pacíficos no meio de nós, empregados na agricultura e no trabalho, nós os prezamos, e encaramos neles homens iguais a nós; irmãos nossos. O que abominamos é o Despotismo, o terror, e os seus instrumentos”¹⁶⁷.

Analisando mais de perto a posição da *Aurora*, percebe-se uma tendência que foi seguida pelos demais periódicos, nos anos seguintes, quando se intensificaram ainda mais os ataques à política de arregimentação de estrangeiros e suas consequências. Em março do ano seguinte, a *Aurora* continuou a questionar a preferência dada pelo Imperador a estrangeiros, o que constituía um “grave insulto a fidelidade dos brasileiros”¹⁶⁸. Editores liberais, como Evaristo Ferreira da Veiga da *Aurora*, questionavam o patriotismo de D. Pedro, atitude que perduraria por anos após a revolta. Dois anos depois, o *Perilampo Popular* escreveu que o governo “ao invés de defender a liberdade” e os direitos dos brasileiros, ao contrário trouxe “mercenários estrangeiros” para os “escravizar”¹⁶⁹. De forma semelhante, o *Repúblico*, em outubro de 1830, escreveu que as tropas estrangeiras defendiam somente a dinastia de Bragança e não a liberdade do povo brasileiro, ou sua constituição¹⁷⁰. A revolta das tropas estrangeiras, e sua continua presença no cenário nacional, fez com que essa tendência se mantivesse forte entre os editores, com destaque para os liberais, os quais “retratando o espectro do absolutismo como a face do mau para o povo brasileiro” destacaram o papel do Imperador em “cercear os direitos do povo”¹⁷¹.

Se a participação da imprensa pode ser considerada um dos principais elementos que abalou o equilíbrio do poder nos momentos prévios à abdicação, em abril de

¹⁶⁵ FBN. *Astrea*, nº294, 176/06/28, pp.1217-8.

¹⁶⁶ Desde o começo de 1828, na edição de 07/01, eles atacavam o sistema de arregimentação de estrangeiros feito de forma arbitrária pelo governo. FBN. *Aurora Fluminense*, nº06, 07/01/28, p.22; FBN. *Aurora Fluminense*, nº10 de 21/01/28, pp.38-9.

¹⁶⁷ FBN. *Aurora Fluminense*, nº55, 16/06/28, pp.223-4.

¹⁶⁸ FBN. *Aurora Fluminense*, 18/03/29, p.167.

¹⁶⁹ *Perilampo Popular*, 18/12/1830, p.8. *apud* Wisser, William M. *Rhetoric and Riot in Rio de Janeiro, 1827-1831*. Tese de doutorado, University of North Carolina, Chapel Hill, 2006, pp.177-181.

¹⁷⁰ *Repúblico*, 08/12/1830, p.20 *apud* Wisser, William M, *op. cit.*, pp.177-181.

¹⁷¹ Tradução livre: “[...] portrayed the specter of absolutism as a very evil facing the Brazilian people”, destacando o papel do Imperador em “curtail the rights of the people”. Wisser, William M, *op. cit.*, pp.177-181.

1831¹⁷², também se pode verificar que foi a partir de 1828 que “a persona de Pedro I passa a ser cada vez mais depreciada na imprensa pela corrente reconhecida como *liberal*, que o definia como *tirano e absolutista*”¹⁷³. As construções sobre a imagem da revolta dos estrangeiros, fortemente vinculadas a esses adjetivos, e a responsabilidade do governo frente aos acontecimentos contribuíram para que o evento se tornasse um elemento central nos discursos a favor da abdicação. O relatório do ministro da justiça, Manoel José de Souza França, escrito após a abdicação do Imperador, pode ser considerado um exemplo desse tipo de discurso. Para o ministro, o “Ex-Imperador” desamparado da força armada, que o servia como instrumento da “tirania contra as Liberdades da sua Pátria”, “conheceu que tinha perdido para sempre o Trono”, fugindo então “com parte da família foi procurar entre estrangeiros aquela salvação que sua consciência lhe negava”¹⁷⁴.

Argumentando que os irlandeses haviam sido os deflagradores da violência ou os responsáveis pela explosão da revolta, os alemães, ou bem por meio de seus relatos ou através de seu posicionamento na defesa de seus direitos, construíram, a partir desta ótica que lhes era favorável, uma representação particular do conflito. Não é estranho, portanto, que o único relato em que os irlandeses apareciam apenas como coadjuvantes tenha sido escrito por John Armitage, comerciante britânico que residiu no Rio de Janeiro entre 1808 e 1831¹⁷⁵.

Além do grande número de mortos, a consequência do evento para os irlandeses foi o envio da maioria dos colonos para fora do Império e a prisão dos soldados e de parte dos oficiais. Nos dias seguintes à revolta, eles foram colocados a bordo das embarcações no porto, onde deveriam permanecer até que fosse decidido o que seria feito com eles¹⁷⁶. Todos os procedimentos foram acompanhados pelas autoridades britânicas no Rio de Janeiro, o ministro Britânico Robert Gordon, “e o almirante Inglês,

¹⁷² Wisser, William M, *op. cit.*, pp.234-41.

¹⁷³ Pandolfi, Fernanda C. A Imprensa e a abdicação de D. Pedro I em 1831: História e Historiografia. In: *Anais do XVIII Encontro Regional de História, O historiador e seu tempo*. ANPUH-SP, 2006.

¹⁷⁴ Souza França, Manoel José de. *Relatório do Ministério da Justiça do ano de 1830, apresentado à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil na sessão de 1831*, p.04. Disponível online em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>> acessado em 2008.

¹⁷⁵ Armitage, John, *op. cit.*, pp. 153-154.

¹⁷⁶ Em ofício datado de 30 de junho de 1828 foram expedidas as ordens para embarcar todos os irlandeses restantes na Praia Vermelha. AHEx. Livro Códice 180, nº206, 1828, Ordens da Corte – General das Armas, 30/06.

tinham o poder para abastecê-los com todo o necessário”¹⁷⁷ para que pudessem então enviá-los para seu novo destino.

Ciente de que vários oficiais irlandeses que não estiveram envolvidos nos conflitos se encontravam detidos, Mr. Arthur Aston, o Secretário da Legação Britânica escolhido por Robert Gordon, “imediatamente requereu às autoridades competentes para que eles fossem encontrados”¹⁷⁸. A despeito das dificuldades decorrentes da burocracia das repartições militares, em 14 de julho enviou um ofício para as autoridades responsáveis para “mandar expedir as convenientes ordens para amanhã poder retirar da Fortaleza de *Villegaignon* os irlandeses”¹⁷⁹. No momento em que o Monsenhor Miranda, a quem fora entregue o ofício, o reencaminhava para José Clemente Pereira, chegou o secretário Arston pedindo “uma ordem [...] para se lhe entregarem [todos] os irlandeses que se acham nas Fortaleza, e embarcações de guerra”¹⁸⁰. Não bastasse a urgência para que os irlandeses fossem soltos, já que os navios que iriam levá-los para fora do Império já estavam prontos, as autoridades britânicas sabiam como era irregular a comunicação entre as repartições, o que explica a presença de Arston pressionando Miranda Matheiro para que fossem dadas as necessárias ordens, ou que o indicasse quem as poderia dar¹⁸¹. Foram encontrados cerca de 30 irlandeses “confinados nos calabouços da Fortaleza de Villegaignon”, e outros grupos de oficiais “silenciados nas celas das prisões em diferentes ilhas”¹⁸².

A notícia desses oficiais presos se espalhara, desde junho, pelos jornais do Rio de Janeiro. No dia 20 daquele mês, quatro soldados presos “en camara baja del Navio Principe Real”, encarcerados ao lado de prisioneiros de guerra vindos da Cisplatina, reclamaram da condição em que se encontraram em cartas enviadas a periódicos¹⁸³. A defesa desses irlandeses foi feita principalmente pelo correspondente do *Rio Herald*, o “Amigo da Verdade”, que foi depois duramente acusado pela *Aurora Fluminense* de apologista das tropas estrangeiras, denominadas diversas vezes de “mamelucos da Irlanda” e dos territórios germânicos¹⁸⁴.

¹⁷⁷ Tradução livre: “[...] and the English admiral, had power in his name to supply them with every necessary”. Walsh, Reverend Robert, *op. cit.*, p.294.

¹⁷⁸ Tradução livre: “immediately applied to the proper authorities to have them found out”. *Ibid.*, p.295.

¹⁷⁹ ANRJ. Ministério da Guerra, Caixa 824, Fundo Og, Codes SDE, Pac. 2, Tropas Irlandesas.

¹⁸⁰ *Ibid.*

¹⁸¹ *Ibid.* Constatam três ofícios do Monsenhor Miranda pedindo para que o governo respondesse prontamente as exigências do cônsul britânico.

¹⁸² Tradução livre: “confined in the dungeon of the fortress of *Villegaignon*”, e outro grupo de oficiais “shut up in the cells of the prisons in the different islands”. Walsh, Reverend Robert, *op. cit.*, p.295.

¹⁸³ FBN. *Censor Brasileiro*, nº21, 20/06/28, pp.01-2. Carta de Les Oficiales Prisioneres.

¹⁸⁴ FBN. *Aurora Fluminense*, nº62, 02/07/28, pp.253-4.

No dia 16 julho, o Conde do Rio Pardo enviou às autoridades britânicas os nomes de seis irlandeses que ainda estavam presos nas “Cadeias da Casa de Suplicação”¹⁸⁵. Esses homens, então espalhados por diversas prisões, foram reunidos na nau Afonso para serem depois libertados¹⁸⁶. Embora, depois dos inúmeros requerimentos da Legação Britânica, a maior parte dos oficiais tenha sido libertada, um “número de oficiais inferiores ficou para trás, até que foram totalmente esquecidos”¹⁸⁷. A ação dos militares brasileiros foi muito contestada pelos irlandeses, que acusavam-nos de não haver sido realizada qualquer “Corte Marcial ou investigação” para prendê-los. Depois de soltos e longe do Brasil esses oficiais alegaram que houvera duas tentativas de assassinato perpetradas contra eles¹⁸⁸.

No mês seguinte à revolta, saíram do império 1326 irlandeses em cinco embarcações diferentes¹⁸⁹. Em 02 de julho, a bordo do Moro Castle, 310 foram enviados de volta a Irlanda; no dia seguinte, no Phoebe, mais 154 foram reconduzidos para sua terra natal; em 17 de julho, partiu em direção a Cork, o Hoppett com 410 indivíduos; em 23 e 25 do mesmo mês saíram respectivamente o Highlander e o Henry Arnot, levando o primeiro 219 e o segundo 233 irlandeses.

Junto com os irlandeses que retornavam à sua terra natal, chegaram também mais notícias dos acontecimentos no Rio de Janeiro. Alguns desses imigrantes, quando desembarcaram no porto de Cork em setembro, lamentavam-se do “desastre total da expedição ao Brasil”¹⁹⁰. Um deles relatou os doze meses de “grande aflição e miséria” que só não terminaram em maior desgraça pelas ações do capelão britânico na cidade, ainda assim, dizia que “a mortalidade entre os irlandeses no Rio foi espantosamente

¹⁸⁵ Nessa lista constavam os nomes grafados de: “James Robresão, Denis grafim, Germial Twonjo, Wilião Berggei, Germial Clariel e John Silvan”. É obvio que os nomes haviam sido escritos pela autoridade brasileira responsável a partir de sua compreensão da declaração dos acusados. *Ibid.*. Soltos eles foram enviados para a Praia Grande onde o inspetor de colonização estrangeira iria resolver o destino que lhes seria dado. Contudo, em 22 de novembro novas ordens foram expedidas para eles fossem presos, pois “ali não tem comparecido [Armação da Praia Grande], sendo recear que causaram algum desastre pela indisposição geral que já contra eles ou que principiêm acometer roubos e outros crimes”. ANRJ. Polícia da Corte, Códice 319, vol.02. Avisos I – 1825-33, p.61.

¹⁸⁶ Em um ofício de Francisco Cordeiro de Silva Torres a Miguel de Souza Mello e Alvin, era “mandado remover da Fortaleza de S. Cruz para bordo da Nau Afonso cinquenta dos Irlandeses.”. AHEx. Livro Códice 151, p.277.

¹⁸⁷ Tradução Livre: “numbers of inferior rank remained behind, till they were altogether forgotten”. Walsh, Reverend Robert, *op. cit.*, p.295.

¹⁸⁸ National Library of Australia. *The Sydney Gazette and New South Wales Advertiser*, Tuesday 20 January 1829, page 3, disponível online em <<http://nla.gov.au>> acessado em junho de 2009.

¹⁸⁹ As embarcações com as datas e saídas podem ser encontradas no Diário Fluminense: FBN. *Diário Fluminense*, números 4, 6, 23, 24. Exemplares de Julho de 1828.

¹⁹⁰ Tradução livre: “total failure of the Brazilian Expedition”. 19TH Century British Library Newspapers. The Belfast News-Letter, 16/09/1828, disponível online em <<http://newspapers.bl.uk/blcs/>>, consultado em maio-junho de 2009.

além de qualquer expectativa”; concluiu que, ao menos, eles haviam se rebelado “em conjunto com as tropas alemãs”¹⁹¹. Em sua descrição, e com certeza na da maioria dos irlandeses que retornaram, relatava que tinham tido o pior tratamento possível, o que levava a inevitáveis distúrbios. A revolta dos batalhões representou para esses homens e mulheres uma justa reivindicação do que lhes havia sido prometido já que “nenhuma promessa do Coronel Cotter foi cumprida”. Mesmo com soldo superior ao dos alemães, o valor que lhes foi pago estava distante dos “três shilling” diários prometidos pelos agenciadores na Irlanda.

Contudo, desde agosto, já haviam chegado à Europa as primeiras cartas sobre os conflitos no Rio de Janeiro. Os diversos periódicos do Reino Unido retrataram o acontecido a partir de notícias enviadas pelos comerciantes e autoridades britânicas que residiam na cidade. O primeiro deles foi o *The Morning Chronicle* de 15 de agosto, que descreveu o início da revolta, na quarta-feira, como uma “disputa que tomou lugar entre os regimentos estrangeiros e os soldados negros”¹⁹². Entre as observações e versões que se repetiram nas notícias desses jornais a mais constante era de que o “motim” somente começara no dia 12, depois dos eventos no Campo da Aclamação. O *The Newcastle Courant*, em 23 de agosto, veiculou essa mesma informação, mas adicionou dois novos elementos que também foram repetidos posteriormente: que os irlandeses somente haviam tomado parte no levante depois dos alemães, “e ambos marcharam como um corpo aclamando pela reparação de suas queixas”¹⁹³, e que o governo brasileiro dependera dos “fuzileiros navais das embarcações de guerra inglesa e francesa no porto” para conter a revolta¹⁹⁴.

Essa versão imagem do motim das tropas estrangeiras, tal como veiculada pelos jornais britânicos, demonstra que a notícia dos acontecimentos chegou ao Reino Unido atribuindo-se ao governo brasileiro a pior imagem possível, pois, além de destacar as condições desumanas a que tinham sido submetidos irlandeses e alemães, também

¹⁹¹ National Library of Australia, *op. cit.*, Tuesday 20, January 1829, page 3.

¹⁹² Tradução livre: “[...] dispute took place between the foreign regiments & the Black soldiers”. 19TH Century British Library Newspapers. *The Morning Chronicle*, 15/08/1828, loc. cit.

¹⁹³ Tradução livre: “[...] and both marched about in a body shouting for the redress of their grievances”. 19TH Century British Library Newspapers. *The Newcastle Courant*, 23/08/1828, loc. cit.

¹⁹⁴ Tradução Livre: “[...] marines from the English and French vessels of war in the harbour”. Essas notícias voltariam a ser veiculadas nas edições de 16, 18 e 19 de agosto do *The Morning Chronicle*; no *The Belfast News-Letter* de 19 de setembro; no *Examiner* de 17 de agosto; no *The Derby Mercury* de 20 de agosto; no *Caledonian Mercury* de 21 de agosto; e no *Liverpool Mercury* de 23 e 29 de agosto. Todos os jornais foram pesquisados no: 19TH Century British Library Newspapers, loc. cit.

ressaltava que o movimento só pode contido graças à presença dos marinheiros estrangeiros.

Ainda que a maioria dos irlandeses que deixaram o Brasil tenha sido enviada de volta à sua terra natal, um grupo de imigrantes tentou novamente fundar um núcleo colonial, mas desta vez no Canadá. Tratava-se do grupo que, liderado pelo capelão William O'Grady e seu irmão mais novo, John O'Grady, tomara parte nas reclamações e distúrbios ocorridos a partir de março¹⁹⁵. Com a ajuda de Robert Gordon, O'Grady conseguiu que cerca de 500 homens e suas famílias fossem realocados para a região de Halifax e Saint John, no "Upper Canada".

O'Grady e sua mulher, D. Ann Grady, juntamente com seus dois filhos, partiram do porto do Rio de Janeiro em direção à cidade de York em 21 de junho¹⁹⁶. Na chegada, foram apresentados a Angus MacDowell, ministro religioso da região de St. Paul, que procurava pastores irlandeses para a crescente comunidade. Graças às boas referências dos bispos de Cork e do Rio de Janeiro, O'Grady foi indicado para a região de York, cargo que somente assumiu oficialmente em janeiro de 1829. Pouco tempo depois, os irlandeses vindos do Brasil foram enviados para a mesma região, sob a supervisão do coronel Robert Baldwin, irlandês que ajudara Cotter a alistar os imigrantes em 1827.

A partir de 1830 a região de York passou por um rápido crescimento populacional devido ao massivo número de imigrantes irlandeses pobres que para lá se dirigiram. Os imigrantes vindos do Brasil participaram ativamente da comunidade irlandesa católica. O'Grady se envolveu com a elite de York e ajudou na expansão do catolicismo na região, viajando como missionário aos condados vizinhos. Diversas vezes foi mandado para estabelecer novas igrejas e para supervisionar os fundos para a formação de escolas paroquiais. Como redator e depois dono do jornal *The Catholic*, envolveu-se em diversos problemas devido aos seus projetos radicais de expansão do catolicismo, colocando-se em confronto com a política aristocrática de MacDowell. Baldwin teve destaque ao seu lado como idealizador e responsável pela construção de igrejas e escolas, sendo escolhido como juiz de paz, comissário de estradas e coronel de milícia. Quando explodiu a rebelião dos reformadores da região do "Upper Canada", em 1837, O'Grady manteve-se alheio aos eventos, pois "ele não queria estar envolvido em

¹⁹⁵ Nicolson, Murray. William O'Grady and the Catholic Church in Toronto Prior to the Irish Famine. In: MCGowan, Mark George. Clarke, Brian P. (org.) *Catholics at the gathering place 1848-1991*. Canadian Catholic Historical Association, 1990. Toda a informação sobre O'Grady após sua partida do Brasil foi colhida dessa fonte.

¹⁹⁶ FBN. *Diário Fluminense*, nº139, 21/06/28, p.356.

ações violentas”¹⁹⁷, enquanto Baldwin comandou 1,200 homens para proteger a região de Niágara dos rebeldes¹⁹⁸.

Cerca de 400 irlandeses ficaram no Brasil, parte deles no Rio de Janeiro. Entre esses alguns homens de “Waterford and Lismore foram engajados em uma pedreira” próxima à residência do reverendo Robert Walsh, e uma família natural de Tipperary, de sobrenome Cook, foi realocada para uma fazenda na Serra dos Órgãos com ajuda de investimentos particular de “Messrs. Marsh and Watson”¹⁹⁹.

Em 1838, dez anos após a chegada dos imigrantes, Mary, uma irlandesa que tinha perdido seu marido no evento de 1828, fazia regularmente serviços domésticos e de secretária. O pastor metodista Daniel P. Kidder, quando esteve no Rio de Janeiro, contratou-a como empregada²⁰⁰. Conforme relato de Kidder, Mary, em dado dia, teria saído pela cidade sem, contudo, retornar “no prazo prometido”; ele recebeu então uma carta, escrita “em bela caligrafia e até mesmo com alguma elegância de forma”, em que ela avisava que “por uma clamorosa injustiça da polícia tinha sido recolhida à Casa de Correção, onde depois de lhe terem cortado os cabelos, a obrigaram a carregar terra como escrava”²⁰¹.

A mulher havia sido presa por “provocar algazarra pelas ruas” embriagada, e fora condenada a um mês de prisão. Depois de liberta, voltou a trabalhar com o pastor, mas só depois que “concordou com grande relutância” na restrição do uso de bebidas, “principalmente porque se aproximavam as festas de Natal” e “estava acostumada a celebrar com uns golinhos de vinho”. Depois do serviço para Kidder, ela aproveitou suas economias e “tomou acomodações na Praia Grande onde as despesas não eram muito elevadas e lá ficou descansando até que o dinheiro estivesse quase terminado”. Tempos depois, estava novamente empregada na “alta categoria de despenseira de uma rica família brasileira” e orgulhosa espalhava que “tinha autoridade sobre numerosos escravos e era frequentemente convidada a acompanhar as senhoras a Igreja”²⁰².

Outra irlandesa, dessa vez em Santa Catarina, que partira junto com os soldados do 28º batalhão de caçadores que para lá foram enviados depois da revolta, foi

¹⁹⁷ Nicolson, Murray, *op. cit.*, p.37.

¹⁹⁸ As informações sobre Robert Baldwin foram retiradas de The Dictionary of Canadian Biography Online, disponível online em <<http://www.biographi.ca>> acessado em julho de 2009.

¹⁹⁹ Walsh, Reverend Robert, *op. cit.*, p.297.

²⁰⁰ Kidder, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil*. Itatiaia, São Paulo, 1980, p.94.

²⁰¹ *Ibid.*

²⁰² *Ibid.*, pp.95-6.

mencionada nos relatos do soldado suíço Heinrich Trachsler²⁰³. Acompanhando os soldados essa “alta e robusta vendeira (irlandesa) distinguia-se” em marcha com a tropa “pela sua coragem e bom humor”²⁰⁴. Sua história era conhecida pelos demais soldados, ela havia seguido seu primeiro marido na guerra peninsular onde ele morreu. Posteriormente, casada com um irlandês que conhecera durante os conflitos, veio para o Brasil com seu novo esposo em busca de terra para poderem viver. Infelizmente seu segundo marido morreu nos conflitos no Rio de Janeiro, durante a revolta dos batalhões estrangeiros. Pouco tempo depois, envolveu-se com um sargento alemão do 28º batalhão, e o acompanhou em sua viagem ao sul. Junto com os soldados, “aos cantos e assobios trotava essa amazona irlandesa atrás do batalhão, ao braço esquerdo uma caçarola com um balaio e habitualmente, na direita, um forte bastão”, trazendo ao seu lado duas filhas, uma com quatorze anos e outra com doze.

Sua presença foi marcante para as tropas, pois “sem pudor algum” entrava ‘no leito do rio [...] envaidecida do seu encanto provocante e indiferente aos gritos dos soldados’, enquanto as filhas a avisavam: “Mãe, está à vista a sua inocência”. Era ela que entre as mulheres recolhia lenha por alguma “moeda ou a crédito”, sendo que também auxiliava os soldados, carregando repetidas vezes “a mochila ou o fuzil e portou-se em nossas caminhadas como pessoa prestimosa, decidida, corajosa”. Por tudo isso, foi considerada “a mãe dos soldados”, e conquistou, entre eles, muito respeito.

Outra parte dos que ficaram no Brasil já haviam sido enviados, em 15 de março de 1828, antes mesmo da eclosão da revolta, para fundar uma colônia na Bahia²⁰⁵. Após quinze dias de viagem, do Rio de Janeiro até Salvador, ficaram sob a responsabilidade do secretário do governo inglês, Jonathas Abbott, que os encaminhou para o Convento do Carmo, onde ficaram as 101 famílias²⁰⁶.

Embora tivessem sido enviados para formar uma colônia, meses após sua chegada, em julho daquele ano, a Junta da Fazenda da Bahia enviou para a Câmara dos deputados, no Rio de Janeiro, um ofício reclamando a verba para esse fim.. Até aquele momento, devido à falta de recursos, tinham sido arranjados “como soldados, dando-

²⁰³ Berger, Paulo (org.), *op. cit.*

²⁰⁴ *Ibid.*, p.323. Toda a informação obtida dessa irlandesa está condensada em um único parágrafo escrito pelo soldado alemão Heinrich Trachsler.

²⁰⁵ FBN, Seção de Manuscritos, *Transporte de irlandeses para colônia na Bahia*, II – 34. 15, 55.

²⁰⁶ Basto, Fernando L. B. *Ex-combatentes irlandeses em Taperoá*. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1971.

lhes uma razão e pondo-lhes a disposição de quem quisesse tirar um para criado”²⁰⁷. É provável que, em decorrência dessa situação, um dos irlandeses então em Salvador, de nome Francisco Linchan, tenha arranjado problemas com o responsável Jonathas Abbott. Contudo, senão todos, ao menos parte desses irlandeses foi enviada em julho para a Comarca de Ilhéus para que finalmente se organizassem em uma colônia nas margens do Rio do Engenho, em Taperoá²⁰⁸.

Ainda que em agosto tenham de fato fundado a colônia, não permaneceram muito tempo na região. O primeiro problema foi a difícil adaptação ao clima e às doenças típicas, fazendo com que em pouco tempo alguns deles adoecessem. Seis irlandeses foram enviados, em 20 de outubro, para o Hospital Militar em Salvador “a fim de se tratarem das moléstias adquiridas”²⁰⁹. Em correspondência enviada ao Imperador, em setembro de 1829, José Egidio Gordilho de Barbuda relatou as péssimas condições do assentamento dos irlandeses, escrevendo que “os referidos colonos de não quererem mudar de estabelecimento, que tanto custo lhes foi preparado [...] [eram] homens sem disposição alguma para a cultura de terras, velhos, ébrios, enfermos em geral, são incapazes de desempenhar a colonização, inutilizando assim a despesa”²¹⁰.

A situação desses colonos somente piorou e, em 22 de janeiro de 1830, Gordilho de Barbuda enviou novo ofício pedindo ao Imperador para que “decidisse a sorte dos referidos colonos, pois o Erário não podia continuar despendendo grandes somas”. Assim, em ofício escrito pelo Marquês de Caravelas foram dadas ordens para que não mais fossem “auxiliados com subsídios diários os colonos contrários ao cultivo das terras”²¹¹.

Era visível que os irlandeses não tinham se adaptado à região, ou lá estavam a contragosto, já que em setembro de 1830 somente 20 colonos demonstraram interesse em permanecer na colônia. Os outros 125 que declaravam não querer continuar lá, independentemente do motivo alegado, tiveram seus subsídios negados²¹².

Essa, contudo, não havia sido a primeira tentativa de se estabelecer uma colônia na região do sul da Bahia. Schäfer, o personagem principal do projeto colonizador do primeiro reinado, em 1821 tivera liberdade para concretizar um plano de colonização.

²⁰⁷ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1828. Rio de Janeiro: Typographia - Parlamentar, 1876, tomo III, p.224.

²⁰⁸ Arquivo Público da Bahia, ofício do Brigadeiro José Egidio Gordilho de Barbuda. *apud* Basto, Fernando L. B., *op. cit.*, p.30.

²⁰⁹ Basto, Fernando L. B., *op. cit.*, p.33.

²¹⁰ *Ibid.*, p.34.

²¹¹ FBN, Seção de Manuscritos, II – 34. 15, 15.

²¹² *Ibid.*, p.36.

Partindo do Rio de Janeiro, deslocou-se em direção ao norte, até alcançar a vila de Viçosa “fronteira sul da província da Bahia, a 18° de latitude sul”²¹³. Nessa região, onde já existia a colônia Leopoldina fundada poucos anos antes, ele e alguns colonos que o tinham acompanhado fundaram a colônia Frankental²¹⁴. Rapidamente essas colônias desapareceram devido ao “número reduzido de imigrantes” (em 1824 Frankental contava 20 indivíduos), “o meio geográfico, o clima adverso, e o isolamento”²¹⁵.

Do mesmo modo, com o passar dos anos a comunidade de irlandeses foi se desfazendo aos poucos, e seus integrantes espalharam-se pela província. É possível que parte deles tenha tido um fim semelhante aos três irlandeses que acabaram como mendigos, detidos por dormirem na rua em setembro de 1832. Eles ficaram vários meses presos em Salvador e “compelidos a árduos trabalhos diários”²¹⁶. Mesmo com a intervenção do Cônsul Britânico, Richard Dalton, a situação não foi resolvida. John Canbaugh e Patrick Lei continuaram a prestar “trabalhos públicos, como galés” por tempo indeterminado²¹⁷.

Durante o Primeiro Reinado, o projeto de organização de colônias, a partir da formação de tropas de estrangeiros, levou a conjunturas inesperadas. Maciçamente fomentadas com a arregimentação de homens, e famílias, que vieram para o Brasil com a esperança de encontrarem uma vida melhor, mas sem qualquer informação do que os esperava, o projeto fez eclodir situações de tensão e conflito social.

Além disso, a frágil estrutura organizacional do exército originou vários problemas. O personalismo administrativo, presente na dependência da atuação de indivíduos para que as ações se concretizassem (vide o caso da arregimentação dos irlandeses por William Cotter), somado à precária comunicação entre as instituições responsáveis pelo assentamento dos colonos (particularidade presente nas reclamações do Monsenhor Miranda), fizeram com que a própria colônia baiana de Taperoá estivesse fadada ao fracasso.

A crise das tropas estrangeiras, em 1828, fez com que os projetos agro-militares do Imperador não só fossem colocados às claras, como permitiu aos interessados procurar, e obter, informações sobre o funcionamento da administração das forças armadas no Império. Deputado pela província da Bahia, o médico Lino Coutinho

²¹³ Schäfer, Georg Anton von, *op. cit.*, p.42-3.

²¹⁴ *Ibid.*

²¹⁵ Rambo, Arthur Bl. Apresentação In: Schäfer, Georg Anton von, *op. cit.*, p.16.

²¹⁶ Ofício do Cônsul Britânico em Salvador Sr. John Parkinson a Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos. *apud* Basto, Fernando L. B, *op. cit.*, p.37.

²¹⁷ *Ibid.*

revelou essa situação quando, em sessão de 30 de julho de 1828, ao comentar a condição dos irlandeses enviados a Bahia, afirmou que gostaria de “ver como é que o governo sai desta alhada, e como a de cumprir a palavra” já que “com esses miseráveis [só] tem faltado a palavra”. Por fim, terminou seu discurso enfatizando que “toda a história dessa colonização tem sido uma serie de crimes, de maldades e de horrores, e todos esses ministros são merecedores de serem acusados”²¹⁸.

A presença desses colonos irlandeses no Brasil, embora tenha sido passageira para a maioria deles, ficou marcada nos periódicos e discussões políticas do Primeiro Reinado e, provavelmente, na memória de parte da população que conviveu cotidianamente com situação tensa que se instalara. A intensa resistência contra as imposições das autoridades governamentais, e as inúmeras formas de atuação na capital do Império, serviram como exemplo do que poderia advir da insatisfação de outros estrangeiros presentes no país e particularmente no Rio de Janeiro. Assim, após a revolta, é possível que as autoridades tenham se sentido premiadas a se livrar dos problemas, o que significava, no caso, literalmente se livrar dos estrangeiros. Ainda que a presença dos irlandeses tenha sido marcante naquele ano de 1828, em razão possivelmente da partida da maioria (mandada de volta à sua terra natal, ou enviada para outras paragens), a vinda desses homens e mulheres para o Brasil ficou praticamente apagada da memória de gerações posteriores.

²¹⁸ *Annaes do Parlamento Brasileiro, op. cit.*, tomo III, p.227.

FONTES

MANUSCRITAS

ARQUIVO NACIONAL (ANRJ)

Ministério dos Negócios Estrangeiros, IR¹ 5.

Ministério da Guerra, IG¹ 448.

Ministério da Guerra, Caixa 824,

PAC. 1

Pasta – Cópia de Ofícios.

Pasta – Despesa com desembarque com irlandeses.

Pasta – Instruções e ordens dadas ao Cel. Cotter.

Pasta – Irlandeses, 1825.

Pasta – Irlandeses, 1827.

Pasta – Irlandeses, 1828.

Pasta – Irlandeses, sem data.

Pasta – Relatório do Cel. Cotter, 1827.

Pasta – Requerimento Cotter, 1829.

Pasta – Sobra de material dos navios das tropas estrangeiras, 1828.

PAC. 2.

Pasta – Cópia de Ofício, 1823.

Pasta – Cópia de Ofício, 1825.

Pasta – Cópia de Ofício, 1831.

Pasta – Ofícios e Avisos I, 1827.

Pasta – Ofícios e Avisos II.

Pasta – Ofícios e Avisos III.

Pasta – Ofícios e Avisos IV, 1828.

Pasta – Ofícios 1 a 19 1824-1827.

Pasta – Promisse -Eufrates, Outros.

Pasta – Reward, Fevereiro de 1828.

Pasta – Sem data.

Pasta – Setembro de 1828.

Pasta – Tropas Irlandesas

Ministério da Guerra, IG^I 379.
Ministério da Guerra, IG^I 614
Polícia da Corte, Códice 324, Vol.01.
Polícia da Corte, Códice 319, Vol.02.
Polícia da Corte, Códice 323, Vol.09.
Códice 212, Alfândega da Bahia, Fls. 99-99v.
Série diplomacia, código 607.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (AHEx)

Códice 126, Consultas do Conselho Supremo Militar, 1826-1880. Nº8
Códice 151 (antigo 112), Ordens da Corte 1827-8
Códice 180, Ordens da Corte 1828, nº206
Códice 302 (antigo 146) Diversos Militares 1825-9, nº3
Códice 346, Exército 1827-8, nº31
Códice 347, Exército 1828, nº32
Catálogo de requerimentos do século XIX:
Coronel Guilherme Cotter, letra G, maço 20, 693.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN)

Seção Periódicos em Microfilme –

Jornal do Comercio, VOL. 1, PRcSPR 00001 [1-].
Diário Mercantil, PR-SOR 00099 [1-3].
Diário Fluminense, 1827, PR-SOR 00010[1-8][9-10].
Jornais Diversos, 1827-1828, PR-SOR 298-304[1].
298 L'Echo d L'Amerique Du Sud (30/06/27-29/03/28)
301 The Rio Herald (08/03-05/06/28)
302 O Censor Brasileiro (04/04-27/06/28)
303 O Conciliador (05/04/28)
304 Honra do Brasil (08/04-20/08/28)
Astrea, PR SOR 00286 [1-4].
Aurora Fluminense, PR-SOR 00036[1-5]

Seção de Manuscritos –

Esboço fiel dos acontecimentos dos dias 9, 10, 11 e 12 de Junho de 1828,
II – 34, 16, 19 RJ 1828, (Antigo II-33, 28,52), MS 512 (80) doc.1613

Transporte de irlandeses para colônia na Bahia, II – 34, 15, 55.
Diversos, II – 34, 16, 50 (1828) (34 docs.).
Diversos, II – 34, 15, 15 (6 docs.)

DISPONÍVEIS ONLINE

19TH CENTURY BRITISH LIBRARY NEWSPAPER

Periódicos disponíveis online em <<http://newspapers.bl.uk/blcs>>.

Caledonian Mercury (Edinburgh, Scotland).

Leeds Mercury (Leeds, England).

Liverpool Mercury (Liverpool, England).

The Aberdeen Journal (Aberdeen, Scotland)

The Belfast News-Letter (Belfast, Ireland).

The Derby Mercury (Derby, England).

The Morning Chronicle (London, England).

The Newcastle Courant (Newcastle-upon-Tyne, England).

AHM (Arquivo Histórico Militar). Livro Mestre B 2-6 do regimento de infantaria nº 2, 2º Batalhão, Lisboa. *apud* Disponível online em
<<http://coter.no.sapo.pt/historia/notas.htm>> consultado em maio de 2010.

Anais do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Brasília, 1826-1889. Tomos I, II e III. Disponível online em <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais>> consultado em novembro de 2008.

DEBRET, Jean-Baptiste. Notes historiques écrites à Rio-Janeiro In: Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. Paris, Didot Frères, 3 volumes in-Folio publiés en livraisons de 1834 a 1839. Disponível online em <www.capoeira-palmares.fr>, consultado em junho de 2009.

Foster's Daily Democrat, Dover, N. H. (12 December 1917). "Dover Loses Oldest Resident: Mrs Nancy Burns Had Passed 95th Milestone and Was Especially Active for Her Advantage Age". *apud* Disponível online em
<http://en.wikipedia.org/wiki/Irish_and_German_Mercenary_Soldiers_Revolt> consultado em maio de 2010.

HODSKIN, Thomas. *Travels in the North of Germany, describing the Present State of the Social and Political Institutions, the Agriculture, Manufactures, Commerce, Education, Arts and Manners in that Country, particularly in the Kingdom of Hannover*. Edinburgh: Archibald Constable, 1820, Vol. 1 e Vol. 2. Disponível online em <www.archive.org> consultado em janeiro de 2010.

LE MARANT, Rapport du C.A. Archives Nationales, *Archives de la Marine*, BB/4/506, Campagnes 1828. 10 Amérique du Sud. apud Disponível online em <www.capoeira-palmares.fr> consultado em junho de 2009.

NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA, The Sydney Gazette and New South Wales Advertiser, Tuesday 20 January 1829, page 3. Disponível online em <<http://nla.gov.au>> consultado em junho de 2009.

SOUZA FRANÇA, Manoel José de. *Relatório do Ministério da Justiça do ano de 1830, apresentado à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil na sessão de 1831*. Disponível online em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>> consultado em 2008.

WALSH, Reverend Robert. *Notice of Brazil in 1828 and 1829*, 1st edition, London: Frederick Westley & A. H. Davis, 1830, Disponível online em <www.capoeira-palmares.fr> consultado em junho de 2009.

IMPRESSAS

Annaes do Parlamento Brasileiro. Assembléa Constituinte. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & Cia, 1876, tomos I, III, IV, V, VI.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1826. Rio de Janeiro: Typographia - Parlamentar, 1876, tomo III.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1828. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, tomos II, III e IV.

ARMITAGE, John. *História do Brasil*, São Paulo, João I das Dores, 1914

BOSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados (Impressões do Brasil de D. Pedro I)*. Typ. Da Casa Garraux, São Paulo, 1929.

- EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1974.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil*. Itatiaia, São Paulo, 1980.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- PEREIRA DA SILVA, João Manoel. Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil. In: *Historia da fundação do Império brasileiro*, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871.
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. São Paulo, Livraria Martins, 1941.
- SEWELOH, A. A. F. *Reminiscências da campanha de 1827*. Imprensa do Estado-Maior de Exército, Rio de Janeiro, 1936.
- SCHAFER, Georg Anton von. *O Brasil como Império Independente, analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político*. Editora UFSM, Santa Maria, 2007.
- SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é: 1824-1826 (Uma vez e nunca mais): Contribuições dum diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*. Livraria – Editora Zélio Valverde. Rio de Janeiro, 1943.
- TESTEMUNHA OCULAR, Uma. *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1946.
- TOCQUEVILLE, Aléxis. *Viagens á Inglaterra e à Irlanda*. São Paulo, Imaginário: Primeira Linha, 2000.

DICIONÁRIOS

Dictionary of Canadian Biography Online. Disponível online em:

<<http://www.biographi.ca>> acessado em julho de 2009.

Encyclopedia Britannica Online. Disponível online em:

<www.britannica.com> consultado em maio de 2010.

BIBLIOGRAFIA

- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão. In: Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec / FAPESP, 2005.
- ALEXANDRE, Valentin. A desagregação do império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824-1826). In: *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º).
- ALGRANTI, Leila Mezan. Censura e comércio de livros no período de permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). In: *Revista Portuguesa de História*, 33, 1999.
- ANDRADE, Tania. Humores e Odores: Ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro, *História, Ciências, Saúde. Maguinhos II* (3), pp.44-96, Nov.1995-Fev.1996.
- ARAGÃO, Raimundo Batista. História do Ceará. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *Um Império, um Reino e uma Monarquia na América: as vésperas da independência do Brasil*. In: Jancsó, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.
- ARRUDA, José J. de. A prática Econômica Setecentista no seu Dimensionamento Regional. In: *Revista Brasileira de História*, nº10, 1985.
- _____. O Brasil no Comércio Colonial. Ed. Ática, 1980.
- BASTO, Fernando L. B. *Ex-combatentes irlandeses em Taperoá*. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1971.
- BARLETT, Thomas. The Irish Soldier in India. In: Michael and Denis Holmes (edited by). *Ireland and India: Connections, Comparisons, Contrasts*. Dublin, 1997.
- BERBEL. *A nação como artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas 1821-1822*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 1999.
- _____. A Retórica da recolonização. In: Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec / FAPESP, 2005.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência. In: Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec / FAPESP, 2005.

- BERGER, Paulo (org.). *Ilha de Santa Catarina, Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX*. Editora da UFSC, Assembléia Legislativa, Assessoria Cultural, Florianópolis, 1984.
- BRANCATO, Braz Augusto A. D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal e o Constitucionalismo Ibérico. In: *Historia Constitucional*, N. 5, 2004, pp.141-159. Disponível online em <<http://hc.rediris.es/05/indice.html>> consultado em maio de 2010.
- CALOGERAS, Pandiá. *O Marquez de Barbacena*. Brasileira, 1936.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Negros armados por Brancos e suas Independências. In Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec / FAPESP, 2005.
- CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- COENEN-HUNTER, J. *Tocqueville*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997.
- COQUELIN, Olivier. "Native" Nationalism and Unionism: Towards the Emergence of Two Antithetical Nationalisms in Late 19th Century Ireland. In: *Revue LISA/LISA e-journal, Media, culture, history, Culture and society*, vol. 1, nº01, 2008. Disponível online em <<http://lisa.revues.org/index880.html>> consultado em janeiro de 2010.
- CONOLLY, S.J (Edited). *The Oxford Companion To Irish History*. New York-Oxford, Oxford University Press, 1998.
- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, A guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec-Unicamp, 1996.
- DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras Movediças: A Comarca de Itapicuru e a formação do Arraial de Canudos*. São Paulo: Hucitec-FAPESP, 2007.
- D. A. G. Waddell. British Neutrality and Spanish-American Independence: The Problem of Foreign Enlistment. In: *Journal of Latin American Studies*, Vol. 19, No. 1. Cambridge University Press, (May, 1987).
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "A Interiorização da Metrópole". In: Mota, Carlos Guilherme. (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1986.
- _____. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX - Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

- _____. *Hermenêutica e Narrativa. Prefácio In: Sevcenko, Nicolau. Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.* Companhia das Letras, São Paulo, 1992.
- _____. Prefácio In: Siriani, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo Alemã: Vida Quotidiana dos Imigrantes Germânicos na Região da Capital (1821-1889).* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- DILTHEY, W. *Selected Writings*. Ed. H.P. Rickman, Cambridge: University Press, 1976.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*, EDIPUCRS, 3ª. Ed. 2001.
- FALCÓN, Francisco C. e MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Processo de Independência no Rio de Janeiro. In: Mota, Carlos Guilherme. (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.
- FALCÓN, Francisco C. e NOVAIS, Fernando A. A Extinção da Escravatura Africana em Portugal no Quadro da Política Econômica Pombalina. In: *VI ANAIS da ANPUH*, Goiânia, 1971.
- FERREIRA, Fábio. *A Trajetória política de Carlos Frederico Lecor das Guerras Napoleônicas à criação da república oriental do Uruguai (1807-1828)*. Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- FITZPATRICK, David. Ireland and the Empire. In: Porter, Andrew (ed.). *OHBE. Vol. III. The Nineteenth Century*. Oxford, 1999.
- FOSTER, R.F. *Modern Ireland (1600-1972)*. England, Penguin Books, 1988.
- GAY, Peter. *A Experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: O Cultivo do Ódio*. São Paulo, Companhia das Letras, vol. 3, 1995.
- GRIFFIN, Patrick. *The People with No Name: Ireland's Ulster Scots, America's Scots Irish, and the Creation of a British Atlantic World, 1689-1764*. Princeton, 2001.
- GREEN, E.R.R. "The Great Famine (1845-1850)". In: Moody, T.W. and Martin, F.X. (orgs.). *The Course Of Irish History*, 1994. Ireland, Mercier Press, 1967.
- GALSKY, Nélío. *Mercenários ou libertários as motivações para o engajamento do almirante Cochrane e seu grupo nas lutas na independência do Brasil*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Dissertação de mestrado, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GLADYS, Sabina Ribeiro. "Pés de Chumbo e Garrafeiros: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831)". *Revista Brasileira de História*, São Paulo; Apuh-MarcoZero, vol.12, nº23-24, setembro 91-agosto 92.

- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro”. In Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec / FAPESP, 2005.
- GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação do limite do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Paz e Terra, 2000.
- HERMSDORFF, Carlos Eduardo. *As tropas do Império: Um estudo sobre a organização e as políticas de arregimentação de soldados no Primeiro Reinado (1822-1831)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. “A herança colonial – sua desagregação”. In: _____.(org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: o Brasil monárquico. Vol. 1: O processo de emancipação*. São Paulo: DIFEL, 1962.
- HUNTER, James. *The Making of the Crafting Community*, Edinburgh: John Donald, 1976.
- HOWE, Stephen. Historiography. In: Kenny, Kevin (Org.). *Ireland and The British Empire*. New York-Oxford, Oxford University Press, 2004.
- JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: Carlos Guilherme Mota. *Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500-2000*. São Paulo: Senac, 2000.
- JANCSÓ, István. Independência, independências. In: _____.(org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec/ FAPESP, 2005.
- JASMIN, Marcelo. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG - Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- KATO, Ruth Maria. *Revoltas de Rua: o Rio de Janeiro em 3 momentos (1821-1828-1831)*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, 1998.
- KENNY, Kevin. Ireland and The British Empire: An Introduction. In: _____ (Org.). *Ireland and The British Empire*. New York-Oxford, Oxford University Press, 2004.

- KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces In Independence-Era Brazil: Bahia, 1790's-1840's*. California: Stanford University Press. 2001.
- _____. Em outra coisa não se falavam os pardos, cabras e crioulos: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência da Bahia. *Revista Brasileira de História*. Vol. 22, nº. 43, São Paulo, 2002.
- LEMOES, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1930)*. Porto Alegre, Palmarica, 1993.
- LEERSEN, Joep T. *Mere Irish and Fionn-Gael: Studies in the Idea of Irish Nationality, its Development and Literary Expression Prior to the Nineteenth Century*. Amsterdam, 1988.
- _____. *Remembrance and Imagination: Patterns in the Historical and Literary Representation of Ireland in the Nineteenth Century*. Cork, 1996.
- LENIRA Menezes Martinho e RIVA Gorenstein. *Negociantes e caixeiros da independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento-Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- LINCOLN, Anthony. *Some Political and Social Ideas of English Dissent, 1763-1800*. Cambridge, 1938.
- LIMA, Tania Andrade. Humores e Odores: Ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. In: *História, Ciências, Saúde. Magalhães II (3)*, Rio de Janeiro, Nov.1995-Fev. 1996.
- LOBO, Eulália Maria. *História Administrativa do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LOUSADA, Maria Alexandre. Nacionalismo e Contra-Revolução em Portugal: O Episódio Miguelista (1823-1834). In: *Luso-Brazilian Review*, Vol. 29, No. 1 (Summer, 1992), University of Wisconsin Press.
- MCNALLY, Paddy. Ireland: The Making of the “Protestant Ascendancy”, 1690-1760. In: H. T. Dickinson (edited by). *A Companion to Eighteenth-Century Britain*. Blackwell Companions to British History, Blackwell Publishers Ltd, Cornwall, 2002.
- MCDOWELL, R.B. The Protestant Nation (1775-1800). In: Moody, T.W. and Martin, F.X. (orgs.). *The Course Of Irish History*, 1994. Ireland, Mercier Press, 1967.
- MCPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom*. Penguin Books, 1990.
- MEDICK, Hans. Missionários num barco a remos? Modos etnológicos de conhecimento como desafio à História Social. In: *Ler História*, nº6, 1985.

- MESQUITA, Regina Márcia Bordallo. *A Revolta dos Batalhões Estrangeiros*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Dissertação de Mestrado, 2003.
- MENDES, Fábio Faria. *O tributo de Sangue: recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.
- MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: Castro, Izecksohn, Krayy (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- MESQUITA, Regina Márcia Bordallo de. *A Revolta dos Batalhões de Estrangeiros*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do império português no centro-sul da América*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- _____. Os corpos de ordenanças e as auxiliares sobre as relações militares e políticas na América portuguesa. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 45, 2006.
- M. J. Kelly. *The Fenian Ideal and Irish Nationalism, 1882-1916*. Boydell, 2006.
- MILLER, David W (edited by). *Peep o'day boys and defenders: selected documents on the disturbances in County Armagh, 1784-1796*, Public Record Office of Northern Ireland, Belfast: 1990.
- MILLER'S, Kerby. *Emigrants and Exiles: Ireland and the Irish Exodus to North America*. New York, 1985.
- MIRANDA, Márcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Tese de doutorado, 2006.
- MORTON, F. W. O. *The conservative revolution of independence: economy, society and politics in Bahia, 1790-1840*. Tese (Doutorado), Oxford, Universidade de Oxford, 1974.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005.
- MÜHLEN, Caroline von. "Quem quiser viver mais uma vez feliz deve viajar para o Brasil". A trajetória dos degredados de Mecklenburg no Rio Grande do Sul. In:

- VI Mostra de Pesquisa. *Produzindo História a partir de fontes primarias*. Porto Alegre: CORAG, 2008.
- _____. “Viagem ao paraíso” – “Viagem ao inferno”: A trajetória de outsiders de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande do Sul. In: *Vestígios do passado, a história e suas fontes*. IX Encontro Estadual de História, 2008.
- MURRAY, Edmundo. William Cotter, Irish officer in Dom Pedro’s army of imperial Brazil. In: *Irish Migration Studies in Latin America*, Vol.4, No.3, July 2006, disponível online em: <www.irlandeses.org> consultado em 2008.
- NICOLSON, Murray. William O’Grady and the Catholic Church in Toronto Prior to the Irish Famine. In: MCGowan, Mark George. Clarke, Brian P. (org.) *Catholics at the gathering place 1848-1991*. Canadian Catholic Historical Association, 1990.
- NUNES, Antonio Pires. A primeira invasão francesa. In: BARATA, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano (orgs) *Nova História Militar de Portugal*. Volume III, Circulo de Leitores, 2004.
- Ó TUATHAIGH, Gearóid. *Ireland before the famine (1798-1848)*. Dublin, Gill & Macmillan Ltd, 1990.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Sociedade e Projetos políticos na Província do Rio de Janeiro. In: Jancsó, István (org.). *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec/ FAPESP, 2005.
- PANTALEÃO, Olga. A Presença Inglesa. In: *Holanda, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, tomo II, vol. I, 1976.
- PANDOLFI, Fernanda C. A Imprensa e a abdicação de D. Pedro I em 1831: História e Historiografia. In: *Anais do XVIII Encontro Regional de História, O historiador e seu tempo*. ANPUH-SP, 2006.
- PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado do Brasil*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Dissertação de Mestrado, 2007.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira. A temática da vida cotidiana. In: *História e Perspectivas*, Uberlândia, n.6, 1º Semestre de 1992.
- POWELL, Martyn J. Ireland: Radicalism, Rebellion and Union. In: H. T. Dickinson (edited by). *A Companion to Eighteenth-Century Britain*. Blackwell Companions to British History, Blackwell Publishers Ltd, Cornwall, 2002.

- PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru, EDUSC, 1999.
- REIS, João José. “A elite baiana face aos movimentos sociais, Bahia: 1824-1840”. *Revista de História*, São Paulo, vol. LIV, 1976.
- REIS, João José e Aguiar, Márcia G. D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”, *Revista de História*, São Paulo, nº135, 2º semestre de 1996.
- RENK, A. A experiência em Thompson. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, v.13, n.24, 2º Semestre de 1996.
- RIBEIRO, Evanice Maria. *A Política de Imigração no Primeiro Reinado: Os núcleos de Itapeverica e Santo Amaro*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Dissertação de mestrado, 1997.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. “Pés de Chumbo e Garrafeiros: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, São Paulo; Apuh-MarcoZero, vol.12, nº23-24, setembro 91-agosto 92 _____ . *A liberdade em construção*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- RICHARDSON, W. Augustus. *"Levellers in their White Uniforms" Whiteboyism in southern Ireland, 1760-1790*. University of Essex, MA, Thesis Social History, 1979.
- SANTOS, Luis Cláudio Villafane G. “O Império Brasileiro: Guerras e Nacionalismo”. *Prohistoria*, ano VII, número 7, 2003.
- SACARAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883.
- SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. Edwards Brothers Inc., Ann Arbor, Michigan, 1990.
- SEYFERD, Girakda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: Fausto, Boris (Org.) *Fazer a América. A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp - Fundação Memorial da América Latina, 1999.
- SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo Alemã: Vida Quotidiana dos Imigrantes Germânicos na Região da Capital (1821-1889)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro-rio-grandense (1850-1900)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

- SLEMIAN, Andréa. *Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo, Hucitec, 2006.
- _____. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2006.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na construção do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1997.
- SOUZA, Iara Lis Franco S. Carvalho. A adesão das Câmaras e a figura do imperador. In: *Revista Brasileira de História*, vol.18, nº 36, São Paulo: 1998.
- _____. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- TENFELDE, K. Dificuldades com o cotidiano. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, v.13, n.24, 2º Semestre de 1996.
- THOMPSON. E.P. A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII. In: _____. (org.) *Costumes em Comum*, Companhia das Letras, 2000.
- _____. A Economia Moral Revisitada. In: _____. (org.) *Costumes em Comum*, Companhia das Letras, 2000.
- TRAMONTINI, M. J. *A Colônia de São Leopoldo: a organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824-1850)*, Tese de Doutorado apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, Brasil. 1997.
- VALE, Brian. *English and Irish Naval Officers in the War for Brazilian Independence*. Irish Migration Studies in Latin America, Vol.4, Nº3, July 2006, Disponível online em <www.irlandeses.org> consultado em 2008.
- WARD, Alan J. *The Irish Constitutional Tradition: Responsible and Modern Ireland 1782-1992*, Irish Academic Press, 1994.
- WISSER, William M. *Rhetoric and Riot in Rio de Janeiro, 1827-1831*. Dissertação de doutorado, University of North Carolina, Chapel Hill, 2006.
- WILCKEN, Patrick. *Império à Deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- WHYTE, J.H. The Age of Daniel O'Connell (1800-1847). In: Moody, T.W. and Martin, F.X. (orgs.). *The Course Of Irish History*, 1994. Ireland, Mercier Press, 1967.

ANEXO A – Mapa da Baía do Rio de Janeiro

¹ Ebel, Ernst, *op. cit.*, 1974.

ANEXO B – Esquema do deslocamento no Campo da Aclamação

Esquema feito a partir do mapa anexo ao livro “Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)” de Andréa Slemian².

Em frente ao quartel do 3º Batalhão, indicado no esquema, existia um chafariz onde regularmente os negros se reuniam. Essa região que deve ter sido o ponto em que se iniciaram os conflitos da quarta-feira. Nesse esquema fica claro porque as tropas brasileiras se apresentaram primeiro pela Rua do Conde, já que de lá teriam a proteção necessária ao lado do Palacete de Santa Ana, para um primeiro choque com os soldados estrangeiros. Depois do comando do Conde do Rio Pardo as tropas foram deslocadas para a Rua dos Ferradores, de onde partiram para rechaçar os soldados da Rua Larga de São Joaquim de volta ao quartel.

² Slemian, Andréa, *op. cit.*, 2006.